UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MÁRCIA CRISTINA PACITO FONSECA ALMEIDA

Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder:

As agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique
de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888)

São Paulo

2015

MÁRCIA CRISTINA PACITO FONSECA ALMEIDA

Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder:

As agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Social.

DIVERSOS ARTEFACTOS

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach.

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: ALMEIDA, Márcia Cristina Pacito Fonseca.

Título: Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: as agências centro ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Roseli, minha mãe, e à Ana, minha irmã, pelo amor e pelo apoio.

Ao Valdir, com quem divido minha história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à querida professora Cristina Wissenbach, minha orientadora, pelo olhar atento e generoso, pela tranquilidade e confiança depositada durante o desenvolvimento deste trabalho. Saiba que nossa convivência me ensinou muitas coisas para além da História da África.

Às professoras Patrícia Teixeira Santos e Solange Ferraz de Lima pelas contribuições feitas ao trabalho durante o exame de qualificação. Agradeço especialmente à professora Solange pela atenção e pelas valiosas indicações bibliográficas feitas ao longo da disciplina de pós-graduação realizada em 2013.

Às professoras Marta Sallum (Lisy), Tania Macedo e Leila Hernandez com quem tive o prazer de aprender um pouco mais sobre o continente africano e pelas possibilidades de diálogo em seus cursos.

À professora Ana Paula Cavalcanti Simioni que, mesmo quando as ideias que pretendia desenvolver neste trabalho demonstravam-se extremamente incipientes, motivou-me e torceu para que as coisas dessem certo. À Ana Paula, minha profunda gratidão.

À professora Maria Lígia Coelho Prado, pelo carinho e apoio desde o início da graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa nos meses iniciais de pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelas concessões das bolsas de pesquisa no país e no exterior.

À professora Filipa Vicente, supervisora durante o tempo de pesquisa em Lisboa, pelo interesse em me acolher institucionalmente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pela disposição em me colocar em contato com diversos outros pesquisadores. Agradeço igualmente ao professor Diogo Curto pela ajuda.

À professora Maria Manuela Cantinho Pereira por compartilhar seu conhecimento sobre a expedição liderada por Henrique de Carvalho durante o período de pesquisa realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa. Agradeço também a disposição em me apresentar a coleção etnográfica da expedição à Lunda, além de outras peças que compõem o rico acervo do Museu Etnográfico da mesma instituição.

À pesquisadora Leonor Pires Martins que gentilmente se mostrou disponível ao diálogo sobre a produção e a circulação da iconografia das expedições portuguesas no final do século XIX.

Aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, Biblioteca Central de Estudos Africanos e do Arquivo Histórico da Imprensa Nacional da Casa da Moeda e Arquivo Histórico Ultramarino.

À Luísa Affonso e sua família e ao querido casal Tatiane Affonso e Luiz Capucha pelos ótimos momentos em Lisboa.

Aos integrantes do Núcleo de Apoio e Pesquisa Brasil-África (NAP) e ao grupo de orientandos da professora Cristina Wissenbach – David Ribeiro, Elaine Ribeiro, Fábria Ribeiro, Ivana Muscalu, Juliana Magalhães, Pedro Cunha e Rafael Galante. À Lia Laranjeira e Rosana Gonçalves que acompanharam mais de perto a elaboração deste trabalho, agradeço especialmente as trocas intelectuais e a solidariedade nas fases mais solitárias e menos tranquilas da escrita. À Juliana Bevilacqua agradeço a generosidade e disposição em ajudar vários momentos.

Aos companheiros de longa data da Escola Técnica Estadual Presidente Vargas, Nathália Silveira e Rodolpho Gomes, obrigada pelo incentivo e pelo carinho. Fico feliz em saber que conseguimos cultivar nossa amizade tão valiosa apesar dos anos.

Aos queridos amigos que fiz na Universidade de São Paulo: Ana Paula de Souza, Anderson da Silva, Eustáquio Ornelas, Gabriela Pessoa, Leonardo Gandia, Márcio Rossi, Maria Angélica Morales e Yaracê Borrego. Muito obrigada pela amizade e pelas animadas noites de bate-papo nos tempos de CRUSP, cervejas e porções nos bares do Butantã. Agradeço também a compreensão nos momentos de ausência.

À Iamara Almeida, com quem tive o prazer de compartilhar o interesse pela história da África, agradeço as interessantes conversas e as palavras de apoio desde o início da pesquisa.

À Simone Otsuka que, nos últimos meses, me ajudou a vislumbrar novos caminhos.

À querida Ethel Leon que, desde 2012, tornou-se uma pessoa muito especial nesta caminhada. Serei sempre muito grata por sua amizade, amparo e compreensão.

Aos queridos Tadeu Freire e tia Nanci, pelos pensamentos positivos, interesse e entusiasmo em todos os momentos.

À Rosângela Pacito (tia Danda) pela paciência e incentivo ao estudo desde pequena. O tempo passou, mas penso que nossos passeios culturais, as histórias e as lendas contadas por você durante toda minha infância foram essenciais para minha formação e para que eu escolhesse a profissão que escolhi. Muito obrigada.

À minha mãe, Roseli, e à minha irmã, Ana, nenhuma palavra seria capaz de traduzir o imenso amor que tenho por vocês. Muito, muito obrigada por tudo: pelas palavras de apoio nos momentos mais difíceis que envolveram a elaboração deste trabalho e pela paciência e compreensão nos momentos de ausência. Tenho certeza que não conseguiria ter chegado até aqui sem o incentivo de vocês. Saibam que vocês também são responsáveis por este trabalho.

Ao Valdir, meu companheiro, com quem desde 2007 divido minha vida. Nos momentos de angústia, você me trouxe paz; nos momentos de incerteza, segurança. Muito obrigada pela leitura e comentários ao longo de todo este trabalho. Agradeço o amor, a paciência (quase infinita), a atenção e o apoio incondicional durante todos estes anos. Espero, ao longo da vida, poder compartilhar muitas outras etapas que virão ao seu lado. Este trabalho, com muito amor, dedico a você.

RESUMO

ALMEIDA, Márcia Cristina Pacito Fonseca. **Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a região da África Centro-Ocidental foi palco do processo de intensificação de expedições europeias rumo ao interior do continente que conjugavam interesses econômicos, políticos e científicos. Esta pesquisa busca analisar o papel de relevo ocupado pela cultura material na agenda científica da expedição portuguesa à Lunda chefiada pelo militar português Henrique de Carvalho entre 1884 e 1888. Pretendemos também avaliar as potencialidades que o estudo sobre os objetos apresentam enquanto fontes para a compreensão mais ampla acerca das agências históricas africanas. Para tanto, selecionamos as obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (1890-1894) e *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda* (1890) e, de maneira complementar, o *Album da Expedição ao Muatianvua* (1887) e o catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (Expedição à Lunda)*, editado pela Sociedade de Geografia de Lisboa (1896). Assim, pela ótica da história social, pretendemos investigar como as exigências e predileções centro-africanas por determinados artigos moldaram as relações comerciais travadas nesse período, abordando os processos de incorporação e ressignificação de objetos – particularmente, bens de prestígio e insígnias de poder - interpretados como expressões de identidades, códigos sociais e hierarquias políticas no âmbito dessas sociedades e de suas relações com os europeus.

Palavras-chave: Henrique de Carvalho, Expedições na África Centro-Ocidental, Cultura material, Cultura Visual, Relatos de viagem.

ABSTRACT

ALMEIDA, Márcia Cristina Pacito Fonseca. **Trade, prestige goods and insignias of power: African western central agencies in the travel writings of Henrique de Carvalho on his expedition to Lunda (1884-1888).** 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

During the second half of the nineteenth century, West-Central Africa was the stage of an intensification of European expeditions that channeled economic, political and scientific interests towards the continent's interior. The following study intends to analyze the important role occupied by material culture in the scientific agenda of the portuguese expedition to the Lunda headed by military leader Henrique de Carvalho between 1884 and 1888. We also intend to evaluate the potential that the study of such objects provide like sources for a broader understanding about African agencies historical. For this purpose, we selected the works *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (1890-1894) and *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda* (1890) and in a complementary way, the *Album da Expedição ao Muatianvua* (1887) and *Collecção Henrique de Carvalho (Expedição à Lunda)*, published by the Geographical Society of Lisbon (1896). Thus, from the perspective of social history, we intend to investigate how the requirements and predilections manifested in Central-African societies for certain items shaped the commercial relationships established during this period. We also address the process of the incorporation and resignification of objects - particularly prestige goods and insignia of power – and how material culture can be interpreted as identity expressions, social codes and political hierarchies within those societies and their relations with the Europeans.

Keywords: Henrique de Carvalho, West-Central Africa Expeditions, Material culture, Visual culture, Travel writings.

SUMÁRIO

NOTA ORTOGRÁFICA.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – Expedições e narrativas de viagem sobre a África Central (segunda metade do século XIX).....	35
1.1. Os relatos de viagem na construção de saberes sobre os territórios africanos.....	36
1.2. “Um volumoso e variado material”: as publicações de Henrique de Carvalho e suas múltiplas linguagens.....	59
CAPÍTULO 2 - Imagens em movimento: as representações visuais nos relatos da expedição portuguesa à Mussumba.....	75
2.1. “Olhavam para a machina e nada viam”: os registros fotográficos da viagem à Lunda.....	76
2.2. Do esboço à gravura: a iconografia das expedições em trânsito.....	90
CAPÍTULO 3 - Entre a ciência e o comércio: percepções sobre cultura material nas narrativas de viagem de Henrique de Carvalho.....	113
3.1. Olhares etnográficos sobre os artefatos centro-africanos.....	113
3.2. Artigos europeus, predileções africanas.....	129
3.3. A polissemia dos objetos: trajetórias, usos e significados das miçangas.....	150
CAPÍTULO 4 – Bens de prestígio e insígnias de poder.....	161
4.1. “Dar, receber e retribuir”: a troca de presentes como protocolo diplomático.....	162
4.2. Símbolos de autoridade: a dimensão sociopolítica dos objetos.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201

FONTES.....	205
BIBLIOGRAFIA.....	209
GLOSSÁRIO.....	229

NOTA ORTOGRÁFICA

Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos por adotar os registros apresentados nas fontes históricas analisadas a fim de estabelecermos uma padronização ortográfica para os termos empregados. Optamos por aporuguesar as designações das sociedades centro-ocidentais africanas, nomes de pessoas, organizações e títulos políticos, conforme a ortografia presente nas fontes examinadas. Justificamos nossa escolha por conta das muitas variações observadas na grafia dos grupos sociais centro-africanos referidos na bibliografia dedicada ao tema.

Identificados como quiocos na documentação consultada, este grupo é registrado também como cokwe, tchokwe, tshokwe e batshokwe, por exemplo. Encontramos semelhante diversidade de designações com relação aos bangalas, grafados por vezes como imbangalas, mbangala, kibâgala, quinbângla, bângala e cassanges. Os exemplos aqui elencados nos dão uma pequena dimensão da pluralidade de nomes passíveis de serem mobilizados.

Nesse sentido, a fim de evitarmos discrepâncias ortográficas que pudessem gerar dúvidas ao leitor e prejudicar a compreensão do texto, optamos por seguir os termos empregados nas fontes documentais exploradas, mesmo reconhecendo as implicações e os entraves presentes na aplicação desse critério. Ao longo desta dissertação, grafamos os nomes das sociedades centro-africanas com letra minúscula, flexionando para o plural quando necessário.

Com relação aos nomes de localizações geográficas, referimo-nos aos rios Cuango e Cuanza e não Kwango e Kwanza, por exemplo. Embora as últimas designações sejam aquelas utilizadas atualmente em Angola, preferimos grafar os termos conforme os usos da fonte e do português corrente no Brasil.

INTRODUÇÃO

No transitio [Mucanzo] fallou-nos na intenção de comprar armas e polvora em Malanje para ir guerrear Quilelo, que se apoderára de logar de Capenda [Capenda Camulemba, título político de Estado situado na margem direita do rio Cuango] que lhe pertencia, e o qual já contava que Caianvo, seu irmão, lhe succedesse. E para esta guerra, disse-nos Jayme, que na ocasião era o interprete, Mucanzo desejava um *xinele* como o que Muene Puto [rei de Portugal ou representantes da coroa portuguesa] deu ao senhor capitão!

Confessâmos que nos intrigou uma tal interpretação e rimos suppondo que o nosso camarada, em alguma ocasião que estivesse bem disposto, se entretivera com Mucanzo a exaltar a excellencia dos seus chinelos, e só depois de muitas explicações conseguimos saber que se tratava de uma condecoração, a que Jayme queria chamar signal, mas que pronunciava *xinele* e nós julgámos ser chinelo.

Postos ao facto do que se tratava, dissemos ao Jayme que aquelle signal, como elle lhe chamava, dava Muene Puto aos seus subditos que se tornavam distinctos quer na guerra quer em paz, mas não para os livrar de morrerem em combate. E como Mucanzo nos rogasse então para pedirmos ao subchefe que lhe desse um remédio para esse fim, tivemos de entrar em novas explicações, admirando-se elle muito que Muene Puto, que tudo sabia fazer, ainda não tivesse mandado preparar um remédio para repellar as balas do inimigo.

Fallou-nos depois dos seus amuletos e convenceu-nos que entre elles se fazia distincção entre amuletos e idolos. Julgava que uma condecoração era o mesmo que um amuleto entre elles, porque os usam ao peito, nos braços, nas pernas, na cintura, segundo as circumstancias que reclamam o seu emprego, e como nós andássemos com todo o corpo coberto pelo vestuário, não sabia se além de usarmos as condecorações sobre os casacos as traziamos por debaixo junto á pelle.

Como elle gostava de saber, fomos minuciosos nos esclarecimentos que lhe prestámos sobre o assumpto.

Quando lhe dissemos que era um crime usar uma condecoração que não fosse concedida por Muene Puto, perguntou-nos se elle não podia comprar uma e trazê-la ao peito.

- Pode, lhe respondemos, como também nós podemos comprar uma machadinha igual á do Capenda como qualquer pessoa pode comprar umas miluínas [insígnia de poder] iguaes ás do Muatiânvua [título do soberano lunda]; - mas diga-me Mona Mucanzo, se nós andarmos constantemente com a machadinha ou com as miluínas, ficâmos sendo Capenda ou Muatiânvua? Riu-se e respondeu: - tem razão o meu amigo, e nós só pensamos em tonterias por não termos mestres que nos ensinem.¹

Relatada no segundo volume da obra *Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, publicado em 1892, a passagem acima apresenta uma conversa travada no ano de 1885 entre o militar português Henrique Augusto Dias de Carvalho, Augusto Jayme e Mona Mucanzo. Este último, após divergências relacionadas à sucessão do

¹ CARVALHO, Henrique A.D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. II: "Do Cuango ao Chicapa". Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, pp. 149-150. Optamos por manter a grafia original do texto. Grifos do autor.

comando do Estado do Capenda, território situado na margem direita do rio Cuango e habitado pelas sociedades xinjes, pretendia expulsar Quilelo do cargo, assumindo seu posto político.² Para a guerra que pretendia destituir Quilelo, Mucanzo tencionava comprar armas e pólvoras na região de Malanje. A fim de complementar estes artigos, Mucanzo solicitou a Henrique de Carvalho, chefe da expedição que pretendia alcançar o centro do império da Lunda, um “xinele” semelhante ao que o rei de Portugal (Muene Puto) havia dado ao major português. Na pronúncia de Augusto Jayme que, na ocasião, desempenhava a função de intérprete da expedição³, o pedido de Mucanzo causou certo estranhamento aos ouvidos de Henrique de Carvalho que, por aproximação sonora, associou o termo “xinele” a “chinelo”. Desfeita a pequena confusão envolvida na pronúncia e na interpretação da palavra, a solicitação de Mucanzo tratava-se, na realidade, não de um calçado, mas de uma “condecoração”, identificado por Augusto Jayme como “sinal”.

Na visão de Mucanzo, o emblema usado por Henrique de Carvalho em sua vestimenta desempenharia função semelhante à de um “amuleto” capaz de protegê-lo contra os perigos do combate. Ainda segundo ele, diferente dos “ídolos”, os “amuletos” eram carregados em distintas partes do corpo e seu emprego variava de acordo com as circunstâncias. Ao tentar dissuadir o pedido de Mucanzo, o chefe da expedição explicou que tal insígnia militar só possuía legitimidade quando concedida pela coroa portuguesa e que, portanto, seria um “crime” ostentá-la em condições adversas às relatadas. Os argumentos expostos por Henrique de Carvalho, no entanto, parecem não terem convencido Mucanzo que, ainda assim, propôs a compra da “condecoração” que almejava carregar junto ao peito. Frente a esse impasse, o militar português recorreu a outro exemplo, questionando, dessa vez, se apenas a compra e a exibição de certas insígnias de poder ostentadas por determinadas lideranças centro-africanas, como a “machadinha” e as “miluínas”, seriam capazes de torná-lo um soberano. Na narrativa elaborada por Henrique de Carvalho, após esse último recurso comparativo, Mucanzo teria dado razão às palavras proferidas pelo chefe da viagem.

Sem desconsiderar o tom de superioridade presente no discurso do expedicionário português, que procurou explicar e ensinar à Mucanzo as funções do

² *Ibidem*, p. 7.

³ “Augusto Jayme, que nos acompanhava para vigiar os carregadores apresentados por seu irmão, o soba Ambango, de Malanje, e que era caçador, servia-nos agora de interprete”. CARVALHO, Henrique A. D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. I: “De Loanda ao Cuango”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 415.

símbolo militar, importa-nos aqui reconhecer como os distintos significados atribuídos pelo centro-africano e pelo europeu a um mesmo objeto, nesse caso, a condecoração, deram vazão a um longo diálogo em que diferentes perspectivas foram confrontadas.

Nessa ótica, embora operassem como suportes físicos que comunicavam, no plano material e visual, identidades e hierarquias relacionadas ao exercício do poder militar e político, a posse por si só das insígnias mencionadas não garantia a legitimidade social daqueles que a portassem. Em outras palavras, longe de serem interpretados como entidades autônomas, os objetos adquirem significados quando inseridos em uma teia de relações sociais, culturais, econômicas e políticas mais amplas. Assim, no rastro dessa questão mais ampla - em que os objetos, vistos sob um prisma polissêmico, podem ser interpretados como pontos de partida para o estudo das relações sociais - acreditamos que o trecho selecionado pode ser tomado como disparador para as reflexões que pretendemos desenvolver ao longo desta dissertação.

O foco deste trabalho recai, portanto, na análise dos múltiplos registros sobre cultura material presentes em um conjunto de publicações referentes à expedição portuguesa chefiada pelo militar Henrique de Carvalho ao centro político do chamado império da Lunda, situado na África Centro-Occidental. Dentro desse horizonte investigativo, almejamos discutir como a cultura material desempenhou não só papel decisivo para a construção de um determinado conhecimento europeu sobre as populações centro-ocidentais africanas, como também pode nos elucidar preciosos aspectos sobre as dinâmicas culturais, sociais, políticas e econômicas dessas sociedades. Desse modo, ao elencarmos as referências sobre a cultura material nas fontes examinadas como eixo norteador desta pesquisa, sustentamos que nosso interesse se assenta na compreensão das complexas redes de interações sociais estabelecidas entre europeus e africanos nas últimas décadas do século XIX.

Promovida pelo governo português e apoiada por diversas instituições e associações comerciais voltadas para o debate de assuntos coloniais, a viagem com destino à Lunda, iniciada em 1884, contemplava interesses comerciais, políticos, militares e científicos. Chefiada pelo militar Henrique de Carvalho, figura que possuía significativa experiência em incursões por territórios ultramarinos, a expedição tencionava atingir a Mussumba (capital do império lunda), território de difícil acesso aos viajantes europeus. Entre muitos objetivos defendidos pela viagem, revelava-se de

fundamental importância o reestabelecimento dos laços políticos e comerciais da coroa portuguesa com o Muatiânvua (título do soberano do império lunda).

Ocupando vasta região situada entre o extremo nordeste do atual território de Angola e o sul da atual República Democrática do Congo, o império da Lunda era formado por sociedades que possuíam línguas e práticas culturais distintas e que pagavam tributos ao soberano lunda.⁴ Até meados do século XIX, este poder centro-africano exerceu profunda influência no cenário das relações econômicas e políticas do referido território por meio do controle dos fluxos de mão de obra escravizada direcionada para o tráfico atlântico. Já nas últimas décadas dos oitocentos, a estrutura do império sofreria profundos abalos, sucumbindo ao ataque das populações quiocas, grupo que mantinha laços de parentesco com os lundas, mas que possuía uma configuração política distinta. O processo de desintegração do império governado pelo Muatiânvua culminou na ocupação da Mussumba pelos quiocos no ano de 1887.

No período que a expedição rumo à Mussumba do Muatiânvua se realizou, vários pontos da África Centro-Occidental assistiram à intensa movimentação de representantes de diferentes potências europeias que, por meio de eventos como a Conferência Geográfica de Bruxelas (1876) e a Conferência de Berlim (1884-1885), discutiam estratégias para delimitar a participação dos diversos países nessa nova configuração das relações internacionais. Para além das especificidades contidas nos projetos imperiais defendidos por estes países, pontuamos que a disputa pelo acesso aos valiosos recursos naturais que alimentavam o mercado mundial, como marfim, a cera e a borracha, por exemplo, destacava-se como interesses centrais nesse contexto. Assim, perante os crescentes avanços de emissários enviados por países como a Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, os esforços dispensados por Portugal para tentar assegurar sua influência nas regiões mais afastadas do litoral africano demonstravam-se urgentes. Nesse sentido, as expedições subvencionadas pela nação portuguesa entre as décadas de 1870 e 1880, especialmente nas zonas entre Angola e Moçambique, tornaram-se peças fundamentais no jogo das disputas imperiais que ameaçavam os “direitos históricos” portugueses nas regiões.

⁴ Segundo Jill Dias, o chamado império da Lunda: “Tratava-se de uma espécie de federação comercial e tributária, relativamente coerente e estruturada, cuja influência se estendia sobre uma vasta área entre o rio Cuango e as entidades étnicas e políticas Pende e Iaca, na beira do Congo, os Lovar (Luvale) do Alto Zambeze, mais ao sul, e o Cazembe, no rio Luapula, mais a leste”. DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova história da expansão portuguesa, vol. X: O império africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 335.

Realizada entre 1884 e 1888, a viagem de Henrique de Carvalho por terras centro-africanas resultou em uma ampla e variada produção composta por descrições minuciosas sobre episódios vivenciados durante a expedição. Conjugando observações feitas ao longo do caminho, informações recolhidas por meio do contato com as sociedades locais e referências transmitidas por outros viajantes por meio de publicações, os escritos de Henrique de Carvalho desdobraram-se em extensas publicações que versaram sobre distintos assuntos. Considerada, nas palavras de Beatrix Heintze, uma obra de caráter monumental⁵, o conjunto de escritos legados pela expedição revela-se, portanto, como material de indiscutível importância para a compreensão de diversos temas relacionados às interações estabelecidas entre europeus e centro-africanos no final dos oitocentos.

Para a elaboração desta dissertação, privilegiamos a análise das obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*⁶, publicada em quatro volumes editados entre os anos de 1890 e 1894 e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*⁷, de 1890. A esta seleção principal, agregamos também outras publicações referentes à expedição, como o *Album da Expedição ao Muatianvua*⁸ (1887) e o catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (Expedição à Lunda)*⁹, editado em 1896. A análise das publicações derivadas da expedição portuguesa à Mussumba do Muatiânvua nos convida a mobilizar diferentes instrumentos teórico-metodológicos capazes de nos auxiliar na tarefa de identificar as possibilidades e as limitações envolvidas no reconhecimento de tais relatos como fontes historiográficas para o entendimento das movimentações históricas das populações da África Centro-Occidental no final do XIX. No plano das discussões teórico-metodológicas que norteiam o desenvolvimento de nossa pesquisa, elencamos as potencialidades das narrativas de viagem como fontes

⁵ HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 17.

⁶ CARVALHO, Henrique A.D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Lisboa: Imprensa Nacional; Typographia do Jornal *As Colónias Portuguezas*, vol. I: “De Loanda ao Cuango”, 1890; vol. II: “Do Cuango ao Chicapa”, 1892; vol. III: “Do Chicapa ao Luembe”, 1893 e vol. IV: “Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”, 1894.

⁷ *Idem*. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

⁸ *Idem*, (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887.

⁹ SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda). Catalogo original*. Lisboa: Museu Colonial e Ethnographico da Sociedade de Geographia; Imprensa Nacional, 1896.

históricas e os diálogos com o campo de estudos sobre a cultura visual e material como questões centrais nas quais se alicerçam este trabalho.

Ao selecionarmos os relatos de viagem produzidos por Henrique de Carvalho como objetos de nossa análise, partimos do pressuposto de que se faz indispensável atentarmos para as especificidades contidas em escritos dessa natureza. Complementando os registros textuais, o material estudado também nos descortina um vasto repertório iconográfico composto por centenas de fotografias e gravuras que, a nosso ver, não deve ser ignorado e nem dissociado da análise das publicações referentes à viagem à Lunda. Para além de exercer a função de ilustrar as narrativas elaboradas por Henrique de Carvalho, o conjunto imagético presente nas obras examinadas nos permite acompanhar um circuito mais amplo envolvendo as etapas de produção, circulação, apropriação e difusão de representações visuais que atuaram na construção de determinadas impressões sobre o continente africano, principalmente durante o segundo quartel do século XIX. Já as diferentes referências sobre a cultura material que permeiam os relatos da expedição portuguesa nos apontam para a necessidade de reconhecer como o estudo sobre objetos nos permite compreender distintos processos históricos a partir de múltiplos ângulos interpretativos. Nesse sentido, acreditamos que se por um lado as observações tecidas pelo viajante sobre a vida material dessas populações operaram como uma das ferramentas para avaliar e classificar o “outro” não europeu, por outro lado, tais menções – lidas a partir dos trânsitos e ressignificações sociais de diferentes objetos - também são capazes de revelar certas práticas políticas e estratégias culturais estabelecidas pelas populações descritas por Henrique de Carvalho.

Produzidos desde a Antiguidade, os relatos de viagem sobre diferentes regiões do continente africano compõem um vasto repertório documental marcado por distintos olhares sobre aspectos dessas sociedades. As impressões sobre a África integram uma extensa lista de testemunhos e narrativas que procuravam descrever, a partir de diferentes experiências, paisagens, animais, seres humanos e modos de vida no espaço africano.¹⁰ Elaborados, em sua grande parte, por administradores, mercadores, missionários e militares provenientes de diversas porções do globo, tais registros apresentam um volumoso quadro de informações e representações que engendraram, ao

¹⁰ Para uma discussão sobre as gêneses das construções discursivas sobre África no pensamento ocidental, conferir as reflexões do intelectual congolês: MUDIMBE, V. Y. *A Invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde: Edições Pedago/Edições Mulemba, 2013 e *Idem, A ideia de África*. Luanda/Mangualde: Edições Pedago/Edições Mulemba, 2014.

longo dos séculos, múltiplas percepções sobre as movimentações africanas.¹¹ Nesse quadro, salientamos que embora a descrição do território africano figurasse como tema de narrativas de gregos, árabes e orientais desde pelo menos o século V a.C, foi a partir da segunda metade do século XV, no âmbito das Grandes Navegações, que a produção de narrativas europeias sobre a África adquiriu maior peso.¹² Particularmente no caso português, o estabelecimento de feitorias e espaços fortificados em certos pontos da costa ocidental africana, processo iniciado entre as décadas de 1440 e 1450, e o desenvolvimento e a expansão do comércio e das relações transatlânticas ao longo dos séculos XVI e XIX, deram vazão a uma ampla produção de cartas, relatórios, documentos e relatos de viagem lusos sobre os espaços africanos.

A historiografia vem demonstrando que longe de serem produtos imediatos da observação do narrador ou “retratos fiéis” da realidade, os escritos de viagem, pensados como gêneros híbridos que comportam a intersecção de vários modelos discursivos, devem ser interpretados como frutos de percepções e impressões registradas, os quais, muitas vezes, sofreram modificações no momento de sua edição.¹³ Dentre as publicações analisadas notamos, particularmente, ao longo da leitura dos quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e de *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* a recorrência da pluralidade de registros. Isso porque, a descrição sobre a viagem à Mussumba encontra-se entremeada não só por cartas, ofícios, tratados, listas e relatórios de diversas autorias, mas também por recursos imagéticos expressos tanto no plano da linguagem cartográfica, visível nos mapas, plantas e diagramas, quanto no plano da ilustração, perceptível nas centenas de gravuras de pessoas, objetos, paisagens e animais que integram tais escritos. Assim, a variedade de recursos textuais e visuais presentes nas publicações expõe não só o caráter heterogêneo desse *corpus* documental, como também nos impõe o desafio de identificar uma série de operações editoriais envolvidas ao longo de sua produção.

¹¹ A recente obra organizada por Alberto da Costa e Silva apresenta mais de oitenta textos produzidos por autores de diferentes nacionalidades em distintos períodos. COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹² *Ibidem*, pp. 9-16.

¹³ Para um breve balanço metodológico sobre os relatos de viagem como fontes documentais, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa, vol.II*. São Paulo: USP/FFLCH-Editora Humanitas, 2011, pp. 44-61.

Por outro lado, levando-se em conta a necessidade de identificar os pontos de tensão e os diferentes níveis de alteridade e ambivalência que conformam as estratégias de discurso mobilizadas pelo narrador dos relatos de viagem, que trafegam entre a “materialidade da experiência e a subjetividade do olhar”¹⁴, destacamos como leituras referenciais as obras *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*¹⁵, de Mary Louise Pratt e *Cultura e imperialismo*¹⁶ de Edward Said. Em *Os olhos do Império*, Pratt propõe uma análise sobre o gênero da literatura de viagem na medida em que o compreende como fenômeno mais amplo do imperialismo. Em sua obra, a autora mobiliza o conceito de “zona de contato”, espécie de fronteira em que, em um contexto de relações de poder assimétricas, se dá o processo da “transculturação”¹⁷, caracterizado pela troca cultural entre colonizadores e colonizados em uma situação de domínio imperial. Adotando esse viés, Pratt investiga os relatos de diferentes viajantes entre os séculos XVIII e XIX elaborados sobre regiões da África e das Américas a fim de entender como tais narrativas contribuíram para disseminar a criação de estereótipos, exotismos e construções de imagens fundamentadas na ideia de subordinação dos povos não europeus.

Já as análises tecidas por Edward Said nos ensaios que compõem *Cultura e imperialismo* nos permitem vislumbrar, por meio de diferentes expressões artísticas e culturais produzidas pelo Ocidente, os entrelaçamentos derivados de experiências históricas travadas entre conhecimento e poder. Na abordagem perpetrada por Said, apropriando-se, muitas vezes, de observações legitimadas pela “autoridade do olhar europeu”¹⁸, as diferentes modalidades descritivas, configuraram-se como usinas para a construção de representações e vetores de difusão de diversos discursos sobre o “outro” não europeu. Nesse sentido, as reflexões elaboradas pelo teórico nos são caras, pois possibilitam entender como as narrativas de viagem e os romances publicados na transição entre o século XIX e início do XX operaram como poderosos suportes culturais do imperialismo em processo de constituição e contribuíram para imprimir e

¹⁴ FRANCO, Stella Maris Scatena. “Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental”. In: JUNQUEIRA; FRANCO (orgs.), *op. cit.*, pp. 62-86, p. 76.

¹⁵ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

¹⁶ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁷ Cunhado por Fernando Ortiz em sua obra *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* nos anos 1940, o termo “transculturação” também foi apropriado pelo teórico Angel Rama no campo dos estudos literários na década de 1970. PRATT, *op. cit.*, p. 30.

¹⁸ SAID, *op. cit.*, p. 112.

perpetuar, no imaginário ocidental, determinadas ideias e percepções sobre as populações não europeias.

Endossando essa chave analítica na qual o discurso se apresenta como esfera privilegiada para a análise das representações europeias sobre o “outro” colonial, a recente pesquisa elaborada por Alexsander Gebara em *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865*¹⁹ elucida as múltiplas dimensões que confrontos e resistências adquirem no plano discursivo. Partindo dessa perspectiva, Gebara volta seus olhares para o entendimento das dinâmicas políticas e culturais travadas entre Inglaterra e a região da África Ocidental no início da segunda metade do século XIX. Ao se debruçar sobre a natureza das narrativas produzidas por Burton acerca das populações africanas, o historiador propõe um exercício de deslocamento do olhar na medida em que reforça a possibilidade de interpretarmos tais relatos de maneira menos polarizada ou esquemática, pensando as distintas vozes dos grupos ditos “subalternos” como agentes significativos na montagem desse discurso. Avançando nas considerações sobre o uso das narrativas feitas pelos autores acima citados, Gebara afirma:

É possível notar, por exemplo, uma história de resistências africanas, mesmo em textos de conteúdo nitidamente eurocêntrico, trazendo a África e os africanos como agentes históricos atuantes para a configuração dessas relações, mesmo que o resultado dessa agência possa ter sido o recrudescimento de políticas de controle direto no final do século XIX.²⁰

Assim, a leitura de trabalhos que se propõem a investigar o processo de construção do discurso enquanto espaço de enfrentamento, dominação e resistência revelou-se fundamental para a elaboração desta pesquisa. De maneira mais específica, sobre a utilização de fontes europeias para os estudos das sociedades centro-africanas destacamos os trabalhos desenvolvidos pelas autoras Ana Paula Tavares²¹, Beatrix Heintze²², Isabel Castro Henriques²³, Jill Dias²⁴ e Maria Emília Madeira Santos.²⁵ As

¹⁹ GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda, 2010.

²⁰ *Ibidem*, p. 18.

²¹ TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História, memória e identidade: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Tese de doutorado em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

²² HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos...*, op. cit. e *Idem. Angola nos séculos XVI e XVII: Estudo sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007. Para a compreensão das implicações metodológicas envolvidas na leitura de narrativas europeias como fontes para a construção de uma

abordagens empreendidas pelas referidas pesquisadoras, especialmente nos trabalhos voltados para análise de relatos de expedicionários e comerciantes que produziram textos sobre as populações da África Centro-Occidental no final do XIX, oferecem um importante aparato teórico-metodológico frente ao desafio de identificar as agências históricas africanas presentes nessas narrativas.

Predominantemente europeia, a produção historiográfica sobre o tema no Brasil é relativamente recente. Nesse cenário, sublinhamos os trabalhos das historiadoras Maria Cristina Cortez Wissenbach e Elaine Ribeiro. Por meio do estudo da trajetória social de personagens inseridos nas tramas do mundo atlântico entre os séculos XVIII e XIX, Cristina Wissenbach, em seus recentes trabalhos²⁶, tem canalizado suas atenções para o entendimento das relações sociais estabelecidas na construção do espaço ultramarino. A partir desse recorte, o qual propõe um exercício de reavaliação metodológica acerca da natureza destas fontes documentais composta por tratados e relatos legados por cirurgiões, práticos, viajantes e mercadores de distintas nacionalidades que evidenciaram aspectos do tráfico transatlântico de mão de obra escravizada, Cristina Wissenbach discorre sobre os mecanismos envolvidos no processo de produção e circulação de saberes europeus, americanos e africanos nesse contexto.

Tendo como principal objetivo a compreensão do papel dos trabalhadores centro-africanos envolvidos na expedição de Henrique de Carvalho, *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda*

história africana, consultar também: HEINTZE, Beatrix; JONES, Adam (orgs.) “European sources for sub-saharan african before 1900. Uses and abuses”. *Paideuma*. Stuttgart: Frobenius-Institut, nº 33, 1987.

²³ HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997 e *Idem*. “Presenças angolanas nos documentos escritos portugueses”. In: *Actas do II seminário Encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997, pp. 25-62.

²⁴ DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova história da expansão...*, op. cit., pp. 319-378.

²⁵ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: CEHCA; IICT, 1988 e *Idem*. *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola – século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

²⁶ Conferir, entre outros, os artigos: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos luso-afro-brasileiros”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. (orgs.). *O Império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Editora Alameda, 2009, pp. 389-406, *Idem*. “Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos”. In: MELLO E SOUZA, Laura de; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 281-300, *Idem*. “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, pp. 43-90 e *Idem*. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840 a 1870)”. *Revista de História*, São Paulo, fev. 2015, pp. 163-195.

(1884-1888)²⁷, fruto da dissertação de mestrado de Elaine Ribeiro, se alicerça em uma problemática histórica mais ampla, relacionada aos processos de resistência e organização desses indivíduos, bem como suas concepções de direitos frente às novas formas de exploração do trabalho no período pós-abolição do tráfico e do recrutamento forçado de carregadores em Angola. Seguindo essa perspectiva, tais reflexões nos possibilitam entrever como determinadas descrições, muitas vezes alicerçadas em elementos discursivos que procuravam reduzir e homogeneizar o dinamismo histórico dos grupos sociais analisados, podem ser utilizadas para buscarmos um entendimento mais profundo sobre o peso da participação de tais personagens históricos no período estudado.

Como assinalamos anteriormente, os trabalhos fotográficos realizados durante a expedição e a significativa presença de gravuras que ilustram as obras não deixaram de ser contemplados em nossa pesquisa. Assim, a fim de traçarmos considerações mais consistentes acerca dos recursos imagéticos presentes nesses relatos, selecionamos algumas obras voltadas para a discussão sobre o lugar das representações visuais na composição das narrativas de viagem produzidas por europeus sobre o continente africano durante a segunda metade do século XIX. Dentre os trabalhos mapeados, sublinhamos as obras da autora Elizabeth Edwards²⁸, nome de relevo no quadro de estudiosos que atualmente tem se dedicado a problematizar as tramas tecidas em torno dos campos da história, da antropologia, da cultura visual e material. As considerações traçadas por Edwards são inspiradoras na medida em que se distanciam de uma concepção a-histórica das representações visuais ao captarem as tensões que circundam as práticas fotográficas. Particularmente no que diz respeito à produção fotográfica no contexto colonial português ao longo do século XIX e parte do século XX, chamamos a atenção para a recente obra *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*.²⁹ Organizada pela historiadora Filipa Vicente, a publicação é fruto de um esforço investigativo coletivo que congregou grande número de especialistas de diversas áreas voltados para a discussão sobre o assunto.

²⁷ RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.

²⁸ EDWARDS, Elizabeth. *Raw Histories: photographs, anthropology and museums*. Nova York: Berg, 2001, *Idem*. "Material beings: objecthood and ethnographic photographs". *Visual Studies*, vol. 17, nº. 1, 2002, pp. 67-75 e *Idem*; HART, Janice (orgs.). *Photographs, objects, histories: on the materiality of images*. Londres: Routledge, 2004.

²⁹ VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Editora Almedina, 2014

No que se refere às relações travadas entre fotografia e gravuras, especialmente no contexto das expedições europeias à África Central, amparamo-nos principalmente nas reflexões contidas nas obras *Visualizing Africa in nineteenth-century british travel accounts*³⁰, de Leila Koivunen, *Light on darkness? Missionary photography of Africa in the nineteenth and early twentieth centuries*³¹, de T. Jack Thompson e *Um império de papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*³², de Leonor Pires Martins. Publicados em 2009 e 2012, os trabalhos empreendidos respectivamente por Koivunen e Thompson discutem, em linhas gerais, de que maneira viajantes como o missionário David Livingstone e o jornalista Henry Morton Stanley, entre outros expedicionários, lançaram mão do registro fotográfico e de gravuras como elementos indissociáveis de suas narrativas sobre o continente africano. Ao enveredar pelos intrincados nexos que envolvem as fotografias elaboradas em campo e os trabalhos posteriores que resultariam na iconografia que integra as edições destes relatos, os argumentos desenvolvidos pelos autores nos apontam para uma série de negociações e embates que interferiam no processo de criação e difusão destas imagens. Aproximando-se ainda mais do objeto de análise desta dissertação, o trabalho desenvolvido por Martins revelou-se como referência fundamental para entendermos os circuitos de produção, circulação e disseminação da iconografia das incursões promovidas pela coroa portuguesa aos territórios da África Centro-Ocidental nas últimas décadas do XIX.

De maneira geral, a inserção de tais estudos nos ofereceu novas perspectivas direcionadas para abordagem de fontes imagéticas e contribuiu de maneira significativa para avançarmos no entendimento do peso das ilustrações na constituição das narrativas de viagem privilegiadas pela presente pesquisa. Desse modo, levando-se em conta as conexões travadas entre fotografias e ilustrações verificadas também nas publicações da expedição portuguesa à Lunda, as análises críticas empreendidas por Koivunen, Thompson e Martins nos permitem, dentro de um panorama mais amplo, identificar divergências e pontos comuns na construção imagética acerca da África Central empreendida pelas expedições na segunda metade do XIX.

³⁰ KOIVUNEN, Leila. *Visualizing Africa in nineteenth-century british travel accounts*. Nova York: Routledge, 2009.

³¹ THOMPSON, T. Jack. *Light on darkness? Missionary photography of Africa in the nineteenth and early twentieth centuries*. Michigan: Eerdmans, 2012.

³² MARTINS, Leonor Pires. *Um império de papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012.

Em outra direção, na tentativa de compreender os objetos enquanto fontes documentais capazes de revelar arranjos e dinâmicas das sociedades estudadas torna-se imprescindível selecionar autores que discutam e problematizem a questão da cultura material no campo historiográfico. De acordo com os levantamentos realizados por Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez em verbete da enciclopédia Einaudi³³, embora houvesse, desde o século XIX, a noção de cultura material entre alguns historiadores, foi no final dos anos 1920, com a Escola dos Annales que o termo ganhou fôlego no processo de renovação da produção historiográfica. Na esteira dessa perspectiva, os estudos empreendidos por Fernand Braudel em *Civilização material, economia e capitalismo* (1967)³⁴ também adensaram a discussão sobre o tema. Apesar das peculiaridades que marcam as reflexões teórico-metodológicas empreendidas por tais autores, a breve menção a esses trabalhos nos permite entrever como o processo de incorporação da cultura material enquanto objeto da pesquisa histórica contribuiu para ampliar os horizontes historiográficos.

Segundo a definição dada pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, “a expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado”.³⁵ É certo que a extensão do conceito nos possibilita construir múltiplas aproximações com as áreas de antropologia, arqueologia e sociologia, por exemplo. Amparando-se nos intercâmbios partilhados entre variados campos disciplinares, uma série de estudos realizados nas últimas décadas vem retomando a discussão acerca da cultura material atentando para a compreensão de como os objetos não apenas representam, mas mediam e constituem relações sociais. Na linha destas investigações que procuram desvendar as “agências” dos artefatos nos processos históricos, destacamos *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*³⁶, coletânea de artigos organizada por Arjun Appadurai, *Interpreting objects and collections*³⁷, estudos reunidos por Susan Pearce e, mais recentemente, *Materiality*:

³³ BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. “Cultura Material” In: *Enciclopédia Einaudi. Homo - Domesticação - Cultura Material*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. 16, 1989, pp. 11-47.

³⁴ Entre os três volumes da obra, ver especialmente: BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV- XVIII)*, vol. II: *Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

³⁵ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, pp. 89-103, p. 100.

³⁶ APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2010.

³⁷ PEARCE, Susan M. (org.). *Interpreting objects and collections*. Londres: Routledge, 1994.

*politics, history and culture*³⁸, obra organizada pelo antropólogo britânico Daniel Miller e *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*³⁹, ensaios produzidos pelo mesmo autor. Dessa maneira, apoiando-nos nos diálogos interdisciplinares que a abrangência do conceito nos permite, buscamos, sobretudo, não perder de vista o reconhecimento da cultura material inserida em uma problemática historiográfica mais ampla, como sintetiza o historiador Marcelo Rede:

Quais os potenciais e os limites da cultura material para propor e resolver problemas históricos? Quais as particularidades e forçosas adaptações metodológicas requeridas pela mobilização desse tipo de fonte? Que lugar a cultura material ocupa no espectro de fontes utilizadas e como se dá a sua articulação? Em suma, como fazer da cultura material documento e quais as implicações disso para a historiografia?⁴⁰

Direcionando nossos olhares para a produção acadêmica brasileira dedicada aos estudos sobre cultura material das sociedades africanas sob perspectiva histórica, mencionamos os trabalhos da antropóloga Marta Heloísa Leuba Salum. Tendo como ponto de partida o exame de três contas que foram localizadas, por meio de escavações, no Engenho dos Erasmos (litoral paulista), o texto “Por mais que sejam belas, que dizem simples contas?”⁴¹ insere-se na esteira de reflexões que procuram dar voz à diversidade de aspectos que podem ser encontrados e explorados no estudo da cultura material. Embora suas considerações recaiam sobre a compreensão da circulação dessas três contas nos espaços do Mediterrâneo, da África e da América, tomamos seu percurso reflexivo como exemplo, pois nos permite não só destacar as formas de produção e participação nas atividades de trocas comerciais desenvolvidas entre europeus e africanos, como também interpretar tais objetos, no caso, as contas, à luz da pluralidade de seus valores e significados.

Igualmente importante para a constituição do arcabouço teórico-metodológico centrado nos estudos da cultura material africana e afro-americana são os diversos

³⁸ MILLER, Daniel (org.). *Materiality: politics, history and culture*. Durham: Duke University Press, 2005. Recomendamos, nessa compilação, o balanço sobre o conceito de materialidade discutido por Miller. Disponível em: http://www.ucl.ac.uk/anthropology/people/academic_staff/d_miller/mil-8 Último acesso em: 25/03/2014.

³⁹ MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013. O título aqui referenciado é tradução da obra intitulada *Stuff*, publicada em 2010. *Idem. Stuff*. Cambridge: Polity Press, 2010.

⁴⁰ REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 4, jan./dez. 1996, pp. 265-282, p.265-266.

⁴¹ SALUM, Marta Heloísa Leuba. “Por mais que sejam belas, que dizem simples contas?” In: *Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém, 2009, pp. 69-76.

ensaios reunidos em *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*⁴², livro organizado por Camilla Agostini. Estabelecendo diálogos com pesquisas das áreas da arqueologia, história, antropologia e museologia a recente publicação se destaca por apresentar estratégias metodológicas a fim de revelar novos horizontes para as investigações sobre as dinâmicas e experiências sociais, culturais e simbólicas de africanos e afrodescendentes no mundo atlântico.

De maneira mais específica, alguns estudos pautados nas problematizações em torno das tramas estabelecidas entre museus, antropologia, cultura material e coleções etnográficas no contexto das últimas décadas dos oitocentos não deixaram de ser agregados ao conjunto bibliográfico. Entre as publicações, citamos os trabalhos *Colonialism and the object: empire, material culture and museum*⁴³, *The scramble for art in Central Africa*⁴⁴, *Reinventing Africa: museums, material culture, and popular imagination in late Victorian and Edwardian England*⁴⁵ e *Museums, anthropology and imperial exchange*.⁴⁶

Já para um entendimento mais apurado acerca do pano de fundo institucional que emoldurou as incursões no interior africano realizadas por viajantes como Alexandre de Serpa Pinto, Hermenegildo Capello, Roberto Ivens e Henrique de Carvalho entre as décadas de 1870 e 1880, elencamos o livro *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*⁴⁷, de Maria Manuela Cantinho Pereira. Em linhas gerais, a obra traça um panorama do papel da Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, na conformação dos programas científicos das expedições portuguesas entre no final do século XIX com destino a diferentes partes de seu domínio ultramarino. Abordada pela pesquisadora portuguesa, a coleção etnográfica composta por mais de cinquenta objetos coletados ao longo da expedição à Lunda também foi alvo da dissertação de mestrado intitulada *A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de*

⁴² AGOSTINI, Camilla (org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

⁴³ BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (orgs.). *Colonialism and the object: empire, material culture and museum*. Nova York; Londres: Routledge, 1998.

⁴⁴ KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁴⁵ COOMBES, Annie E. *Reinventing Africa: museums, material culture, and popular imagination in late Victorian and Edwardian England*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1994.

⁴⁶ HENARE, Amiria. *Museums, anthropology and imperial exchange*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

⁴⁷ PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

*estudo e conservação e restauro*⁴⁸, desenvolvida por Lia Santos Jorge. Sob o prisma das reflexões em torno das coleções etnográficas e de sua inserção nos museus, este último trabalho apresenta considerações sobre o levantamento e as descrições das peças no contexto da coleção.

Fruto das discussões realizadas no bojo do projeto “EXPLORA - A Coleção Henrique de Carvalho: Património Museológico e Construção de Saberes nos Finais do séc. XIX”⁴⁹, coordenado por Maria Manuela Cantinho Pereira, a expedição que constitui o cerne de nossa pesquisa foi tema de uma exposição organizada pelo Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa em 2012. Lançado na ocasião, o catálogo *Memórias de um explorador: a coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*⁵⁰, organizado por Luís Aires-Barros, reúne preciosas imagens e relevantes artigos produzidos por pesquisadores de diferentes instituições que discutem a expedição portuguesa rumo à Mussumba do Muatiânvua a partir de distintos olhares, como a circulação de conhecimentos entre europeus e africanos nesse contexto, o papel das expedições na política colonial lusitana do período, os arranjos sociais e as hierarquias políticas centro-africanas descritas por Henrique de Carvalho em suas narrativas.

Como buscamos demonstrar, pensado como um dos espaços possíveis para o entendimento das relações travadas entre europeus e africanos, os relatos de viagem – interpretados como fontes historiográficas - são capazes de revelar preciosos elementos para pensarmos como se operaram os processos de resistências e enfrentamento sociais no âmbito dessas relações. Dentro do recorte proposto, o qual privilegia a investigação sobre as respostas e participações africanas durante a expedição, procuraremos compreender as práticas comerciais e as descrições de produtos, bens de consumo e objetos solicitados pelos grupos africanos, como parte de uma cadeia de interações mais amplas que nos revela determinadas experiências e mudanças sociais, perceptíveis na incorporação de tais artefatos como expressões identitárias e culturais por parte das

⁴⁸ JORGE, Lia Santos. *A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*. Dissertação (Mestrado em Museologia). Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/ Instituto Universitário de Lisboa (IUL), 2008.

⁴⁹ O projeto - que resultou de uma parceria entre o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Academia das Ciências de Lisboa - teve como objetivo estudar a coleção de Henrique de Carvalho e sua relação com a documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Informação retirada de: <http://www2.iict.pt/?idc=27&idi=18487> Último acesso em: 03/08/2014.

⁵⁰ AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012.

sociedades centro-africanas envolvidas com a referida expedição. Assim, transitando por inúmeros terrenos, a construção de um entendimento sobre os objetos suscita grandes questões e nos aponta a necessidade de se repensar as múltiplas dimensões da cultura material enquanto fonte documental, estabelecendo novas searas investigativas sobre o tema.

A fim de explorarmos as temáticas mencionadas nas páginas anteriores, dividimos esta dissertação em quatro capítulos. Na primeira seção, intitulada “Expedições e narrativas de viagem sobre a África Central (segunda metade do século XIX)” discutimos o papel das expedições europeias rumo ao interior do continente africano nas últimas décadas do século XIX, voltando nossas atenções particularmente para as viagens empreendidas pelo governo português do período e o peso da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) na promoção desses eventos. Nesse sentido, ainda que nossa pesquisa não se fundamente na análise exaustiva dos meandros institucionais da SGL no final do século XIX⁵¹, reconhecemos que o entendimento acerca das ações encabeçadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa que emolduraram as incursões pelo interior africano entre as décadas de 1870 e 1880, nos oferece suporte para avançarmos na compreensão do estreito laço entre as diretrizes definidas pela SGL com relação às possessões ultramarinas portuguesas e o apoio às expedições rumo ao continente africano. A apresentação das obras selecionadas referentes à viagem também compõe esta primeira parte.

Em “Imagens em movimento: as representações visuais nos relatos da expedição portuguesa à Mussumba”, segundo capítulo da presente dissertação, nos dedicamos à análise de aspectos relacionados à composição visual dos relatos abordados, fator indispensável para alcançarmos uma compreensão mais abrangente da natureza discursiva das obras investigadas. Por meio do vasto repertório visual produzido tanto durante a viagem quanto após a incursão por terras centro-africanas, traçamos reflexões sobre a relevância dos recursos visuais presentes nas narrativas de Henrique de Carvalho e nos relatos de viagem de diferentes expedicionários que percorreram zonas da África Central no segundo quartel dos oitocentos na conformação de um determinado imaginário ocidental sobre o continente e suas sociedades.

⁵¹ Sobre o assunto, consultar as obras: GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Horizonte, 1984 e PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

Ainda nesta seção, evidenciamos o complexo trânsito de gravuras verificadas a partir de um pequeno conjunto de representações que constituem o último volume de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*⁵², publicado em 1894, e que guardam estreitas aproximações formais com *Heroes of the Dark Continent and How Stanley found Emin Pasha*⁵³ (1890), do norte-americano James William Buel. Por meio do exame dessa série de ilustrações extremamente semelhantes identificadas nesses dois livros, investigamos a circulação dessas representações visuais sobre os espaços africanos durante a segunda metade do século XIX, demonstrando a inserção da obra de Henrique de Carvalho nesse fenômeno mais geral.

Já no capítulo 3, “Entre a ciência e o comércio: percepções sobre cultura material nas narrativas de viagem de Henrique de Carvalho”, nos voltamos para a investigação acerca dos distintos lugares ocupados pelas descrições sobre cultura material africana contidas nas publicações analisadas. Dentro desse escopo mais amplo, as referências textuais e visuais sobre os diversos artefatos africanos observados ao longo do trajeto à Lunda, bem como a atividade de coleta de certos objetos para a formação da coleção etnográfica que posteriormente seria integrada ao acervo da Sociedade de Geografia de Lisboa, nos evidenciam como a cultura material foi englobada pela agenda científica das expedições como instrumento de conhecimento e normatização das populações não europeias.

Entretanto, como buscaremos explorar ao longo deste mesmo capítulo, circunscrever a diversidade de considerações sobre os objetos centro-africanos contida nas publicações da viagem apenas aos interesses científicos declarados por Henrique de Carvalho seria perder de vista a pluralidade de abordagens que as referências sobre esses objetos pode nos apresentar. Partindo desse viés interpretativo, as descrições sobre a vida material dos grupos locais também são capazes de nos descortinar uma série de respostas e agenciamentos das sociedades centro-africanas a partir das formas de apropriação de diferentes objetos, especialmente os artigos estrangeiros provenientes das conexões comerciais estabelecidas entre estas populações locais e o espaço atlântico. Levando-se em conta os objetivos comerciais da expedição, nosso interesse também recaiu na análise das preferências centro-africanas por determinadas

⁵² CARVALHO, Henrique A. D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. IV: “Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”. Lisboa: Typographia do Jornal As Colónias Portuguezas, 1894.

⁵³ BUEL, James W. *Heroes of the Dark Continent and How Stanley found Emin Pasha*. Guelph Ontario, 1890.

mercadorias. Conforme pretendemos discutir, tais predileções procuraram ser captadas pelos agentes estrangeiros e transpostas para a lista de produtos europeus mobilizados por representantes de distintas nações imperialistas que transitavam pelo interior africano no final do século XIX. Ainda no que diz respeito aos diversos significados que certos objetos estrangeiros adquiriram na vida cotidiana das populações da África Centro-Occidental descritas pelas obras estudadas, chamamos a atenção para um dos artigos considerados indispensáveis por todos que circulavam pelos sertões africanos: as miçangas. Acreditamos que os usos sociais das chamadas contas vítreas por parte dos grupos locais podem ser tomados como exemplos para discutirmos a polissemia dos objetos, a atribuição de valores e as formas de integração desses artigos no universo social das populações centro-ocidentais africanas observadas por Henrique de Carvalho.

Em “Bens de prestígio e insígnias de poder”, quarto e último capítulo que compõe este trabalho, visamos entender - sob a ótica da cultura material como fonte para a história social - como certos objetos advindos das interações travadas entre europeus e centro-africanos foram apropriados e reinterpretados em diferentes contextos. Norteados por esta problemática, enveredamos pelos mecanismos sociais e políticos envolvidos nas constantes práticas de trocas de presentes estabelecidas entre as autoridades políticas africanas e os membros da expedição. Pensado como uma espécie de protocolo diplomático seguido há séculos por viajantes que tencionavam estabelecer acordos políticos e comerciais com as lideranças locais, o ato de ofertar e aceitar presentes apresentava-se como regra indispensável. Por meio da análise de algumas passagens das narrativas que explicitam como a expedição portuguesa lançou mão de um amplo repertório material a fim de garantir o prosseguimento da viagem em solo africano, pretendemos compreender como a grande diversidade de objetos mobilizados para este intuito foi, por sua vez, revestida por um *status* de bens de prestígio e instrumentalizada como sinais de distinção social por parte das autoridades centro-ocidentais africanas.

Na segunda parte deste capítulo, chamamos a atenção para o lugar de relevo dos símbolos de autoridade no processo de conformação e manutenção do poder político do império da Lunda. Ressaltamos que o tema revelou-se como foco de grande interesse no conjunto das descrições elaboradas por Henrique de Carvalho, que não só destinou um significativo número de páginas em seus relatos sobre o tema, como também se empenhou na recolha etnográfica de objetos relacionados à estrutura de poder político

das populações com quem travou contato. Por fim, concluímos esta última seção buscando reconhecer de que maneira a incorporação de artigos provenientes das conexões entre os povos do interior da África Centro-Occidental, as redes de comércio de longa distância e as expedições europeias no final do século XIX no circuito das insígnias de poder centro-africanas nos fornece elementos para visualizarmos identidades e hierarquias políticas no âmbito dessas sociedades.

Sobre a estrutura deste trabalho mencionamos ainda a existência de um Glossário que reúne termos e expressões citados ao longo da dissertação referente tanto ao vocabulário centro-africano registrado por Henrique de Carvalho, quanto algumas palavras relacionadas às dinâmicas comerciais estabelecidas entre portugueses e africanos. Acreditamos que este material, ainda que muito sintético, possa auxiliar o leitor na compreensão das ideias desenvolvidas ao longo do texto.

CAPÍTULO 1

Expedições e narrativas de viagem sobre a África Central (segunda metade do século XIX)

Este primeiro capítulo tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, o conjunto documental elaborado pelo militar português Henrique de Carvalho acerca de sua viagem à Lunda realizada entre os anos de 1884 e 1888, relacionando-o ao cenário histórico no qual foi produzido. Congregando interesses comerciais, políticos e científicos, a expedição rumo ao coração do império Lunda desdobrou-se em diferentes publicações que buscavam descrever, por meio de textos, fotografias, mapas e gravuras, a passagem pelo interior da África Centro-Occidental. Para o desenvolvimento desta dissertação, privilegiamos a leitura dos quatro volumes da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*¹, editados entre 1890 e 1894, e do título *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*², publicada em 1890. De maneira complementar, permeiam também nossa análise considerações sobre o catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda)*³, editado em 1896, e sobre o *Album da Expedição ao Muatianvua* (1887).⁴

Adotando como ponto de partida tais obras, almejamos discutir o lugar ocupado por essas narrativas em um quadro mais amplo de relatos produzidos sobre a região a partir da segunda metade do XIX. Por meio da análise das fontes citadas buscamos, ao longo deste capítulo, compreender a estrutura desses escritos levando em conta a coexistência dos diferentes tipos de linguagem que emergem nesses relatos. Desse modo, reconhecendo as potencialidades investigativas que o estudo das publicações oriundas da expedição portuguesa à região da Lunda no último quartel do XIX é capaz

¹ CARVALHO, Henrique A. D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Lisboa: Imprensa Nacional; Typographia do Jornal As Colónias Portuguezas, vol. I: “De Loanda ao Cuango”, 1890; vol. II: “Do Cuango ao Chicapa”, 1892; vol. III: “Do Chicapa ao Luembe”, 1893 e vol. IV: “Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”, 1894.

² *Idem*. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

³ SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda). Catalogo original*. Lisboa: Museu Colonial e Ethnographico da Sociedade de Geographia; Imprensa Nacional, 1896.

⁴ CARVALHO, Henrique A. D. de (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887. Para a elaboração desta dissertação, utilizamos a edição recentemente digitalizada do álbum que contém 287 fotografias (provas em gelatina) e legendas manuscritas, disponível para consulta na página virtual da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/album.htm#>. Último acesso em: 11/03/2014.

de nos descortinar, visamos elaborar uma leitura mais abrangente sobre o repertório documental levantado. Para isso, elencamos como questão central a ser discutida neste primeiro capítulo, a apresentação do perfil das narrativas de Henrique de Carvalho à luz de seu ambiente de produção.

1.1. Os relatos de viagem na construção de saberes sobre os territórios africanos

A viagem realizada pelo militar português Henrique de Carvalho rumo ao interior da porção centro-ocidental do continente africano entre os anos de 1884 e 1888 se insere em um quadro histórico mais amplo do movimento de expedições na África que conjugavam interesses econômicos, militares e científicos encabeçadas por diversas nações europeias ao longo da segunda metade do século XIX. Embora o território mencionado fosse alvo do interesse de viajantes e mercadores europeus desde pelo menos o século XV, como nos apontam uma série de fontes documentais e estudos⁵, foi durante o século XIX que se intensificaram as iniciativas de reconhecimento e penetração efetiva no interior do continente. Ao se debruçar sobre os perfis das ações europeias direcionadas para o avanço sob o território africano no período, Maria Emília Madeira Santos em sua obra *Nos caminhos de África*, sintetiza:

A expansão europeia do século XIX realizou-se fundamentalmente por três vias: científica, tecnológica e da exploração económica. Estes meios resultaram de um processo lento, que iria atingir o seu máximo a partir de 1876. Só no último quartel do século XIX, quando o mundo ocidental se apercebeu da existência de riquezas susceptíveis de se rendibilizarem, é que a área africana, que estamos estudando, veio a ser explorada pelo capitalismo europeu.⁶

As transformações das estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais ocorridas no cenário internacional, principalmente a partir da década de 1870, impulsionaram a “corrida” das potências europeias à África. Nesse processo, a consolidação do sistema capitalista mundial e a demanda por matérias-primas capazes de sustentar o acelerado desenvolvimento industrial atraíram os olhares de países como França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha a determinadas regiões do continente africano e

⁵ COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola – século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 488.

acentuaram a disputa entre as nações.⁷ A exigência de abertura dos mercados e o direito à livre concorrência no continente africano figuravam no centro desses interesses. No tabuleiro das relações internacionais, uma série de eventos e ações evidenciou o lugar-chave que o continente africano passou a ocupar perante os projetos imperialistas de certos países europeus. A realização da Conferência Geográfica de Bruxelas, promovida pelo rei Leopoldo II em 1876 e a criação, no bojo dessa reunião, da Associação Internacional Africana (AIA), presidida pelo monarca belga e sediada em Bruxelas, de certa forma sinalizava o desejo de controle sobre a porção central do continente. Composta majoritariamente por exploradores e geógrafos, a Conferência Geográfica de Bruxelas reuniu representantes de países como a Rússia, Áustria, Itália, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Bélgica.⁸ A implantação de bases de apoio nas regiões de Zanzibar e no estuário do rio Congo com a finalidade de abrigar viajantes e contribuir com o avanço da “civilização” dessas regiões por meio de trabalhos científicos e humanitários, a indicação de vias de acesso ao interior africano e a organização de um comitê internacional para coordenar tais ações apresentavam-se como as principais pautas discutidas na Conferência.⁹

Na esteira desses acontecimentos, o acirramento das disputas entre os países europeus culminou anos mais tarde na Conferência de Berlim (1884-1885), reunião na qual, entre outras resoluções, se ratificavam os princípios do livre comércio e da livre navegação nas bacias do Níger e do Congo.¹⁰ Sobre essa temática, já bastante discutida, é preciso atentar para a existência de algumas lacunas e generalizações em torno de episódios e participações. Segundo o historiador congolês Elikia M'Bokolo: “A Conferência de Berlim é um desses *eventos fundadores* que muitas vezes são investidos *a posteriori* duma importância, real ou simbólica, que não tinham no momento em que ocorreram”.¹¹ É preciso reforçar que embora o assunto tenha sido objeto de debates

⁷ Para uma abordagem mais pormenorizada sobre o período, consultar: HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸ De acordo com Maria Manuela Cantinho Pereira, o não convite de Portugal para a participação da primeira reunião da Conferência de Bruxelas tornou ainda mais latente a necessidade da nação lusitana em promover expedições nacionais rumo ao interior do continente africano. PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 110.

⁹ WESSELING, Henk L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008, pp. 98-101.

¹⁰ Para verificar na íntegra os pontos acordados pela Conferência de Berlim, consultar a Ata Geral da Conferência publicada em: BRUNSCHWING, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2006, pp. 78-101.

¹¹ “[...] Sabe-se hoje que a partilha da África [...] que teve lugar na década de 1890 e no início do século

historiográficos e adquirido diversos contornos analíticos, torna-se indispensável problematizarmos as interpretações que perpetuaram uma ideia de associação direta entre a Conferência de Berlim e a “partilha” do continente, já que a maioria das fronteiras foi estabelecida por acordos bilaterais consensuais, anos após a Conferência.¹² Para além das discussões acerca dos motivos que deram vazão ao processo de expansão europeia, é necessário relativizar, portanto, o predomínio de teorias unidirecionais e eurocêntricas as quais, muitas vezes desconsideravam a perspectiva africana sobre o tema.

Como vimos, marcado por razões de ordem econômica, política, social, cultural e por embates diplomáticos, o processo de expansão europeia em direção à África pautou-se na articulação de diversos interesses.¹³ Nessa conjuntura, as expedições promovidas por certos países europeus que visavam explorar regiões situadas mais ao interior do continente africano operaram como um dos principais vetores das aspirações imperiais encabeçadas por nações como a França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha, por exemplo. Financiadas pelo governo, por companhias comerciais e por associações religiosas, muitas expedições incorporavam em sua agenda ambições científicas. Nesse ponto, é indispensável realçar o papel das chamadas Sociedades de Geografia em várias capitais da Europa¹⁴, instituições que contribuíram, em muitos casos, para moldar a natureza destas iniciativas. Em linhas gerais, para além das especificidades apregoadas pelas diretrizes de cada organização, as ações dessas instituições se voltavam para o fornecimento de apoio e patrocínio a pesquisas e estudos geográficos em regiões

XX, foi incorrectamente atribuída à Conferência de Berlim; o mito permanece tenaz, apesar dos esforços dos historiadores para restituírem o sentido do evento e definir os mecanismos do encadeamento de factos posteriores”. M'BOKOLO, Elikia (org.). *África negra. História e civilizações. Tomo II – Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, p. 311. Grifos do autor.

¹² De acordo com Wolfgang Döpcke: “Se, na Conferência de Berlim, não foi realizada a Partilha da África, nem foram estabelecidas as regras definitivas para a Partilha, quando e como foram estabelecidas as fronteiras coloniais? A maioria das fronteiras entre as esferas de influência das diferentes potências coloniais e, com isso, as fronteiras entre os futuros territórios coloniais foram estabelecidas consensualmente em acordos bilaterais após a Conferência de Berlim. A maioria destes acordos foi concluída nos anos [18]90”. DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol.1, nº 42, 1999, pp. 77-109, p. 85.

¹³ No artigo “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”, Uzoigwe elabora uma síntese sobre as diferentes teorias que se concentraram em abordagens de viés econômico, psicológico e diplomático sobre o imperialismo. UZOIGWE, Godfrey N. “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História Geral da África, vol.VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 21-50.

¹⁴ Segundo o levantamento realizado pela pesquisadora Cristina Pessanha Mary, entre as décadas de 1820 e 1870, havia mais de 30 instituições dessa natureza espalhadas em várias partes do mundo. MARY, Cristina Pessanha. *Geografias pátrias: Brasil e Portugal (1875-1889)*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 27.

consideradas, até então, “inexploradas”.¹⁵ A fim de legitimarem sua conquista do território, tais organizações se apropriavam de um discurso cientificista, fortalecido por teorias racializantes que tinham como objetivo eliminar a “barbárie” e “civilizar” o continente.¹⁶

Nesse panorama, Portugal não se esquivou de acompanhar o movimento internacional de crescente interesse pelos territórios africanos. Durante os oitocentos, as interações há séculos estabelecidas entre a coroa portuguesa e as regiões ultramarinas sob sua influência foram paulatinamente redesenhadas. Ao direcionarmos nossos olhares para as motivações apresentadas por Portugal nesse processo, torna-se indispensável frisar que o processo de desmantelamento de seu império atlântico, iniciado com a independência do Brasil, proclamada em 1822, contribuiu de maneira incisiva para reavivar os interesses portugueses nas potencialidades econômicas da África. Embora tenha sido medida que não conseguiu diminuir as exportações de escravizados nas regiões sob o domínio de Portugal, a extinção do tráfico transatlântico em Angola, decretada em 1836 por Sá da Bandeira¹⁷, sinalizou a tentativa de Portugal de estancar a exportação de escravizados a partir dos territórios portugueses e conseguir uma maior penetração econômica na África, a fim de fomentar a produção local e colonial. De acordo com a interpretação de Valentim Alexandre:

Entre as elites políticas portuguesas era então corrente a crença na riqueza das possessões de África, na extrema fertilidade dos solos tropicais e na profusão das suas minas de metais preciosos, ainda por explorar. Dominante logo nos primeiros anos do

¹⁵ A concepção do continente africano enquanto um espaço “virgem”, “obscuro” e “a-histórico” foi *topos* de diversas narrativas literárias que ganharam projeção durante o século XIX. O romance *Coração das trevas* (1899) de Joseph Conrad pode ser apontado como clássico exemplo desse gênero. Sobre o peso de diferentes gêneros literários no processo de depreciação do continente africano, conferir: ACHEBE, Chinua. “O nome difamado da África”. In: *A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 82-99 e HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, pp. 21-35.

¹⁶ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra”. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 748-787. Para uma abordagem sobre as conexões entre cientificismo e racismo na Inglaterra entre o final do XIX e o século XX, ver: STEPAN, Nancy. *The idea of race in science: Great Britain, 1800-1960*. Londres: Macmillan; Hamden, Connecticut: Archon Books, 1982.

¹⁷ Embora a abolição do tráfico em Angola date de 1836, a abolição total da escravidão em Angola só seria promulgada em 1878. Nota-se que ao longo da década de 1840 o tráfico, sobretudo nas partes centro-ocidentais e centro-orientais do continente africano, e o fornecimento de escravos para o Brasil manteve-se vigoroso. Sobre o tema, conferir, entre outros: CAPELA, José. *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura, 1810-1842*. Porto: Afrontamento, 1979 e MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

liberalismo, após 1834, o tema aparece-nos então em dezenas de artigos nos periódicos de todas as facções políticas, servindo de base à defesa do projecto colonial como via privilegiada para a regeneração nacional, compensando a perda do Brasil.¹⁸

Em outra direção, na perspectiva defendida pelo historiador João Pedro Marques, embora as discussões em torno do peso dos territórios africanos travadas entre distintos setores sociais portugueses fossem, ao menos no plano discursivo, acentuadas, foi apenas a partir da década de 1870, com a difusão cada vez mais crescente de relatos que davam conta da presença de estrangeiros nos territórios africanos, que Portugal passou a direcionar esforços na promoção de ações mais efetivas nas zonas africanas sob sua influência.¹⁹ Sem o intuito de adentrarmos as linhas argumentativas sustentadas por autores como Valentim Alexandre e João Pedro Marques, que possuem leituras distintas sobre os níveis de participação das elites portuguesas nos debates acerca dos rumos das possessões africanas ao longo do XIX, importa-nos, sobretudo, perceber que longe de se configurar como uma voz uníssonas, as ideias e projetos que se voltavam para debater o lugar das colônias africanas no império ultramarino português revelavam a existência de embates entre diferentes correntes ideológicas que, por sua vez, não se demonstravam alheias às questões coloniais.

Diante das reconfigurações nas relações estabelecidas entre a coroa lusa e suas possessões africanas, a busca, cada vez maior, por outros produtos que não a mão de obra escravizada, como a cera de abelha, a goma, a urzela, o marfim, a borracha e, a princípio, e em menor medida, gêneros agrícolas como o café, o algodão e a cana de açúcar, evidenciavam a necessidade de Portugal assegurar sua participação no comércio internacional. Nesse ponto, ressaltamos que nas últimas décadas a ideia de transição entre as atividades do tráfico e da produção dos chamados itens “lícitos” vem sendo discutida por uma série de pesquisadores como Isabel Henriques, Jean-Luc Vellut, Jill Dias, Maria Emília Madeira Santos e Maria Cristina Cortez Wissenbach.²⁰ Para além

¹⁸ ALEXANDRE, Valentim. “O império português (1825-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXXVIII, nº 169, 2004, pp. 959-979, p. 964.

¹⁹ MARQUES, João Pedro. “Quiméricos e reservados: imagens de África no Portugal de oitocentos”. In: HAVIK, Philip J.; SARAIVA, Clara; TAVIM, José Alberto (orgs.). *Caminhos cruzados em História e Antropologia. Ensaios de homenagem a Jill Dias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 93-107. Sobre as implicações do tráfico de escravizados e o processo de abolição em Portugal, conferir, do mesmo autor: *Idem. Os sons do silêncio...*, *op. cit.*

²⁰ Para discussões sobre o tema, ver: HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997; VELLUT, Jean-Luc. “L’économie internationale des côtes de Guinée Inférieure au XIXème siècle”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). In: *Actas da I Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: IICT, 1989; DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs.). *Nova história da expansão*

das especificidades que perpassam as análises sobre a questão, tais autores observam não uma ruptura, mas sim, um movimento de interpenetração entre o comércio de cativos e de gêneros primários no período. Assim, de acordo com a historiografia, apesar do interesse por esses produtos coexistir com o comércio transatlântico de escravizados desde o século XVI, foi durante a segunda metade do XIX que seu comércio adquiriu maior vulto.

Tal fenômeno impactou profundamente os grupos africanos envolvidos há muitas décadas nas redes de comércio.²¹ Inseridos nessa dinâmica, as respostas africanas frente às novas exigências do mercado internacional articularam diferentes práticas, técnicas e saberes.²² Especialmente na região da África Centro-Occidental, o nível de especialização manifestado por grupos como os quiocos, os bangalas e os lundas²³ em atividades mercantis relacionadas à caça, à extração, ao transporte e à comercialização de matérias-primas revelam o papel indispensável desses atores sociais no processo de interiorização do continente africano em meados do século XIX. Nesse sentido, a despeito das particularidades interpretativas sobre as causas e os desdobramentos decorrentes da reestruturação dos contatos mantidos entre portugueses e africanos, reconhecemos a conjuntura histórica aqui mencionada como um ponto de inflexão.

portuguesa, vol. X: *O império africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 319-378; SANTOS, Maria Emília Madeira. “Abolição do tráfico de escravos e reconversão da economia de Angola – um confronto participado por brasileiros”. *Studia*. Lisboa, nº 52, 1994, pp. 221-244. Publicado mais recentemente, o artigo “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840” de Cristina Wissenbach, também retoma e problematiza a questão dos negócios lícitos e ilícitos no período, mostrando a complexidade de suas vinculações. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, pp. 43-90.

²¹ Sobre a organização de grupos de comerciantes centro-ocidentais africanos especializados e a emergência de novos arranjos identitários nesse processo, conferir: DIAS, Jill. “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 315-343.

²² *Idem*. “Caçadores, artesãos, comerciantes, guerreiros: os cokwe em perspectiva histórica”. In: *A antropologia dos Tshokwe e povos aparentados*. Porto: FLUP, 2003, pp. 17-47.

²³ Os quiocos e os bangalas situam-se como um dos principais grupos sociais e étnicos aparentados com os lundas. Atuando como importantes intermediários comerciais durante a segunda metade do século XIX sua configuração sofreu profundas transformações nas últimas décadas desse século. Nesse aspecto residem algumas das interpenetrações entre as dinâmicas mais gerais e a organização política e social de grupos da África Central. Segundo Isabel Castro Henriques: “As decisões tomadas por Berlim em 1884-1885 abriram caminho a uma desestruturação das unidades políticas e étnicas: o grande conjunto lunda, que integrava os Quiocos e era aparentado com os Imbangalas, encontra-se, como tantos outros, partilhado, ‘repartido’ por três potências coloniais: Portugal, Inglaterra e Bélgica, esta representada pelo Estado Livre do Congo e pelo rei Leopoldo II”. HENRIQUES, *op. cit.*, p. 15.

Impactado pelo esfacelamento do império luso-brasileiro e diante da pressão exercida pelo avanço das demais potências europeias, o Estado português passou a concentrar, cada vez mais, suas atenções para os espaços africanos sob sua soberania. Assumindo um caráter mais denso a partir da segunda metade do século XIX, o debate sobre o lugar das possessões ultramarinas africanas norteou as discussões sobre a política colonial portuguesa, dividindo opiniões de diversos setores sociais.²⁴ É nesse cenário, portanto, pautado por intensas remodelações nos contatos estabelecidos entre Portugal, as diferentes nações europeias e as populações da África Central que se torna possível apreendermos o papel da expedição portuguesa liderada por Henrique de Carvalho em direção à Lunda e das narrativas de viagem publicadas nos últimos anos do XIX.

Conforme buscamos elucidar até aqui, as expedições comerciais, científicas e militares realizadas durante a segunda metade do século XIX com o intuito de explorar as regiões pertencentes à África Centro-Occidental, integraram uma cadeia mais ampla do redimensionamento do lugar econômico e político ocupado pelo continente aos olhos das potências europeias no processo de expansão de seus projetos imperialistas. Especificamente no caso da coroa portuguesa, o redirecionamento para terras mais afastadas da faixa litorânea nesse período foi estimulado, em linhas gerais, pelas articulações das necessidades em garantir o acesso ao comércio de matérias-primas e de assegurar sua influência em territórios que se revelavam como alvo das demais nações da Europa.²⁵ Sobre este último ponto, ressaltamos que, perante o avanço de países como Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra em porções da África Central, o discurso

²⁴ Sobre as diversas facetas da ideologia colonialista no XIX, Valentim Alexandre discorre: “Simplificando, podemos dizer que, nas primeiras fases do liberalismo português – desde sua instauração em 1834 até a década de setenta -, duas correntes coexistiam em matéria de política colonial: a dos pragmáticos, geralmente antigos detentores de cargos no ultramar, que tendiam a resistir às reformas em nome das realidades, fazendo prevalecer os interesses dos estratos dominantes nas possessões; e os que, como Sá da Bandeira, reclamando-se de princípios universalistas com origem nos espíritos das luzes, tentavam com maior ou menor sucesso transformar as sociedades coloniais escravagistas. Dominante – embora com muitas resistências – até ao último quartel de Oitocentos, esta corrente desfaz-se então: na generalidade, os teóricos juntam-se aos pragmáticos, na defesa de uma linha dura, de cariz racista, para as colónias”. ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 237.

²⁵ Apoiando-se nas interpretações desenvolvidas por Valentim Alexandre, autor aqui já citado, Omar Ribeiro Thomaz reconhece a impossibilidade de reduzir a “viragem africana” empreendida por Portugal no XIX apenas aos fatores da pressão internacional ou à ideia de um “imperialismo de prestígio”, já que tal interpretação reduziria tanto o peso das experiências portuguesas em solo brasileiro, quanto das atividades do tráfico negreiro e da formação de interesses locais na África e no Oriente. ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 17 *apud* THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fapesp, 2002, p. 33.

português alicerçado na reivindicação de seus “direitos históricos” apresentava-se como um recurso insuficiente na tentativa de estancar o ímpeto imperialista dessas nações que lançavam mão de estratégias para efetivar a exploração destes espaços.

Lembramos que se, durante séculos as atividades de muitos países europeus que mantinham relações comerciais com a África se limitava às ações fixadas no litoral desse continente, foi ao longo do século XIX que o perfil dessas interações assumiu novos tons. No que diz respeito ao movimento de incursão das viagens europeias para terras situadas mais ao interior, Mary Louise Pratt delimita a primeira metade do século XVIII como um momento que marcou profundas transformações na percepção dos viajantes europeus sobre a África e a América. Segundo a autora, foi a partir desse período que começou a ser gestada uma nova “consciência planetária”, a qual, segundo Pratt foi “marcada pela tendência à exploração do interior e pela construção do significado em nível global por meio dos aparatos descritivos da história natural”.²⁶ Diante desse processo de “interiorização” das potências imperiais no continente africano, iniciado no XVIII e cristalizado no XIX, os conhecimentos geográficos serviram como ferramentas fundamentais para viabilizar os projetos de exploração desses espaços. Nesse sentido, como nos aponta Edward Said em sua obra *Cultura e imperialismo* ao se debruçar sob os estreitos vínculos estabelecidos entre saber e poder, a geografia, como fonte para a produção de um saber especializado, foi extremamente mobilizada por parte das potências europeias no processo de legitimação de seu domínio espacial sobre territórios da Ásia, da África, da América e da Oceania.²⁷

Durante o século XIX, a proliferação das Sociedades de Geografia em centros da Europa é indicativa da função estratégica desse campo do saber no processo de expansão imperialista europeu. Como nos aponta Cristina Pessanha Mary:

seria impossível não reconhecer as sociedades de geografia dos Oitocentos como local privilegiado para compreender o sentido da geografia daquele período: de um lado, elas figuravam como centros propulsores de políticas ligadas a projetos nacionais. De outro, porque aglutinavam em seu interior várias vertentes da geografia, como a tradição cosmográfica, dedicada às investigações da estrutura física da Terra; a cartográfica,

²⁶ Dentro dessa perspectiva, a autora elege o ano de 1735 - data da publicação do *Sistema da Natureza*, de Carl Linné, o qual estabelecia um sistema classificatório que visava categorizar as formas vegetais do planeta, e da viagem de La Condamine, conhecida como a primeira expedição científica da Europa com o intuito de determinar o formato da Terra - como um ponto de inflexão no perfil das viagens europeias de exploração empreendidas em outros continentes. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p. 42.

²⁷ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 34-116.

preocupada com as representações gráficas (ambas com forte componente matemático e ligadas à astronomia); e o veio corográfico – relativo à descrição dos lugares –, muito próximo à história, à memória e à literatura.²⁸

Tal tendência adquiriu nítidos contornos na política portuguesa oitocentista, já que Portugal, mesmo que de maneira tardia se comparada às datas de criação das Sociedades de Geografia em capitais europeias como Paris (1821), Berlim (1828) e Londres (1830)²⁹, por exemplo, também se empenhou na criação de instituições, órgãos e comissões voltados para a construção de um saber geográfico sobre suas possessões ultramarinas. Fundada em 1875 por iniciativa particular de Luciano Cordeiro, Rodrigo Pequito, João Cândido de Moraes, Augusto Bettencourt e António Cândido de Figueiredo, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)³⁰ atuou de maneira decisiva no fomento das políticas de propagação da presença portuguesa em seus territórios ultramarinos, bem como na promoção do estudo e da divulgação de material científico, como relatórios, boletins e mapas relacionados às atividades lusas no além-mar.³¹ No ato de sua fundação, em 31 de dezembro de 1875, as diretrizes gerais da Sociedade de Geografia de Lisboa foram explicitadas: “É fundada uma sociedade que tem por fim o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e as explorações científicas de geografia, nos seus diversos ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações”.³²

É importante destacar que a criação da SGL não deve ser compreendida como um ato isolado no campo das políticas voltadas para a sistematização do estudo geográfico acerca do espaço ultramarino sob a influência portuguesa no período. A partir de meados da década de 1870, visualizamos a articulação de uma série de medidas que buscavam estabelecer um reconhecimento mais racionalizado desses lugares. No bojo dessas preocupações, assinalamos a fundação da Comissão Central

²⁸ MARY, *op. cit.*, p. 17.

²⁹ *Ibidem*, p. 27.

³⁰ Ainda hoje a SGL se mantém em funcionamento. Atualmente, a instituição abriga acervo etnográfico, documental e cartográfico relativo às expedições realizadas por Portugal em territórios ultramarinos no século XIX, além de promover e apoiar atividades, exposições e publicações voltadas para a pesquisa sobre seu patrimônio. Endereço eletrônico da Sociedade de Geografia de Lisboa: <http://www.socgeografialisboa.pt/>. Último acesso em: 16/03/2014.

³¹ Para um estudo sobre a dinâmica institucional desse espaço e suas ressonâncias sociais e políticas no contexto português do final do XIX, conferir, entre outros: GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Horizonte, 1984, e PEREIRA, *O museu etnográfico...*, *op. cit.*, pp. 113-287.

³² “Art.º1º. Estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), 1875” *apud* PEREIRA, *O museu etnográfico...*, *op. cit.*, p. 148.

Permanente de Geografia (CCPG) em 1876, a constituição da Comissão Africana (CA), em 1877, e a formação da Comissão de Cartografia (CC), criada em 1883.

Por iniciativa de Andrade Corvo e sob a responsabilidade do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, a Comissão Central Permanente de Geografia almejava apoiar o estudo dos solos, da vegetação, dos animais e dos habitantes das possessões ultramarinas.³³ Constituída como uma seção interna da Sociedade de Geografia de Lisboa e voltada para a discussão de “assuntos coloniais”, a Comissão Africana privilegiava as iniciativas de estudos relacionados à exploração científica articulada aos temas da soberania nacional.³⁴ Já a Comissão de Cartografia tinha, entre seus principais objetivos, o fomento da produção e a publicação de um conjunto de mapas e estudos de vertente geográfica sobre os domínios portugueses, entre eles a elaboração do “Atlas Geral das Colônias” organizado a partir de informações reunidas por missões voltadas para esse fim, por exemplo.³⁵ Para além das particularidades que um exame mais detalhado sobre a dinâmica dessas comissões poderia nos evidenciar, cabe-nos aqui observar que a construção desses espaços refletia a importância de se elaborar um conjunto de dispositivos institucionais voltados para a investigação científica, especialmente no campo da geografia, capaz de legitimar o lugar de Portugal no cenário imperialista internacional.

Inserido no panorama mais geral de princípios e direcionamentos propostos pela Sociedade de Geografia de Lisboa, enquadra-se também o apoio às expedições que possuíam um caráter científico, como notamos claramente na leitura do item dez do terceiro artigo dos Estatutos da SGL de 1876, no qual a instituição se compromete a organizar, promover e auxiliar:

explorações, expedições e excursões científicas ou de estudo, e a formação de grupos ou clubes seccionais de excursões, de exercícios ou de diversões educativas que concorram para melhorar e fortalecer a educação cívica nacional, e auxiliar a difusão e aperfeiçoamento dos conhecimentos geográficos.³⁶

³³ MARTINS, Ana Cristina. “Política colonial, produção científica, construção da identidade portuguesa e o contributo de Henrique de Carvalho (1843-1909)”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 193-206, p. 196.

³⁴ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, *op. cit.*, pp. 160-164.

³⁵ MARTINS, Ana Cristina. “Política colonial, produção científica...”, *op.cit.*, p. 197.

³⁶ “Art.º 3º. Estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), 1876” *apud* AIRES-BARROS, Luís; GREGO, Helena; MATIAS, Cristina. “A Sociedade de Geografia de Lisboa e as edições próprias de cartografia ultramarina oitocentista”. *Africana Studia*, nº 9, 2006, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), pp. 9-16, p. 11.

Buscando corresponder a estes objetivos, entre as décadas de 1870 e 1880, a Sociedade de Geografia de Lisboa apoiou uma série de iniciativas cujos focos eram a exploração e ocupação territorial de determinadas regiões africanas mais distantes da faixa litorânea. Sobre o desejo de avançar para zonas situadas mais ao interior do continente, faz-se necessário lembrar que até as primeiras décadas do século XIX, o acesso português às regiões centro-africanas não apresentava fronteiras definidas no interior.³⁷ Iniciada no final do século XVI, com a fundação da vila de São Paulo de Loanda em 1576, a presença portuguesa nessa porção da África Centro-Occidental se deu de maneira fluida. De forma sintética, podemos afirmar que o sistema de ocupação nos territórios que compunham a chamada Angola portuguesa se fundamentou na criação de presídios, isto é, espaços fortificados, feiras comerciais e distritos. Na década de 1860, a área sob a influência da administração colonial lusa contava com os distritos de Luanda, Benguela, Moçâmedes, Ambriz e Golungo Alto que, por sua vez, dividiam-se em concelhos.³⁸ De acordo com Jill Dias, os vínculos da administração colonial com o interior se davam a partir de centenas de unidades políticas comandadas por autoridades locais africanas, definidos pela documentação portuguesa como sobas, os quais mantinham relações de “vassalagem” com a coroa portuguesa.³⁹

Assim, ao mesmo tempo em que a percepção da necessidade de se desenhar táticas e estratégias voltadas para o avanço no interior africano se configurava como ponto pacífico entre os membros da Sociedade de Geografia de Lisboa, os critérios e os modelos que definiam as formas de exploração do território dividiam opiniões no seio da instituição. Assim, se por um lado, havia àqueles que defendiam a opção pelas travessias de grande extensão (perspectiva liderada por Luciano Cordeiro), se

³⁷ “Por volta de 1830 ou 1840, a ocupação efectiva de Angola reduzia-se a uma estreita faixa costeira de 80 a 130 km de largura média, sem limites definidos para o interior. No norte, o território ocupado alargava-se um tanto, abrangendo as duas margens do Zaire até à actual Matadi, 171 km distante da foz, onde a navegabilidade do rio se detém nas quedas de água de Livingstone. No sul, a sueste de Benguela de hoje, a soberania portuguesa alcançava Caconda, uns 240 km a oriente do mar. A própria linha costeira só se conhecia com pormenor até Benguela antes da expedição naval das décadas de 1830 e 1840 que a traçou de forma científica até a Baía dos Tigres, 17° de latitude Sul.” MARQUES, H. A de Oliveira. “Organização geral”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs.). *Nova história da expansão...*, *op.cit.*, pp. 140-141.

³⁸ HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, *op. cit.*, pp. 113-115.

³⁹ “Os sobados também variavam muito em termos de tamanho e de recursos demográficos e naturais, existindo entre eles padrões hierárquicos de poder e de obrigações muito antigos. Embora a posse de terra fosse colectiva e, portanto, inalienável, era o soba que concedia o acesso ao solo aos chefes das aldeias linhageiras sob sua jurisdição, em troca da prestação de serviços laborais, sobretudo, agrícolas, e de outros tributos, em particular o fornecimento de escravos, de géneros e até de dinheiro”. DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs.). *Nova história da expansão...*, *op.cit.*, pp. 355-356.

contrapunham a este grupo àqueles que acreditavam que a melhor maneira de exercer o domínio sobre os territórios se daria por meio de explorações de cunho regional, posição encabeçada por José Julio Rodrigues.⁴⁰

Entre as expedições portuguesas realizadas no período que procuravam atender as demandas de esquadriñar cientificamente o espaço africano, particularmente as regiões estabelecidas entre Angola e Moçambique, destacam-se as viagens realizadas por Hermenegildo Capello e Roberto Ivens (entre 1877 e 1880 e entre 1884 e 1885), Alexandre de Serpa Pinto (entre 1877 e 1879 e entre 1885 e 1886) e Henrique Augusto Dias de Carvalho (entre 1884 e 1888).⁴¹ É importante mencionar que a tensão entre os tipos de orientação prezados pela Sociedade de Geografia de Lisboa no que se refere à natureza do percurso que tais viagens deveriam obedecer - ampla travessia ou exploração regional – culminou na separação de Serpa Pinto e Capello e Ivens na região do Bié em 1877. Indivíduos citados com grande frequência no conteúdo do material publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa entre as décadas de 1870 e 1880, Capello, Ivens e Serpa Pinto de certa forma personificavam o sonho português da conquista das regiões africanas sob sua influência. Correspondendo aos objetivos prezados pela SGL, Serpa Pinto optou pela viagem de travessia. Já Capello e Ivens optaram pelas zonas consideradas de soberania portuguesa, indo ao encontro da posição defendida pelo então ministro da Marinha e Ultramar, João de Andrade Corvo.⁴² A notícia da separação dos expedicionários foi mencionada em ata da reunião realizada pelos sócios da SGL no dia 12 de agosto de 1878:

O sr. Presidente [Barbosa Du Bocage], continuando, disse que recebêra notícias dos nossos consócios exploradores srs. Brito Capello, Roberto Ivens e Serpa Pinto. Que eles tinham julgado conveniente separar-se, seguindo os dois primeiros para este e, havendo já feito rectificações importantes, tencionavam dirigir-se ao Muata Yanvo. Que o sr. Serpa Pinto, ficando em condições menos vantajosas, se dirigira para outro ponto, a fim de reconhecer o território além do Bihé, e fazendo a travessia iria ter a Inhambane.⁴³

⁴⁰ Para mais detalhes sobre debates travados pelos membros da Sociedade de Geografia de Lisboa acerca do tema, consultar: SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África...*, op. cit., pp. 367-379.

⁴¹ MARQUES, H. A de Oliveira. "Organização geral". In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs.). *Nova história da expansão...*, op. cit., pp.138-140.

⁴² SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África...*, op. cit., p. 368.

⁴³ "Sessão em 12 de agosto de 1878". In: *Actas das sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol.I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878, p. 107.

As descrições da travessia feita por Capello e Ivens de Benguela até o Bié deram origem à *De Benguella às Terras de Iácça*⁴⁴, obra publicada em dois volumes no ano de 1881. Anos depois, o trajeto percorrido pela dupla de Luanda à Tete foi tema da obra *De Angola à Contra-Costa* (1886).⁴⁵ Já o percurso realizado por Serpa Pinto entre a costa de Angola e Durban resultou no relato *Como eu atravessei África* (1881).⁴⁶ Tais publicações, juntamente com a divulgação feita por meio de boletins e periódicos⁴⁷, atuavam como poderosos elementos de difusão das intenções do movimento expedicionário na consolidação do projeto colonial luso perante a opinião pública.

É à luz desse contexto que se viabilizou a expedição com destino à Mussumba governada pelo Muatiânvua, promovida pelo governo português e apoiada pela Sociedade Geografia de Lisboa. Liderada pelo major Henrique Augusto Dias de Carvalho, a viagem também contou com o auxílio de associações comerciais das cidades do Porto e de Lisboa, do Banco Nacional Ultramarino e da Sociedade de Geografia Comercial do Porto que contribuíram, após ofícios emitidos pelo chefe da expedição, com o fornecimento de produtos e artigos que obtinham ampla recepção por parte das populações africanas dos territórios que a expedição pretendia alcançar.⁴⁸ Antes de nos debruçarmos sobre os objetivos da expedição, é importante considerar que a liderança da viagem à Lunda foi confiada a um grupo composto por sujeitos que apresentavam diversas habilidades e que haviam ocupado diferentes cargos em territórios da África e do Oriente.

Nascido em Lisboa no ano de 1843, Henrique de Carvalho realizou seus estudos secundários no Colégio Militar e, posteriormente frequentou a Escola do Exército e a

⁴⁴ CAPELLO, Hermenegildo; Roberto IVENS. *De Benguella às Terras de Iácça - Descrição de uma Viagem na África Central e Occidental* (2 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

⁴⁵ *Idem*. *De Angola à Contra-Costa* (2 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

⁴⁶ PINTO, Alexandre Alberto da Rocha de Serpa. *Como eu atravessei África do Atlântico ao Mar Indico. Viagem de Benguella à Contra-Costa (1877-1879)* (2 vols.). Londres: Sampson Low; Marston, 1881. Para estudos recentes que debatem a natureza discursiva dessa publicação, conferir: PIMENTA, José Ramiro; AZEVEDO, Ana Francisca de. “Escalas e identidades na obra *Como eu atravessei a África* de Serpa Pinto”. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos. Exploração científica em África na época colonial*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, 2º sem./2011, pp. 53-64 e CARRILHO, Fernanda. “*Como eu atravessei a África*. Um texto de literatura de viagens”. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos. Exploração científica em África na época colonial*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, 2º sem./2011, pp. 65-77.

⁴⁷ Dentre a vasta gama de periódicos que conferiam destaque para divulgação das expedições portuguesas à África realizadas no período, citamos como exemplos as revistas *As Colónias Portuguesas* (1883-1891), *Portugal em África* (1894-1973), *O Occidente* (1878-1915) e *Illustração Portuguesa*. PEREIRA, O museu etnográfico..., *op. cit.*, pp. 266-269.

⁴⁸ Para consultar os ofícios trocados entre Henrique de Carvalho e as Associações, ver: CARVALHO. *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 18-34.

Escola Politécnica. No período em que se tornou responsável por chefiar a expedição à Lunda, Henrique de Carvalho atuava no Serviço de Obras Públicas de Luanda como major e engenheiro auxiliar, setor em que permaneceu entre 1877 e 1882. Até aquele momento, Carvalho havia acumulado uma ampla experiência em distintas possessões portuguesas, já que entre os anos de 1867 e 1877 havia circulado por Macau, São Tomé e Moçambique.⁴⁹ Alguns anos após a experiência adquirida ao longo da expedição à Mussumba do Muatiânvua, Henrique de Carvalho foi nomeado primeiro governador do distrito da Lunda, ocupando o cargo entre 1895 e 1896. Pouco tempo depois, entre 1898 e 1899, viajou para a Guiné e realizou apontamentos sobre as formas como a coroa portuguesa poderia obter vantagens comerciais com o desenvolvimento agrícola da região.⁵⁰ Complementando as atividades relacionadas ao ambiente ultramarino, também ressaltamos suas vinculações com a Sociedade de Geografia de Lisboa, na condição de sócio correspondente desde 1876⁵¹, e sua participação como um dos fundadores da Sociedade de Propaganda dos Conhecimentos Geográficos Africanos (SPCGA) em Luanda na década de 1880.⁵² As conexões travadas entre Henrique de Carvalho e as referidas instituições se demonstram reveladoras do interesse pela investigação de cunho científico mantido pelo militar acerca dos ambientes ultramarinos.

Além de Henrique de Carvalho no cargo de chefe, a expedição contou com a presença de Agostinho Sisenando Marques como subchefe, do capitão Manuel Sertório de Almeida Aguiar, como ajudante e fotógrafo, e do empregado Augusto César.⁵³ Sisenando Marques, farmacêutico e major reformado que havia atuado no serviço de

⁴⁹ HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op. cit., pp. 139-140. Um quadro com dados biográficos sobre Henrique de Carvalho pode também ser consultado em: PEREIRA, “Nota biográfica”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., pp. 16-19.

⁵⁰ HAVIK, Philip J. “Na terra do novo Deus: Henrique Dias de Carvalho na Guiné (1898-1899)”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., pp. 271-280.

⁵¹ Em 1890 é alçado à condição de sócio honorário da SGL. “Sessão em 5 maio de 1890”. In: *Actas da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol. X. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 32.

⁵² Sobre o perfil dessa Sociedade, utilizamos a definição elaborada por Aida Freudenthal: “Sociedade científica, também referida como Sociedade de Geografia de Luanda, fundada em 1880 por cerca de uma centena de sócios entre os quais Henrique Dias de Carvalho, José Baptista d' Oliveira, Felisberto Miranda Júnior, Eduardo Ayalla dos Prazeres, Alfredo Mântua, Francisco de Sales Ferreira, António Urbano Monteiro de Castro. Entre os sócios fundadores, predominavam os oficiais do exército e da armada, os funcionários e os negociantes. Sua atividade parece ter terminado em 1882”. FREUDENTHAL, Aida. “Voz de Angola em tempo de Ultimato”. *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: Candido Mendes, vol. 23, nº 1, 2001, pp. 135-169, p. 165. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a06v23n1.pdf>. Último acesso em: 26/02/2014.

⁵³ Além dos nomes citados, Henrique de Carvalho havia sugerido o missionário Antonio Castanheira Nunes para acompanhar a expedição. No entanto, o religioso optou por não participar da viagem, alegando, entre outros motivos, sua idade avançada, o pouco tempo para sua aposentadoria e as baixas remunerações. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 85.

saúde de São Tomé e Príncipe por treze anos, também se destacou na direção do observatório meteorológico da ilha e nos estudos de sua fauna e flora.⁵⁴ Já Manuel Sertório de Almeida Aguiar, tenente do exército da África Ocidental e chefe do Conselho de Massangano, possuía mais de uma década de serviços prestados na Guiné, Cabo Verde e Angola, além de se dedicar ao trabalho fotográfico.⁵⁵ Nas palavras de Henrique de Carvalho, “todos tinham largo tirocinio em Africa, e as habilitações indispensaveis para os cargos especiaes que lhes foram comettidos”.⁵⁶ No entanto, é necessário pontuar que embora esta equipe de origem portuguesa fosse composta por figuras que possuíam bom conhecimento sobre parte do espaço ultramarino, sua passagem por terras mais longínquas situadas fora da área de influência direta de Portugal foi viabilizada por meio da aplicação de saberes, técnicas e práticas advindas da participação dos trabalhadores, carregadores e intérpretes centro-africanos e luso-africanos cujas experiências foram essenciais para garantir a penetração do grupo no interior do continente.⁵⁷

Como já mencionamos, a viagem com destino à Lunda, região situada a aproximadamente 1300 quilômetros de distância do litoral atlântico⁵⁸, congregava diferentes interesses. Elaboradas por Manuel Pinheiro Chagas, ministro da Marinha e Ultramar, as “Instruções”⁵⁹ transmitidas ao chefe da expedição no dia 28 de abril de 1884 procuravam ditar os objetivos a serem alcançados na missão. Iniciada a partir do desembarque dos expedicionários em Luanda no dia 31 de maio de 1884, a expedição

⁵⁴ *Ibidem*, p. 85.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 17-18.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 17. Optamos por manter a grafia original do texto.

⁵⁷ Recentemente a investigação acerca da participação de africanos e a incorporação de seus conhecimentos para o êxito das expedições foi tema de algumas importantes pesquisas historiográficas, como nos demonstram os estudos empreendidos pela angolista Beatrix Heintze, particularmente em sua obra *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, pela historiadora Elaine Ribeiro em *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)* e por Eugénia Rodrigues no artigo “Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe”. Para além das especificidades analíticas que regem as abordagens aqui destacadas, tais pesquisas procuram dimensionar, por meio de fragmentos biográficos, as presenças africanas, suas respostas, ações e intervenções no âmbito das caravanas e expedições ao centro do continente. HEINTZE, *Pioneiros africanos...*, *op. cit.*; RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013 e RODRIGUES, Eugénia. “Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe”. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos. Exploração científica em África na época colonial*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, 2º sem./2011, pp. 81-102.

⁵⁸ PEREIRA, “Introdução”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, *op. cit.*, p. 22.

⁵⁹ Divididas em dezenove itens, as “Instruções” encontram-se reproduzidas em: CHAGAS, Manuel Pinheiro. “Instruções. Por que se deve regular o major do exercito Henrique Augusto Dias de Carvalho na Missão ao potentado africano Muata Ianvo”. In: CARVALHO, *Descrição da viagem...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 35-42.

só seria concluída quase quatro anos depois, com o retorno dos viajantes a Lisboa em 11 de maio de 1888. De maneira sintética, a leitura do conjunto das “Instruções” nos permite afirmar que os principais objetivos da viagem se assentavam no reestabelecimento das relações comerciais travadas com o Muatiânvua e com os demais potentados⁶⁰ existentes no interior, no estudo científico e recolha de exemplares da fauna e da flora da região percorrida⁶¹ e na fundação das chamadas “estações civilizadoras”. Sobre este último ponto, realçamos que a construção de edificações que cumpririam a função de acolher viajantes e comerciantes em trânsito foi amplamente debatida no seio da Sociedade de Geografia de Lisboa por meio da Comissão Africana. No início da década de 1880, tal comissão apresentou ao governo português uma proposta contendo conjunto de ações urgentes a serem aplicadas em Angola e Moçambique.⁶² A fundação de estações dessa natureza em áreas consideradas estratégicas figurava entre as medidas emergenciais, como podemos comprovar pelos comentários feitos por Visconde de S. Januário em reunião da SGL sobre os trabalhos da Associação Internacional Africana de Bruxelas e a necessidade de Portugal fixar estações civilizadoras no interior do continente africano:

Que era para estranhar, que nações que não têm colônias empreendam trabalhos d’esta natureza, enquanto que nós não tratâmos devidamente dos nossos interesses [...] Devemos por conseguinte, seguir o mesmo caminho, e fazer pelo sul o que aquella associação tem planeado e realizado já pelo norte. Seria da maior vantagem que se enviassem duas expedições, que, partindo das duas costas d’aquelle continente, mirassem a encontrar-se no interior, depois de ter fundado, de distancia a distancia, as estações hospitalares, commerciaes e scientificas. Desenvolveu esta idéa e mostrou a importancia das estações, observando que serviriam não só para o refugio dos que explorassem as regiões desconhecidas e dos povos indígenas, quando abatidos pela doença, mas tambem como centro de operações commerciaies, para o qual derivariam as mercadorias. Que se não procedermos d’este modo perdemos o commercio d’aquelas regiões e as nossas colônias perderão então toda a sua importância.⁶³

⁶⁰ Embora se apresente como uma definição um tanto quanto fluida, Henrique de Carvalho emprega esse termo para se referir às autoridades políticas consideradas mais relevantes no panorama centro-africano. Na definição de Isabel Henriques, potentado seria a “maneira utilizada, em geral pelos Portugueses, para designar os chefes africanos mais importantes”. HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op. cit., p. 765.

⁶¹ Para uma descrição mais detalhada sobre as espécies botânicas coletadas durante a expedição e enviadas ao Museu da Universidade de Coimbra, ver: PERPÉTUO, Natacha Catarina; GONÇALVES, M. Teresa; SALES, Fátima. “Sisenando Marques e Júlio Henriques: a colecção de plantas angolanas no Herbário da Universidade de Coimbra”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., pp. 221-233.

⁶² PEREIRA, “Estações e acampamentos”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., p. 59.

⁶³ “Sessão em 14 de abril de 1880”. In: *Actas das sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol.I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, pp. 218-219.

Forma de demarcar o espaço percorrido, a importância dessas edificações não deixou de ser contemplada ao longo do trajeto à Lunda. Durante a incursão chefiada por Henrique de Carvalho foram instaladas dez estações científicas e comerciais, a saber: “24 de julho”, “Ferreira do Amaral”, “Paiva de Andrade” (fig.1), “Costa e Silva”, “Cidade do Porto”, “Luciano Cordeiro”, “Andrade e Corvo”, “Conde de Ficalho”, “Serpa Pinto, Capello e Ivens” e “Pinheiro Chagas”.⁶⁴ Localizadas em diferentes regiões, tais edificações serviram como unidades de apoio para os viajantes. Alocadas geralmente próximas de potentados, suas construções se viabilizavam somente após a autorização das lideranças locais.

Fig. 1 – “Estação Paiva de Andrade (margem esquerda do Lui)”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887, Est. N° 8, s/p.

⁶⁴ Para tabela contendo a localização geográfica das referidas estações, ver: PEREIRA, “Estações e acampamentos”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., p. 69.

Alvo da expedição portuguesa, o acesso à Mussumba⁶⁵, núcleo político do império lunda, permaneceu, ao longo dos séculos XVII e parte do XIX, pouco acessível devido o controle praticado pelos povos bangalas do reino de Cassanje os quais, ao desempenharem um papel de intermediários das redes do comércio transatlântico, dificultavam a penetração europeia para além dos limites do rio Cuango.⁶⁶ Localizada a aproximadamente 300 quilômetros para além do rio Cassai⁶⁷, entre o extremo nordeste do atual território angolano e o sul da atual República Democrática do Congo, a região da Lunda foi considerada, durante muito tempo, uma das maiores fornecedoras de mão de obra escravizada enviada para as costas de Angola.⁶⁸

Remontando a origens míticas que deram vazão a diversas narrativas orais registradas por viajantes como o alemão Paul Pogge⁶⁹, que atingiu à Mussumba em 1875, e Henrique de Carvalho⁷⁰, a formação do referido império teria se dado a partir do encontro entre Luéji e Chibinda Ilunga, respectivamente representantes dos poderes bungo e luba. Como abordaremos mais pormenorizadamente no último capítulo, a passagem do lucano, insígnia de poder, de Luéji para Ilunga, demarcaria o início da formação política a qual iria se constituir como o império lunda. Da união entre Ilunga e Luéji, nasceria Ianvo⁷¹, reconhecido pela tradição oral como o primeiro Muatiânvua.⁷²

Transitando entre o plano mítico e os eventos históricos, a compreensão das estruturas do poder lunda nos deslinda um conjunto de questões que envolvem a

⁶⁵ A Mussumba possuía natureza itinerante, podendo ser feita e desfeita de acordo com os interesses do Muatiânvua. Em *Ethnographia e Historia Tradicional dos povos da Lunda*, Henrique de Carvalho se atém a sua descrição: “A mussumba compreende um grande numero de povoações dispostas numa certa ordem em torno da quipanga do Muatiânvua, mais ou menos distantes d’ella; e com ella constituem a capital do seu estado. Se supuzermos uma tartaruga projectada sobre o solo e contornarmos essa projecção por linhas rectas, obtemos a planta da mussumba [...]. A mussumba é traçada a preceito, pelo Muatiânvua, quando muda de sítio ou por qualquer outra circumstancia”. CARVALHO, *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 223. Grifo do autor.

⁶⁶ HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op. cit., pp. 16-17.

⁶⁷ AIRES-BARROS, Luís. “Henrique de Carvalho: explorador e etnógrafo”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., pp. 244-249, p. 247.

⁶⁸ DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova história da expansão...*, op. cit., p. 335.

⁶⁹ Conferir tradução do trecho do relato de Paul Pogge reproduzido por Beatrix Heintze em: POGGE, Paul. *Im Reiche des Muata-Jamvo [No reino do Muata-Jamvo]*, 1880, pp. 224-236 apud HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, pp. 328-337.

⁷⁰ CARVALHO, *Ethnographia e Historia...*, op.cit., pp. 59-78.

⁷¹ *Ibidem*, pp. 524-528.

⁷² Vale lembrar, no entanto, que algumas versões desse mito sustentam que devido à esterilidade de Luéji, Ianvo seria, na realidade, filho de Ilunga e Camonga, uma das aias da soberana de origem bungo. MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995, p. 129.

aplicação de distintos conceitos e definições mobilizados pela bibliografia pertinente ao tema. Ainda que os limites temáticos estabelecidos por este trabalho não se concentrem na problematização das particularidades envolvidas na formação do Estado lunda, sinalizamos que autores como Jan Vansina⁷³ e Beatrix Heintze⁷⁴, adotam o conceito de “commonwealth” para assim melhor definirem a configuração desse poder centro-africano. Já autoras como Isabel Castro Henriques⁷⁵ e Jill Dias⁷⁶, por exemplo, referem-se ao conjunto lunda como “império” ou “reino”, designações advindas dos documentos portugueses produzidos sobre essa conformação política.

A partir de um balanço das reflexões desenvolvidas por autores como Wyatt MacGaffey, a historiadora angolana Ana Paula Tavares explicita as dificuldades envolvidas na busca por conceitos adequados na caracterização da formação política lunda. Se por um lado as palavras “império”, “reino” ou “Estado” correspondem às projeções europeias frente à estrutura política centro-ocidental africana, por outro, ainda que busque se desvencilhar dessas concepções, o emprego do termo “commonwealth” (cunhado em 1949 para definir as relações entre o Reino Unido e as antigas colônias britânicas) também não se demonstra capaz de solucionar esse impasse de definições com relação ao poder lunda.⁷⁷ Assim, frente esta encruzilhada de termos e cientes das diversas problemáticas contidas nos usos desses conceitos, optamos por utilizar nesta dissertação as palavras “império” e “Estado” por serem as expressões mobilizadas por Henrique de Carvalho em suas publicações.

Sem desconsiderar esses debates que revelam a diversidade de interpretações, reconhecemos a Lunda como um complexo sociopolítico centro-africano estruturado a partir de uma malha de outros poderes que cumpriam certas exigências políticas e enviavam o pagamento de tributos controlados e redistribuídos pelo soberano Muatiânvua. Esses domínios abarcavam significativa extensão territorial e exerciam larga influência nas esferas política, econômica e cultural de populações que habitavam

⁷³ VANSINA, Jan. “Government in Kasai before the Lunda”. *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 31, nº 1, 1998, pp. 1-22 e *Idem*, *How societies are born: governance in west Central Africa before 1600*. Charlottesville; Londres: University of Virginia Press, 2004.

⁷⁴ HEINTZE, “Long-distance Caravans and Communication beyond the Kwango (c. 1850-1890)”. In: HEINTZE, Beatrix; OPPEN, Achim von (eds). *Angola em movimento: vias de transporte, comunicação e História*. Frankfurt, 2008, pp. 144-162 e *Idem*, *Pioneiros africanos...*, *op. cit.*

⁷⁵ HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, *op. cit.*

⁷⁶ DIAS, Jill. “Caçadores, artesãos...”, *op. cit.*, pp. 17-47.

⁷⁷ TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História, memória e identidade: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Tese de doutorado em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 30.

as referidas regiões. A organização do império lunda obedecia a uma rígida divisão de títulos e funções que visavam manter a coesão dessa composição política no vasto território centro-ocidental africano por meio de uma rede de autoridades que operavam dentro e fora da corte no reforço dos vínculos de dependência e obediência mantidos entre o soberano e as autoridades locais.⁷⁸ Em linhas gerais, podemos afirmar que a soberania do Muatiânvua se amparava na atuação de diversos outros poderes que constituíam uma hierarquia formada por distintos cargos como os ilolo (espécie de administradores que, em nome do Muatiânvua, coletavam impostos e exerciam o controle do território)⁷⁹ e tucuatat (“chefes de diligências”)⁸⁰, por exemplo. Assim, de acordo com as observações tecidas por Henrique de Carvalho, ainda que muitas autoridades mais próximas ao Muatiânvua se deslocassem temporariamente da capital política do império, seus cargos eram ocupados por representantes considerados habilitados a desempenhar suas funções juntamente às altas lideranças que integravam a Mussumba:

O estado do Muatiânvua, é dividido em pequenos estados e o chefe de cada um, embora Muata e Quilolo do Muatiânvua tem sempre o seu lugar na corte pela ordem de hierarquia. Se está no seu sitio, fica na corte o representante d'elle, com familia e alguma força armada, e por isso se reserva sempre espaço para as suas habitações.⁸¹

Os prolongamentos desse poder podem ser identificados em algumas referências contidas nos relatos estudados sobre populações de regiões “lundaizadas”⁸² – pensadas como áreas sob a influência da organização política lunda – contatadas pela expedição no trajeto até a zona do Calanhi, onde se localizava a Mussumba do Muatiânvua.⁸³

⁷⁸ Para uma síntese esclarecedora sobre essas relações, ver: HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, *op. cit.*, pp. 174-188.

⁷⁹ Adotamos a definição proposta por: TAVARES, *História, memória e identidade...*, *op.cit.*, p. 298. Na descrição de Henrique de Carvalho: “todos os ilolo, (plural de kilolo, que se tem interpretado por «fidalgo»), apesar de serem senhores de estados espalhados por toda esta região, tem lugar na corte e por isso, quando estão nas suas terras, fica na mussumba quem os represente e com força armada. Esse representante toma o titulo e para todos os efeitos é ouvido, vota e delibera, como se fosse o próprio quilolo”. Grifos do autor. CARVALHO, *Ethnographia e Historia...*, *op.cit.*, p. 231.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 530.

⁸¹ *Ibidem*, p. 225.

⁸² “Lundaizado é o termo genérico utilizado pela historiografia contemporânea para designar os povos tributários do Império Lunda. No relato de Henrique de Carvalho, lundaizados são [na grafia do autor], xinjes, muxaelas, bangalas, quiocos, entre outros”. RIBEIRO, *op. cit.*, p. 35.

⁸³ Assim descreve Henrique de Carvalho a recepção feita ao ajudante Manuel Sertório de Aguiar pelas populações da região de Muxaela: “O potentado recebeu-o como de costume, num largo á frente da sua residência, e pela gente que compareceu nessa recepção affigurou-se-lhe que a população era das maiores que tinha visto, e emquanto ao cerimonial era já diferente da dos Xinjes e dos Bângalas, indicando mais respeito para com os chefes. São já Lundas estes povos, e por isso o esfregar os braços e peito com terra é

Nesse processo, os laços de parentesco, bem como a difusão e o compartilhamento de símbolos de autoridades, isto é, as insígnias de poder,⁸⁴ também desempenhavam relevante papel no exercício de manutenção do sistema político lunda que manteve grande projeção entre os poderes centro-ocidentais africanos até meados do século XIX. No entanto, como buscaremos discutir de maneira um pouco mais detalhada nos capítulos seguintes, após uma série de transformações impulsionadas por eventos internos e externos, a hegemonia do império da Lunda foi desestruturada com o avanço das populações quiocas (povos aparentados) que, após sucessivos ataques, conseguiram dominar efetivamente a Mussumba em 1887, provocando a fuga das populações que habitavam a capital lunda, episódio testemunhado pelo chefe da expedição durante os quase seis meses de permanência junto à corte do Muatiânvua.⁸⁵

As dificuldades para acessar tal território contribuíram para a escassez de dados e informações mais precisas sobre o referido espaço durante séculos. Antes da expedição iniciada em 1884, poucas foram as incursões europeias à Lunda. Podemos citar, nesse quadro, as viagens do húngaro László Magyar que, após ter circulado por diferentes regiões da América Latina, costa da África e da Ásia, permaneceu entre 1848 e 1864 em Angola.⁸⁶ Entre os diversos apontamentos que László Magyar produziu sobre suas expedições, consta relatório destinado à Academia de Ciências da Hungria sobre o

uso constante de quem falia com os seus superiores”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 210.

⁸⁴ Para compreensão sobre o tema, fundamental consultar: MILLER, *Poder político e parentesco...*, op. cit. Ainda que percorra caminhos analíticos e temporais distintos do enfoque empregado por nosso estudo, a obra *Of alien kings and perpetual kin: contradiction and ambiguity in Ruwund (Lunda) symbolic thought*, fruto do trabalho de campo realizado pela antropóloga portuguesa Manuela Palmeirim no sul da República Democrática do Congo entre o final de 1980 e início dos anos 1990, também apresenta um balanço histórico acerca das relações de parentesco estabelecidas entre as populações centro-africanas que habitam o território da Lunda, e destrincha como tais relações foram descritas por viajantes, como Henrique de Carvalho, por exemplo, que transitaram pela mesma região. Além desse aspecto, o livro de Manuela Palmeirim também traz à tona o importante vínculo entre a genealogia da realeza lunda e as insígnias de poder dessas autoridades locais enquanto parte integrante e dinâmica da cultura política dessas sociedades centro-africanas. PALMEIRIM, Manuela. *Of alien kings and perpetual kin: contradiction and ambiguity in Ruwund (Lunda) symbolic thought*. Wantage (Oxon): Sean Kingston Publishing, 2006.

⁸⁵ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV, pp. 316-317.

⁸⁶ Para informações sobre László Magyar com enfoque para seus escritos produzidos sobre a África Centro-Occidental, conferir: GULYÁS, Zsófia Vajkai. “Um húngaro em Angola. Viagens de Ladislau Magyar (1818-1864) através dos documentos do AHU”. In: *Actas do I seminário encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1995, pp. 361-374; APARÍCIO, Maria Alexandra. “Um húngaro entre bienos em meados do século XIX: interpretação e análise das suas relações”. In: *Actas do I seminário encontro de povos e culturas em Angola...*, op. cit., pp. 390-403 e SEBESTYÉN, Éva. “A sociedade ovimbundu nos relatórios de viagens do húngaro László Magyar: sul de Angola, meados do século XIX”. *História: Debates e Tendências. Brasil e Angola: redes de poder e governança*, vol.15, n. 1, jan./jun. 2015, pp. 83-100.

império lunda visitado pelo viajante no início dos anos 1850.⁸⁷ Já na década de 1870, destacamos a presença de viajantes alemães⁸⁸, como Paul Pogge e Max Buchner que atingiram a região da Mussumba respectivamente nos anos de 1875 e 1879.⁸⁹

No período em que a expedição liderada por Henrique de Carvalho foi empreendida, a presença portuguesa em terras situadas mais ao interior de Angola assistiu simultaneamente às movimentações de expedicionários e missionários de outras nacionalidades, como a expedição encabeçada pelo tenente alemão Hermann von Wissmann⁹⁰ a serviço dos interesses belgas na região da Lunda, e como a missão encampada pelo bispo norte-americano William Taylor, religioso da Igreja Metodista nas regiões de Malanje, Dondo e Pungo Andongo.⁹¹ Ressaltamos que antes da expedição chefiada por Henrique de Carvalho, poucas foram as incursões portuguesas à região. Foi durante a metade do século XVIII que o militar português Manuel Correia Leitão produziu àquela que é considerada uma das primeiras indicações sobre as terras da Lunda. Realizado entre os anos de 1755 e 1756, o percurso de Luanda à região de Cassanje deu vazão ao relato *Viagem que eu, sargento mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756*⁹², no qual o autor dá a conhecer a existência de sociedades instaladas na margem direita do rio Cuango as quais não são nomeadas como lundas, mas como Malundo.⁹³

⁸⁷ Divulgado em 1859 no *Boletim da Academia de Ciências da Hungria*, o texto encontra-se traduzido e publicado em: HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op. cit., pp. 719-732.

⁸⁸ PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola, vol. I: resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2013, p. 352 e HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, pp. 101-103.

⁸⁹ Para sucintas biografias com trechos de relatos produzidos por Pogge e Buchner, consultar, respectivamente: HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães...*, op. cit., pp. 316-339 e pp. 165-187.

⁹⁰ *Ibidem*, pp. 399-414.

⁹¹ Sobre os avanços do missionário Taylor pelo interior angolano, Henrique de Carvalho afirma: “As missões do bispo americano Taylor estão disseminadas pelo interior da nossa provincia com prejuízo nosso”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 80.

⁹² LEITÃO, Manuel Correia. “Viagem que eu, sargento mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 56ª série, nº 1-2, 1938, pp.3-30. Assinalamos também o artigo “Angola’s Earstern Hinterland in the 1750s: A Text Edition and Translation of Manoel Correia Leitão’s ‘Voyage’” que contém uma apresentação da narrativa e transcrição do documento manuscrito. VANSINA, Jan; SEBESTYÉN, Evá. “Angola’s earstern hinterland in the 1750s: a text edition and translation of Manoel Correia Leitão’s ‘Voyage’”. *History in Africa*, vol. 26, 1999, pp. 299-364.

⁹³ Na descrição de Manuel Correia Leitão: “Os potentados de além rio Cuango, fronteiros ao Cassange e seus antigos inimigos pela razão de lhes negar o trato dos brancos e lhe invejarem o lugar em que mora para negociarem connosco, os quais moram desviados do rio ao seu norte seis jornadas, e quatro e duas mais abaixo ou acima, são os seguintes: Malundo, potentado grande, maior que o Cassange em todo o seu poder, dividido também em sobas e potentados, e do interior do sertão sempre lhe vêm socorros para que expila do lugar ao Cassange, é por isso o seu maior inimigo e, ainda que fazem pazes, logo o Malundo é o que sem motivo as quebra”. LEITÃO, “Viagem que eu...”, op. cit., p. 19.

Quase um século depois, na década de 1840, aspectos da região também foram relatados pelo negociante brasileiro Joaquim Rodrigues Graça. Como representante de D. Ana Joaquina dos Santos Silva⁹⁴ (conhecida também como “Andembo-ia-lala”), figura relevante no cenário comercial de Luanda, Rodrigues Graça circulou por territórios da África Central alcançando a Mussumba em 1848, período em que a mesma era governada pelo Muatiânvua Noéji.⁹⁵ Vale pontuar que a incursão de Rodrigues Graça foi marcada por sérias tensões entre o comerciante, o Muatiânvua e D. Ana Joaquina dos Santos Silva que acabariam por prejudicar as negociações comerciais inicialmente almejadas pela missão. As descrições legadas pelo negociante em seu diário de viagem foram reunidas e publicadas décadas depois, em 1890, em um dos *Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa*.⁹⁶

Sobre esses dois relatos, sumariamente aqui apresentados, é curioso mencionar que embora as descrições realizadas por Manuel Correia Leitão e Joaquim Rodrigues Graça não tivessem pretensões científicas de traçar um levantamento exaustivo sobre aspectos da geografia, do clima, dos recursos naturais e da organização social observados nas regiões percorridas, tais narrativas serviram como espécies de “manuais” de orientação mobilizados pela expedição chefiada por Henrique de Carvalho, perceptível em diversas passagens, como a que reproduzimos abaixo:

Tinhamos, é certo, o roteiro da viagem de Rodrigues Graça de 1843 a 1848, e informações d'este e de alguns negociantes sertanejos, que se lhe seguiram, de tempos a tempos, a devassar a região central além do Cuango que, a dar-se-lhes credito, nos aconselhavam a procurar ali mercados para as nossas industrias em troca dos productos conhecidos - marfim, borracha, cera e gommas.⁹⁷

⁹⁴ Sobre a participação de mulheres nas atividades do tráfico de escravizados, com particular destaque para a trajetória de Dona Ana Joaquina dos Santos Silva, consultar: MILLER, Joseph C. *Way of Death: merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988; PANTOJA, Selma. “Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola”. *Travessias - Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Lisboa, nº 4/5, 2004, pp. 79-97 e WHEELER, Douglas. *Angolan woman of means: Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, mid-19th century luso-african merchant capitalist of Luanda*. Santa Barbara Portuguese Studies, nº 3, 1996. Na esteira de estudos dedicados à compreensão da atuação de indivíduos envolvidos com a dinâmica do mercado de escravizados no referido contexto e suas aproximações a outros ramos comerciais no espaço atlântico, conferir: WISENBACH, “As feitorias de urzela...”, *op. cit.*; *Idem*. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano...”, *op. cit.* e CANDIDO, Mariana P. “Os agentes não europeus na comunidade mercantil de Benguela, c. 1760-1820”. *Saeculum – Revista de História*, nº 29, João Pessoa, jul./dez. 2013, pp. 97-124.

⁹⁵ De acordo com Henrique de Carvalho, Noéji teria governado a Lunda entre as décadas de 1820 e 1850. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. II, p. 500.

⁹⁶ GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário”. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 9ª série, nº 8-9, 1890, pp.367-467.

⁹⁷ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op.cit.*, vol. I, pp. 3-4.

É certo que um estudo mais apurado sobre a natureza dos relatos de viagem de personagens que, portando diferentes interesses, transitaram pela região da Lunda antes de Henrique de Carvalho mereceria um exame mais detalhado.⁹⁸ Entretanto, cientes da impossibilidade de esgotarmos aqui essa discussão e levando em conta a complexidade do tema, importa-nos por ora reconhecer que, se durante séculos o conhecimento acerca das regiões mais afastadas do litoral africano se deu pelas lentes de figuras experientes envolvidas com o comércio nos sertões da África Centro-Ocidental⁹⁹, as expedições organizadas pelo governo português e apoiadas por agremiações comerciais e institutos científicos no final dos oitocentos almejavam construir um reconhecimento sistematizado sobre estas regiões. Visando corresponder a essa última expectativa, a expedição portuguesa à Mussumba do Muatiânvua destacou-se por ter dado vazão a um extenso número de publicações dedicadas aos mais variados temas que tornavam explícitos o anseio europeu de inventariar e normatizar esses espaços ultramarinos. É sobre essas publicações e suas especificidades que nos debruçaremos a seguir.

1.2. “Um volumoso e variado material”: as publicações de Henrique de Carvalho e suas múltiplas linguagens

Os anos de incursão da expedição liderada por Henrique de Carvalho por terras centro-africanas resultaram em diferentes obras que começaram a ser publicadas a partir de 1890. A intenção de descrever com minúcia as situações enfrentadas durante a viagem, a fim de oferecer um registro preciso aos leitores, deu vazão a uma ampla gama documental composta por milhares de páginas dedicadas aos mais variados assuntos. Segundo a divisão apresentada por Henrique de Carvalho a Manuel Pinheiro Chagas em

⁹⁸ A relevância destes personagens no processo de construção de saberes sobre os territórios do interior africano é abordada por: SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: CEHCA; IICT, 1988.

⁹⁹ Sobre o conhecimento empírico adquirido pelos chamados “práticos do sertão”, recorremos mais uma vez às colocações da historiadora Maria Emília Madeira Santos: “Os sertanejos recolhiam informações durante anos, reuniam-nas, observaram alterações ecológicas, políticas, sociais e culturais ao longo de décadas. Acompanhavam as migrações de populações, a expansão e a submissão de etnias. Adquiriam uma visão dinâmica das sociedades, da cultura material, das técnicas agrícolas e metalúrgicas, das paisagens e até dos rituais e das crenças. O seu saber acumulado era sedimentado pela experiência de muitas viagens numa África ainda senhora de abrir ou fechar caminhos, estabelecer portagens, impor gostos”. *Idem. Nos caminhos de África...*, op. cit., p. 493.

carta que abre o primeiro volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*:

Essas investigações e estudos constituem um volumoso e variado material que torna assaz conhecida a vasta região explorada, sob muitos pontos de vista, quer no interesse da sciencia quer no do paiz, e por isso, alem d'esta obra geral, foi organizado um álbum ethnológico de photographias, que esclarece todos os estudos da Expedição, e coordenaram-se mais quatro volumes parciaes, referentes: um, *às produções* e aos *climas*; dois, aos *vocabulários* e *à grammatica das línguas*; e o outro, *à ethnographia e historia tradicional dos povos*; constituindo o todo um trabalho baseado em factos escrupulosamente observados, e devidamente elucidados por gravuras, chromos, cartas, mappas, schemas e diagrammas.¹⁰⁰

De acordo com o excerto, os escritos referentes à expedição procuravam dar conta de diversos temas que abarcavam desde estudos sobre o clima, a geografia, a botânica da região até investigações sobre as línguas e os aspectos da organização das sociedades centro-africanas contatadas ao longo do percurso. Assim, após serem editadas, as narrativas derivadas dos cadernos de anotações¹⁰¹ da viagem à Mussumba do Muatiânvua serviram de base para diversas publicações. Além das mencionadas obras *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, os apontamentos de viagem serviram como materiais para a elaboração de outros livros, como *Método práctico para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos*¹⁰², *A Lunda ou os estados do Muatiânvua: domínios da soberania de*

¹⁰⁰ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, s/p. Grifos do autor.

¹⁰¹ Conforme o especificado no item XIV das “Instrucções” previstas para expedição: “Deve a missão, desde a sua saída de Loanda até o ponto de seu destino, durante todo o tempo que se achar constituida, e na sua volta a Loanda, fazer um diário exacto e completo de tudo quanto ocorrer e das mais pequenas circumstancias que interessem aos seus fins. Sempre que encontre oportunidade remetterá copias d’esse diário, acompanhando-as de esboços dos caminhos percorridos, da situação geographica de qualquer ponto, das observações astronomicas e metereologicas fundamentaes, e fará constar ao Governador Geral de Angola a situação da Missão. Quando esta terminar apresentará no Ministerio da Marinha e Ultramar o alludido diário e um relatorio de tudo quanto possa interessar á sciencia e ao commercio em geral, e em especial ás relações com o Muata Ianvo, assim como a collecção de especimens e exemplares geologicos, zoologicos, botanicos, etc., que deve ser colhido e conservado”. *Idem. Descrição da Viagem ..., op. cit.*, vol. I, p. 40. Os diários da expedição referentes aos anos de 1884, 1885, 1886 e 1887 encontram-se atualmente alocados no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. CARVALHO, Henrique A.D. de. “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Diário do Anno de 1884”, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1150; “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Diário do Anno de 1885 (2 vols.)”, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1151 -1152; “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Diário do Anno de 1886 (4 vols.)”, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1145-1146, 1156 e 1153; “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Diário do Anno de 1887”, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1154.

¹⁰² CARVALHO, Henrique A.D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Método práctico para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

*Portugal*¹⁰³ e *Meteorologia, Climalogia e Colonização. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionais e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola*.¹⁰⁴ Já os trabalhos fotográficos realizados ao longo da expedição deram origem ao *Album da Expedição ao Muatianvua*¹⁰⁵ material composto por fotografias tiradas pelo capitão Sertório de Aguiar acompanhadas por legendas e comentários assinados por Henrique de Carvalho.¹⁰⁶

Em um panorama geral, no que se refere à publicação de narrativas de expedições europeias à África ao longo do século XIX é sensato pontuarmos que tais edições possuíam muitas vezes um caráter propagandístico e exerciam um forte apelo junto à opinião pública. Na Inglaterra Vitoriana, por exemplo, a publicação, em 1857, de *Missionary Travels and Researches in South Africa*¹⁰⁷ de David Livingstone atuou como importante peça do discurso antiescravista britânico alcançando grande êxito editorial no período: a obra, composta pelos relatos do missionário escocês sobre sua viagem à África Central chegou a vender setenta mil cópias e fez de Livingstone uma espécie de “herói nacional”.¹⁰⁸ Nesse sentido, os vários volumes oriundos da expedição portuguesa ao Muatiânvua também devem ser interpretados à luz desse contexto, já que se afinavam ao desejo de documentar e difundir, entre diferentes leitores, as atividades de

¹⁰³ *Idem. A Lunda ou os estados do Muatiânvua: dominios da soberania de Portugal*. Lisboa: Adolpho, Modesto, 1890.

¹⁰⁴ *Idem. Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Meteorologia, Climalogia e Colonização. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionais e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola*. Lisboa: Typographia do Jornal *As Colónias Portuguezas*, 1892.

¹⁰⁵ De acordo com Luís Aires-Barros, há dois exemplares do álbum na Sociedade de Geografia de Lisboa, um exemplar no Arquivo Histórico Ultramarino, um na posse da família de Henrique de Carvalho e outro na Biblioteca Nacional de Portugal. AIRES-BARROS, “Henrique de Carvalho: explorador e etnográfico”. In: AIRES-BARROS (coord.). *Memórias de um explorador..., op. cit.*, p. 247. Recentemente, uma edição do álbum composta por 287 fotografias acompanhadas de legendas manuscritas foi digitalizada e encontra-se disponível para consulta online no seguinte endereço: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/album.htm#> Último acesso em: 10/03/2014.

¹⁰⁶ A participação de Henrique de Carvalho como redator dos textos que integram o referido álbum é colocada em questão por Ana Paula Tavares: “Embora continuemos a estudar o problema podemos desde já afirmar que a caligrafia não é de Henrique de Carvalho, por comparação com os seus diários manuscritos, e porque ele próprio afirma que contratou dois funcionários para o ajudarem no trabalho [...]. Cada legenda é assinada pelo punho de Henrique de Carvalho”. TAVARES, *História, memória e identidade..., op.cit.*, p. 177.

¹⁰⁷ LIVINGSTONE, David. *Missionary Travels and Researches of South Africa*. Nova York: Harper; Brothers Publishers, 1857.

¹⁰⁸ De acordo com Patrick Brantlinger, a repercussão das viagens de David Livingstone conquistou ainda maior visibilidade com a publicação da obra de Henry Morton Stanley, *How I Found Livingstone*, em 1872, na qual o jornalista, correspondente do *Herald New York*, narra sua busca pelo missionário (dado como desaparecido) pelo interior africano. BRANTLINGER, Patrick. “Victorians and africans: the genealogy of the myth of the Dark Continent”. *Critical Inquiry*, vol. 12, nº 1, 1985, pp. 166-203, p. 176.

Portugal na África, tanto em escala nacional como perante as potências imperialistas, como a Alemanha, a França, a Bélgica e a Inglaterra, entre outros.¹⁰⁹

A necessidade de conferir publicidade aos trabalhos executados pela expedição é reiterada em diversos trechos dos escritos de Henrique de Carvalho. Já em Lisboa, o chefe da expedição à Lunda discorre sobre a concordância emitida por Henrique de Macedo Pereira Coutinho, o Conde de Macedo, então ministro da Marinha e Ultramar, sobre a importância de se vulgarizar as atividades empreendidas pela expedição por meio das publicações:

Reconheceu o nobre Ministro o apertado cerco em que nos iam collocando nas nossas terras em Africa, as principaes nações da Europa, que para lá estavam mandando os missionários mais instruídos, os exploradores mais ousados e os investigadores mais competentes, mantendo por outro lado, na costa, bloqueios cujo fim era mais politico que humanitário, e de costa a dentro, nas zonas centraes, insinuando-se no animo dos chefes indígenas, arrancando-lhes contractos de que elles não tinham consciência, apossando-se das suas terras e fazendo convergir para os portos marítimos os seus productos commerciaes; e acceitando bem, sua excellencia, que só podíamos entrar nessas pugnas pela vulgarisação dos trabalhos de Portuguezes, combatendo a propaganda estrangeira em que se procurava anniquillar-nos pela influencia politica e commercial, julgou de indispensável a publicidade dos trabalhos da Expedição.¹¹⁰

Sobre o processo de edição das obras, vale mencionar que Henrique de Carvalho tinha intenções de iniciar a publicação de seus relatos logo após o retorno de sua expedição, em 1888. Ainda na ótica dos desejos manifestados pelo explorador, deveriam ser priorizados os volumes que se debruçassem sobre as observações acerca das línguas, da etnografia e da história das sociedades centro-africanas que habitavam a região da Lunda. No entanto, segundo a análise da pesquisadora Manuela Cantinho Pereira sobre algumas cartas trocadas entre o major e o governo português, o projeto de publicação imediata das obras teria sido ainda postergado por mais dois anos.¹¹¹

No que se refere ao raio de difusão das publicações da viagem à Mussumba do Muatiânvua, notamos que as referências à expedição liderada por Henrique de Carvalho

¹⁰⁹ A urgência em comprovar, por meio da divulgação de relatórios e documentos, as ações promovidas pela coroa portuguesa na porção centro-ocidental do continente africano perante os projetos imperialistas de nações que participaram da Conferência de Berlim revela-se nítida em afirmações feitas por Henrique de Carvalho em determinados pontos de sua obra: “A falta de publicidade dos trabalhos portuguezes nestas regiões depois de 1860, isto é depois das ultimas guerras de Cassanje desarmou-nos de documentos para na conferencia de Berlim sustentarmos os direitos a nossa posse na Africa Occidental entre o 5° e 12° de latitude S. do Equador, pelo menos na região mais central até ao meridiano que passa pelo lago Tanganica”. CARVALHO, *Descrição da viagem...*, op.cit., vol. I, p. 298.

¹¹⁰ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol.IV, p. 732.

¹¹¹ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., p. 371.

ocuparam uma posição secundária comparativamente às repercussões das viagens realizadas por Serpa Pinto, Capello e Ivens. O reconhecimento menos efusivo por parte da opinião pública das atividades na Lunda parece estar associado, entre outros fatores, ao extenso volume de suas obras, característica que dificultava a rápida propagação de seus trabalhos.¹¹² Assim, em um momento em que Portugal necessitava provar sua “competência” enquanto nação imperialista tanto em âmbito nacional quanto no plano internacional, os trabalhos publicados por Henrique de Carvalho talvez não provocassem um efeito imediato desejado nesse cenário. Longe de cairmos nas armadilhas do juízo de valor ou de personalizarmos nosso objeto de estudo, a compreensão do lugar lateral de Henrique de Carvalho dentre os viajantes portugueses que percorreram o interior africano praticamente no mesmo período nos ajuda a entender, em uma escala histórica mais ampliada, as expectativas e ambições nacionais projetadas nessas expedições.

As primeiras publicações contendo os trabalhos da expedição, a saber, *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda, Método Prático para Fallar a Língua da Lunda Contendo Narrações Históricas dos Diversos Povos, Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (primeiro volume) e *A Lunda ou os Estados do Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal* começaram a ser editados em 1890, ano do chamado “Ultimato Britânico”, emblemático episódio que estremeceu a diplomacia firmada entre Portugal e Inglaterra. Fruto de tensões anteriores acerca do estabelecimento de limites entre a influência desses dois países na África Central, a exigência de retirada imediata das tropas portuguesas lideradas por Serpa Pinto nas regiões do Chire, Makololo e Mashona (atuais territórios do Malauí, Zâmbia e Zimbábue) emitida pelo governo inglês em 11 de janeiro de 1890¹¹³, abalou as

¹¹² MARTINS, Leonor Pires. *Um império de papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 34.

¹¹³ Transcrevemos aqui a nota enviada pelo governo britânico na ocasião: “O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens. Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890”. MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal, vol. III*. Lisboa: Palas Editores, 1986, p.

pretensões coloniais lusitanas e interrompeu o projeto, idealizado em 1886, do “Mapa cor de rosa”, o qual almejava unir a costa Atlântica ao litoral Índico, abarcando os territórios de Angola e Moçambique.¹¹⁴

Vale frisar que a acirrada disputa travada entre Portugal e Bélgica no esforço de delimitação de fronteiras entre os territórios de Angola e do Congo - cunhada como “a questão da Lunda”¹¹⁵ - também desencadeou uma série de embates e negociações diplomáticas que ganharam fôlego na década de 1890. Após quase dez anos, tais disputas acabaram por culminar na demarcação do território da Lunda em 1893, ratificada no ano seguinte em Bruxelas. Com a criação do distrito da Lunda em 1895, que englobava as zonas entre o Cuango, o curso inferior do Cassai e a fronteira com o Estado Independente do Congo, Henrique de Carvalho foi nomeado governador. No entanto, sua atuação nesse posto foi interrompida poucos meses depois. Após a recusa em aceitar as ordens do governador geral de Luanda, Costa Ferreira, para a realização de intervenção militar na região a fim de pôr fim aos conflitos de interesses entre negociantes e os grupos bangalas, Henrique de Carvalho foi destituído do cargo em 1896, preso, transferido para Portugal e apresentado a um conselho de guerra que optou por inocentá-lo.¹¹⁶ Assim, levando-se em conta esse contexto de intensas disputas travadas entre as potências europeias em direção ao continente africano, acreditamos que o início da publicação das obras de Henrique de Carvalho em 1890 também ia ao encontro da necessidade de Portugal em imprimir legitimidade a sua movimentação na região da África Centro-Occidental no concerto internacional das nações.

Focando nossas atenções para apresentação das fontes, diante do extenso repertório textual e iconográfico legado por Henrique de Carvalho privilegiamos, para a elaboração desta dissertação, os quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua e Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Acrescentamos a este *corpus* documental principal, o *Album da Expedição ao*

208.

¹¹⁴ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África...*, op. cit., pp. 385-420; FREUDENTHAL, Aida. “Voz de Angola...”, op. cit. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a06v23n1.pdf>. Último acesso em: 27/02/2014.

¹¹⁵ Sobre o tema, consultar: SANTOS, Eduardo dos. *A questão da Lunda: 1885-1894*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966, e também OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques. *Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola*. Coimbra: Editora Coimbra, 1999, pp. 111-119.

¹¹⁶ PÉLISSIER, *História das campanhas de Angola...*, pp. 359-361. Ainda na interpretação de Péliissier, a falta de habilidade política de Henrique de Carvalho na condução desse episódio, que resultou em sua destituição como governador da Lunda, repousou no fato de Carvalho ser muito mais um “homem da ciência” que um “administrador”. *Ibidem*, p. 361.

Muatianvua e o catálogo editado anos depois pela Sociedade de Geografia de Lisboa, intitulado *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda)*.¹¹⁷ A leitura das obras mencionadas nos fornecem elementos sobre as observações feitas por Henrique de Carvalho acerca da cultura material centro-africana a partir da coleta etnográfica, das atividades comerciais e das trocas de objetos estabelecidos entre a expedição e os habitantes do interior africano, além de registros visuais (representados pelas gravuras que constituem as publicações e pelas fotografias do álbum) sobre vestuário, adornos e insígnias de poder, ou seja, elementos que compõem a vida material e que, portanto, se integram aos circuitos de relações culturais, políticas, sociais e econômicas das populações descritas por Carvalho.

Composta por quatro volumes, os quais correspondem às diferentes etapas do percurso da viagem, a obra *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* foi editada entre 1890 e 1894.¹¹⁸ O primeiro volume (“De Loanda ao Cuango”) publicado em 1890 abarca os objetivos da expedição, as instruções para a viagem, a lista de artigos e produtos que seriam levados para as transações comerciais no sertão africano, a partida de Lisboa e as diversas situações vivenciadas pelo grupo no percurso entre Luanda e o rio Cuango. Destacam-se ao longo dos cinco capítulos desse primeiro livro, as impressões sobre o porto de Luanda, as regiões do Dondo e do Malanje, a concorrência com diferentes potências europeias pela primazia no comércio do interior, a resposta às críticas feitas por viajantes de outras nacionalidades sobre a presença portuguesa na região e as dificuldades na contratação de carregadores para a expedição.

O segundo livro (“Do Cuango ao Chicapa”) de 1892, traz informações sobre a exigência de pagamento de tributos aos potentados africanos, a troca de presentes entre

¹¹⁷ As duas primeiras obras citadas encontram-se digitalizadas e disponíveis para *download* no endereço eletrônico: www.archive.org. O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) também possui publicações disponíveis para consultas. Para a elaboração desta dissertação, utilizamos a edição recentemente digitalizada do álbum, que contém 287 fotografias (provas em gelatina) e legendas manuscritas, disponível para consulta em: <http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/album.htm#>. Já o catálogo da expedição encontra-se acessível no site da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/6440>. Últimos acessos: 27/03/2014.

¹¹⁸ Sobre a arquitetura narrativa dos quatro volumes da expedição, consultar o trabalho da poetisa e historiadora angolana Ana Paula Tavares: TAVARES, Ana Paula. *Na mussumba do Muatiânvua quando a Lunda não era leste. Estudo sobre a Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua de Henrique de Carvalho*. Lisboa, [s/n], 1995. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

a expedição e alguns sobados e a presença de ambaquistas¹¹⁹ nas negociações comerciais. As considerações de Henrique de Carvalho sobre a disseminação da aguardente e das armas de fogo entre as populações da região da África Centro-Occidental, a assinatura de tratados políticos e comerciais entre o chefe da expedição e os poderes locais, o conflito entre os carregadores e o encontro com Xa Madiamba, indicado para assumir o posto de Muatiânvua, são alguns dos temas tratados nessa obra. “Do Chicapa ao Luembe”, terceiro volume (1893) debruça-se, entre uma série de assuntos, sobre as crescentes tensões entre lundas, bangalas e quiocos, as audiências e acordos com diferentes dignitários locais, as notícias sobre a presença de viajantes alemães na região do Lubuco e os desdobramentos da desistência de Xa Madiamba em seguir com a expedição para assumir o poder na Mussumba.

Por fim, o quarto volume de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (“Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”) publicado em 1894, apresenta ao leitor os relatos que Henrique de Carvalho faz sobre seu percurso à região de Matamba, as cerimônias de recepção na Mussumba, os intensos conflitos travados entre lundas e quiocos - conflitos estes que desembocariam, em 1887, no esfacelamento do Estado Lunda na região da África Centro-Occidental - e o retorno dos membros da expedição a Portugal.

Por meio da minúcia de dados e riqueza de informações apresentadas ao longo das mais de três mil páginas que integram os quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, torna-se possível apreendermos uma série de questões relativas aos contatos travados entre portugueses e centro-africanos no último quartel do século XIX a partir de múltiplos aspectos. De maneira geral, no que diz respeito à linha narrativa observada nessas obras, identificamos como pontos convergentes, a coexistência de diferentes gêneros textuais, como cartas, relatórios e ofícios, bem como a intensa inserção de recursos visuais¹²⁰, como mapas, plantas, diagramas e gravuras. A fim de realizar um estudo comparativo, a menção a determinadas obras produzidas por diferentes figuras sobre a porção central do continente africano se revela ainda como

¹¹⁹ Para uma breve definição: “Ambaquistas, Ambakistas ou Mbakistas: os naturais de Ambaca – ou M’baka – que se vestem à europeia e, em princípio, sabem ler e escrever, ocupando-se principalmente de atividade comerciais.” HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op. cit., p. 753. No entanto, cabe lembrar que o termo adquiriu múltiplos sentidos nas narrativas de viajantes que estabeleceram contato com estes indivíduos, ver: DIAS, Jill. “Novas identidades africanas em Angola...”, op. cit., pp. 315-343.

¹²⁰ Pretendemos nos ater à discussão sobre alguns aspectos da dimensão visual das narrativas da expedição à Lunda no capítulo “Imagens em movimento: as representações visuais nos relatos da expedição portuguesa à Mussumba”.

outro artifício digno de nota nas obras estudadas. Assim, os escritos de Henrique de Carvalho congregam desde informações obtidas pelos relatos de negociantes portugueses que o precederam, como Rodrigues Graça e Silva Porto¹²¹, passando por referências a obras como *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África* (1880)¹²² de António Francisco Nogueira¹²³, até menções às narrativas de expedicionários portugueses, como Serpa Pinto e Capello e Ivens e de outras nacionalidades, como o alemão Georg Schweinfurth¹²⁴ e do britânico David Livingstone. As menções aos viajantes portugueses que transitaram por territórios centro-africanos décadas antes da expedição à Mussumba aliada às alusões sobre as movimentações mais recentes de representantes de outros Estados europeus que também percorriam regiões próximas ao itinerário da viagem liderada por Henrique de Carvalho parecem se assentar, nas palavras de Leonor Pires Martins, em uma espécie de “jogo dialogante entre passado e presente”.¹²⁵ Ao discorrer sobre a produção literária legada por expedicionários lusos dedicados às descrições sobre as porções ultramarinas do

¹²¹ Produzidos de maneira dispersa entre as décadas de 1840 e 1890, os “diários” de viagem legados por António Francisco Ferreira da Silva Porto, particularmente sobre as regiões de Benguela e do Bié, foram posteriormente reunidos e organizados por Maria Emília Madeira Santos na seguinte edição: PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. *Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Introdução e notas de Maria Emília Madeira Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1986.

¹²² NOGUEIRA, António Francisco. *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África: usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colónias portuguesas*. Lisboa: Typographia Nova Minerva, 1880.

¹²³ Aludida por Henrique de Carvalho nos volumes da *Descrição* e na epígrafe que abre o livro *Ethnographia e Historia*, a obra de António Francisco Nogueira, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, se fundamenta na comparação entre as teorias monogenista e poligenista e tece severas críticas às representações negativas feitas pelos chamados “observadores de gabinete” sobre as populações africanas. Segundo Pereira, por um longo tempo *A raça negra* foi considerada obra basilar para os membros da SGL. PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., pp. 182-183.

¹²⁴ É curioso notar que Schweinfurth, nome citado com certa frequência por Carvalho em suas narrativas foi um dos colaboradores estrangeiros da Sociedade de Geografia de Lisboa, atuando como sócio correspondente dessa mesma instituição desde 1876. *Ibidem*, p. 109 e p. 369. O viajante alemão ganhou notoriedade com obra *Im Herzen von Afrika* (1874) (publicado em inglês como *The Heart of Africa* em 1873) na qual, ao descrever seu contato com a população Aka na região norte do Congo, afirmava ter encontrado os chamados povos “pigmeus” citados por Aristóteles. Como nos aponta Kairn Klieman, a ideia da existência de um “paradigma pigmeu” remonta ao Egito Antigo e adquiriu diferentes roupagens ao longo dos séculos. Sob a ótica do discurso cientificista e eurocêntrico no qual se amparavam muitas das expedições europeias rumo à África no século XIX, a busca pelos chamados povos “pigmeus” representava a possibilidade de identificar exemplares do elo perdido da evolução humana. KLIEMAN, Kairn A. “*The pygmies were our compass*”. *Bantu and Batwa in the history of west central Africa, early times to c. 1900 c.e.* Porstmouth: Heinemann, 2003, pp. 3-20 e SÁNCHEZ, Albert. “Los pigmeos: un mito de Occidente”. In: GILI, Alicia (ed.). *Más allá del estado: pueblos al margen del poder*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2002, pp. 13-28.

¹²⁵ MARTINS, Leonor Pires. ““Para depois mostrar aos brancos na sua terra”: construindo o império (também) através da literatura”. GOMES, Luís; SEIXAS, Susana (orgs.). *Exposição bibliográfica. Outras terras outros livros: 1884-1974. Brevíssima achega bibliográfica à produção de conhecimento etnográfico no contexto colonial português*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2013, pp. 17-27, p. 25.

império português no final do século XIX, a antropóloga identifica, nessas narrativas, o esforço de evocar a presença portuguesa nesses espaços, por meio da recuperação dos escritos de antigos viajantes e, ao mesmo tempo, do desejo de atestar a capacidade portuguesa, naquele momento, de viabilizar seus projetos coloniais frente à acirrada disputa internacional por territórios na África Central.¹²⁶ A interferência de múltiplas vozes ao longo dos relatos, perceptível na incorporação de cartas, instruções de comerciantes sertanejos e de sobas africanos, por exemplo, também pode ser apontado como outro traço comum ao conjunto das obras apresentadas. Partindo dessas observações, a leitura desses relatos implica, conforme identificado por estudos anteriores, no reconhecimento de diversos níveis de autoria presentes nos relatos da expedição.¹²⁷

Embora a realização de um estudo detalhado sobre os artefatos que integram a vida material das sociedades africanas não seja declarada como preocupação central das publicações mencionadas, o contato com os quatro volumes que descrevem o percurso da viagem nos possibilita apreender os objetos dentro de uma trama de relações sociais mais complexas. Isto é, por meio das referências a esses objetos em diferentes contextos e situações ao longo da viagem importa-nos, na leitura dessas fontes, alcançar uma percepção menos estática e linear sobre tais artefatos, seja pelos relatos sobre a apropriação de artigos europeus como sinais de distinção política ou pela descrição de troca de presentes entre a expedição e algumas autoridades locais, por exemplo.

Foco também de nossa análise, é a obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, publicada em 1890. Dividido em dez capítulos¹²⁸, o livro se propõe a

¹²⁶ É interessante observar que as equiparações entre as ações expedicionárias internacionais e portuguesas demonstram-se como discursos constantes nas atas das reuniões promovidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, como podemos notar no trecho selecionado: “O sr. Roberto Ivens disse que tendo o seu amigo e colega sr. Serpa Pinto obtido em concurso com outros exploradores a grande medalha de honra das sociedades de geographia de París e de Londres, e tendo merecido o seu esplendido livro de viagem os mais auctorizados louvores, consumindo-se rapidamente 1:500 exemplares da edição inglesa, a sociedade de geographia de Lisboa devia congratular-se de ver n’esta sessão o audaz explorador coberto de gloria pelos seus relevantissimos serviços, com os quaes mostrára ao mundo que em Portugal, n’este pequeno e formoso paiz, tão injustamente amesquinhado, havia também Burton, Schweinfurth, Cameron e Stanley, valentes e verdadeiros exploradores africanos”. “Sessão em 25 de abril de 1881”. In: *Actas das sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa, vol.I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 358.

¹²⁷ TAVARES, *op. cit.*, p. 8 e RIBEIRO, *op. cit.*, p. 136.

¹²⁸ Os capítulos que integram a obra são os seguintes: “Introdução”, “Capitulo I: Origem dos povos da Lunda”, “Capitulo II: Dialectos Tus ou Antús”, “Capitulo III: Caracteres Ethnicos”, “Capitulo IV: Habitações dos Povos Tus”, “Capitulo V: Industria Indigena”, “Capitulo VI: Vestuario e Adornos Pessoaes/ Instrumentos de Musica”, “Capitulo VII: Usos e Costumes Mais Notaveis”, “Capitulo VIII: Usos e Costumes Mais Notaveis”, “Capitulo IX: Successão dos Muatianvuas” e “Capitulo X: Considerações Finaes”.

apresentar uma investigação pormenorizada acerca de diversos temas, como as origens, habitações, “dialetos” e costumes “mais notáveis” dos povos da Lunda. Na definição do major português:

É este o principal objectivo d'este trabalho, que se baseia muito principalmente no estudo das *tradições* e dos *productos de manufactura indigena* de toda a ordem [...]. E, de facto, como se hão de apreciar sem um estudo attento, em qualquer região, *as armas, os instrumentos, os utensílios, os artefactos, os objectos de vestuário* dos seus habitantes, *os adornos, as comidas* e o modo de as cozinhar, *as bebidas* e o processo de as fabricar, *as construcções, as culturas, a sua administração e regimen governativo, as ceremonias funerárias, os nascimentos, as caçadas, as danças, o systema de negócios, as superstições, as migrações, as luctas, as guerras, o viver de família, as aptidões, a duração média da vida, as doenças*, tudo, enfim, que melhor pode caracterisar um povo que vive completamente afastado dos centros mais adeantados, e sem os meios de transporte precisos para estabelecer fáceis communicações com as tribos mais civilisadas.¹²⁹

A leitura do excerto nos evidencia a tentativa de Henrique de Carvalho em traçar, como anuncia o título da publicação, uma descrição de natureza etnográfica acerca das sociedades centro-africanas envolvidas com a expedição portuguesa. Assim, comparativamente, se os quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* procuram narrar as diversas situações enfrentadas ao longo da viagem, em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* percebemos um esforço voltado para o desejo de tentar “radiografar”, a partir da elaboração de uma escrita modelada pela investigação científica, diferentes aspectos referentes ao modo de vida dessas populações. Dito em outras palavras, não estamos desconsiderando a presença de elementos que procuram conferir um rigor “objetivo” aos relatos que compõem os livros da *Descrição*, mas sim, frisar que tal preocupação se apresenta de maneira ainda mais latente ao longo dos capítulos de *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Partindo dessa perspectiva, na visão de Henrique de Carvalho, esta última obra deveria explicitar aos leitores os conhecimentos obtidos acerca das populações africanas e das regiões por elas habitadas por meio dos trabalhos científicos realizados pela expedição. Sob a ótica do major português, tais conhecimentos deveriam ser adquiridos por meio de um método homogêneo de investigação, viabilizado, por sua vez, por um certo período de permanência no território estudado.¹³⁰

¹²⁹ CARVALHO, *Ethnographia e Historia...*, op. cit., p. 16. Grifos do autor.

¹³⁰ Vide as indagações colocadas por Henrique de Carvalho logo nas primeiras páginas de *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*: “E como se ha de conhecer qualquer povo sem permanecer entre elle, estudando-lhe os seus usos e costumes, a sua linguagem (ainda não escripta), e os productos

No campo dos levantamentos científicos, permeiam as observações contidas no volume inúmeras referências aos diversos objetos que compõem a cultura material das sociedades centro-africanas, particularmente os lundas, quiocos, congos e bangalas. Entre as seções de *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* consideradas mais relevantes para a pesquisa, destacamos os capítulos V (“Industria Indígena”) e VI (“Vestuario, Adornos Pessoaes/Instrumentos de Musica”), por fornecerem informações sobre diferentes itens que integram o repertório material dessas populações. Como procuraremos melhor discutir nas páginas futuras, o grande interesse pelo universo material desses grupos estava intimamente ligado à tentativa de avaliar e escalonar, pelos parâmetros culturais ocidentais, o estágio de desenvolvimento dos povos não europeus.¹³¹ Dessa maneira, a análise da publicação *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* nos evidencia o lugar-chave ocupado pela cultura material nessas descrições e nos possibilita examinar, a partir dos elementos elencados por Henrique de Carvalho, certas questões referentes ao circuito de produção, uso e atribuição de distintos significados aos artefatos africanos.

Outro aspecto que merece ser realçado para uma melhor compreensão dos aspectos gerais da publicação, é sua evidente aproximação com um discurso calcado em pressupostos científicistas vigentes na Europa naquele momento.¹³² Lembramos que embora a discussão acerca da diversidade humana tenha ganhado fôlego no século XVI, com o reconhecimento, no contexto da expansão europeia, das sociedades indígenas americanas, e conquistado espaço nas reflexões iluministas do XVIII, foi ao longo do XIX, no entanto, que essas ideias se adensaram e ganharam maior impulso no formato das teorias raciais. O crescente debate travado entre “monogenistas” e “poligenistas”, ou seja, entre aqueles que acreditavam em uma origem comum dos grupos humanos e aqueles que defendiam a existência de diferentes “raças” humanas, respectivamente, alavancou estudos que visavam mapear e, muitas vezes, hierarquizar, a partir de critérios eurocêntricos, os grupos humanos de diversas partes do globo. O

que obtém do solo ou da sua industria? [...]. Por outro lado, nunca se poderá com segurança fazer idéa do estado industrial de qualquer povo, num dado momento, sem se fixarem bem as relações que se dão entre o homem e o instrumento de que usa, e o producto que lhe corresponde. E este innegavelmente o critério fundamental de que se deve lançar mão. Mas como conhecer d'estes factores industriaes, se não nos demorarmos o tempo sufficiente em cada localidade com o intuito de fazer as investigações mais precisas, não isoladamente, mas subordinando-as a um methodo homogéneo, variado e sempre objectivo?”. *Ibidem*, pp. 4-5.

¹³¹ PEREIRA, “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, *op.cit.*, pp. 133-134.

¹³² RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 96-112.

desenvolvimento de disciplinas como etnologia e a antropologia também se deu no bojo desses debates sobre as teorias raciais.¹³³ Em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* percebemos a reverberação de tais questões quando nos deparamos, em diversos pontos ao longo da escrita, com a frequente utilização de um vocabulário voltado para a comparação e classificação dos seres humanos, como notamos na seguinte passagem:

As estatísticas e os instrumentos de observação, que entre os povos da raça branca são grandes auxiliares para se avaliarem os caracteres physiologicos dos indivíduos, faltaram-nos aqui, e por isso os nossos estudos se limitam á observação e às informações; a anthropometria, a ethnologia, e o estudo da pathologia a que recorrem os anthropologos para o conhecimento das raças está aqui por fazer, tendo pois de me cingir a um ou outro facto, que não escapou á observação, por me ter impressionado. Como poderei ir mais além? Isto é, como fazer mais do que comparações entre tribus de uma dada região, e d'estas com as já estudadas além dos seus limites, e descobrir pelos caracteres de seus individuos mais semelhantes os povos de quem os devo approximar?¹³⁴

Como podemos acompanhar no excerto transcrito, o interesse em promover “comparações entre tribus de uma dada região” nos permite visualizar que Henrique de Carvalho não se demonstrava alheio aos debates científicos travados em torno das teorias raciais em voga no período. Nesse sentido, na falta de “instrumentos” capazes de viabilizar suas investigações, o militar português limitou-se às “observações e às informações” para a realização de seus apontamentos, mas não deixou de sinalizar que um estudo comparativo entre as “raças” a partir dos recursos advindos da antropometria¹³⁵ e da etnologia, estaria ainda por ser feito no continente.

Ainda sobre a ressonância dessas teorias que buscavam mensurar cientificamente o estágio de desenvolvimento dos seres humanos, sublinhamos também o emprego da categoria “typo”, por exemplo, tanto nas descrições quanto nas legendas

¹³³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, pp. 43-66.

¹³⁴ CARVALHO, *Ethnographia e Historia...*, op. cit., p. 198.

¹³⁵ Ainda que se atenham ao estudo da formação de coleções antropológicas, especialmente esqueletos e crânios humanos, no contexto da presença colonial portuguesa preponderantemente nos territórios de Timor Leste, Goa e Índia no final do século XIX, os apontamentos de Ricardo Roque discorrem sobre a inserção de Portugal, ainda que tardia se comparada à França e Inglaterra, por exemplo, na constituição de um conhecimento científico pautado na antropologia física. Dentre os diversos trabalhos do autor que versam sobre o tema, destacamos: ROQUE, Ricardo. *Antropologia e império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001; *Idem*. *Headhunting and colonialism: Anthropology and the circulation of human skulls in the portuguese empire, 1870-1930*. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2010 e *Idem*. “A circulação de histórias e coleções nos impérios coloniais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 455-481.

de ilustrações de indivíduos ou grupos centro-africanos. Embora a designação “typo” se faça presente nos quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* notamos um maior predomínio desse termo: mobilizado para sintetizar, a partir de esboços de traços físicos, tal referência cumpria seu papel de generalizar, não de identificar os indivíduos retratados. De acordo com a investigação empreendida pela antropóloga Patrícia Ferraz de Matos sobre a produção de um saber antropológico a partir do estudo das diferentes populações que integravam o império colonial português entre os séculos XIX e parte do XX, a mobilização do termo “tipo”, enquanto categoria anônima, fundamentava-se na ideia de “fixidez das raças” atrelada à tentativa de classificar e comparar grupos humanos.¹³⁶

Como nos assinala Elaine Ribeiro sobre as oscilações discursivas presentes nas obras, por meio da comparação entre determinadas gravuras é possível verificarmos como um mesmo personagem que aparece representado com seu nome na obra *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* é designado como um “typo” de determinada etnia em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*.¹³⁷ Desse modo, a opção pelo uso do “typo” em diferentes momentos da escrita de Henrique de Carvalho pode ser interpretada como uma estratégia para obliterar a identidade dessas figuras a fim de dar vazão a um modelo generalizante.

Complementando este recorte documental voltado para os múltiplos registros acerca da cultura material centro-africana presente nas narrativas legadas pela expedição à Lunda, incorporamos também à nossa pesquisa o *Album da Expedição ao Muatianvua* e o catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda)*. Conforme pontuamos no início deste subcapítulo, o “álbum etnológico” da viagem, assim definido por Henrique de Carvalho, contém numerosas fotografias executadas pelo ajudante Sertório Aguiar e identificadas pelo chefe da expedição. Sobre esse material, que pretendemos abordar de maneira mais aprofundada ao longo das páginas subsequentes,

¹³⁶ MATOS, Patrícia Ferraz de. *As côres do império: representações raciais no império colonial português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 146.

¹³⁷ A historiadora mobiliza como exemplo as representações gráficas de Paulo Mujinga Congo e suas mulheres Malia e Camonga. Identificados como “Paulo, Malia e Camonga” em gravura publicada no volume dois da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* são retratados como “typos” “congo” e “lundas”. RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 126-127. Acrescentamos que a mesma gravura acompanhada de legenda com pequena alteração (“Paulo, Maria e Camonga”) também se encontra reproduzida no terceiro volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. III, p. 438.

é sabido que a composição original das poucas edições do álbum que se tem notícia sofreu alterações com a perda de algumas fotografias. Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, utilizamos versão recentemente digitalizada pela Biblioteca Nacional de Portugal de um dos raros exemplares do *Album da Expedição ao Muatianvua*, que contém 287 fotografias, acompanhadas de textos e legendas manuscritas. Além de nos fornecer valiosas representações visuais não só das maneiras como certos objetos, principalmente peças de vestuários, adornos, insígnias e armas, se inseriam no código gestual dos indivíduos retratados, e nos permitir confrontar tais imagens fotográficas com suas respectivas versões em gravuras, a inclusão dessa fonte em nosso campo de análise documental nos auxilia na tarefa de identificar, dessa vez no plano da linguagem imagética, outras camadas discursivas na construção das obras sobre a expedição à Lunda. Vale lembrar que para além dos registros de indivíduos, duplas ou grupos africanos em que se torna possível verificarmos certos objetos, as fotografias exclusivas da cultura material da região parecem ter ocupado uma pequena fração no conjunto de imagens do álbum. Como observa Heintze¹³⁸ sobre o exemplar consultado do álbum depositado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, há apenas duas fotografias que se enquadram nessa condição (fig. 2 e fig. 3).

Fig. 2 – “Diferentes objetos de usos entre os lundas”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887, Est. N° 90, s/p.

Fig. 3 – “Grupo de instrumentos dos povos da Lunda”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição...*, op. cit., Est. N° 16, s/p.

¹³⁸ HEINTZE, Beatrix. “‘In pursuit of a chameleon’: early ethnographic photography from Angola in context”. *History in Africa*, vol. 17, pp. 131-156, 1990, p. 134.

Publicado em 1896 e destinado ao Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, o catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda)* traz não só os nomes (e suas variações) das peças e dos materiais recolhidos pelo viajante para a composição da coleção etnográfica, atualmente sob os cuidados dessa mesma Sociedade¹³⁹, como também discorre sobre o processo de fabricação desses objetos, a região em que foram produzidos e seus principais usos. Além de fornecer dados de maneira compilada sobre a cultura material das populações descritas, a incorporação da obra, em paralelo com as demais fontes selecionadas, enriquece nossas reflexões na medida em que nos possibilita perceber como o registro sobre esses objetos adquiriu distintos contornos no conjunto da obra produzida por Henrique de Carvalho.

Ao longo deste subcapítulo, procuramos apresentar aspectos gerais das publicações produzidas a partir da edição das anotações e dos diários elaborados ao longo da expedição portuguesa liderada por Henrique de Carvalho à Lunda. Dentre o conjunto documental mencionado dedicado a distintos temas, discorreremos com mais vagar sobre *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, *Album da Expedição ao Muatianvua* e o catálogo *Collecção Henrique de Carvalho* obras que, comportando diferentes enfoques, nos possibilitam apreender de maneira mais consistente a dinâmica das relações sociais travadas entre centro-africanos e portugueses no último quartel do XIX.

Inserido nesse eixo temático mais amplo elegemos, na análise destas publicações, as descrições sobre a configuração da cultura material das populações da África Central envolvidas com a expedição. Espaço privilegiado para compreendermos o papel desempenhado pelo estudo e recolha dos objetos na conformação do saber europeu sobre populações não europeias, os relatos sobre a cultura material também nos permite perscrutar, por meio das exigências de artigos específicos do comércio transatlântico e do processo de ressignificação de determinados itens, de que maneira as informações registradas sobre o universo material desses grupos é capaz de nos revelar estratégias e diferentes níveis de agenciamentos sociais.

¹³⁹ Sobre a circulação da coleção etnográfica por diferentes instituições é preciso pontuar que inicialmente grande parte do conjunto de objetos recolhidos pela expedição e enviados a Portugal integrou o Museu Colonial de Lisboa, pertencente à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Anos depois, em 1892, houve a fusão do acervo desse museu com o do Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. PEREIRA, “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., p. 155.

CAPÍTULO 2

Imagens em movimento: as representações visuais nos relatos da expedição portuguesa à Mussumba

Como procuramos evidenciar até aqui, com o propósito de oferecer visibilidade aos trabalhos comerciais, políticos e científicos desempenhados pela expedição portuguesa à Mussumba entre 1884 e 1888, Henrique de Carvalho lançou mão de diferentes publicações elaboradas a partir da edição das observações e informações reunidas durante a viagem. De maneira geral, não seria exagero afirmar que para além da composição textual desses relatos, a presença de ilustrações na conformação desses escritos configura-se como um fator de relevo na constituição discursiva destas narrativas. Isso porque, para além da função ilustrativa, as representações visuais que acompanham tais textos nos apontam uma diversidade de operações que marcam a construção de um regime visual que se revela como campo privilegiado para entrevermos de que maneira as narrativas de Henrique de Carvalho podem ser lidas enquanto fontes para o estudo da História da África. De outra parte, esse repertório imagético também pode nos apontar certos aspectos referentes ao circuito de produção, circulação e recepção dessas imagens sobre a porção centro-ocidental do continente africano no final do século XIX.

Partindo dessa consideração, acreditamos que as conexões estabelecidas entre o *Album da Expedição ao Muatianvua* e as obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* nos possibilitam entender como a inserção de um extenso material iconográfico, que abarca uma série de representações gráficas, é capaz de oferecer um entendimento menos esquemático desses relatos de viagem. Levando-se em conta que as referidas narrativas comportam uma ampla gama de recursos visuais que abarcam centenas de gravuras baseadas nas fotografias produzidas pela própria expedição e em esboços e desenhos traçados em campo, além de imagens provenientes de obras de outros viajantes que foram adaptadas e incorporadas às descrições, buscamos compreender o variado conjunto imagético que compõe a obra enquanto um repertório que institui um discurso. Discurso este que se torna capaz de ser apreendido por meio do reconhecimento das dissonâncias e tensões que tais registros visuais evocam quando interpretados não de

maneira isolada, mas a partir de suas interações e efeitos sociais, como propõe o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses.¹

Sendo assim, cientes da impossibilidade de percorrermos os inúmeros caminhos que o material imagético mobilizado pelas publicações legadas por Henrique de Carvalho nos suscita, acreditamos que o reconhecimento destas imagens nos possibilita entender o trânsito e a apropriação destas fotografias e gravuras como partes de uma cadeia mais ampla de relações e práticas sociais alicerçadas na produção e projeção de determinados discursos que procuravam engendrar categorias, identidades e saberes sobre os territórios não europeus ao longo da segunda metade do século XIX.²

2.1. “Olhavam para a machina e nada viam”: os registros fotográficos da viagem à Lunda

Ao retomarmos a breve descrição elaborada por Henrique de Carvalho acerca dos livros oriundos da expedição é interessante notar como o próprio militar português procura sublinhar, logo no início do primeiro volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, o caráter informativo que os distintos recursos imagéticos deveriam desempenhar na leitura dos relatos. Em suas palavras, as publicações foram produzidas a partir de “factos escrupulosamente observados, e devidamente elucidados por gravuras, chromos, cartas, mappas, schemas e diagrammas”.³ Na esteira dessas ambições que buscavam traduzir, no plano visual, os acontecimentos vivenciados durante a passagem por terras africanas, o registro fotográfico foi um dos muitos instrumentos empregados pelos membros da expedição a fim de documentarem a viagem. Nesse contexto, sob a responsabilidade do ajudante Manuel Sertório de Almeida Aguiar, a atividade fotográfica desenvolvida ao longo de parte do percurso⁴

¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, nº 45, 2003, pp. 11-36, p. 28.

² Inspiramos-nos aqui nas reflexões traçadas por Edward Said em suas obras *Cultura e Imperialismo* e *Orientalismo*, particularmente no que se refere às discussões desenvolvidas pelo autor acerca das relações travadas entre conhecimento e poder e da construção do discurso sobre o “outro” não europeu. SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 e *Idem. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³ CARVALHO, Henrique A.D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. I: “De Loanda ao Cuango”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, s/p.

⁴ Pontuamos que Manuel Sertório de Almeida Aguiar retirou-se da expedição antes da chegada da mesma à Mussumba. Sendo assim, as imagens captadas por ele correspondem ao seu trajeto realizado entre Luanda e o rio Luembe e ao seu retorno a Malanje. PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. “Levantamento

rumo à Mussumba, parecia cumprir um duplo papel: ao mesmo tempo em que seria capaz de imprimir “objetividade”⁵ aos episódios testemunhados, também serviria como material base para a feitura de trabalhos gráficos posteriores que figurariam nas publicações.

Assinalamos que nos últimos anos as representações visuais sobre o continente africano no final dos oitocentos e na primeira metade do século XX foram alvo de um número expressivo de publicações que se debruçaram principalmente sobre as implicações contidas no impacto da produção e da circulação de imagens em diversos suportes e formatos - fotografias, ilustrações e cartões-postais, por exemplo – na formulação de percepções europeias sobre os territórios africanos.⁶ Inserido nesse panorama mais vasto, o interesse despertado pelas representações visuais enquanto documentos para a compreensão de certos aspectos das políticas imperialistas na África deu vazão a estudos na área de História dedicados ao tema do uso de fotografias em expedições europeias na região de Angola durante a segunda metade do século XIX. Nesse cenário, os trabalhos pioneiros de Beatrix Heintze⁷ e Jill Dias⁸, empreendidos no início dos anos 1990, traçam uma espécie de mapeamento da produção fotográfica nessa conjuntura e chamam a atenção para a necessidade de se analisar as potencialidades

científico”, In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, p. 153.

⁵ Como afirma Etienne Samain sobre a “nova ordem do olhar” que o advento da atividade fotográfica instituiu à sociedade europeia ao longo do século XIX: “A fotografia, na época, não é somente a ‘representação fiel’ da realidade. Ela oferece, ou melhor ‘fornece’ a realidade em toda a sua nudez [...]. Essa mística da transparência e da objetividade que a cerca vai mais longe ainda. A fotografia é, no sentido pleno da palavra, uma ‘revelação’. Ela ‘extirpa’ e ‘preleva’ no campo do real ou do saber fragmentos de uma realidade que o olho não consegue ou não sabe ver”. SAMAIN, Etienne Ghislain. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem. O Jornal *La Lumière* (1851-1860)”. *Revista de Antropologia (USP)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, vol. 44, nº 2, pp. 89-126, p. 105.

⁶ Consultar, entre outros trabalhos recentes, as publicações: GEARY, Christraud M.; WEBB, Virginia-Lee (orgs.). *Delivering views: distant cultures in early postcards*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1998; GEARY, Christraud M. *In and out of focus: images from Central Africa, 1885-1960*. Washington, DC: National Museum of African Arts, Smithsonian Institution, 2002 e LANDAU, Paul S.; KASPIN, Deborah D. (orgs.). *Images and empire: visuality in colonial and postcolonial Africa*. Berkeley: University of California Press, 2002.

⁷ HEINTZE, Beatrix. “‘In pursuit of a chameleon’: early ethnographic photography from Angola in context”. *History in Africa*, vol. 17, pp. 131-156, 1990. O contato com a recente publicação *A África Centro-Occidental no século XIX (c. 1850-1890). Intercâmbio com o mundo exterior: apropriação, exploração e documentação* também nos permitiu consultar textos de difícil acesso - que discorrem sobre as fotografias e gravuras como formas de registros de expedições europeias em Angola - que foram traduzidos da língua alemã para o português. Conferir, por exemplo: HEINTZE, Beatrix. “Interpretação etno-histórica das imagens no seu contexto”. *A África Centro-Occidental no século XIX (c. 1850-1890). Intercâmbio com o mundo exterior: apropriação, exploração e documentação*. Luanda: Kilombelombe, 2013, pp. 513-557 e *Idem*, “A construção do ‘indígena’ angolano através da fotografia”. *A África Centro-Occidental no século XIX..., op. cit.*, pp. 559-587.

⁸ DIAS, Jill. “Photographic sources for the History of portuguese-speaking Africa, 1870-1914”. *History in Africa*, vol. 18, pp. 67-82, 1991.

desse tipo de fonte documental para a pesquisa no campo da História da África. Em linhas gerais, ao realizarem um levantamento em arquivos e acervos em busca de álbuns e séries fotográficas, tanto Heintze quanto Dias identificaram uma ausência de sistematização e conservação de tais fontes, o que, entre outros fatores, dificultavam o acesso de pesquisadores a esse tipo de documentação.

É interessante observar que muitos expedicionários que circularam pelo interior da África Centro-Occidental nas últimas décadas do século XIX almejavam produzir documentação fotográfica destas incursões. No entanto, em muitos casos, este objetivo não chegava a se concretizar por diferentes fatores, como na viagem rumo à Lunda liderada por Anton Erwin Lux e Paul Pogge e organizada pela Sociedade Alemã de Investigação da África Equatorial entre 1875 e 1876. Apesar de conter um fotógrafo e portar aparelhos e materiais necessários à captação de imagens ao longo da incursão, os registros não foram efetuados, pois o fotógrafo da expedição retornou à Alemanha pouco tempo após desembarcar em Luanda.⁹ Assim, segundo Heintze, apenas quatro viagens de exploração teriam utilizado equipamentos fotográficos ao longo do percurso: as expedições lideradas pelos alemães Max Buchner (1879/1880)¹⁰, Hermann von Wissman (1883-1885), pelos portugueses Hermenegildo Capello e Roberto Ivens (1884/1885) e Henrique de Carvalho (1884-1888). Dentre essas expedições, somente o álbum proveniente do último viajante citado encontra-se com edições relativamente organizadas e em bom estado de conservação.¹¹

Dada a escassez, verificada até pouco tempo, de pesquisas voltadas para o papel da fotografia nas expedições rumo ao interior do território centro-africano no final do XIX e início do XX, é certo que os apontamentos elaborados por Beatrix Heintze e Jill

⁹ HEINTZE, Beatrix. “In pursuit of a chameleon’...”, *op. cit.*, p. 133 e TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História, memória e identidade: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Tese de doutorado em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 178-179.

¹⁰ De acordo com Heintze, a expedição liderada por Buchner teria sido responsável pelo primeiro registro fotográfico da corte lunda que se tem conhecimento. Identificada como “A Lukokessa com suas servas e sobrinhos (1880)”, a fotografia também foi reproduzida no formato de gravura. HEINTZE, Beatrix. *A África Centro-Occidental no século XIX...*, *op. cit.*, pp. 564-565.

¹¹ HEINTZE, Beatrix. “In pursuit of a chameleon’...”, *op. cit.*, p. 133. Ainda de acordo com os levantamentos realizados por Heintze e retomados por Tavares, além da expedição liderada por Henrique de Carvalho rumo à Lunda, somente a viagem chefiada pelo alemão Paul Güssfeldt em direção ao Loango, entre 1873 e 1876, apresentou material fotográfico organizado em formato de álbum. Sobre as imagens fotográficas captadas pelo médico e zoólogo Julius Falkenstein na expedição alemã ao Loango, consultar: HEINTZE, Beatrix. *A África Centro-Occidental no século XIX...*, *op. cit.*, pp. 559-587; *Idem*, *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, pp. 211-218 e TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História, memória e identidade...*, *op. cit.*, pp. 178-179.

Dias representam grandes contribuições, já que abriram caminhos para a realização de novas pesquisas dedicadas à investigação acerca das diversas inter-relações travadas entre os contextos de produção, uso e recepção dos álbuns fotográficos de expedições e missões científicas, as discussões sobre informações referentes às técnicas e os equipamentos empregados para a obtenção das imagens e seus formatos de exibição, por exemplo.¹²

Há alguns anos a pesquisadora Elizabeth Edwards se propõe a avançar nessa linha analítica quando se habilita a discutir as tramas que envolvem a fotografia, a antropologia e a etnografia, especialmente em museus. Embora a autora não se debruce especificamente sobre a produção fotográfica de expedições em Angola no final do século XIX, suas problematizações em torno do modo como pesquisadores de diferentes campos têm abordado a fotografia de natureza etnográfica configuram-se como ferramentas analíticas passíveis de serem mobilizadas para alcançarmos uma compreensão mais adensada da fotografia em diferentes contextos. Em seu livro *Raw Histories*, Edwards afirma não se contrapor às interpretações de cunho semiótico sobre as imagens, mas assinala a necessidade de não se restringir o estudo das fotografias a um quadro de práticas meramente abstratas.¹³ Em sua percepção, as imagens são fontes de informações e, ao mesmo tempo, objetos cuja materialidade possui uma “biografia social” que não deve ser desprezada. Sobre esse tema, pontuamos que nas últimas décadas uma série de estudos em diversas disciplinas vem retomando a importância das discussões sobre o universo material na compreensão da sociedade.¹⁴ Acompanhando

¹² Na senda destas preocupações, mencionamos a recente obra *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, organizado pela historiadora portuguesa Filipa Vicente, que congregou grande número de especialistas de diversas áreas voltados para a discussão sobre o extenso espólio fotográfico presente em arquivos públicos legado pela experiência do império colonial luso ao longo do século XIX e parte do século XX. Por meio de ensaios que adotam como ponto de partida a fotografia, a publicação versa sobre diferentes modalidades de registros imagéticos elaborados em contextos e regiões específicas. VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Editora Almedina, 2014. Paralelamente à publicação também mencionamos a plataforma digital “Conhecimento e Visão: fotografia no arquivo e no museu colonial português (1850-1950)”, disponível para acesso online: <http://www.fotografiacolonial.ics.ulisboa.pt/index.html#1>. Último acesso em: 04/05/2015.

¹³ “Photography here cannot be reduced to a totalising abstract practice, but instead comprises photographs, real visual objects engaged with in a social space and real time. In such contexts, the analysis of photographs cannot be restricted only to sorting out structures of signification, but must take into account that signifying role of photography in relation to the whole nature of the object and its social biography”. EDWARDS, Elizabeth. *Raw Histories: photographs, anthropology and museums*. Nova York: Berg, 2001, p. 2.

¹⁴ Para diferentes visões teórico-metodológicas sobre a cultura material, especialmente nas áreas da Antropologia e da História, conferir: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2010; MILLER, Daniel. *Trecos, troços e*

essa tendência, Elizabeth Edwards em seu artigo “Material beings: objecthood and ethnographic photographs” afirma que as características materiais que constituem as fotografias revelam-se como elementos fundamentais nas formas como as imagens são lidas pelo público:

Materiality is closely related to social biography. This view argues that an object cannot be fully understood at any single point in its existence but rather should be understood as belonging in a continuing process of meaning, production, exchange and usage. As such, objects are enmeshed in, and active in, social relations, not merely passive entities in these processes [...]. First is the social biography of image content, such as different prints, publication formats, lantern slides and so forth, all of which involve changes of material form. Second is the social biography of a specific photographic object which may or may not be physically modified as it moves through space and time.¹⁵

Assim, na linha do que sugere Elizabeth Edwards, considerar a dimensão material do *Album da Expedição ao Muatianvua* nos permite buscar um entendimento mais equilibrado do objeto estudado na medida em que nos auxilia perceber de que forma as condições de produção dessas imagens interferiram na composição do álbum. Nesse sentido, para além das possíveis intenções do fotógrafo e da relação travada com os indivíduos captados por suas lentes, o estudo do registro fotográfico - pensado como fonte documental historiográfica - implica também no reconhecimento de uma série de operações e práticas que envolvem modos de apresentação, possibilidades e limitações técnicas e materiais, as quais não determinam, mas impactam e modelam sobremaneira o produto fotográfico.

Captadas pela objetiva Rapid Rectilinear Dallmeyer (também conhecida por Aplanat) patenteada por John Henry Dallmeyer em 1866, as matrizes fotográficas da expedição foram viabilizadas por meio do processo do colódio úmido. Os itens adquiridos para a seção de fotografia da expedição foram obtidos em Lisboa e em Luanda, conforme podemos atestar em diversos ofícios que compõem o conjunto de documentos referentes às despesas da viagem.¹⁶ Levando-se em conta os objetivos

coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013 e PEARCE, Susan M. (org.). *Interpreting objects and collections*. Londres: Routledge, 1994.

¹⁵ EDWARDS, Elizabeth. “Material beings: objecthood and ethnographic photographs”. *Visual Studies*, vol. 17, n.º. 1, 2002, pp. 67-75, p.68.

¹⁶ Embora sejam recorrentes, nas obras publicadas as quais tivemos acesso, alusões aos trabalhos fotográficos desempenhados ao longo da expedição, informações mais precisas sobre os nomes e os tipos de equipamentos e materiais fotográficos empregados durante a viagem e seus preços encontram-se em ofícios que integram o espólio documental da expedição à Lunda localizado no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)*.

científicos da viagem, a escolha da tecnologia elaborada por Dallmeyer parecia ir ao encontro dos conhecimentos que Manuel Sertório de Almeida Aguiar possuía da prática há algum tempo.¹⁷ Na tentativa de reproduzir a realidade encontrada da maneira mais precisa possível, o sistema de lentes simétricas possibilitava reduzir consideravelmente a distorção radial das imagens captadas, proporcionando ao fotógrafo uma visão mais detalhada e aprofundada, especialmente no registro de retratos.

Além da preocupação com a melhor forma de captação das cenas, explicitado pelo uso das lentes Dallmeyer que prometiam contornos mais nítidos, o cuidado com relação ao processo de fixação das imagens também se demonstrou presente com o uso da técnica do colódio úmido. O processo desenvolvido por Frederick Scott Archer em 1851 consistia no emprego do colódio (composto por partes iguais de éter e álcool numa solução de nitrato de celulose) como substância ligante para fazer aderir o nitrato de prata fotossensível à chapa de vidro que constituía a base do negativo.¹⁸ A utilização desse método exigia grandes habilidades por parte do fotógrafo, já que as etapas de fabrico da emulsão, exposição das placas e revelação não poderiam ultrapassar quinze minutos.¹⁹ Somando-se a isso, havia os contratempos na aquisição, no transporte e na conservação dos artigos fotográficos ao longo do trajeto pelo interior africano, conforme podemos acompanhar ao longo das páginas do relatório manuscrito elaborado por Manuel Aguiar em 1885 no qual descreve alguns aspectos das atividades fotográficas da expedição:

AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1091. As imagens de dois documentos contendo a relação do material fotográfico utilizado pela seção fotográfica da expedição também foram reproduzidos e publicados recentemente em: PEREIRA, “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., pp. 149.

¹⁷ A experiência de Manuel Aguiar como fotógrafo de porções ultramarinas era atestada por Henrique de Carvalho, como notamos no seguinte excerto: “O ajudante já contava quinze annos de serviços na Guiné, Cabo Verde e em diversos pontos da província de Angola, contando duas campanhas contra o gentio, e tendo servido, como Chefe em concelhos internados, como Cacongo e outros, accrescendo o dedicar-se ao estudo da fotografia, em que adquirira pratica”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 18.

¹⁸ As informações sobre o colódio úmido foram extraídas do seguinte endereço eletrônico: Enciclopédia de Artes Visuais do Itaú Cultural http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_ver_bete=3883. Último acesso em: 12/03/2014.

¹⁹ “O colódio úmido permite obter um negativo de qualidade, mais nítido do que o calótipo e igualmente reprodutível, e tão preciso e detalhado quanto a imagem daguerreotípica. O tempo de exposição oscilava entre vinte segundos e um minuto para as paisagens e os motivos arquitetônicos, e entre dois e vinte segundos para os retratos pequenos [...]. O processo do colódio úmido é ainda bastante complicado: a placa deveria ser preparada imediatamente antes da fotografia e revelada logo em seguida na câmara escura; todas as operações não poderiam durar mais do que quinze minutos”. FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 16-17.

Os inconvenientes com que tenho luctado, manipulando seus ingredientes e pondo em ordem outros que depende o sucesso da especialidade a meu cargo, e as percarias [?] circunstancias em que chegam os diferentes ingredientes depois do trajecto d'uma para outra estação, são outros tantos motivos que não devem e nem podem passar despercebidos, quando só por ai não sejam motivos suficientes para o completo abandono do collodio húmido em viagens, visto haver outros processos que com vantagem o podem substituir, imhora dependa tambem de pratica.

Justificando o que acabo de expor acrescentarei que o pernicioso sistema adotado pelo gentio para transporte de carga, o pouco caso que os pretos e geral teem n'ella e a influencia do clima, tem completamente concorrido para que a expedição tenha sofrido percas relativamente grandes, especialmente nos ingredientes.²⁰

Ainda que os diferentes obstáculos para a prática fotográfica citados no relatório que acompanhava o envio de trinta e seis clichés fotográficos se demonstrem mais detalhados na escrita de Aguiar, tais dificuldades também não deixaram de ser reportadas, mesmo que de maneira pontual, nas narrativas publicadas, como podemos notar no ligeiro comentário que Henrique de Carvalho faz a respeito dos trabalhos fotográficos da expedição que iam se acumulando, já que “pelo processo antigo eram mais morosos”.²¹ Lembramos que na década de 1880 outros métodos considerados de mais fácil utilização, como a placa seca patenteada por Richard Maddox em 1871²², por exemplo, já se apresentavam disponíveis para uso. No entanto, apesar de Aguiar reconhecer a existência de outros métodos mais avançados de captação fotográfica que poderiam substituir o processo utilizado, acreditamos que a opção pelos negativos de colódio úmido teria sido norteadas por fatores que envolviam desde a prática e o conhecimento necessário para o domínio dessa técnica nas condições da viagem, o grau

²⁰ AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida. “Secção Photographica. Relatório dirigido ao chefe da Expedição a partir da Estação Costa e Silva e datado de 14 de fevereiro de 1885”. *Expedição portuguesa ao Muatiãnvua (1884-1888)*. AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092. Optamos por manter a grafia original do documento manuscrito em nossa transcrição.

²¹ Ao discorrer sobre a divisão de tarefas que até então vinha sendo aplicada entre os membros da expedição, Henrique de Carvalho sintetiza: “Terminava o mez de outubro, estando nós alojados na Estação Portuguesa — Luciano Cordeiro—tendo-se occupado o pessoal superior da Expedição alem dos trabalhos indicados nos da especialidade de cada um; o ajudante accumulando com os trabalhos photographicos, que pelo processo antigo eram mais morosos, os de fundição de balas e em dirigir o fabrico de cartuchos; o sub-chefe nas observações e collecções a seu cargo; o chefe na investigação da historia tradicional dos povos, estudo dos seus dialectos e do que podia observar com respeito aos caracteres ethnicos e do que principalmente respeita ao commercio e do que era possível apurar no relativo a conhecimentos geográficos”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, pp. 697-698.

²² Diferentemente do negativo em colódio úmido, as chamadas placas secas utilizavam, como elemento ligante, gelatina de origem animal. Possibilitando um manuseio mais fácil, pois já eram vendidas pré-emulsionadas, eram consideradas mais sensíveis do que os negativos de colódio úmido. Sua popularização se deu a partir da década de 1880. Dados retirados da Enciclopédia de Artes Visuais do Itaú Cultural:

http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_ve_rbete=3891&cd_idioma=28555. Último acesso em: 28/03/2014.

de qualidade das imagens que tal processo garantia (mesmo em períodos rápidos de exposição das pessoas fotografadas²³), até a capacidade de visualizar os resultados poucos minutos após a captação da imagem. Sobre esse último aspecto, cabe mencionar que a possibilidade - viabilizada por este tipo de processo fotográfico - de apresentar aos indivíduos retratados sua imagem fixada na chapa de vidro, poderia ter atuado como elemento facilitador no contato entre os europeus e centro-africanos no que diz respeito aos desafios envolvidos nas atividades fotográficas da viagem. Em alguns trechos das narrativas nos deparamos com as dificuldades enfrentadas pelos membros da expedição no momento de obtenção das imagens:

Tentamos fazel-o [Muquixí] fotografar por mais de uma vez, mas tanto se mechia, que o ajudante vendo inutilizadas umas poucas de chapas, desistiu, e nós então recorremos ao lápis, para a todo o tempo nos lembrarmos d'esta figura, que entre eles não deixava de ter uma grande importância.²⁴

Ao olharmos com mais vagar para as fotografias que compõem a edição do álbum consultado, reparamos na predominância de retratos de africanos frente aos demais temas contemplados pelo álbum. Das vistas de vilas, rios, acampamentos, fachadas de prédios em Luanda ao registro das libatas (moradias) e de comitivas africanas envolvidas com a expedição, as imagens reunidas no álbum nos parecem transmitir o desejo de reconstituir, por meio de fragmentos, os principais episódios, lugares e personagens que marcaram o trajeto.²⁵ Nessa heterogênea narrativa visual

²³ PEREIRA, “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, *op. cit.*, p. 151.

²⁴ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. III, p. 331. Especificamente nesse contexto narrado por Henrique de Carvalho, Muquixí pode ser interpretado como um dançarino paramentado com máscaras, vestimentas e adornos específicos. Na definição atribuída pelo chefe da expedição na obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*: “chama-se muquixis a uns figurões que aparecem isoladamente ou em danças, exquisitamente mascarados, querendo alguns representar qualquer animal com grandes caudas; os melhores são os que pretendem arremedar os macacos, trazem a sua mascara de madeira muito grande, afunilando para a barba, apenas com buracos no logar dos olhos e bocca, uma grande cabelleira de corda, ou barrete coberto de muitas pennas, geralmente de gallinha, trazendo enfiadas nas pernas e braços argolas com objectos que façam muita bulha, para acompanharem as suas cantigas. Levam o dia inteiro ou a noite dançando, e a importunar todos enquanto lhe não mettem na mão a desejada propina”. *Idem*, *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, pp. 244-245.

²⁵ Como destaca Aguiar em seu relatório: “Não obstante os meos muitos afaseres procurei sempre fotografar não só as estações como tambem os sobas e suas libatas”. AGUIAR, “Secção Photographica...”, *op. cit.*, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092. Trecho também citado por: TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *Na mussumba do Muatiânvua: quando a Lunda não era leste. Estudo sobre a Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua de Henrique de Carvalho*. Lisboa, [s/n], 1995. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 28; *Idem*, *História, memória e*

construída a partir de olhares europeus sobre o “outro” africano, as figuras humanas adquirem vulto: coletivamente ou individualmente, personagens de diferentes grupos sociais centro-africanos povoam as páginas do *Album da Expedição ao Muatianvua*. Sobre as estratégias de obtenção dessas imagens, pontuamos que muitas são as passagens da obra *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* que relatam o contato e as diferentes respostas africanas perante as lentes fotográficas:

Mostraram-se-lhe os relógios, bússolas, pedometros, revólveres, facas, binóculos, etc, e sendo convidados a esperarem para verem como o senhor capitão num instante passava a figura d'elles para um vidro, só Quicânuu (conselheiro grande do Estado) se sujeitou a estar sentado a olhar para a machina photographica, e pouco depois todos espantados, analysavam o cliché e discutiam como se podia fazer semelhante cousa. Olhavam para a machina e nada viam, e já iam acreditando que era feitiço, quando nos dispozemos também a retratar-nos para os despersuadir da sua idea.²⁶

A citação acima nos dá ideia de como as atividades que envolviam os fotógrafos e os fotografados no contexto da expedição necessitavam, muitas vezes, não só da mobilização de diferentes recursos e aparatos materiais²⁷ que atuavam como instrumentos para tentar persuadir os indivíduos que ofereciam maior resistência em serem fotografados, mas também da disposição dos próprios membros da expedição em se autorretratarem para, assim, buscarem convencer àqueles que não se demonstravam dispostos, por distintas razões, em serem registrados pelas lentes fotográficas. No entanto, é curioso verificar que nem sempre tais esforços eram correspondidos. Em seu relatório, Manuel Aguiar afirmava que boa parte das populações contatadas manifestava um “certo receio e uma opinião muito desfavorável aos aparelhos photographicos e mesmo ao photographo considerando este como feiticeiro”.²⁸ É oportuno lembrarmos

identidade..., op. cit., p. 183 e CASTRO, Teresa. “O esplendor dos atlas: fotografia e cartografia visual do Império no limiar do século XX”. In: VICENTE (org.), *O império da visão...*, op. cit., p. 299.

²⁶ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, pp. 68-69.

²⁷ Ainda sobre as estratégias para se obter fotografias mencionamos o uso da caixa de música como artifício utilizado em certas situações ao longo da viagem, como na visita da princesa Mona Mahango ao acampamento da estação “Costa e Silva”, instalada próxima à margem direita do rio Cuango, em 1885: “A pedido de Mona Mahango tocou a caixa de musica, e todos que a acompanhavam quizeram ver o movimento do cylindro, que foi o que mais os impressionou, por não perceberem a causa d'esse movimento. Nesta ocasião appareceu no largo um *bolondo* (palhaço) dançando e fazendo muitas momices; e como o ajudante então tivesse já tudo preparado para tirar photographias, sem que elles o percebessem, conseguiu reproduzir alguns grupos, aproveitando a scena do palhaço, e a que fôra motivada pela curiosidade de ver a caixa de musica que se mandara collocar no largo, em um lugar que já de antemão estava escolhido para aquelle fim.” *Ibidem*, p. 21. Grifo do autor.

²⁸ AGUIAR, “Secção Photographica...”, op. cit., AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092. Excerto mobilizado por: TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *Na mussumba do Muatiânvua...*, op. cit., p. 28; *Idem*, *História, memória e identidade...*, op. cit., p. 183 e CASTRO, Teresa. “O esplendor dos atlas: fotografia e

que a desconfiança com relação à fotografia não deve ser pensada como uma superstição cultivada apenas por povos não europeus. Isso porque, desde seu advento, no final da década de 1830, a fotografia manteve-se associada a uma ideia de sobrenaturalidade, revelando-se como uma experiência que orbitava, de certo modo, entre a técnica e a magia. Para muitas pessoas, a fotografia era concebida como um meio capaz de captar e até mesmo aprisionar a alma daquele que era retratado. Assim, diante da insistência da expedição, algumas lideranças centro-africanas se recusavam em serem fotografadas, apresentando argumentos a fim de sustentarem sua decisão, conforme podemos notar na justificativa emitida por Catumbelai, antigo cacuata (emissário da corte lunda) nomeado no tempo de Muatiânvua Noéji. Em encontro com a expedição na estação “Cidade do Porto”, situada próxima do rio Cuílo, em 1885, Catumbelai não quis ser fotografado alegando nunca ter visto sua cara em um espelho e que, portanto, “apesar de ter vivido muito queria convencer-se que a sua cara era ainda de rapaz, e que as raparigas ainda tinham gosto por elle”. Segundo Henrique de Carvalho, “foi isto que allegou para justificar a sua recusa quando o convidámos a photographar-se”.²⁹

Por outro lado, ainda sobre as relações travadas entre os centro-africanos e a fotografia durante a expedição de Henrique de Carvalho, também é elucidativa a correspondência enviada em 1884 por Cuigana Mogongo a Manuel Aguiar na qual o soba, ao solicitar que visitem sua moradia para que lhe tirem um retrato, se responsabiliza pelas despesas destas atividades.³⁰ Destoando da ideia de passividade ou receio diante da máquina fotográfica, a carta, publicada no primeiro volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, nos é indicativa do processo do agenciamento social por meio do interesse do soba africano em obter uma representação a partir da incorporação de uma técnica estrangeira.

Ao voltarmos nossas atenções para a composição do *Album da expedição ao Muatianvua*, notamos, entre as representações fotográficas de seres humanos, a forte

cartografia visual do Império no limiar do século XX”. In: VICENTE (org.), *O império da visão...*, op. cit., p. 299.

²⁹ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 483.

³⁰ A correspondência citada encontra-se transcrita em: *Idem. Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 344. É possível encontrar considerações sobre esse documento também nos seguintes trabalhos: HEINTZE, Beatrix. “A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade”. *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 7-8, jul. de 2004 a jul. de 2005, pp.179-207, p. 198. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2666>. Último acesso em: 12/03/2014; TAVARES, *História, memória e identidade...*, op. cit., p. 181 e RIBEIRO, op. cit., p. 199.

presença de imagens de bustos e retratos de africanos de corpo inteiro. Mais uma vez, as informações contidas no relatório de Aguiar nos auxiliam a perceber que o interesse em obter este tipo de padrão fotográfico ao longo da viagem revelava-se como um dos muitos objetivos perseguidos pelo membro da expedição: “Finalmente terminarei manifestando o meu sentimento por não poder como desejo e tenho tentado, obter uma collecção de costumes e bustos para o que me moni d’uma pequena objectiva rapida de Dallmeyer”.³¹ Ainda que este trecho produzido nos primeiros meses de viagem esboce certo desapontamento de Aguiar em não conseguir formar uma “collecção de costumes e bustos” tal como desejava, a presença significativa de retratos de bustos ao longo do álbum da expedição nos indica que os esforços desempenhados pelo ajudante encarregado pelas fotografias durante a viagem à Lunda não foram de todo frustrados. Dispostos, de uma forma geral, em um conjunto de quatro fotografias em cada página do álbum, os referidos retratos possuem tamanho de 9,3x6 cm³², o que nos permite enquadrá-los na categoria de *carte de visite*. O formato “cartão de visita”, criado pelo francês André Adolphe Eugène Disdéri em 1854, promoveu uma intensa vulgarização da fotografia no período.³³ Seus usos apresentaram os mais diversos desdobramentos e alavancaram, entre outras práticas, a popularização das fotografias de “tipos” considerados “exóticos”.³⁴ Partindo dessa observação, apresenta-se nítido o vínculo entre a recorrência de retratos seguindo os padrões mencionados, e os objetivos científicos almejados por Henrique de Carvalho no desenvolvimento de estudos das características consideradas por ele raciais com o intuito de estabelecer um estudo comparativo, segundo ele, sobre as origens das diferentes populações africanas encontradas ao longo da viagem.³⁵ No entanto, as articulações entre as intenções científicas do major português manifestadas em suas narrativas e os *cartes de visite* com registros de indivíduos africanos de corpo inteiro e seus bustos parecem adquirir

³¹ AGUIAR, “Secção Photographica...”, *op. cit.*, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092.

³² Ainda que não tenhamos acesso a um exemplar físico do álbum, baseamo-nos nas referências divulgadas pelo site da Biblioteca Nacional de Portugal, cuja edição digitalizada utilizamos para a elaboração deste trabalho: <http://purl.pt/23726>. Último acesso em: 12/03/2014.

³³ FABRIS, *op.cit.*, p. 17.

³⁴ Sobre o peso da fotografia e da antropologia no processo de “tipologização” da espécie humana durante o XIX, conferir: SAMAIN, *op. cit.*, p. 116.

³⁵ “recorri a outros meios de apreciar cada uma das tribus nas condições em que ellas se encontram, estudando os seus dialectos, usos e costumes, as suas ferramentas e utensílios, observando os indígenas nos trabalhos das suas rudimentares industrias, comparando-os nos seus traços physionomicos e mesmo medindo-os quando isso era exequível, o que tudo constitue o objecto especial da Ethnographia, de que me occupo neste trabalho, com o fim de chamar a attenção dos poderes públicos sobre o assumpto, e de fornecer subsídios que possam contribuir para se determinar a origem das raças com que estive mais em contacto”. CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, *op. cit.*, p. 13.

Fig. 4 – “Typos de Quiocos” (conjunto)

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887, Est. Nº 19, s/p.

contornos ainda mais complexos quando confrontamos tais evidências com o conteúdo das legendas manuscritas presentes no álbum. Isso porque, longe de apresentarem um único padrão sobre as imagens identificadas, boa parte das legendas revela um acentuado contraste em seu conjunto.

Assim, ao mesmo tempo em que visualizamos uma página do álbum com retratos de mulheres com a legenda “Typos Quiocos” (fig. 4) classificadas, por sua vez, apenas como “quatro bons bustos para as comparações

pelas feições robustas como as de outras tribus”, complementada pela informação de que se tratam de “indivíduos sem importância social e por isso nada diremos sobre eles”³⁶, nas páginas seguintes tal postura generalizante é relativizada pela legenda da fotografia do carregador Francisco Domingos Silveira. Apesar de apresentar os mesmos códigos formais, ou seja, ser também uma fotografia de busto e estar inserida em uma página com outros três retratos que obedecem ao mesmo padrão, a imagem de Domingos (fig. 5) é acompanhada de uma legenda extensa, que não apenas identifica seu lugar de origem, como também reporta alguns episódios da expedição e esboça algumas características de seu temperamento:

É Domingos filho de Cassange que [?] quando creança foi para Loanda e ahi foi contractado pela Expedição com mais 11 companheiros para o serviço da mesma. Já d’elle falamos e dos 12 que vieram de Loanda foi ele o unico que morreu. Este foi victima de roubos mais d’uma vez sendo o primeiro horas antes de embarcar para o Dondo e por dó o Chefe da Expedição lhe deu nesta villa um vestuário novo. Bebendo era um desgraçado implicava com todos. Afora isto era bom homem, sossegado e

³⁶ CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887, Est. Nº 19, s/p.

trabalhador. Teus companheiros fiseram-lhe um bom enterro em Malange. Prestou bons serviços como carregador, especialmente nas ephocas mais críticas.³⁷

Ainda que centrada em sua participação na expedição e elaborada a partir dos referenciais que Henrique de Carvalho selecionou como dignos de constar na legenda - com destaque para sua “boa ação” em ceder um novo vestuário a Domingos - os fragmentos biográficos encontrados nesse excerto representam matizes que não nos permitem construir uma interpretação unidimensional sobre o conjunto documental analisado.³⁸ Dessa maneira, mesmo que breves, os apontamentos sobre aspectos relacionados ao modo como tais imagens foram obtidas,

Fig. 5– “Nº 1” (Domingos) – no alto e à esquerda

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887, Est. Nº 30, s/p.

isto é, a partir de características das lentes fotográficas, do processo de revelação, bem como suas disposições no álbum, nos oferecem pistas valiosas para o entendimento das especificidades das fotografias que constituem o álbum da expedição. Partindo dessa consideração, tais evidências materiais, que se expressam desde a escolha de determinados equipamentos e artigos indicados para a produção dos registros visuais até a predileção por retratos no padrão *carte de visite*, iluminam etapas da fabricação dessas imagens e nos ajudam a ampliar nossa compreensão sobre a fonte explorada.

Para concluirmos as considerações que desenvolvemos no bojo das variadas indagações precipitadas pelo *Album da Expedição ao Muatianvua* e amplificadas a

³⁷ CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição...*, *op. cit.*, Est. Nº 30, s/p. Para considerações sobre Domingos e outros trabalhadores africanos que acompanharam a expedição, ver também: HEINTZE, *Pioneiros africanos...*, *op.cit.*, pp. 131-142, p. 137 e RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 217-257, pp. 228-230.

³⁸ Adotando outros exemplos, Beatrix Heintze, em sua análise sobre os dois exemplares dos álbuns da expedição consultados, também chama a atenção para a necessidade de se relativizar o caráter estritamente etnográfico do álbum. HEINTZE, ““In pursuit of a chameleon’...””, *op.cit.*, p. 137.

partir dos dados sobre a prática fotográfica realizada ao longo da expedição presentes nas publicações *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* e no relatório manuscrito de Manuel Aguiar, há que acrescentarmos ainda que o conjunto dessas imagens, interpretado como objeto que possui uma “biografia social”³⁹, atravessou distintas temporalidades e foi consumido de diferentes formas desde sua produção. Dentre as múltiplas apropriações que temos registro, sublinhamos a relevância atribuída a essas imagens na composição do Museu do Dundo em Angola nas primeiras décadas do século passado.

Recebido como uma peça de valor significativo, o exemplar do álbum da expedição doado em 1938 para o museu, que havia sido fundado em 1936 pela Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG), assumiu posição de destaque no âmbito do discurso museográfico construído pela instituição a qual, de maneira muito sintética, atuava como uma espécie de arquivo da cultura dos povos da Lunda ameaçada, na ótica do museu, de “extinção” diante das atividades de colonizadoras da companhia.⁴⁰ Nesse sentido, enquanto documentos etnográficos valiosos que receberam um tratamento especial e foram acomodados em uma caixa de madeira produzida por artistas contratados pelo museu⁴¹, as fotografias da expedição liderada por Henrique de Carvalho serviam, ao mesmo tempo, como testemunho da presença portuguesa na região em décadas anteriores e como registro de certos costumes e tradições das sociedades centro-africanas que sofriam o risco de se desintegrarem mediante a presença colonial.

Assim, ao analisarmos um dos muitos canais percorridos por essas imagens por meio de sua introdução no acervo do Museu do Dundo e do entrecruzamento entre cultura visual, material e museus e de suas reverberações sociais, observamos como tais representações fotográficas interferiram na elaboração de um conhecimento sobre a

³⁹ Conforme a perspectiva adotada por: EDWARDS, *Raw Histories...*, *op. cit.*

⁴⁰ Para estudos sobre o Museu do Dundo, indicamos: PORTO, Nuno. “O museu e o arquivo do império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia de Diamantes de Angola). In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 125-142; *Idem*, *Modos de objectivação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009 e TAVARES, *História, memória e identidade...*, *op. cit.* Sobre as relações tecidas entre os sobas e o museu, conferir: BEVILACQUA, Juliana R. da Silva. “Sobas e museu do Dundo: relações de poder em Angola no período colonial”. In: *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP SANTOS-2014*. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406681354_ARQUIVO_textoJulianaRibeirodaSilvaBevilacquaparaAnpuh2014.pdf. Último acesso em: 30/04/2015.

⁴¹ TAVARES, *História, memória e identidade...*, *op. cit.*, p. 188.

região, ajudando a constituir determinadas narrativas exibidas sobre a história da Lunda no espaço museológico em questão no âmbito do propósito “científico” apregoado pela companhia. Atuando também como elemento perpetuador de uma memória fabricada pela DIAMANG sobre as populações locais e os europeus nesse território, o álbum da expedição ao Muatiânvua - assim como amplo espólio fotográfico mobilizado e produzido pela companhia - foi empregado como poderoso recurso na tarefa de normatização dos espaços e das sociedades retratadas.⁴²

2.2. Do esboço à gravura: a iconografia das expedições em trânsito

Se até o momento concentramos nossas reflexões sobre o *Album da Expedição ao Muatianvua*, destacando os aspectos tocantes à sua produção e constituição material como fatores essenciais para sua interpretação como artefato social, vale a pena discorrermos sobre os espaços de trânsito e consumo dessas imagens. Segundo Henrique de Carvalho, devido ao seu elevado custo, as poucas edições do álbum foram destinadas a algumas instituições em Portugal e outros países.⁴³ Entretanto, esse raio restrito de circulação do álbum não impediu que as imagens da expedição transitassem por meio de outros suportes. Como mencionamos inicialmente, o conjunto fotográfico e textual que constitui o álbum serviu como modelo para a elaboração de centenas de gravuras publicadas nos quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (1890-1894) e da obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* (1890). Não nos cabe nos limites propostos para esta dissertação traçar um exame exaustivo sobre a extensiva gama de gravuras presentes nos capítulos das narrativas legadas por Henrique de Carvalho, mas sim reconhecer tais ilustrações como peças discursivas indissociáveis na conformação das obras. Nesse sentido, ao concebermos as publicações como livros ilustrados⁴⁴, faz-se necessário nos

⁴² Nos últimos anos, alguns autores têm se dedicado a abordar as estreitas conexões entre representações fotográficas, ciência e os mecanismos de controle exercidos pela DIAMANG sob a população local, a saber: PORTO, Nuno (org.). *Angola a preto e branco: fotografia e ciência no museu do Dundo, 1940-1970*. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1999; TAVARES, *História, memória e identidade...*, op. cit., pp. 190-220 e FLORES, Teresa Mendes. “A preto e branco: folheando os relatórios médicos da DIAMANG”. In: VICENTE (org.). *O Império da visão...*, op. cit., pp. 223-242.

⁴³ “Foi pequena a edição de álbuns photographicos por ser elevado o seu custo, mas ainda assim distribuiu-se por ordem do Governo por alguns estabelecimentos scientificos nacionaes e estrangeiros”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV, p. 782.

⁴⁴ Para uma sintética abordagem sobre os livros de história ilustrados no século XIX, conferir: SAMUELS, Maurice. “The Illustrated History Book. History between word and image”. In: SCHWARTZ,

distanciarmos de um olhar menos compartimentado a respeito do lugar das imagens nos referidos relatos de viagem. Partindo dessa perspectiva, as conexões travadas entre texto e imagem trazem à tona diversas linguagens que comportam distintos significados.⁴⁵

Para melhor dimensionarmos o peso das ilustrações nas narrativas de Henrique de Carvalho, faz-se necessário esboçarmos algumas considerações sobre a utilização da linguagem imagética, especialmente as gravuras, na literatura de viagem europeia sobre a África Central produzida durante a segunda metade do XIX. De acordo com o estudo empreendido por Leila Koivunen acerca das ilustrações nos relatos de viagem britânicos sobre o interior africano durante o referido período, embora circulassem imagens sobre continente africano na Europa desde a Idade Média, foi no século XIX - com o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de impressão e reprodução das imagens, bem como sua maior difusão em jornais, livros e revistas - que se elevaram consideravelmente os níveis de circulação e consumo destas representações visuais. Nesse contexto, as publicações contendo relatos de viagem atuaram como poderosos veículos de divulgação de uma iconografia sobre as expedições europeias em territórios africanos contribuindo, por sua vez, na construção um determinado imaginário sobre esses espaços.⁴⁶ Profusamente ilustradas, as publicações provenientes da expedição portuguesa à Lunda devem ser interpretadas à luz desse fenômeno mais amplo.

Em linhas gerais, o contato com as obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* nos descortina um vasto repertório visual composto por capitulares estilizadas⁴⁷ que abrem alguns capítulos, retratos de personagens africanos, vistas de paisagens naturais e urbanas, objetos (com destaque para os utensílios, instrumentos musicais e adornos), animais e espécimes vegetais que se inserem de diferentes formas na estrutura textual das

Vanessa R.; PRZYBLYSKI, Jeannene M. (eds.). *The Nineteenth Century Visual Culture Reader*. Londres; Nova York: Routledge, 2004, pp. 239-261.

⁴⁵ Em *Para ler o livro ilustrado*, Sophie Van Der Linden nos propõe algumas categorias para discutir as interações entre texto e mensagem. VAN DER LINDER, Sophie. *Para ler o livro ilustrado*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

⁴⁶ KOIVUNEN, Leila. *Visualizing Africa in nineteenth-century british travel accounts*. Nova York: Routledge, 2009, pp. 1-18.

⁴⁷ É certo que um estudo sobre estas capitulares demandaria uma investigação mais aprofundada, já que sua construção visual abarca desde representações de motivos vegetais (folhas e tronco de árvores) e animais (cobras e pássaros) até elementos da cultura material centro-africana (machadinhas, adornos, utensílios e insígnias de poder) e do comércio europeu (tecidos e sombrinhas). Vale a pena sinalizarmos que comparativamente aos relatos de exploradores portugueses como Capello e Ivens (*De Benguella às Terras de Iácca* e *De Angola à Contra-Costa*) e Serpa Pinto (*Como eu atravessei Africa do Atlântico ao Mar Indico*) parece-nos que a utilização de capitulares estilizadas na abertura de alguns capítulos das obras se apresenta como uma peculiaridade gráfica das publicações de Henrique de Carvalho.

narrativas. Como almejamos explorar ao longo deste subcapítulo, a constituição desse conjunto imagético, juntamente com a narrativa textual presente nas obras citadas, não se deu de maneira aleatória, mas sim, foi fruto de uma série de etapas de produção e edições que interferiram na escolha final das gravuras que ilustram as obras estudadas.⁴⁸

De acordo com as páginas de abertura das publicações *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, as ilustrações foram elaboradas por H. Casanova (por vezes, grafado como E. Casanova). Embora as informações sobre a participação desse artista nas publicações se apresentem um pouco escassas e imprecisas, podemos afirmar que a autoria do conjunto de ilustrações pode ser creditada ao pintor espanhol Enrique Casanova. Após divergências políticas em seu país de origem, Casanova teria desembarcado em terras lusas por volta de 1880 e iniciado suas atividades na “Litografia Portugal”. Suas habilidades artísticas nos campos da litografia, ilustração, decoração, escultura e aquarela o aproximaram de diversos periódicos da época, como *O Occidente*, *O Antonio Maria*, *Branco e negro: semanario ilustrado* e *Jornal para todos*, entre outros.⁴⁹ No entanto, para além das frequentes colaborações artísticas em revistas e jornais, o nome de Casanova permaneceria mais atrelado a sua atuação enquanto instrutor do príncipe D. Carlos e do infante D. Afonso na arte da aquarela. Nomeado pintor da Real Câmara em 1885, Casanova recebeu encomendas e executou diversos trabalhos a pedido da corte portuguesa, como a sequência de aquarelas que retratavam os espaços interiores dos palácios da Ajuda, Cascais e Sintra.⁵⁰

Além desses trabalhos de caráter mais decorativo, é interessante pontuar que Enrique Casanova parece também ter se envolvido na elaboração de peças visuais ligadas à defesa dos interesses portugueses em eventos diplomáticos internacionais,

⁴⁸ Localizado recentemente no Arquivo Histórico da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) em Lisboa, junto com outros materiais relativos às produções gráficas do período (álbuns e catálogos), o *Album de provas* da expedição contém centenas de imagens que foram incorporadas aos livros dedicados aos relatos da viagem à Lunda. Ainda que a ausência de informações mais precisas sobre a origem e a autoria do álbum dificultem conclusões mais cristalizadas sobre este material, sustentamos que essa documentação nos oferece ao menos elementos para deduzirmos que as imagens que constituem as obras passaram por um processo de seleção. As indicações da existência desta documentação foram encontradas em: AIRES-BARROS, Luís (org.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., p. 26.

⁴⁹ Informações retiradas da ficha biográfica “Enrique Casanova (1850-1913)”. Disponível em: http://fcsb.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=61#C. Último acesso em: 02/06/2015.

⁵⁰ Para informações mais detalhadas sobre a vida e a obra do pintor espanhol consultar: VAZ, João. “Nota biográfica – Enrique Casanova”. Disponível em: <http://www.palacioajuda.pt/pt-PT/galeria%20virtual/album/ContentDetail.aspx?id=456>. Último acesso em 02/06/2015. Alguns trabalhos gráficos executados por Casanova foram digitalizados e podem ser visualizados na página virtual da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/64371.html>. Último acesso em: 02/06/2015.

conforme depreendemos da carta datada de 3 de maio de 1890, direcionada ao secretário geral do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, em que Henrique de Carvalho solicitava que Casanova fizesse uma cópia da carta da expedição ao Muatiânvua igual à carta que o mesmo fizera para a Conferência realizada em Bruxelas no ano de 1890⁵¹, a qual tencionava pôr fim ao tráfico de escravizados e regulamentar o comércio de armas e bebidas alcoólicas na África. Ainda que ligeiras, tais informações nos permitem entender não só a inserção de Henrique Casanova em variadas atividades organizadas pela coroa portuguesa, como também reconhecer certos imbricamentos entre as artes gráficas, a cartografia e sua utilização enquanto ferramenta de disputa política, particularmente no mencionado período em que os mapas se revelavam como instrumento fundamental para a comprovar a legitimidade da ocupação europeia em determinadas zonas da África.

Feitas a partir das ilustrações de Casanova, as gravuras⁵² que compõem as obras da expedição à Lunda foram elaboradas, de acordo com Maria Manuela Cantinho Pereira⁵³, por reconhecidos artistas e gravadores portugueses, como Domingos Cazellas Branco, Caetano Alberto da Silva, Manuel Diogo Netto e João Pedroso, muitos deles colaboradores de *As Colónias Portuguezas*, jornal do qual Henrique de Carvalho participou como um dos fundadores e proprietários em 1883, e do periódico *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*.⁵⁴ É importante realçar que esta última publicação, editada entre 1878 e 1915 e fundada por Caetano Alberto da Silva e Manuel de Macedo, destacou-se no cenário editorial português por atuar, entre outros aspectos, como espécie de celeiro de artistas gravadores na transição entre o século XIX e início do XX.⁵⁵ De acordo com Graça Afonso, a crescente difusão de

⁵¹ CARVALHO, “Ofício direcionado ao secretário geral do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, 3 de maio de 1890, Lisboa”. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)*. AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1091.

⁵² As identificações dos autores das gravuras podem ser observadas por meio do registro de iniciais ou partes de nomes localizados no canto inferior direito das imagens.

⁵³ PEREIRA, “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., p. 153.

⁵⁴ Sobre o periódico e o ambiente intelectual e político em que a revista floresceu entre o final do XIX e início do XX, conferir a recente dissertação: SANTOS, Alda Cristina Baptista Rendilho dos. *Occidente: imagens e representações da Europa*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009, pp. 16-102.

⁵⁵ “A edição de publicações periódicas ilustradas em Portugal já não era uma novidade. O que marcou a diferença foi que *O Occidente* fez escola e foi escola de gravadores. De facto, o projecto alicerçou-se na criação de um atelier de formação de gravadores, porque com os que então existiam não era possível assegurar a actualidade imagética que se pretendia imprimir à publicação, nem tão pouco a reprodução de obras de arte nacionais, as recreações históricas, etc., que faziam parte do seu programa”. CORREIA, Rita. “Ficha histórica: *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*”. Lisboa: s/e, 2012,

revistas ilustradas em Portugal a partir do segundo quartel dos oitocentos estimulou a formação de artistas locais especializados na gravação em madeira já que, até então, predominava na imprensa nacional o uso de gravuras elaboradas no estrangeiro.⁵⁶ Como aponta o levantamento realizado pela antropóloga Leonor Pires Martins, o periódico *O Occidente*, que possuía vínculo com nomes ligados à Sociedade de Geografia de Lisboa, se empenhou na divulgação de questões coloniais destinando numerosas páginas, acompanhadas de ilustrações, às expedições realizadas por Capello e Ivens, Serpa Pinto e Henrique de Carvalho.⁵⁷

Sobre esses laços, é curioso reparar como mesmo após décadas das viagens empreendidas pelos expedicionários portugueses, tal tópico parecia reverberar com certa frequência nas páginas da revista. Em crônica publicada em 1907, Caetano Alberto torna evidente os nexos mantidos entre o periódico, a defesa da política colonialista portuguesa e o lugar-chave ocupado pela gravura nessa dinâmica:

Quando há 30 anos fundamos o *Occidente* uma das coisas a que desde logo esta revista se dedicou foi a de advogar a causa das colónias que seria então, como hoje a questão magna para todos os governos. Pela gravura tornando conhecidos os lugares mais importantes ou mais belos; com a pena descrevendo as suas riquezas naturais, usos, índole e aptidões de seus habitantes, indústria e comércio, o *Occidente* inventou larga propaganda em favor das colónias portuguesas [...]. A imprensa acompanha esse movimento iniciado e o *Occidente* concorre com a gravura e a pena para vulgarizar as viagens dos exploradores portugueses, interessando quanto possível o público em favor das colónias.⁵⁸

Assim como as incursões de Serpa Pinto, Capello e Ivens ao continente africano, a viagem à Lunda liderada por Henrique de Carvalho também foi noticiada em quatro números da revista *O Occidente* entre 1890 e 1892.⁵⁹ Na edição de 11 de setembro de

pp. 1-4, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ocidente.pdf>. Último acesso em: 13/03/2014.

⁵⁶ AFONSO, Graça. *O 'Archivo Pittoresco' e a evolução da gravura de madeira em Portugal*. Comunicação apresentada no ciclo de conferências “Arquivo Pittoresco, 150 Anos Depois (1857-2007)”. Lisboa: s/e, 2007, pp. 5-6. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/ArchivoPGravura.pdf>. Último acesso em: 02/06/2015.

⁵⁷ MARTINS, Leonor Pires. *Um império de papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 35.

⁵⁸ Trecho retirado de: ALBERTO, Caetano. “Viagem de S. A. O príncipe D. Luiz Filipe às colónias”. In: *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia, ano 30, vol. XXX, nº 1026, 1907, p. 138. Passagem também citada por: SANTOS, Alda, *op. cit.*, p. 101.

⁵⁹ Consultar os números: *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia, ano 13, vol. XIII, nº 422, 1890, pp. 201-208; *Idem*. ano 13, vol. XIII, nº 423, 1890, pp. 209-216; *Idem*. ano 13, vol. XIII, nº 427, 1890, pp. 241-248; *Idem*. ano 15, vol. XV, nº 499, 1892, pp. 243-

1890, por exemplo, identificamos a primeira parte de uma longa seção escrita por Manoel Barradas reservada à expedição portuguesa ao Muatiânvua e suas publicações. Ao longo das páginas da revista nos deparamos com o conjunto de 13 gravuras (figs. 6, 7 e 8), entre elas o retrato de Henrique de Carvalho, imagens de “typos”, soldados, vistas de rios e da estação Paiva Andrada e uma cena do Muatiânvua bebendo malufô (também conhecido como vinho de palma).⁶⁰

Outro exemplo que também nos possibilita dimensionar tanto o raio de circulação das gravuras utilizadas nos relatos em outras publicações quanto a ativa participação de Henrique de Carvalho no cenário editorial luso do final dos oitocentos é a revista *A África Illustrada: arquivo de conhecimentos uteis* (1892-1893).⁶¹ Editado pelo militar português, o periódico era dividido em 52 fascículos (com oito páginas cada) que discorriam sobre “viagens, explorações, usos e costumes, commercio, industrias, metereologia, distincção de climas, producções, colonização, movimento progressivo, indicações hygienicas e noticias da actualidade”.⁶² Aqui também, tanto as gravuras advindas das obras da expedição ao Muatiânvua quanto trabalhos provenientes de outras obras, parecem ter exercido função central na configuração da revista, a qual era dedicada, segundo Carvalho, “aos artistas, operários, enfim, as classes que no nosso Paiz, trabalham, produzem e procuram instruir-se sobre o que lhe é conveniente saber das terras de Africa”.⁶³

246. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm>. Último acesso em: 14/03/2014.

⁶⁰ *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia, vol. XIII, nº 422, 1890. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1890/N422/N422_master/N422.pdf. Último acesso em: 13/03/2014.

⁶¹ CARVALHO, A *África Illustrada: Archivo de Conhecimentos Uteis*. Lisboa: Typographia, 1892-1893.

⁶² *Ibidem*, s/p.

⁶³ *Ibidem*, s/p.

Fonte: *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia, ano 13, vol. XIII, nº 422, 1890, pp. 201-208.

Como observa Leonor Pires Martins, de formato mais acessível que as volumosas edições que continham os relatos de viagem, a imprensa periódica ilustrada nesse período contribuiu para vulgarizar os conhecimentos sobre a “África portuguesa” e alimentar a imaginação acerca destes espaços entre os consumidores desse tipo de

material que possuía forte apelo visual.⁶⁴ A partir destes dados, acreditamos que as conexões tecidas entre o grupo de ilustradores e gravadores envolvidos tanto com o trabalho de elaboração das gravuras para as publicações das narrativas da expedição quanto com as atividades gráficas desenvolvidas em jornais e revistas ilustradas nos ajuda a mensurar não só o possível alcance destas imagens entre variados leitores, a partir de sua circulação em diferentes meios impressos, como também visualizar a existência de diferentes autores e etapas na construção da trama visual presente nas obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*.

Como mencionamos anteriormente, sabemos que boa parte das ilustrações que compõem as edições da expedição portuguesa à Mussumba do Muatiânvua foram baseadas em fotografias obtidas durante a viagem. Interessante observar como este processo de tradução da representação fotográfica para outros produtos visuais, como as gravuras, por exemplo, já se apresentava como uma das instruções previstas pelo tenente Manuel Aguiar desde os primeiros meses da viagem à Lunda. Ao descrever os diferentes estados das provas fotográficas obtidas até então, Aguiar não deixa de lamentar que nem todas as matrizes obtidas forneceriam bons positivos sobre o papel. Entretanto, ao mesmo tempo reconhece que isso não invalidaria o trabalho fotográfico desenvolvido no percurso à Lunda, pois:

como é á gravura que todas as matrizes obetidas pela expedição se destinam, e não a positivos sobre papel sensível [...] não duvido em as entregar no estado em que estão, certo de que todas se acham nas condições exigidas para tal imprego.⁶⁵

Além das considerações traçadas por Manuel Sertório de Almeida Aguiar, Henrique de Carvalho, ao longo de diversas passagens das narrativas publicadas, também procura evidenciar tal operação, na qual a imagem fotográfica apresentava-se como base para a elaboração das gravuras.⁶⁶ No entanto, salientamos que o processo de composição visual das obras não se restringiu à mera reprodução desse material fotográfico, pois também congregou determinados esboços feitos por alguns membros

⁶⁴ MARTINS, Leonor Pires, *op. cit.*, p. 45.

⁶⁵ AGUIAR, “Secção Photographica...”, *op. cit.*, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092. Trecho citado também por: TAVARES, *História, memória e identidade...*, *op. cit.*, p. 185.

⁶⁶ Entre alguns exemplos que nos dão pistas para pensarmos as relações entre as fotografias e a elaboração de gravuras, selecionamos: “Como conseguimos photographal-o, apresentamos neste logar a gravura, que d'elle [Xa Cumba] dá uma boa ideia”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. III, p. 162.

da expedição que, na cotidiana divisão de tarefas, acabavam lançando mão do desenho como uma das muitas ferramentas de registro dos acontecimentos da viagem:

O nosso tempo era repartido por diversos trabalhos, como desenho, estudo de linguas, correcção e desenvolvimento dos nossos apontamentos ethnographicos e geographicos, etc. Para desenhador faltavam-nos muitos predicados, comtudo tinhamos paciência e boa vontade. Rabiscando segundo as regras, procurámos sempre reproduzir com verdade, e assim nos entretinhamos durante as horas mais frescas da manhã, e alcançámos ultimar alguns trabalhos que depois de retocados se aproveitaram para as gravuras que vamos apresentando.⁶⁷

Como podemos reparar no excerto retirado do segundo volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, o ato de desenhar integrava-se às variadas atividades desempenhadas pela expedição, tais como o estudo de aspectos relacionados às línguas, à ethnografia e à geografia das regiões percorridas.⁶⁸ Ainda que as palavras de Henrique de Carvalho expressem um tom de imparcialidade a estes registros feitos “segundo as regras”, chama-nos a atenção como o militar não deixa de mencionar a “paciência” e “boa vontade”, atributos subjetivos, como elementos que se entrelaçavam no desafio de tentar “reproduzir com verdade” a realidade observada. Distanciando-se de uma relação direta entre o autor dos esboços e o objeto a ser graficamente representado, a prática do desenho como meio de registro ao longo da expedição também contou, em diferentes situações, com certas intervenções dos carregadores africanos que viam nessa prática uma oportunidade para receberem recompensas:

raro foi o dia em que um ou outro dos carregadores não apresentava um animal morto no mato para nós o desenharmos. Isto rendia-lhes uma gratificação em polvora e um maior quinhão na partilha dos despojos. De todos os animaes se procurou tirar-lhes a pelle do melhor modo que fosse possivel; dos duplicados só tomámos nota das dimensões.

Lembramos que a prática do desenho como forma de documentar aspectos da fauna, da flora, das sociedades humanas e de eventos ocorridos durante as viagens se revelou como mecanismo de reconhecimento de diferentes territórios desde o período das Grandes Navegações. De maneira mais sistematizada, entre os séculos XVII e XVIII, as chamadas “viagens filosóficas” europeias com destino às regiões da América, da Ásia, da África e da Oceania conferiram um papel de grande destaque a naturalistas,

⁶⁷ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 390.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 403.

botânicos e zoólogos que acompanhavam essas expedições e, em muitos casos, se tornavam responsáveis por produzir ilustrações científicas destas incursões.⁶⁹

Pensado como recurso capaz de sintetizar graficamente determinadas percepções visuais, o desenho não deixou de ser empregado em muitas viagens de exploração no continente africano no final do século XIX. Vale frisar que embora tanto a fotografia quanto o desenho exigissem certo conhecimento técnico e prático para que fossem executados de maneira satisfatória, o desenho ainda era considerado um meio mais rápido e simples de registro, já que, diferente da fotografia, não dependia de tantos materiais, equipamentos e de condições meteorológicas adequadas para ser realizado com êxito. Assim, apesar de muitos expedicionários contarem com o auxílio da captação fotográfica no percurso, como apontamos no início deste capítulo, tal artifício não substituiu completamente os esboços produzidos em campo, o que nos permite afirmar a existência de uma relação de complementaridade entre desenhos e fotografias como meios de representação. Complementaridade essa que, muitas vezes, não se apresentava imune às tensões que emanavam das divergências manifestadas entre fotógrafos e desenhistas que compunham estas viagens.

Liderada pelo missionário David Livingstone, a expedição ao Zambeze, iniciada em 1858, é particularmente elucidativa dos conflitos envolvidos na construção de um legado visual dessa expedição europeia sobre os espaços percorridos no continente africano. Segundo Thompson, no que se refere às formas de traduzir para o plano imagético o cenário africano captado pela expedição, as distintas expectativas e interesses explicitados por Charles Livingstone e John Kirk, responsáveis, entre outras tarefas, pelas atividades fotográficas desempenhadas ao longo do percurso, e Thomas Baines, artista profissional que possuía grande experiência em viagens de exploração na Austrália e na África do Sul, geraram um vasto repertório visual que, posteriormente, foi reinterpretado para a elaboração de litogravuras que ilustram *Narrative of an*

⁶⁹ Para mais dados acerca da iconografia produzida para fins científicos no âmbito das “viagens filosóficas” empreendidas em diferentes territórios do império colonial português entre os séculos XVII e XIX, ver: PEREIRA, Teresa Matos. “Desenhos de África, desígnios coloniais, desejos suspensos: artes plásticas e colonialidade”. *7º Congresso ibérico de estudos africanos*. Lisboa, 2010, pp. 1-22, pp. 2-3 e CORREIA, Fernando Jorge; FERNANDES, Ana Silva. “Desenhar para (re)conhecer: o papel da ilustração científica nas missões científicas do espaço lusófono”. *Atas do congresso internacional Saber tropical em Moçambique: História, memória e ciência*. Lisboa, 2012, pp. 1-25.

Expedition to the Zambesi and its Tributaries; and of the Discovery of the lakes Shirwa and Nyassa (1858-1864), obra publicada em 1866.⁷⁰

Já no contexto das viagens empreendidas pela coroa portuguesa à África no final do XIX, é interessante destacarmos os diversos desenhos realizados por Roberto Ivens ao longo das duas expedições que circularam por diferentes zonas do interior africano entre as décadas de 1870 e 1880 e que contaram com a participação de Hermenegildo Capello e Serpa Pinto.⁷¹ De acordo com a investigação empreendida por Mara Taquelim, os cadernos de campo de Ivens revelam-se como suportes de ideias e impressões em que as representações visuais assumiram papel significativo na construção da narrativa contida nesses materiais de registro da viagem. Nesse sentido, os variados desenhos de animais, paisagens e pessoas feitos por Ivens ao longo do caminho serviram como pontos de partida para a elaboração de gravuras que, posteriormente, compuseram a publicação *De Angola à Contra-Costa* (1886).⁷²

Como podemos verificar a partir dos exemplos mencionados, o movimento de interpenetração entre referências visuais de distintas naturezas, provenientes de fotografias e de desenhos elaborados durante o percurso, deu vazão à produção de materiais base para a constituição de gravuras que seriam impressas e publicadas juntamente com as narrativas de viagem ao longo dos oitocentos. Ainda que nosso estudo se revele circunscrito à breve análise dos confrontos e dos pontos de contato travados entre desenhos e fotografias na composição do material visual de algumas publicações referentes aos relatos de viajantes europeus no continente africano na segunda metade do XIX, é interessante observarmos, a partir de outras investigações,

⁷⁰ THOMPSON, T. Jack. *Light on darkness? Missionary photography of Africa in the nineteenth and early twentieth centuries*. Michigan: Eerdmans, 2012, p. 12. Ainda de acordo com Thompson, Charles Livingstone (irmão mais novo de David Livingstone) possuía pouca habilidade para a execução das fotografias, ao contrário do botânico John Kirk que, embora não houvesse sido encarregado oficialmente para tal função, demonstrava-se mais apto tecnicamente para intervir nas diferentes etapas do processo fotográfico. Já Thomas Baines, pintor reconhecido pela qualidade de suas aquarelas, havia sido indicado para retratar grupos humanos, animais, plantas e paisagens durante o percurso. No entanto, devido a desentendimentos, Baines foi demitido da expedição por David Livingstone em 1859. Curiosamente, apesar de sua participação no início da viagem, seu nome não consta nas páginas de *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries; and of the Discovery of the lakes Shirwa and Nyassa (1858-1864)*. Para mais detalhes sobre o perfil destes personagens e suas tortuosas relações no âmbito da expedição, ver: *Ibidem*, pp. 56-97.

⁷¹ TAQUELIM, Mara. *Desenhando em viagem: os cadernos de África de Roberto Ivens*. Dissertação de mestrado em desenho apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2008. Embora a pesquisa se debruce sobre os desenhos contidos nos cadernos de campo de Ivens, a autora também menciona a qualidade dos desenhos elaborados por Serpa Pinto reforçando, assim, a importância desse tipo de registro na dinâmica das viagens de exploração. *Ibidem*, pp. 50-51.

⁷² *Ibidem*, pp. 77.

como as conexões entre fotografia e ilustração adentraram o século XX e apresentaram significativos prolongamentos na literatura colonial portuguesa.⁷³ Sobre o assunto, é interessante, portanto, atentarmos para a pluralidade de artifícios empregados na operação de tradução destas imagens: longe de se configurarem como “cópias” das fotografias, as gravuras incorporam novos elementos, recriam espaços.

Voltando nossas atenções para o lugar das representações visuais nas publicações sobre a expedição à Lunda, para além das informações acerca dos meandros que envolvem o processo de constituição do repertório visual que compõem a *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, as apropriações de imagens publicadas em obras de outros viajantes que percorreram territórios do continente africano em diferentes períodos também nos dão indícios do grau de circulação dessas representações. Em determinadas ilustrações apresentadas nos livros editados por Henrique de Carvalho, torna-se nítida a utilização de gravuras divulgadas nas obras *The Heart of Africa* (1874)⁷⁴, editada pelo alemão Georg Schweinfurth e *L’Afrique Centrale: Expéditions au Lac Victoria-Nyanza* (1877)⁷⁵, do norte-americano Charles Chaillé-Long.

Beatrix Heintze chama a atenção para este fenômeno de adaptação de ilustrações exemplificado a partir da grande semelhança visual entre a gravura (fig. 9) intitulada “Niam-niam warrior” (“Guerreiro Niam-niam”), publicado na obra supracitada de Schweinfurth que, por meio da reacomodação, supressão e inserção de determinados elementos gráficos, adquire a identidade de um “Portador” (fig. 10) em uma das páginas de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*.⁷⁶ Recentemente tais processos de apropriação foram também explicitados por Pereira no catálogo organizado por Aires-Barros⁷⁷, particularmente nas ilustrações de *Ethnographia e Historia Tradicional dos povos da Lunda*, identificadas como “Typo caluba” (fig. 11) e “Um adivinho” (fig. 13), as quais seguem praticamente os mesmos aspectos formais das gravuras “Makraka Niam Niam” (fig. 12) e “A Niam Niam Minstrel” (fig. 14), respectivamente presentes nos livros citados de Chaillé-Long e Schweinfurth. Ao compararmos tais gravuras,

⁷³ Para um estudo recente sobre o assunto, conferir: CARVALHO, Rita. “Fotografia e ilustração na literatura colonial do Estado Novo”. In: VICENTE (org.). *O império da visão...*, op. cit., pp. 305-317.

⁷⁴ SCHWEINFURTH, Georg. *The Heart of Africa*. Nova York: Harper; Brothers, 1874, 2 vols.

⁷⁵ CHAILLÉ-LONG, Charles. *L’Afrique Centrale: Expéditions au Lac Victoria-Nyanza*. Paris: E. Plon et Cie, Imprimeurs-Éditeurs, 1877.

⁷⁶ HEINTZE, A *África Centro-Occidental no século XIX...*, op. cit., p. 581.

⁷⁷ PEREIRA, “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS (coord.) *Memórias de um explorador...*, op. cit., pp. 127-128.

observamos que há ligeiras modificações: se na gravura (assinada por Pedroso) presente nas narrativas do viajante português o “adivinho” porta uma espécie de chocalho, na obra do expedicionário alemão percebemos que o indivíduo representado segura um instrumento semelhante a uma harpa.⁷⁸ De acordo com Manuela Cantinho Pereira, a recorrente adaptação de ilustrações provenientes dos trabalhos de outros viajantes se coadunava, novamente, com as aspirações declaradas por Henrique de Carvalho em estabelecer estudos comparativos sobre as populações e as regiões da África Central.⁷⁹

Fig. 9 - “Guerreiro Niam Niam”

Fonte: SCHWEINFURTH, Georg. *The Heart of Africa*. Nova York: Harper; Brothers, 1874, vol. II, p. 11.

Fig. 10 - “Portador”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. vol. III: “Do Chicapa ao Luembe”, 1893, p. 104.

⁷⁸ De acordo com os dados da edição em inglês consultada por este trabalho, as ilustrações teriam sido gravadas por J.D. Cooper.

⁷⁹ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., p. 369.

Fig. 11 – “Typo caluba”

Fonte: CARVALHO, Henrique A. D. de. *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 10.

Fig. 12 – “Makraka Niam Niam”

Fonte: CHAILLÉ-LONG, Charles. *L'Afrique Centrale: Expéditions au Lac Victoria-Nyanza*. Paris: E. Plon et Cie, Imprimeurs-Éditeurs, 1877, p. 267

Fig. 13 – “Um adivinho”

Fonte: CARVALHO, Henrique A. D. de. *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 435.

Fig. 14 – “A Niam Niam Minstrel”

Fonte: SCHWEINFURTH, Georg. *The Heart of Africa*. Nova York: Harper; Brothers, 1874, vol. I, p. 445.

Arriscamo-nos a discordar dessa última afirmação. É certo que o desejo de estabelecer estudos comparativos por meio das observações contidas em outros viajantes apresenta-se como uma intenção declarada por Henrique de Carvalho, em diferentes trechos das publicações analisadas. Entretanto, no que diz respeito especificamente ao uso das gravuras como ferramenta para estas comparações, não encontramos elementos, pelo menos nas publicações as quais tivemos acesso, que nos permitam afirmar essa intenção, na medida em que observamos uma utilização não uniforme dessas imagens, já que em alguns casos, as gravuras aparecem devidamente atribuídas às obras destes outros viajantes, outras vezes, não. Desse modo, se ao longo das páginas da obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos povos da Lunda* observamos certas gravuras identificadas e acompanhadas de legendas que indicam que tais imagens foram retiradas de obras de diferentes viajantes, como Schweinfurth, Chaillé-Long, Capello e Ivens, Livingstone e Thomson⁸⁰, por exemplo, ou elaboradas a partir de fotografias de J. A. da Cunha Moraes⁸¹, nos volumes de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* tais ilustrações não apresentam citações dos autores dos quais foram retiradas. Assim, apenas para exemplificar, se em *Ethnographia e Historia Tradicional dos povos da Lunda* visualizamos a gravura de um “Typo Niam-Niam (Apud Schweinfurth)”, adaptada da imagem do livro de Georg Schweinfurth, no terceiro volume de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* nos deparamos com a mesma imagem, desta vez identificada como “Portador” – exemplo há pouco discutido – mas sem nenhuma referência ao viajante alemão.⁸²

De maneira mais ampla, a prática, observada nas publicações de Henrique de Carvalho, de utilizar imagens oriundas de outras narrativas de exploração do continente africano, não parece ter sido um artifício incomum no universo das operações que envolviam a circulação, apropriação e divulgação dessas imagens entre viajantes no período, conforme nos demonstram alguns estudos. Ao investigar os aspectos da

⁸⁰ De acordo com nosso levantamento, verificamos cerca de onze gravuras, do total de duzentas e seis que constam no índice da obra que, além da legenda, são acrescidas do termo *apud* acompanhado do nome de distintos viajantes que percorreram diferentes regiões do continente africano durante os oitocentos. CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, *op. cit.*, p. 57, 59, 65, 81, 89, 168, 176, 181, 224, 240 e 545.

⁸¹ Para mais informações sobre a atuação de J. A. Cunha Moraes, conferir: DIAS, Jill. “Photographic sources...”, *op. cit.* e MARTINS, Leonor Pires, *op. cit.*, pp. 105-110.

⁸² Nas publicações da viagem à Lunda, a referida gravura com distintas legendas podem ser observadas em: CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, *op. cit.*, p. 181 e *Idem*, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. III, p. 104. Já a gravura que teria sido tomada como modelo para a produção da ilustração anterior encontra-se em: SCHWEINFURTH, *The Heart of Africa...*, *op. cit.*, vol. II, p. 11.

produção dos elementos imagéticos contidos no livro *Missionary Travels and Researches in South Africa* (1857) de David Livingstone, Leila Koivunen também chama a atenção para este fenômeno ao identificar, num conjunto de 45 ilustrações, 12 gravuras provenientes de diferentes viajantes.⁸³ Já a análise de Christraud Geary acerca das representações visuais da população mangbetu elaborada por viajantes europeus que transitaram por regiões situadas no nordeste do Congo a partir da segunda metade do XIX nos revela a constante utilização e as múltiplas apropriações de gravuras elaboradas pelo botânico Georg Schweinfurth nas publicações de viajantes como o cartógrafo Gaetano Casati e o médico Wilhelm Junker, por exemplo.⁸⁴ Segundo Geary, os esboços traçados por Schweinfurth – por sua vez, revisitados e rearranjados por uma série de outros autores em narrativas de viagens e revistas ilustradas entre 1874 e 1892 – exerceram não só profunda influência na perpetuação de uma tradição iconográfica sobre os povos mangbetus, como também, em uma escala mais ampla, ajudou a moldar certos padrões visuais nas narrativas europeias sobre as sociedades da África Central.⁸⁵

No entanto, para além dessa esfera de “compartilhamento criativo” das imagens nos relatos de expedicionários europeus, uma investigação mais detalhada sobre outras publicações pode nos descortinar um espaço ainda mais alargado do trânsito destas imagens. Para isso, tomamos como exemplo o livro *Heroes of the Dark Continent*, editado pelo norte-americano James William Buel.⁸⁶ As poucas informações disponíveis sobre a vida e a obra de Buel se resumem a sua atuação como jornalista, autor e editor de uma vasta gama de livros ilustrados dedicados aos mais variados temas.⁸⁷ Embora não tenhamos informações suficientes para dimensionar a repercussão de *Heroes of the Dark Continent* entre o público leitor, é elucidativo mencionar que a obra teria servido de inspiração para Edgar Rice Burroughs na composição das aventuras do personagem

⁸³ KOIVUNEN, Leila. “Visualizing Africa – complexities of illustrating David Livingstone’s *Missionary Travels*”. *Ennen & Nyt*, vol. 1, *The Papers of the Nordic Conference on the History of Ideas*. Helsinki, 2001, pp.1-12, p.8.

⁸⁴ GEARY, Christraud. “Nineteenth-century images of the Mangbetu”. KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 133-168.

⁸⁵ *Ibidem*, pp. 134-135.

⁸⁶ BUEL, James W. *Heroes of the Dark Continent and How Stanley found Emin Pasha*. Guelph Ontario, 1890. Não nos foi possível ter acesso à primeira edição da obra (publicada em 1889) para o desenvolvimento deste subcapítulo.

⁸⁷ Dados retirados do seguinte endereço eletrônico: <http://www.erbzine.com/mag18/buel.htm>. Último acesso em: 16/03/2014.

Tarzan.⁸⁸ Publicado pela primeira vez em 1889, o título se propunha a oferecer ao público uma “história completa de todas as grandes expedições e descobertas na África” capaz, ao mesmo tempo, de satisfazer a curiosidade dos leitores ávidos por “façanhas emocionantes dos grandes exploradores” como também atender aos interesses daqueles que desejavam obter “informações confiáveis sobre as características físicas e climáticas” do continente.⁸⁹ A intenção de contemplar tanto os leitores que buscavam uma narrativa movida a histórias de aventuras exóticas, quanto àqueles que gostariam de adquirir referências científicas sobre aspectos geográficos do território africano, por exemplo, evidenciam a pretensão abrangente da obra.

Embora Henrique de Carvalho reiterasse, ao menos no plano do discurso, se distanciar de visões estereotipadas sobre o continente africano por meio de estudos e observações feitas *in loco*, a apropriação de imagens - desta vez, publicadas em um livro de um escritor que, até onde sabemos, não participou de nenhuma expedição à África – nos permite entrever não só o nível de movimentação destas representações como discutir como tais imagens estavam atuando na construção de um saber imperial sobre o “outro” não europeu. Levantamos tal hipótese a partir das estreitas semelhanças visualizadas entre quatro gravuras publicadas no livro de Buel e no quarto volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Curioso mencionar que há uma espécie de aviso sobre os direitos autorais nas páginas iniciais de *Heroes of the Dark Continent*, o qual informa que as mais de 500 gravuras presentes no livro foram produzidas a partir de desenhos originais.⁹⁰

Entretanto, sem adentrarmos na discussão sobre os princípios nos quais se assentavam a noção de originalidade no XIX, cabe-nos aqui apenas reconhecer que é preciso ter cautela para não cairmos nas armadilhas do anacronismo. Explico-me: ao consultarmos algumas imagens presentes na publicação de Buel deparamos com uma nítida semelhança entre tais ilustrações e algumas gravuras publicadas anos antes em obras de outros autores, como Georg Schweinfurth e Pierre Savorgnan de Brazza, por

⁸⁸ Dados retirados do seguinte endereço eletrônico: <http://www.erbzine.com/mag11/1151.html>. Último acesso em: 16/03/2014.

⁸⁹ Já em sua introdução, Buel dispara: “I have given my abilities herein towards furnishing such a history of Africa as will satisfy not only those who find pleasure in reading the thrilling exploits of great explorers, but also those who desire reliable information respecting the climatic and physical features of the continent, and its soil, products, advantages for agriculture, mining and manufacture”. BUEL, *op. cit.*, p. 19.

⁹⁰ BUEL, *op. cit.*, p. 16. Ainda não nos foi possível localizar referências sobre os autores das gravuras.

exemplo.⁹¹ Sendo assim, tais aproximações formais tornam ainda mais fluida a ideia de originalidade dos trabalhos gráficos anunciada por *Heroes of the Dark Continent*, dificultando a busca por seus autores e o contexto original dessas ilustrações.

Desse modo, ainda não nos foi possível rastrear por quais vias tais imagens trafegaram de uma obra à outra, visto que esta tarefa mobilizaria esforços investigativos que transcenderiam o escopo delimitado para esta pesquisa atual. Diante dessas lacunas, nos cabe especular se teriam sido o próprio Henrique de Carvalho ou o ilustrador Enrique Casanova, ou até mesmo outra pessoa, os responsáveis pela ideia de reformulação destas ilustrações, já que não seria exagerado afirmar que pouco são os detalhes que diferenciam as imagens presentes nas narrativas da expedição editadas em 1894 das ilustrações do livro de Buel.

Fig. 15 - “Discovery of the Lake Nyassa”

Fonte: BUEL, J. W. *Heroes of the Dark Continent and How Stanley Found Emin Pasha*. Guelph Ontario, 1890, p. 103.

Imagem retirada de:
<http://www.erbzine.com/mag18/1878.html>

Fig. 16 - “Rio Lulua”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. *Descrição da Viagem..., op. cit.*, vol. IV: “Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”, 1894, p. 193.

Voltando nossas atenções para as gravuras, em “Discovery of the Lake Nyassa” (fig. 15), referente à expedição do missionário David Livingstone, e “Rio Lulua” (fig. 16), que retrata a passagem da expedição liderada por Henrique de Carvalho por um dos

⁹¹ Conferir alguns exemplos destas semelhanças no banco de dados do Ross Archive of African Images: http://rossarchive.library.yale.edu/web/site/index.php?globalnav=image_detail&image_id=16&action=edit e http://raai.library.yale.edu/site/index.php?globalnav=image_detail&image_id=1783. Último acesso em: 29/03/2014.

rios do interior da Angola sob a influência portuguesa, a vegetação parece ser a mesma, assim como o tipo de embarcação que realiza a travessia. As posturas corporais, do europeu e dos africanos também se apresentam muito próximas, com a impressão de que há mais pessoas no barco da ilustração “Discovery of the Lake Nyassa”. Uma outra diferença a se destacar é a presença de pássaros no horizonte da gravura do livro de Buel, obliterada em “Rio Lulua”. Em suma, apesar de se tratarem de representações de rios de regiões distintas, pois o lago Niassa se localiza entre Moçambique, Malauí e Tanzânia, e o rio Lulu em Angola, não nos é apresentada nenhuma particularidade na paisagem que nos permite singularizar o espaço representado.

Sensação parecida temos ao comparar outras duas gravuras, “March Through Casembe’s Country” (fig. 17) e “Passagem do Rio Lussanzéji” (fig. 18). Novamente, as ilustrações narram episódios vivenciados por Livingstone e Henrique de Carvalho, respectivamente. Mesmo abordando territórios diferentes, observamos praticamente o mesmo cenário: tanto o missionário britânico quanto o militar português são carregados por africanos ao longo do rio em meio a uma grande tempestade.

Fig. 17 - “March Through Casembe’s Country”

Fonte: BUEL, J. W. *Heroes of the Dark Continent and How Stanley Found Emin Pasha*. Guelph Ontario, 1890, p. 114.

Imagem retirada de:

<http://www.erbzine.com/mag18/1878.html>

Fig. 18 - “Passagem do Rio Lussanzéji”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. *Descrição da Viagem..., op. cit.*, vol. IV: “Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”, 1894, p. 158.

Outro exemplo desse movimento de homogeneização dos espaços também se revela quando a ilustração (fig. 19) de uma genérica rua em uma vila de canibais (“Street in a Cannibal Village”) é ressignificada na edição de Henrique de Carvalho como a representação do “Anzai”⁹² (fig. 20), local sagrado em que, de acordo com a narrativa construída pelo major português, eram enterrados os restos mortais e as relíquias dos Muatiânvuas (plural de Muatiânvua).

Fig. 19 - “Street in a Cannibal Village”

Fonte: BUEL, J. W. *Heroes of the Dark Continent and How Stanley Found Emin Pasha*. Guelph Ontario, 1890, p. 260.

Imagem retirada de: <http://www.erbzine.com/mag18/1882.html>

Fig. 20 - “Anzai”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. *Descrição da Viagem... op. cit.*, vol. IV: “Do Luembe ao Calânhi e regresso a Lisboa”, 1894, p. 278.

⁹² “Ao sitio no Calânhi, onde estão as urnas em que se recolhem as unhas, os dentes e cabelo do Muatiânvua que morre em paz com os seus, chama-se *anzai* (*zai*).” CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, *op. cit.*, p. 231.

Fig. 21 - “A Belle of Kisemo”

Fonte: BUEL, J. W. *Heroes of the Dark Continent and How Stanley Found Emin Pasha*. Guelph Ontario, 1890, p. 208.

Imagem retirada de:
<http://www.erbzine.com/mag18/1881.html>

Fig. 22- “A Lucuoquéxe oferece bananas ao chefe da expedição”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV: “Do Lumbé ao Calanhi e regresso a Lisboa”, 1894, p. 276.

A comparação entre as gravuras “A Belle of Kisemo” (fig. 21) e “A Lucuoquéxe oferece bananas ao chefe da expedição” (fig. 22), nos permite afirmar que tal processo de apropriação dessas imagens não se restringia apenas à representação de diferentes espaços e paisagens, mas se estendia para a representação de figuras humanas. Da semelhança entre os gestos, penteados, ornamentos (bracelete e colar) e vestimentas, muitos são os elementos comuns na representação gráfica dessas mulheres. Entretanto, se a personagem na ilustração do livro de Buel aparenta se observar por meio de espelhos, a Lucuoquéxe de Henrique de Carvalho porta um cacho de bananas que, de acordo com a legenda da gravura, seria oferecido ao chefe da expedição. Seguindo a narrativa de *Heroes of the Dark Continent*, a ilustração se insere no subitem intitulado “Jungles, Slaves and African Beauties” (“Selvas, Escravos e Belezas Africanas”), no qual são contados os episódios da passagem de Henry Morton Stanley na região de Kisemo (Kiseme), local situado nos limites atuais do Congo. Identificada apenas como “Belle”, ou seja “Bela”, a mulher da gravura do livro de Buel não possui nome. Já em Henrique de Carvalho, a figura feminina retratada é designada como “Lucuoquéxe”, mulher que ostentava elevado título político na corte real lunda, representante da mãe do primeiro Muatiânvua.⁹³ A utilização de um mesmo modelo feminino para retratar duas mulheres (que não são identificadas por seus nomes próprios nas legendas) parece se pautar em um traço comum: seus atributos físicos. Isso porque, tanto em Buel⁹⁴ quanto em Henrique de Carvalho⁹⁵,

⁹³ *Ibidem*, p. 236.

⁹⁴ “The belles of Kisemo are famed for their extraordinary natural development, and their extraordinary natural development, and their vanity finds expression in brass wire, which adorns their waists and ankles, while their less attractive brothers are content with such adornments as dingy cloths and split ears.” BUEL, op. cit., p. 209.

a beleza e a vaidade destas personagens africanas são mencionadas. Desse modo, mesmo se tratando de mulheres pertencentes a distintos grupos sociais, suas diferenças e aspectos identitários (como os ornamentos, por exemplo) acabam por adquirir uma feição quase uniforme nos traços de quem as desenhou.

Ao longo deste breve percurso reflexivo, procuramos abordar, portanto, algumas questões acerca do papel das imagens nos escritos legados pelo major português Henrique de Carvalho. O emprego de diversos recursos visuais em tais narrativas ocupou um espaço de destaque na composição do *Album da Expedição ao Muatianvua*, dos quatro volumes de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e de *Ethnographia e Historia Tradicional dos povos da Lunda*. Tema de pesquisas na área dos estudos africanos, tais relatos nos revela um vasto caminho a ser percorrido no que se refere aos aspectos que constituem sua dimensão visual. Dimensão essa ainda pouco investigada em boa parte dos estudos dedicados ao corpo documental aqui selecionado, particularmente nas conexões estabelecidas entre as fotografias e as gravuras que ilustram as publicações e nas tensões discursivas existentes nessas interações. Dessa maneira, não estamos propondo a elaboração de uma história “exclusiva” das imagens, mas chamando a atenção para a necessidade de não se desprezar as complexidades envolvidas nas operações que atuaram na conformação desses registros visuais. Partindo dessa perspectiva, acreditamos que uma análise mais detida acerca destas fontes documentais nos possibilita compreender as contribuições que a articulação entre campos da cultura visual e da cultura material pode nos oferecer para o desenvolvimento da pesquisa histórica, nos habilitando, portanto, a vislumbrar novas possibilidades investigativas.

Longe de consistir em um processo linear, a constituição do *Album da Expedição ao Muatianvua*, a elaboração de gravuras a partir de suas fotografias e a incorporação e ressignificação de ilustrações presentes nas obras de diferentes autores nos expõe um panorama multifacetado, perpassado por distintas vozes. Sob esse viés, os entrelaçamentos observados entre as diferentes formas de representação visual presentes nas fontes estudadas nos possibilitam entender, de maneira menos circunscrita, os

⁹⁵ “Por três vezes me apareceu a Lucuoquéxe, sendo a ultima já de noite, quando estava jantando, a pretexto de me presentear com bananas que me mostrou do lado de fora da portada, sendo o seu fim que eu lesse nos meus livros, se era certo estarem Quiocos acampados nas nascentes do Calânhi, dispostos a darem um assalto á Mussumba. Rindo, respondi vagamente, procurando animal-a, que os Quiocos não faziam mal ás mulheres bonitas da Lunda”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV, p. 276.

elementos envolvidos na composição de uma iconografia das expedições a partir das narrativas de viagem europeias sobre a África ao longo do século XIX. No caso das viagens de exploração portuguesas realizadas entre as décadas de 1870 e 1880, as imagens publicadas nos periódicos ilustrados atuaram como instrumentos difusores da movimentação lusa em terras africanas junto à opinião pública.⁹⁶ Nesse sentido, tomando como fio condutor o repertório imagético contido nos relatos da viagem à Lunda, notamos como a linguagem visual acerca do continente africano existente nessas obras transitou por distintos veículos impressos e foi consumida por diferentes públicos.

Ao tentarmos destrinchar as etapas de produção, circulação e recepção de um pequeno conjunto de imagens presentes nas obras de Henrique de Carvalho somos conduzidos a uma rede de relações sociais mais densas. Na direção seguida por Meneses, o estudo das fontes visuais, pensado como umas das muitas plataformas de observação do historiador, apresenta-se como meio para compreendermos os meandros da organização social que se encontra subjacente ao nosso estudo.⁹⁷ Por fim, a multiplicidade de discursos e modalidades narrativas que o álbum fotográfico e as inúmeras ilustrações que os relatos de viagem de Henrique de Carvalho comportam, nos aponta muito mais perguntas que respostas, descortinando, assim, uma série de indagações que ainda estão por ser investigadas.

⁹⁶ MARTINS, Leonor Pires, *op. cit.*, pp. 29-88.

⁹⁷ MENESES, *op. cit.*, p. 28.

CAPÍTULO 3

Entre a ciência e o comércio: percepções sobre cultura material nas narrativas de viagem de Henrique de Carvalho

A atenção dispensada ao registro das diversas tipologias de objetos figurou entre os muitos esforços direcionados para a tentativa de avaliar o modo de vida das populações centro-africanas ao longo do caminho percorrido até a Mussumba do Muatiânvua. Notada em diferentes contextos – fosse pela via científica, na observação minuciosa acerca das etapas de fabricação de certos artefatos e suas formas de uso a fim de verificar o estágio de desenvolvimento das populações; fosse pela via comercial, na percepção sobre os artigos europeus mais desejados pelos africanos durante as transações mercantis ou pela descrição do que era considerado “exótico” aos olhos europeus no que diz respeito ao uso de determinados tipos de adornos e vestuários, por exemplo – a menção à cultura material correspondia ao esforço de tornar inteligíveis os códigos e as estruturas nos quais se alicerçavam os modos de vida das sociedades africanas. A partir destas considerações almejamos, ao longo deste capítulo, discutir como o reconhecimento do universo material dos grupos sociais descritos por Henrique de Carvalho atuou, ao mesmo tempo, como instrumento para a compreensão do viajante português sobre as estruturas das populações locais e também como fonte para a compreensão das agências sociais centro-africanas.

3.1. Olhares etnográficos sobre os artefatos centro-africanos

Antes de nos debruçarmos sobre os distintos lugares ocupados pelos registros da cultura material nas obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* de Henrique de Carvalho, enfatizamos que o interesse europeu pela aquisição de artefatos provenientes de outros continentes desempenhou, ao longo dos séculos, um papel de relevo no processo de construção de saberes europeus sobre os territórios e povos além de suas fronteiras. Embora circulassem na Europa desde a Alta Idade Média, foi a partir do período das

Grandes Navegações que o trânsito destes artigos foi potencializado.¹ Despertando a curiosidade de monarcas, nobres e naturalistas que, por diferentes motivações, adquiriam as peças advindas do comércio transatlântico para a formação de coleções, tais expressões materiais eram, muitas vezes, interpretadas como uma espécie de síntese do “exotismo” das regiões ultramarinas.

Assim como os artefatos oriundos dos continentes asiático e americano, os objetos de origem africana também se enquadravam na esteira desse movimento. Segundo Jan Vansina, data do final do século XV, em 1470, a menção mais antiga a objetos produzidos nas regiões subsaarianas do continente e enviados para a Europa.² Entre os séculos XVI e XVII, um grande volume desses artefatos abasteceu os acervos dos “gabinetes de curiosidades” espaços privados que, em linhas gerais, eram destinados a abrigar e exibir variados exemplares da cultura material, espécimes do reino vegetal, animal e mineral, em sua boa parte, provenientes de territórios não europeus. Esse conjunto eclético de fragmentos materiais de diferentes origens operava, como afirma Krzysztof Pomian, como um repositório de “coisas raras, excepcionais, extraordinárias, exóticas e monstruosas”³ na ótica de quem os colecionava. Nesse sentido, se entre os séculos XVI e XVII o interesse, manifestado por figuras pertencentes à nobreza e ao círculo letrado de certos países da Europa, em reunir estes objetos se dava de uma maneira um tanto quanto aleatória, já que, apesar de seguirem uma determinada organização, era muito mais estimulado pelo desejo de acumular “coisas pitorescas” do que por um princípio classificatório, foi durante o século XVIII que notamos uma gradativa transição no perfil desses lugares.⁴ Isso porque, com a

¹ Um interessante exemplo de análise sobre a circulação de mercadorias, artefatos e saberes no espaço Atlântico durante o período da expansão ultramarina europeia no século XVII pode ser verificada no livro resultante da tese de doutorado de Mariana de Campos França, no qual a pesquisadora discute tais relações a partir da formação da coleção particular do Conde Maurício de Nassau durante o período em que o mesmo atuou como governador em Pernambuco, entre 1637 e 1644. FRANÇA, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, pp. 52-67.

² VANSINA, Jan. *Art history in Africa: an introduction to method*. Londres: Longman, 1984, p. 19. De acordo com Marta Heloísa Leuba Salum, dentro da diversificada produção africana, as peças esculpidas em marfim, principalmente àquelas elaboradas por sociedades das regiões do Golfo da Guiné, do Benin e da embocadura do rio Congo, configuravam-se como itens muito apreciados para a composição de “gabinetes de curiosidades” na Europa do século XV. SALUM, Marta Heloísa Leuba. “África: culturas e sociedades”. *Formas de Humanidade*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 1999 (material revisto e adaptado em 2005). Disponível em: http://www.arteafricana.usp.br/codigos/textos_didaticos/002/africa_culturas_e_sociedades.html Último acesso em: 18/03/2014.

³ POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris-Venise XVI-XVIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 1987, p. 271 *apud* FRANÇA, op.cit., p. 28.

⁴ Para diferentes enfoques sobre os processos históricos de conformação dessa instituição, conferir os

difusão do pensamento Iluminista, o processo de recolha e o agrupamento desses artefatos passaram a ser norteados por critérios pautados pela tentativa de sistematizar, catalogar e avaliar tais peças. Dessa maneira, a aplicação de métodos científicos de observação e categorização da natureza⁵ contribuiu para imprimir novas concepções a esses espaços os quais, nesse período, também passaram a ser vistos como ambientes capazes de propiciar estudos e investigações de cunho científico.

Foi ao longo do século XIX, entretanto, período marcado pela institucionalização de disciplinas como a antropologia e a etnologia, entre outras, que o sistema de categorização, baseado nas ciências naturais, destes objetos em acervos e coleções atingiu níveis ainda mais elevados. A criação dos primeiros museus de cunho etnográfico nos Estados Unidos e na Europa⁶ se deu no referido contexto: revestidos de um *status* de “objetos etnográficos”, os artefatos recolhidos para a composição de acervos museológicos durante incursões promovidas por países europeus em outros continentes revelaram-se também como pilares fundamentais no conjunto de discursos e ações direcionados para sustentação e legitimação do domínio imperialista sobre as regiões não europeias.

É pertinente considerarmos que a proliferação de museus e coleções etnográficas a partir da segunda metade dos oitocentos também se apresentou estreitamente imbricada com o advento das Grandes Feiras Universais, cuja primeira edição ocorreu em Londres, no ano de 1851.⁷ No contexto destes eventos, os diversificados artigos provenientes dos territórios coloniais assumiam a função de elementos propagandísticos na medida em que sinalizavam, perante as nações participantes, o potencial imperial dos países envolvidos. Segundo Mary Bouquet, a narrativa expositiva construída nesses espaços apostava, muitas vezes, no contraste entre a exibição de um repertório da cultura material de sociedades consideradas “primitivas” em oposição à exposição de

artigos publicados em: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

⁵ Na esteira de obras que se propunham a “ordenar o caos” por meio de modelos classificatórios, mencionamos os títulos *Sistema da natureza* (Linné, 1735), *História natural* (Buffon, 1749) e *Família das plantas* (Adanson, 1763). PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p. 60.

⁶ Citamos como exemplos a criação do National Museum de Leiden (1837), o Museu Etnográfico de São Petersburgo (1866) e o Peabody Museum (1866). SCHWARCZ, Lilia Moritz. “A era dos museus de etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX”. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades...*, op. cit., pp. 113-136, p. 125.

⁷ Para um quadro contendo as datas e as sedes das Exposições Universais realizadas entre 1851 e 1937, ver: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 271.

objetos industrializados proveniente de países “civilizados”.⁸ Por meio desse jogo de contrastes, a linguagem visual expressada nessas Feiras Universais a partir dos distintos objetos reunidos visava transmitir ao público a existência de diferentes níveis de “progresso” e “evolução” entre as populações.

Assim, como apontam uma série de estudos desenvolvidos nas últimas décadas⁹, as interações estabelecidas entre museus, antropologia e cultura material agiram como importantes suportes dos projetos imperialistas durante a segunda metade do século XIX e parte do XX, contribuindo para moldar determinadas percepções e imaginários sobre as diferentes sociedades da África, da Ásia, da América e da Oceania. Por meio dessa breve explanação, notamos como o interesse pela obtenção de distintos exemplares da cultura material produzidos por populações não europeias adquiriu distintos contornos entre os séculos XVI e XIX e ocupou um lugar de projeção nas relações culturais travadas entre determinadas nações europeias e suas possessões ultramarinas.

Particularmente no caso do continente africano durante a segunda metade do XIX, muitos foram os objetos recolhidos por expedições comerciais, científicas, militares e missões religiosas¹⁰ organizadas por países como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha e enviados para museus da Europa. Respondendo a diversos objetivos, os artefatos revelavam-se ao mesmo tempo como provas tangíveis das ações

⁸ “One of the key features of these exhibitions was the display of advanced Technologies and products in the same exhibition space as ethnographic objects (such as figures, weapons, implements and clothing), which established a new distinction: between citizens of the (progressive, civilized) nation and ‘others’ who inhabited the far-flung territories of the empire”. BOUQUET, Mary. *Museums: a visual anthropology*. Londres: Berg, 2012, pp. 72-73.

⁹ Sobre o tema, sugerimos as seguintes leituras: BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (orgs.). *Colonialism and the object: empire, material culture and museum*. Nova York; Londres: Routledge, 1998; COOMBES, Annie E. *Reinventing Africa: museums, material culture, and popular imagination in late Victorian and Edwardian England*. New Haven and Londres: Yale University Press, 1994; EDWARDS, Elizabeth; GOSDEN, Chris; PHILLIPS, Ruth B. (orgs.). *Sensible objects: colonialism, museums and material culture* (Wenner-Gren International Symposium Series). Oxford; Nova York: Berg, 2006; HENARE, Amiria. *Museums, anthropology and imperial exchange*. Nova York: Cambridge University Press, 2005; KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998 e STOCKING, George W. Jr (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Wisconsin: The university of Wisconsin Press, 1985.

¹⁰ A respeito da recolha de objetos no bojo de viagens com fins religiosos para a África Central, indicamos o artigo “Gathering souls and objects: missionary collections” de Jeanne Cannizzo. Nesse estudo, a autora compara as diferentes perspectivas manifestadas pelos missionários David Livingstone e Walter Currie no que se refere aos interesses pela cultura material das populações com as quais travaram contato. Segundo Cannizzo, os objetos coletados pelo reverendo Currie atuaram preponderantemente na propaganda missionária no Canadá. Já os artefatos reunidos por Livingstone e enviados para instituições como o Museu Real da Escócia, o Jardim Botânico Real e o Departamento de História Natural do Museu Britânico endossaram os interesses científicos e geográficos pela região. CANNIZZO, Jeanne. “Gathering souls and objects: missionary collections”. In: BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (orgs.). *Colonialism and the object..., op.cit.*, pp. 153-166.

expedicionárias nesses espaços e como instrumentos para dimensionar, sob o ponto de vista europeu, o estágio de desenvolvimento das sociedades locais. Nesse contexto, inúmeros exemplares da cultura material foram deslocados de diferentes zonas africanas para compor acervos públicos e privados ao redor do mundo. De acordo com as estimativas feitas por Schildkrout e Keim, é muito provável que entre setenta e cem mil objetos tenham sido remetidos da região do Congo (África Central) para diversos museus e coleções localizados na Europa e nos Estados Unidos no período anterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).¹¹ Obtidos por meio de diferentes procedimentos - permutas, recolhas etnográficas, compras, saques e roubos¹² – a história do trânsito destes objetos que foram retirados de seu circuito original e inseridos em coleções e museus não deve ser apartada da compreensão de práticas atravessadas por embates, negociações, atos de violência física e simbólica.

É pertinente elucidarmos, nesse ponto, a atuação de agentes coloniais da Bélgica e da Alemanha na significativa expansão de coleções direcionadas, respectivamente, ao Museu de Etnologia de Berlim e ao Museu Real da África Central de Tervuren, por exemplo. Movimento intensificado após a Conferência de Berlim, o número de peças etnográficas presentes no referido museu alemão saltou de cerca de três mil e quinhentos em 1880, para cerca de dez mil em 1886.¹³ Alguns anos depois, o Museu Real da África Central, fundado pelo rei Leopoldo II em 1897, também assistiu ao vertiginoso aumento de seu acervo, operando como uma das muitas vitrines das ações imperiais belgas na região do Congo.¹⁴

Comparativamente a outras potências coloniais que disputavam territórios no continente africano no final do século XIX, Portugal ocupou posição tardia no que diz

¹¹ KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid. “Objects and agendas: re-collecting the Congo”. In: KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 1-36, p. 23.

¹² Ocorrida em 1897 sob a liderança do almirante Harry Rawson, a chamada “expedição punitiva” ao oba (dirigente) do Benin, na África Ocidental, situa-se entre os exemplos mais paradigmáticos de intervenções extremamente violentas que culminaram na destruição do reino e na pilhagem de centenas de peças, como esculturas de madeira e marfim e placas de bronze, que foram saqueadas por oficiais ingleses do palácio real do Benin. Transportados para a Europa, os objetos roubados foram distribuídos entre diferentes museus britânicos e vendidos para colecionadores particulares. GUEYE, M’ Baye; BOAHEN, Albert Adu. “Iniciativas e resistências africanas na África ocidental, 1880-1914”. BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África, vol. VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 129-166, pp. 151-152 e COOMBES, *op. cit.*

¹³ KOLOSS, Hans-Joachim. *Art of Central Africa: masterpieces from the Berlin Museum für Völkerkunde*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1990, p. 21.

¹⁴ BOUQUET, *Museums...*, *op.cit.*, p. 86 e KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid. “Objects and agendas: re-collecting the Congo”. In: KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art...*, *op. cit.*, p. 24.

respeito à formação de instituições e acervos voltados para salvaguardar, exhibir e produzir, de maneira sistematizada, um “saber colonial” a partir de diferentes objetos recolhidos em expedições, missões e campanhas.¹⁵ Tal panorama não nos impede, entretanto, de reconhecer o profundo interesse que determinados núcleos e instituições portuguesas engajadas na política colonialista, como a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, o Museu Colonial e a Sociedade de Geografia de Lisboa manifestavam acerca da obtenção de exemplares dos chamados “produtos coloniais”¹⁶ que eram, em muitas situações, ofertados aos acervos dessas instituições por agentes da coroa portuguesa que se encontravam em ambientes ultramarinos.

Como mencionamos há pouco a respeito do fenômeno das Feiras Universais no XIX, a exibição destes artigos nessas exposições de grande porte também se revelou como fator relevante no processo de construção de identidades dos países que possuíam pretensões imperiais. Na esteira desse movimento, em que o cenário internacional revelava-se cada vez mais pautado por disputas expansionistas, Portugal não deixou de concentrar esforços para se representar enquanto potência colonial. Dentre as participações mais relevantes no período abordado, frisamos a presença lusa na Exposição Universal realizada na Antuérpia em 1885, evento que arregimentou uma grande gama de “produtos coloniais” provenientes dos domínios ultramarinos e que contou com o apoio decisivo da Sociedade de Geografia de Lisboa para que a participação de Portugal se viabilizasse.¹⁷ Sob esse pano de fundo histórico atravessado pelo embate entre diversas nações interessadas em explorar territórios para além de suas fronteiras, não seria exagero afirmar que o fluxo de objetos advindos da África, da Ásia,

¹⁵ A partir dos apontamentos de Nuno Porto, Mary Bouquet afirma que a ausência de um museu etnográfico de grande envergadura em Portugal no referido período seria, de certa forma, “compensado” pela formação do Museu do Dundo em Angola a partir dos anos 1930. PORTO, Nuno. *Modos de objectivação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009 apud BOUQUET, *Museums...*, op.cit., p. 76.

¹⁶ Maria Manuela Cantinho Pereira nos chama a atenção para a amplitude da denominação “produtos coloniais”. Segundo a autora, tal classificação abarcava desde itens do reino vegetal, mineral e animal até artefatos provenientes das regiões ultramarinas. PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op.cit., p. 311.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 275-287 e SOUTO, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais (1851-1900)*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, pp. 191-198. Ainda que transcenda o escopo de análise desta dissertação, é oportuno sinalizarmos que a participação de Portugal em Feiras Universais e Exposições Coloniais avançou o século XX. Os esforços para se representar enquanto nação colonial em eventos dessa natureza atingiriam seu ápice com a realização da “I Exposição Colonial Portuguesa” em 1934 na cidade do Porto e com a “Exposição do Mundo Português”, realizada em Lisboa no ano de 1940. Sobre o assunto consultar: THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fapesp, 2002, pp. 212-271 e MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do império: representações raciais no império colonial português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 189-227.

da América e da Oceania a museus e exposições conferia, entre outros aspectos, materialidade e visibilidade a estes trânsitos imperiais.

Buscando corresponder estas demandas, verificamos semelhante atenção à atividade de coleta de objetos na expedição liderada por Henrique de Carvalho, a qual também procurou reunir variados artefatos ao longo da viagem e enviá-los a Portugal para integrarem uma coleção etnográfica. Sobre esse ponto, é interessante destacar, no entanto, que a recolha de exemplares da cultura material durante a expedição não se constituiu como recomendação específica emitida pelo governo português ou pelas demais instituições que apoiaram a incursão à Lunda. Nesse sentido, conforme já pontuaram Maria Manuela Cantinho Pereira¹⁸ e Lia Santos Jorge¹⁹, autoras que se aprofundaram no estudo acerca do processo de recolha e formação da referida coleção, tal interesse pela coleta etnográfica estaria mais atrelado aos anseios pessoais de investigação científica manifestados por Henrique de Carvalho que às determinações oficiais. Dentre as diversas publicações que serviram de material de apoio para preparação da expedição, é sabido que o militar português teve acesso não só à obra de Max Buchner, que havia alcançado a Mussumba em 1879²⁰, como também travou contato pessoal com este viajante alemão quando o mesmo realizou conferência na Sociedade de Propaganda dos Conhecimentos Geográficos Africanos (SPCGA) em Luanda, no ano de 1881.²¹ Segundo os apontamentos de Pereira²² e Jorge²³, os métodos de observação e recolha etnográfica adotados por Buchner para o Museu de Berlim, entre 1878 e 1882, teriam fortes reverberações nos critérios aplicados por Henrique de Carvalho na seleção dos objetos ao longo da viagem.

Desse modo, juntamente com os estudos sobre os aspectos climáticos e meteorológicos das regiões percorridas e da coleta de espécimes vegetais, animais e

¹⁸ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., pp.347-406 e *Idem*, “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador: A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 124-147.

¹⁹ JORGE, Lia Santos. *A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*. Dissertação (Mestrado em Museologia). Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/ Instituto Universitário de Lisboa (IUL), 2008, p. 38.

²⁰ HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, pp. 165-188.

²¹ Vale lembrar que nesse período Henrique de Carvalho e Maria Cordon eram os secretários da mesma instituição. “Recepção e conferencia do dr. Max Buchner, na Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geographico-Africanos, em Assembleia de 1 de setembro de 1881”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto*, 1º ano, 1 de janeiro de 1882, nº4, pp. 162-163.

²² PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., pp. 350-351.

²³ JORGE, op. cit., p. 39.

minerais, previstos nas instruções da viagem redigidas por Manuel Pinheiro Chagas, ministro da Marinha e Ultramar²⁴, a recolha de objetos acabou por ser integrada aos objetivos científicos contemplados pela expedição. Em linhas gerais, após serem reunidos, identificados e armazenados, os “produtos coloniais” eram primeiramente enviados ao governador-geral de Luanda que, em seguida, remetia os materiais aos cuidados do Ministério da Marinha e Ultramar.²⁵ Já em Lisboa, as coleções eram distribuídas entre a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade de Geografia Comercial do Porto e o Museu Colonial.²⁶ De acordo com Pereira, a ampla experiência que o farmacêutico Sisenando Marques, subchefe da expedição, havia acumulado em viagens anteriores, particularmente na coleta de exemplares da fauna e da flora, revelou-se como contribuição fundamental ao longo de todo este processo que envolveu a organização, o armazenamento e o envio dos artigos coletados.²⁷

Embora a designação “produtos coloniais” presente nos volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* seja um tanto quanto abrangente, as referências contidas em outras fontes documentais, como em cartas e catálogos²⁸ que acompanhavam as remessas de artigos, nos possibilitam especificar a natureza desses produtos. Ao verificarmos o conteúdo de tais listas, notamos não só a presença de gêneros naturais (tabaco, cera, borracha, peles de animais, etc.), como também objetos, tais como cabaças, facas, enxadas e cestos, por exemplo. Nesse sentido, por meio dessa descrição de produtos, podemos avaliar com mais detalhes como se procedeu a seleção de itens que compunham a remessa destes “produtos coloniais” que circularam do interior africano com destino a Portugal.

²⁴ CHAGAS, Manuel Pinheiro. “Instruções. Por que se deve regular o major do exercito Henrique Augusto Dias de Carvalho na Missão ao potentado africano Muata Ianvo”. In: CARVALHO, Henrique A.D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I: “De Loanda ao Cuango”, 1890, pp. 35-42, p. 40.

²⁵ Em correspondência datada de 24 de agosto de 1884 e destinada ao ministro dos negócios da Marinha e Ultramar, Henrique de Carvalho lista os itens coletados na fase inicial da viagem: “Envio nesta data, dirigidos ao Ministério do ultramar, alguns caixotes com collecções sendo um d'elles destinado para o Museu Colonial, onde vão productos d'esta região, como trigo, arroz, café silvestre e outros, tudo de excellente qualidade [...]. Também vão dois volumes especiaes de plantas devidamente etiquetadas, um dirigido ao Ex. ^{mo} Sr. conde de Ficalho e outro ao sr. Dr. Júlio Henriques, de Coimbra, segundo as suas indicações e conselhos”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p.337.

²⁶ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit, pp. 375-377 e JORGE, op. cit., p. 40.

²⁷ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit, pp. 348-350.

²⁸ “Catálogo dos productos coloniaes remmetidos pela expedição ao Muata Ianvo ao Museu Colonial”. Catálogo datado de 06 de outubro de 1884. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)*. AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092. Para a transcrição deste mesmo documento e fotografia da primeira página do manuscrito original, ver, respectivamente: PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit, pp. 373-374 e *Idem*. “Levantamento científico”, In: AIRES-BARROS, Luís (coord.), *Memórias de um explorador...*, op.cit., p. 133.

Na concepção de Henrique de Carvalho, paralelamente à publicação dos variados estudos realizados ao longo da viagem, fazia-se necessária a criação de museus “bem organizados” capazes de abrigarem os distintos exemplares obtidos e atuarem como centros de investigação sobre as “raças da Africa Intertropical”.²⁹ Ainda que a presente dissertação não adote como enfoque central a discussão acerca da cultura material centro-ocidental africana inserida especificamente no contexto da coleção etnográfica, isto é, do conjunto de artefatos posteriormente incorporado ao acervo do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa³⁰ (fig. 23), salientamos que os apontamentos sobre os distintos objetos coletados para este fim se apresentam como informações extremamente relevantes para apreendermos uma das muitas faces do registro sobre a cultura material presente nas publicações estudadas. Assim, mesmo que sucinta, acreditamos que a abordagem sobre alguns aspectos relacionados à composição dessa coleção pode nos indicar atalhos para melhor compreendermos o lugar da cultura material nas investigações científicas empreendidas por Henrique de Carvalho durante expedição.

Fig. 23 - “Visão de conjunto de alguns objectos da colecção Henrique de Carvalho”

Fonte: JORGE, *op. cit.*, p. 46.

²⁹ CARVALHO, *Ethnographia e Historia...*, *op. cit.*, p. 9.

³⁰ Em funcionamento atualmente, o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa possui mais de cento e trinta anos de existência e abriga um grande número de coleções etnográficas adquiridas principalmente entre as décadas de 1875 e 1900. Representativas de diferentes contextos de recolha, advindas de missionários, comerciantes, expedicionários, militares ou ainda adquiridas no âmbito das exposições internacionais do final dos oitocentos, tais coleções traduzem a produção artefactual de distintas sociedades de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Timor e Macau. Além da coleção Henrique de Carvalho, o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa também é composto pelas coleções: António Barroso (1884-1885), Cypriano Forjaz (1886), Embaixada do Maputo (1890), Museu Colonial de Lisboa (1892), Boroma (1895?) e César Ribeiro (1899). PEREIRA, *O museu etnográfico...*, *op. cit.*, pp. 316-473.

Partindo dessa consideração, é importante lembrar que os critérios que direcionaram o processo de recolha etnográfica dos diferentes artefatos parecem ter sido, mais uma vez, guiados pela intenção de elaborar, posteriormente, estudos comparativos com as obras de outros viajantes, como declara o major português em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*:

Num trabalho que tenho planeado, e a que espero dar publicidade, estudarei minuciosamente os diferentes objectos que deixo mencionados, comparando-os com os observados por outros exploradores portuguezes e por Livingstone, Cameron, Schweinfurth, Barth, Stanley e outros.³¹

Cabe mencionar que, dentre os nomes arrolados por Henrique de Carvalho como referência para o desenvolvimento de observações sobre os objetos, a figura de Georg Schweinfurth ganha projeção no que se refere aos estudos acerca da cultura material africana. Editado em 1875, o catálogo bilíngue alemão-inglês *Artes Africanæ: Abbildungen und Beschreibungen von Erzeugnissen des Kunstfleisses Centralafrikanischer Völker/Artes Africanæ: Illustrations and Descriptions of Productions of the Industrial Arts of Central African Tribes* contém preciosas informações textuais e visuais que procuravam abarcar as principais características do modo de vida das populações contatadas por Schweinfurth.³²

Numerosas referências aos itens que despertavam o interesse etnográfico de Henrique de Carvalho povoam as páginas do catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda)* e das publicações *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* e da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Destacamos, nessas duas últimas obras, tanto as descrições textuais quanto as representações gráficas de peças produzidas por diferentes grupos sociais centro-africanos. Conforme buscamos discutir no capítulo anterior dedicado ao conjunto de representações visuais presente nas obras da expedição à Lunda, os recursos imagéticos apresentavam-se como poderosos

³¹ CARVALHO, *Ethnographia e Historia...*, op. cit., p. 379. Até onde sabemos, a elaboração de um trabalho concentrado em estudos comparados sobre a cultura material de zonas da África Central pretendido por Henrique de Carvalho não chegou a ser concretizado.

³² SCHWEINFURTH, Georg. *Artes Africanæ: Abbildungen und Beschreibungen von Erzeugnissen des Kunstfleisses Centralafrikanischer Völker/ Artes Africanæ: Illustration and Descriptions of Productions of the Industrial Arts of Central African Tribes*. Leipzig: F.A. Brockhaus; Londres: Sampson Low, Marston, Low, and Searle, 1875. Para considerações sobre como as concepções de Schweinfurth sobre a cultura material centro-africana reverberaram nas interpretações desenvolvidas por outros viajantes ao longo do século XIX e início do XX, consultar: KEIM, Curtis A. “*Artes Africanæ: The Western Discovery of ‘Art’ in northeastern Congo*”. In: KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art...*, op. cit., pp. 109-132.

suportes na conformação das narrativas tecidas por Henrique de Carvalho.³³ Embora se apresentem de maneira distribuída ao longo das obras citadas, é interessante notarmos como no terceiro volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* há uma sequência de gravuras em que diferentes exemplares da cultura material centro-africana registrada por Henrique de Carvalho aparecem agrupados e miniaturizados em composições visuais intituladas “Diversos Artefactos” (figs. 24, 25 e 26).

Figs. 24, 25 e 26: “Diversos artefactos”

Fonte: CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. III, pp. 356, 357, 360.

³³ Alguns exemplares da cultura material das populações locais foram registrados por meio de esboços elaborados pelo militar português ainda durante a viagem, conforme podemos verificar em documento que contém cerca de sessenta e dois desenhos acompanhados de identificações, enviado da região do Luambata para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, em 30 de maio de 1887. Em carta que acompanha o referido material, Henrique de Carvalho explica: “Inclusas enviei uma estampa com figs. que faz parte os officios em que vão noticias sobre adornos, enfeites, armas, instrumentos de mobília o que constitue a industrias d’estes povos. Se as fig.ªs não estão devida guardam comtudo as proporções e com as suas (?) contem um texto, suppre-se tal lacuna que a vista é inapperceível. Para as pôr em escala teria eu um trabalho que não era possível completado agora, ficará isso para quando sejam (?) meus trabalhos em Lisboa”. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)*. AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092. A reprodução fotográfica da prancha com os desenhos encontra-se publicada em: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS, Luís. (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., p. 136.

Como podemos deprender, a opção pela legenda generalizante contrasta com as distintas categorias de objetos que integram o conjunto imagético formado por representações de armas, adornos, utensílios de caça, cestas, instrumentos musicais, insígnias de poder, entre outros, peças identificadas em outras passagens. Desse modo, ao mesmo tempo em que visavam complementar as informações presentes nos relatos, as gravuras dos objetos também se constituem como materiais que expõem diversas tensões existentes entre texto e imagem.

Com relação às publicações *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda)*, *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* e *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vale reiterar que a leitura dessas fontes nos possibilita alcançar uma visão mais matizada dos registros acerca da cultura material retratada. Se no catálogo temos acesso apenas às identificações e referências sobre os objetos recebidos e inventariados pelo Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* e *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* temos acesso tanto às descrições dos artigos enviados para a composição da coleção etnográfica, como também reconhecemos, de maneira menos circunscrita, elementos que nos permitem explorar as diferentes facetas que a cultura material assume nessas obras. Em determinados volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* localizamos, por exemplo, passagens que nos permitem visualizar não apenas o contexto de uso de determinados artefatos, como também verificar a autoria e as circunstâncias nas quais muitos deles foram obtidos, como podemos perceber no excerto abaixo:

O Roberto, contratado de Loanda, era um artista para trabalhos em madeira, apenas com a sua faca, chegando a fazer uma coronha de arma completa, a que deu côr vermelha que rivalisava com as do commercio que levei; foi elle que na Estação—Júlio de Vilhena,—sabendo que se tinha acabado o papel para cigarros me fez presente d'um bem acabado cachimbo por elle feito com toda a paciência, onde fumava e fez parte da collecção que enviei para o museu da benemerita Sociedade de Geographia de Lisboa.³⁴

Ao nos revelar a admiração de Henrique de Carvalho pela qualidade da peça produzida pelo carregador Roberto³⁵, um “artista para trabalhos em madeira”, a leitura dessa passagem nos permite entrever fragmentos de como se deram as diferentes

³⁴ *Idem, Descrição da Viagem..., op. cit.*, vol. IV, p. 200.

³⁵ Para fragmentos biográficos e informações acerca da participação de Roberto na expedição, consultar: HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 141.

participações africanas no processo de aquisição dos objetos etnográficos enviados para a coleção da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Fig. 27 – “Copo de Marfim”

Fonte: CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. III, p. 117.

Prática costumeira ao longo da expedição, as visitas às autoridades africanas contatadas ao longo do percurso se revelavam como momentos privilegiados tanto para a reunião de informações sobre a situação política das regiões percorridas e as movimentações comerciais observadas por estes poderes locais, como também para a coleta de artefatos endereçados ao acervo da referida instituição. Após longa conversa com Muanangana Capumba, autoridade quioca que se encontrava próxima às margens do rio Caluembe (afluente do Chicapa), o chefe da expedição fora agraciado com um carneiro, destinado à alimentação, e um copo de marfim. Lavrado por Capumba, o utensílio foi enviado à Sociedade de Geografia de Lisboa e representado em gravura publicada no terceiro volume da *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatiânvua* (fig. 27). Já em outro trecho pertencente ao último livro da *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatiânvua*, é igualmente elucidativo o momento em que Massango – Muári (esposa principal) de Mucanza, autoridade política da região de Mataba que havia sido assassinado em 1884³⁶ - oferece a Henrique de Carvalho dois muquixis (figuras rituais)³⁷ os quais o major português se demonstrou bem interessado em guardar para integrar a coleção etnográfica formada ao longo da expedição.³⁸

³⁶ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV, p. 58 e *Idem*, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op. cit., p. 659.

³⁷ Henrique de Carvalho emprega o termo muquixi para se referir tanto às figuras rituais e ao espaço que abriga tais imagens, até dançarinos mascarados que representam animais. Particularmente na passagem citada: “O vocábulo *muquíxi* (*mukixi*) também se applica ás figurinhas ou imagens, e as que vi não excediam a altura de 0^m,30. São chatas ou arredondadas, ou podem mesmo ser feitas em relevo no tronco de uma arvore [...]. Ha também quem use pendurá-los, quando miúdos, ao pescoço das crianças como amuletos, e bem assim formas de mãos, pés e apitos feitos de madeira ou mesmo de marfim, com o mesmo fim. Nesta região os melhores muquixis são feitos pelos Quiôcos, porém os que são trazidos do Congo e do Zaire, repito, são os mais perfeitos”. *Ibidem*, pp. 243-244. Grifos do autor.

³⁸ “Massango, que outr’ora dispunha de grandes bens, dizia, lamentando-se, que na ocasião nem era senhora da sua pessoa, por isso só me trazia como lembrança os dois muquixis, que sempre deram saúde a Mucanza, para que eu sempre tivesse saúde. Era esta uma amabilidade que retribuí, dando-lhe uma das minhas toalhas de mãos, das felpudas, ainda nova, dizendo-lhe também que estava pobre e não lhe podia dar cousa melhor. [...]. Mostrei pois que tinha em muita conta esses bonecos de madeira, que guardei para a collecção ethnographica que ia adquirindo o que agradou a Massango”. *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV, pp. 116-117.

No que se refere ao processo de recolha da cultural material, longe de se configurar como uma seleção aleatória, a escolha de tais objetos se deu de maneira diversificada e procurou captar, dentro das limitações impostas pelo transporte das coleções ao longo da viagem³⁹, as diferentes expressões materiais dos grupos sociais centro-africanos envolvidos com a expedição portuguesa.⁴⁰ Ainda sobre o assunto, é interessante observarmos as impressões que Henrique de Carvalho tece a respeito das distintas habilidades apresentadas pelas populações locais acerca da produção de certos objetos, como podemos verificar em um trecho da obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*:

Assim, havendo nas obras de ferro distincções entre tribos Lundas, destacam-se d'estas as de Quiôcos, e nestas tem a preferencia as que vivem entre o Cuanza e o Cuango ao sul [...]. Com respeito á mabela [tecido feito com fibra de palma], as melhores e mais finas são as fabricadas pelas tribus do norte, Uandas e Lubas; e as mais grossas, maiores, de tecido mais apertado e pintadas, são feitas nos Sambas e Songos. As esteiras que se destacam pela grandeza, textura, flexibilidade e cores foscas, são da região do norte entre o 5° e 6° S. do Equador, vindo a maior parte das margens do Lulúa ao Cassai. As usuaes, fabricadas com mais perfeição pelos desenhos do entrelaçado e cores, são feitas pelos Bungos, e podem collocar-se ao lado das do Congo, e das que vi em Moçambique.

Pelo que respeita a obras de cestos e congéneres, destacam-se as que fazem os povos entre o Cassai e o Luíza. Emquanto aos artefactos de olaria, são os mais perfeitos os fabricados em Canhiuca, nos povos do Cassongo e em terras de Xacambunje, na margem direita do Cassai.⁴¹

As comparações e as distinções traçadas pelo militar português no que se refere à qualidade ou, nas palavras do viajante, à “perfeição” na fabricação de certos objetos, como peças de ferro⁴², tecidos, cestos e utensílios de barro, por parte de diferentes grupos sociais não só da África Centro-Occidental como também da África Oriental

³⁹ Sobre as dificuldades envolvidas no deslocamento desse tipo de carga, Henrique de Carvalho pontua: “ás colleções que havia adquirido e que por falta de carregadores se tornava bem difficil fazer transportar. Não me sendo possivel fazer augmentar o numero d'estas cargas, tive de o limitar ao que me pareceu mais essencial”. *Idem, Ethnographia e Historia Tradicional...*, op. cit., p. 14.

⁴⁰ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., pp. 382-383.

⁴¹ CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op. cit., pp. 481-482.

⁴² Muitas são as passagens em que o viajante destaca a habilidade que os artesãos quiocos exibiam na manipulação do ferro e do metal para a produção de certos objetos, como notamos na descrição que Henrique de Carvalho faz sobre o apreço que estes grupos possuíam por ornamentos fabricados com este tipo de material: “Tal é o seu gosto por objectos de metal que já se vêem com brincos e mesmo aneis feitos por elles mesmos. Os Quiôcos são os mais perfeitos, tanto nestes trabalhos como nos de ferro”. *Ibidem*, p. 349. Para uma abordagem recente sobre a produção dos ferreiros na África Central frente ao impacto das transformações operadas no século XIX na região, ver: SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: os ferreiros na África Central no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

(Moçambique), nos possibilita entender como os olhares lançados por Henrique de Carvalho sobre a produção artefactual das sociedades contatadas estavam atrelados à tentativa de mapear e escalonar, a partir da cultura material observada, as potencialidades produtivas destes núcleos populacionais e as principais matérias-primas empregadas na feitura desses objetos. Isto é, tais considerações iam ao encontro da tentativa de registrar, por meio das observações sobre os diferentes utensílios e peças de vestuário, as “tendências industriais” das populações descritas.⁴³ Em outras passagens, chama-nos também a atenção as percepções que Henrique de Carvalho registra acerca das influências e dos impactos que a proximidade com as atividades do comércio europeu desempenhavam na produção de determinados artigos africanos. Sob seu ponto de vista:

Assim se pode explicar o facto que apenas, por curiosidade, um ou outro individuo das tribus se dedica ao fabrico de armas, utensilios e outros artefactos propriamente indígenas; e naturalmente em pouco tempo, o que ainda hoje se vê deixará de existir por effeito das correntes de commercio que estão cortando essa região em todos os sentidos. O que se encontra agora nos diversos museus da Europa, proveniente de industria indigena, passará para a posteridade como documento ethnographico de uma idade primitiva d'estes povos, notando-se que os que permaneceram mais afastados do commercio europeu, são os que apresentam productos mais perfeitos da sua industria.⁴⁴

O trecho selecionado nos possibilita entrever como o chefe da expedição à Lunda associava a feitura de artefatos “propriamente indígenas” como um processo que estava fadado a “naturalmente” desaparecer por conta da influência das redes comerciais que percorriam as zonas do interior centro-africano. Sob essa chave analítica de cunho etnográfico, o comércio era interpretado, portanto, como um fator desestabilizador da “indústria indígena” na medida em que a sua penetração interferiria, de maneira negativa, nas formas de produção do repertório material dessas sociedades. Nessa perspectiva, os museus atuariam como os espaços que abrigariam os objetos na condição de “documentos etnográficos”. Pensados como expressões materiais estáticas e isentas de transformações históricas, tais objetos comprovariam o estado “primitivo” dessas populações. A postura de Henrique de Carvalho, ele próprio agente das ações colonialistas portuguesas, revela as tensões existentes em um discurso de viés científico que ao mesmo tempo em que se demonstrava interessado na “preservação” da cultura

⁴³ *Ibidem*, p. 15.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 218-219.

material tradicional que resistia à influência do comércio europeu, também se dava a partir de uma viagem que, dentre outros objetivos, defendia o avanço dessas relações comerciais entre portugueses e centro-africanos.⁴⁵

Para além da intenção de captar a diversidade do repertório material dos diferentes grupos sociais centro-africanos, especialmente lundas, quiocos e congos, a grande incidência de peças recolhidas que revelam a incorporação de manufaturas europeias, particularmente os artigos mobilizados pelos agentes do comércio português, também nos conduz a outras suposições. Nesse quadro de hipóteses, tais escolhas poderiam sinalizar, sob o ponto de vista europeu, tanto a potencial “capacidade” das populações de se “civilizarem” por meio do comércio⁴⁶, quanto poderiam ter a intenção de atestar, perante a crescente pressão internacional, uma presença portuguesa de longa data nesses territórios frente ao crescente avanço de outros países na região, perceptível na introdução de objetos levados por expedições alemãs, por exemplo. Levando-se em conta os objetivos comerciais da viagem, a recolha de objetos locais que integravam materiais advindos do mercado europeu também poderia atuar enquanto fonte para as associações comerciais portuguesas envolvidas com a expedição, como a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, por exemplo, visualizarem quais eram os artigos que possuíam mais aceitação entre as populações locais.

Diante do que foi exposto, é certo que um olhar sobre os lugares ocupados pela cultura material nas narrativas de viagem de Henrique de Carvalho não poderia desconsiderar aspectos relacionados ao processo de recolha dos objetos ao longo da expedição para a composição de uma coleção etnográfica. Em diálogo com outros viajantes e exploradores europeus que percorreram diferentes zonas da África Central e que também traçaram considerações sobre a cultura material centro-africana, as aspirações científicas manifestadas por Henrique de Carvalho apresentavam-se

⁴⁵ Ao mesmo tempo crítico e representante do imperialismo, os argumentos desenvolvidos pelo chefe da expedição acerca dos reflexos dos avanços europeus na vida material das sociedades descritas poderiam, de certa forma, serem interpretados à luz do conceito da “narrativa da anti-conquista” elaborado por Mary Louise Pratt. Para a autora, este recurso retórico permeou os relatos de inúmeros viajantes europeus ao longo dos séculos XVIII e XIX que circularam por terras americanas e africanas, lançando críticas aos efeitos do domínio colonial nesses territórios, mas participando simultaneamente desse processo enquanto porta-vozes do imperialismo europeu. PRATT, *op. cit.*, p. 77-154.

⁴⁶ A relação traçada por Henrique de Carvalho entre a ideia de “civilização” e comércio apresenta-se evidente em diferentes trechos da narrativa, como podemos atestar logo no início do primeiro volume de *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatiãnvua*: “Para nós é principio incontroverso, que a civilização que queremos impor aos Africanos, ou até certo ponto o querer nivelá-los conosco, não se radica, não progride sem a intervenção do commercio”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. I, p. 22.

estritamente articuladas às intenções de se analisar, a partir de exemplares materiais, o modo de vida dos diferentes grupos sociais centro-ocidentais africanos, comparando-os e avaliando seus respectivos “estágios de desenvolvimento”.

No entanto, devemos considerar que tal preocupação nos descortina uma de muitas possibilidades investigativas, já que as menções à cultura material nas publicações não se restringem à questão da recolha etnográfica, podendo ser detectadas a partir de outros enfoques. Desse modo, levando-se também em conta o caráter comercial da viagem, é de nosso interesse compreender, por meio dos itens mais solicitados pelas populações centro-africanas nas relações comerciais travadas no interior e dos múltiplos usos e significados atribuídos pelas sociedades locais aos artigos estrangeiros, como estes outros registros que envolvem os mecanismos de “africanização”⁴⁷ dos objetos europeus é capaz de fornecer elementos para entendermos determinadas práticas sociais, culturais e políticas centro-africanas.

Assim, se por um lado as descrições e a coleta do conjunto de artefatos voltadas para investigação e para formação de uma coleção etnográfica se apresentam como fontes para compreendermos o papel da cultura material no programa das expedições europeias na produção de um conhecimento sobre povos não europeus; por outro lado, tais registros, lidos sob o viés das menções às predileções por certos artigos advindos comércio transatlântico e da instrumentalização dos mesmos como bens de prestígio e insígnias de poder, também nos possibilitam apreender as respostas e agências sociais das populações da África Centro-Occidental descritas por Henrique de Carvalho no último quartel do XIX, tema que pretendemos explorar mais pormenorizadamente ao longo das próximas páginas.

3.2. Artigos europeus, predileções africanas

Conforme sinalizamos anteriormente, pretendemos nesta seção nos debruçar sobre questões relacionadas à introdução de mercadorias provenientes da indústria europeia e as escolhas centro-africanas diante dos diversos produtos apresentados pela expedição chefiada por Henrique de Carvalho que, dentre seus muitos objetivos,

⁴⁷ Considerações importantes a respeito da prática da incorporação, ressignificação e africanização de objetos europeus podem ser encontradas no artigo de Isabel Henriques “Armas de fogo em Angola no século XIX”. Para versão revista da comunicação apresentada no âmbito da “I Reunião Internacional de História da África” realizada em 1989, conferir: HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal – África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, pp.363-391.

almejava traçar um reconhecimento dos fluxos mercantis que atravessavam os sertões africanos.⁴⁸ Presente em incontáveis passagens das publicações analisadas, as transações comerciais travadas entre os membros da expedição e as sociedades locais deixam à mostra um conjunto de especificidades que se distanciavam da dicotomia entre “imposição” e “passividade” nessas negociações. Partindo dessa linha analítica, torna-se válido recuarmos alguns séculos a fim de compreendermos essas práticas inseridas em uma perspectiva histórica mais ampliada que não se circunscrevem ao movimento expedicionário europeu na África Central no segundo quartel do XIX, mas que nos reportam às narrativas produzidas tempos antes, as quais captaram os mecanismos destas primeiras incursões comerciais.

A leitura de diferentes relatos que descrevem as atividades comerciais estabelecidas desde o final do século XV entre europeus e africanos, especialmente em pontos situados na costa atlântica do continente, nos dá margem para identificarmos uma série de operações que mediavam estas interações mercantis. Assunto discutido nas últimas décadas por autores como Joseph Miller⁴⁹, Stanley Alpern⁵⁰, David Birmingham⁵¹ e John Thornton⁵², lembramos que as predileções por variadas mercadorias provenientes de diferentes regiões da Ásia e da Europa manifestadas por certas populações da África Ocidental, Central e Oriental envolvidas com o tráfico transatlântico de escravizados e com o comércio de matérias-primas, impulsionaram uma intensa circulação de bens materiais no continente. Indispensável pontuar, entretanto, que seria equivocado atribuímos aos mercadores oriundos do continente europeu uma posição de primazia no processo de introdução de distintos artigos que pudessem despertar o interesse das populações locais nessas relações. Isso porque, como nos revelam as abordagens empreendidas por pesquisadores como Paulo Farias,

⁴⁸ A necessidade de dedicar especial atenção às correntes comerciais observadas ao longo do percurso à Lunda revelava-se como um dos objetivos previstos nas instruções que Manuel Pinheiro Chagas, ministro da Marinha e Ultramar, forneceu para a expedição: “Serão tidas em apreço especial todas as informações que a Missão possa vir a colher com respeito aos caminhos commerciaes mais faceis e seguros, aos processos, necessidades e preferencias do commercio indígena, ás aptidões do solo e do clima, aos costumes, tendencias e situações das diversas populações que atravessar, e, enfim, a tudo quanto importe ao maior desenvolvimento das nossas relações commerciaes”. CHAGAS, Manuel Pinheiro. “Instrucções. Por que se deve regular o major do exercito Henrique Augusto Dias de Carvalho na Missão ao potentado africano Muata Ianvo”. In: CARVALHO, *Descrição da viagem...*, op. cit., vol. I, pp. 35-42, p. 41.

⁴⁹ MILLER, Joseph. *Way of Death: merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

⁵⁰ ALPERN, Stanley B. “What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods”. *History in Africa*, vol. 22, 1995, pp. 5-43.

⁵¹ BIRMINGHAM, David. *Trade and empire in the Atlantic, 1400-1600*. Londres: Routledge, 2000.

⁵² THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

entre os séculos VIII e XVI as rotas do comércio transaariano atuaram como espécie de vetores de integração entre sociedades provenientes das zonas das florestas e das savanas africanas, do Mediterrâneo e do mundo árabe, proporcionando intercâmbios de objetos, pessoas, conhecimentos, práticas culturais e religiosas.⁵³

Nesse sentido, a escolha de artigos capazes de serem apreciados por diferentes grupos africanos por parte de representantes mercantis de variadas procedências, especialmente portugueses, franceses, holandeses e ingleses que, a partir de fins do século XV e início do XVI, começavam paulatinamente a disputar a hegemonia comercial em diferentes regiões da costa atlântica, fundamentava-se em experiências anteriores legadas por agentes e caravanas que conectavam há séculos, em escalas locais e regionais, diferentes espaços e poderes africanos.⁵⁴ Como sintetiza Alberto da Costa e Silva sobre as primeiras negociações comerciais estabelecidas entre as populações da região de Arguim (situada no extremo norte da atual República da Mauritânia) e os portugueses no século XV:

Para atender a essa demanda, construída por séculos de tráfico transaariano, os portugueses tinham forçosamente de, primeiro, comerciar com os marroquinos, de comprar dos muçulmanos os mesmos artigos com que estes obtinham dos jalofos, sereres, mandingas e tucolores o ouro, a noz-de-cola e os escravos. Não podiam aspirar a que as gentes ao sul do rio Senegal aceitassem de saída os linhos de Flandres, as mantas do Alentejo ou a cutelaria germânica. Esses novos produtos iriam entrar na pauta do comércio, mas lentamente e, por algum tempo, apenas como complemento da oferta de bens que respondiam a uma oferta e a uma procura tradicionais.⁵⁵

Assim, de acordo com o trecho acima, a introdução e a circulação de produtos mobilizados por portugueses para comercializarem com as sociedades que habitavam a porção norte da costa ocidental africana apresentavam-se, em grande medida, condicionadas ao maior ou ao menor grau de aceitação desses bens no seio dos grupos locais. Muito antes das primeiras incursões europeias nesse território, essas populações já possuíam acesso a artigos como tecidos asiáticos, objetos de metal e contas vítreas⁵⁶ de múltiplas cores e tamanhos transacionados por agentes comerciais que atravessavam

⁵³ FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. “Sahel: a outra costa da África”. Palestra realizada no Departamento de História da Universidade de São Paulo em 29/07/2004. Transcrição de Daniela Baudouin.

⁵⁴ VANSINA, Jan. “Long distance trade routes in central Africa”. *Journal of African History*, vol. III, 1962, pp. 375-390.

⁵⁵ COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, pp. 170-171.

⁵⁶ Dada a relevância das contas vítreas nos contatos estabelecidos entre europeus e africanos, pretendemos avançar nas considerações sobre o tema ao longo das próximas páginas.

o deserto do Saara em busca de mão de obra escrava e de gêneros vegetais e minerais. Nesse sentido, atrelados às preferências alimentadas pela rede transaariana de comércio, os produtos apresentados pelos europeus em um primeiro momento não substituíram, mas sim, conviveram com a lista dessas demandas existentes.

Nesse panorama, também é imperioso lembrarmos que o considerável aumento do tráfico atlântico de escravizados, prática rotineira e sistemática a partir dos finais do século XVI, tornou ainda mais latente o constante interesse em captar tais predileções africanas por meio de diferentes produtos que garantissem a manutenção desse tipo de comércio. Especificamente no que diz respeito às relações comerciais tecidas entre Portugal, Brasil e Angola entre os séculos XVII e XVIII, a penetração de determinados itens, com destaque para a bebida alcoólica conhecida por jeribita (ou geribita), os tecidos de procedência asiática (chamados também de “fazenda de negros”), armas, pólvora e zimbos (espécie de concha), exerceram um papel essencial como moedas de troca na dinâmica do trato negreiro que envolvia múltiplos atores dos dois lados do Atlântico, conforme demonstram os importantes estudos realizados por Roquinaldo Ferreira⁵⁷ e Luís Felipe de Alencastro.⁵⁸ Dentro desse contexto, interessa-nos observar que no desafio de tentar corresponder às demandas locais, os chamados produtos “da terra”⁵⁹ - mercadorias empregadas por agentes brasileiros principalmente em Angola - obtiveram grande aceitação entre as populações dessa zona da África Centro-Ocidental e foram, na perspectiva de Ferreira, a “chave do sucesso” brasileiro no financiamento das atividades do tráfico atlântico de escravizados diante da disputa com os negociantes metropolitanos.⁶⁰

Sem a intenção de nos alongarmos nesse vasto assunto, os exemplos selecionados e brevemente apresentados nos dão conta, portanto, da existência de demandas africanas específicas por certos produtos que, por sua vez, sofreram variadas mutações e adaptações ao longo do tempo. Longe de serem ignoradas, estas preferências buscavam ser atendidas por representantes de diferentes países que almejavam alcançar

⁵⁷ FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 339-378.

⁵⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Particularmente sobre a supremacia da jeribita brasileira dentre os produtos empreendidos no comércio de escravizados em Angola, conferir: pp. 303-327.

⁵⁹ FERREIRA, “Dinâmica do comércio...”, *op. cit.*, p. 342 e p. 365.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 365.

lucro e êxito na condução das relações comerciais travadas com distintas sociedades do continente africano. Desse modo, na linha dos estudos voltados para o entendimento de como as preferências africanas contribuíram para moldar a lista de bens europeus utilizados nas transações mercantis e de como certos produtos foram inseridos no universo social destas populações, sustentamos que as narrativas da expedição à Lunda também se configuram como janela para visualizarmos estas movimentações históricas marcadas por profundas transformações nas últimas décadas dos oitocentos.

Núcleo privilegiado para investigarmos interações sociais, as tramas comerciais mantidas entre as populações da África Centro-Occidental e os europeus sofreram profundas reestruturações durante o XIX. Alicerçado há séculos no tráfico atlântico de escravizados, os contatos entre europeus e centro-africanos demonstraram-se permeados por aproximações e conflitos envolvendo uma complexa engrenagem que mobilizava uma ampla rede de intermediários. Nessa dinâmica, o envolvimento das sociedades locais na busca por mão de obra cativa que seria transportada das zonas litorâneas africanas para abastecer diversos centros escravistas nas Américas também viabilizou a penetração e a difusão de produtos europeus em regiões situadas mais ao interior de Angola.⁶¹ Impulsionado pelas vias do tráfico, o acesso e o controle dos artigos provenientes do exterior catalisou profundas transformações nas estruturas políticas, econômicas, culturais e sociais centro-africanas na medida em que propiciou, dentre outros aspectos, a emergência de distintos grupos identitários e acentuou o fortalecimento de hierarquias e poderes políticos. No entanto, conforme pontuamos, ao longo de boa parte do século XIX, uma série de eventos, como as medidas da coroa portuguesa para tentar impedir o tráfico negreiro diante da pressão internacional antiescravista e o rearranjo das sociedades africanas a partir de transformações internas aliadas às novas configurações do mercado mundial adicionaram outros contornos a essas relações.

Problemática já discutida por uma série de autores, o decreto lançado por Sá da Bandeira em 10 de dezembro de 1836, que proibia o tráfico negreiro a partir de qualquer ponto dos domínios portugueses, não foi capaz de interromper a exportação de mão de obra escravizada das zonas sob a influência lusa.⁶² Na expressão cunhada por João

⁶¹ MILLER, Joseph C. *Way of death...*, *op. cit.*, pp. 71-104.

⁶² De acordo com João Pedro Marques, poucos foram os efeitos do decreto de 1836 no combate efetivo ao tráfico, já que, entre outros fatores “os governadores coloniais não aplicaram a lei, os navios da Armada não fizeram apresamentos, as autoridades consulares portuguesas continuaram a emitir passaportes a

Marques, o “percurso ziguezagueante”⁶³ que vinha sendo adotado por Portugal desde a década de 1820 no que diz respeito a medidas que visavam extinguir o tráfico e a escravidão prolongou-se nos anos seguintes. Monitorado e advertido pelo governo britânico que, naquele momento, passava a encabeçar e a defender o discurso abolicionista para além de suas fronteiras nacionais⁶⁴, o posicionamento de Portugal deparou-se no ano de 1839 com a imposição do parlamento inglês, a qual concedia plenos poderes à Royal Navy de interceptar e apresar navios com ou sem bandeira portuguesa que transportassem escravizados ou estivessem relacionados ao tráfico atlântico. Assim, em 1842, fora assinado o tratado anglo-português em que os países se comprometiam a colaborar no processo de abolição do tráfico por meio de comissões mistas presentes nas colônias africanas. Em linhas gerais, o tratado tinha a intenção de extinguir a exportação de escravizados contando com a cooperação de outras nações evitando, ao mesmo tempo, que outros países ocupassem pontos da costa africana sob o domínio português. Entretanto, esbarrando em resistências locais, a cooperação entre Portugal e Inglaterra na questão abolicionista não apresentou fôlego suficiente para desarticular as atividades de negreiros instalados principalmente em Angola e Moçambique.⁶⁵

Entre as décadas de 1850 e 1870, a legislação lusa instituiu diversos decretos na tentativa de regular o controle da mão de obra africana, questão considerada fulcral no âmbito da política colonial dispensada aos territórios ultramarinos sob sua influência.⁶⁶ Decretada pela lei de 1875, que previa a servidão de escravizados pelos seus proprietários até o ano de 1878, a supressão do estado de escravidão em Angola não possibilitou, no entanto, que essa prática se extinguisse completamente. Nesse sentido, a presença do trabalho forçado em propriedades agrícolas locais e a continuidade do tráfico interno direcionado, entre outros aspectos, para abastecer as plantações de cacau e café nas ilhas de São Tomé e Príncipe⁶⁷ que, naquele momento, assistiam a uma

negreiros, as autoridades portuárias – inclusive em Lisboa – fecharam os olhos ao equipamento de navios negreiros”. MARQUES, João Pedro. “Portugal e o abolicionismo”. In: ALEXANDRE, Valentim (org.). *O império africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, pp. 31-54, p. 38.

⁶³ *Ibidem*, p. 39.

⁶⁴ M'BOKOLO, Elikia (org.). *África negra. História e civilizações. Tomo II – Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, pp. 117-119.

⁶⁵ MARQUES, João Pedro. “Portugal e o abolicionismo”..., *op. cit.*, pp. 38-39.

⁶⁶ RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 57-75.

⁶⁷ Segundo Oliveira Marques: “O desenvolvimento económico de S. Tomé e Príncipe na segunda metade do século XIX exigiu cada vez mais obreiros [...]. A posição de Angola foi-se gradualmente salientando, à

grande prosperidade comercial, são reveladoras da permanência de diferentes modalidades de escravidão na Angola portuguesa.⁶⁸

Nesse quadro histórico, coexistindo desde o século XVI com tráfico negroiro, a crescente demanda por gêneros minerais e vegetais, também contribuiu para reconfigurar os vínculos entre poderes locais e os agentes estrangeiros atrelados à economia atlântica. Cada vez mais requisitados por países industrializados da Europa e da América, principalmente a partir do segundo quartel dos oitocentos, produtos como urzela, óleo de palma, cera, marfim⁶⁹, café, borracha e amendoim se destacaram entre as principais matérias-primas escoadas do litoral angolano.⁷⁰ Sobre o assunto, é válido reforçar, entretanto, que a estreita conjugação entre interesses considerados clandestinos e legais, manifestados por parte dos comerciantes e autoridades coloniais, garantiu a existência de uma complementaridade, e não de uma ruptura, entre o comércio de escravizados e dos produtos ditos “legítimos” no período, conforme apontam diversas pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas.⁷¹

medida que os serviços substituíam, sem grandes problemas, os antigos escravos e libertos. Entre 1885 e 1903, 56189 serviços angolanos entraram em S. Tomé e Príncipe. A princípio eram livres e, nos termos do respectivo contrato de trabalho, podiam regressar a casa depois de alguns anos. Mais tarde, porém, os donos das roças ou os seus capatazes começaram a dificultar o repatriamento, mantendo virtualmente os trabalhadores na situação de prisioneiros nas ilhas”. MARQUES, A.H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2012, pp. 530-531. Para considerações voltadas para as tramas entre escravidão e trabalho forçado em S. Tomé e Príncipe no final do XIX e início do XX conferir, entre outros: NASCIMENTO, Augusto. “Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: sujeição e ética laboral”. *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, nº 7, 2004, pp. 183-217.

⁶⁸ DIAS, Jill. “Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX”. In: ALEXANDRE, Valentim (org.). *O império africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, pp. 69-93, p. 85.

⁶⁹ A extinção do monopólio real português do marfim no ano de 1834 provocou uma acelerada ascensão de seu valor no mercado, tanto em Luanda quanto em Benguela. Sua crescente valorização como um dos principais produtos exportados no período impulsionou a organização de grupos do interior da África Centro-Occidental que passaram a atuar como agentes de diferentes casas comerciais portuguesas em Angola. DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova história da expansão portuguesa, vol. X: O império africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 382.

⁷⁰ Para as oscilações das taxas de exportação legais de marfim, cera, urzela, goma-copal e borracha nos portos de Luanda e Benguela entre as décadas de 1820 e 1890, conferir as tabelas publicadas em: HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997, pp. 554-562.

⁷¹ Dentre os estudiosos que se debruçaram sobre o assunto, mencionamos: HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade..., op. cit.*; VELLUT, Jean-Luc. “L’économie internationale des côtes de Guinée Inférieure au XIXème siècle”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). In: *Actas da I Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: IICT, 1989; DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova história da expansão..., op.cit.*, pp. 319-378; SANTOS, Maria Emília Madeira. “Abolição do tráfico de escravos e reconversão da economia de Angola – um confronto participado por brasileiros”. *Studia*. Lisboa, nº 52, 1994, pp. 221-244 e WISENBACH, Maria Cristina Cortez. “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, pp. 43-90.

É fundamental salientar que até meados do XIX o trânsito dos produtos oriundos do interior centro-africano para a costa angolana amparou-se, sobretudo, na atuação de intermediários - agentes negros, brancos e mestiços - que negociavam adotando o sistema de crédito, com as autoridades africanas situadas em pontos mais longínquos do litoral.⁷² Segundo Beatrix Heintze, o sistema de crédito adotado nas relações de comércio de longa distância revelava-se como prática arriscada para as partes envolvidas nessas interações mercantis, já que este negócio demonstrava-se sujeito a uma série de imprevistos, como a não garantia de obtenção imediata de lucros e o longo tempo dispensado (às vezes anos) para a conclusão destas transações. Entretanto, conforme o relato de diversos viajantes, muitas autoridades do interior africano pareciam desejar permanecer em dívidas com as caravanas, obrigando que as mesmas regressassem com o intuito de saldar antigos débitos com novas mercadorias, alcançando valores mais vantajosos nas transações.⁷³ Desse modo, em busca dos preciosos gêneros coloniais que abasteciam as demandas da economia mundial, tais representantes das casas comerciais europeias apresentavam bens importados, como tecidos, miçangas, armas e pólvora, itens muito valorizados pelas autoridades que habitavam os sertões.⁷⁴

Entretanto, desencadeada pelo crescente aumento da exportação dos itens “lícitos” no último quartel do século XIX, o redimensionamento das relações estabelecidas entre os poderes africanos envolvidos com os representantes do comércio europeu deu vazão a um intenso processo de especialização de determinados grupos locais que, por sua vez, visualizavam novas oportunidades econômicas e políticas nas solicitações do mercado internacional. Para Jill Dias, nesse período, “a prosperidade da economia colonial voltou a depender, esmagadoramente, do comércio feito com as

⁷² Como sinaliza Maria Emília Madeira Santos acerca destas viagens e da interdependência de distintos intermediários nestas incursões: “As viagens podiam atingir muitas centenas de quilômetros e prolongar-se por mais de um ano. Para organizar uma viagem deste tipo, o sertanejo precisava da colaboração dos pombeiros. Eram indivíduos treinados no transporte e no comércio de longa distância, conhecedores das regras para regatear os preços na troca directa e respeitados dentro da sociedade local [...]. A verdade é que recrutavam os carregadores entre os parentes, chefiavam grupos de 10 a 15 pessoas e arcavam com grande parte das responsabilidades (disciplina, alimentação, saúde, vida) relativamente aos seus subordinados”. SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola – século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 445.

⁷³ HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, pp. 62-64.

⁷⁴ DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova história da expansão..., op. cit.*, pp. 389-392.

sociedades africanas autónomas que circundavam os territórios portugueses”.⁷⁵ Nesse sentido, a participação cada vez mais efetiva das sociedades centro-africanas, como os quiocos⁷⁶ que exerciam o domínio das atividades de caça de elefantes na busca pelo marfim e da coleta da cera de abelhas a leste do rio Cuanza, ou os ovimbundos⁷⁷, que atuavam no transporte e na comercialização da borracha no Bié, por exemplo, desempenharam papel essencial não só na readaptação dos lugares ocupados pelos mercadores europeus nessas tramas comerciais, como também impulsionaram a emergência de novas forças sociais e conformações políticas na África Centro-Ocidental.

As significativas transformações ocorridas no contexto descrito aguçaram as atenções das autoridades lusitanas preocupadas em garantir a presença portuguesa no acesso das vias comerciais que se apresentavam controladas por determinados grupos centro-africanos e que cada vez mais atraíam os olhares de viajantes, na condição de expedicionários, mercadores e missionários, subvencionados por diferentes nações europeias. Cabe ressaltar que, desde meados do século XIX, negociantes sertanejos - como António Francisco Ferreira da Silva Porto que há décadas havia se estabelecido em Belmonte, na região do Bié - relatavam, por meio de cartas e diários, as especificidades das interações mercantis em diferentes pontos do interior africano e atentavam para a necessidade de Portugal assegurar sua influência nesses espaços.⁷⁸

Diante dessas movimentações, as observações acerca das dinâmicas comerciais travadas nas zonas africanas sob a influência portuguesa integravam-se como um dos pontos centrais a serem contemplados no programa das expedições lusas empreendidas nas últimas décadas do XIX a diferentes regiões da África Central. Especificamente na

⁷⁵ *Ibidem*, p. 474.

⁷⁶ DIAS, Jill. “Caçadores, artesãos, comerciantes, guerreiros: os cokwe em perspectiva histórica”. In: *A Antropologia dos Tshokwe e povos aparentados*. Porto: FLUP, 2003, pp. 17-47.

⁷⁷ SANTOS, *Nos caminhos de África...*, op. cit., pp. 143-145.

⁷⁸ PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. *Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Introdução e notas de Maria Emília Madeira Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1986. Em contato regular com figuras e instituições ligadas aos temas africanos, Silva Porto alertava sobre os perigos que as zonas sob a influência lusa corriam perante o avanço de outras nações. Em carta de 1881, endereçada a Alfredo Augusto Pereira de Mello e lida em reunião da Sociedade de Geografia de Lisboa, entidade da qual era sócio, Silva Porto informa: “No dia 30 do mez passado encontrei em Bailundo os srs. W.W. Bagster e Sanders, missionarios americanos, e com destino ao Bihé, para catechisar os indígenas! [...]. Meu amigo, se tem alguma intimidade com os homens que nos governam e no recinto da nossa Sociedade de Geographia, faça ver que é tempo de Portugal acordar, e olhar para isto com verdadeiro interesse, gastando dinheiro ás mãos largas, a querer sustentar o domínio que aqui temos, enquanto o estrangeiro não chamar seu ao que é nosso..., estamos cercados por eles por todos os lados”. “Sessão em 30 de maio de 1881”. In: *Actas das sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa, vol.I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 457.

viagem liderada por Henrique de Carvalho à Mussumba do Muatiânvua, a preocupação com o panorama do comércio afro-europeu apresentava-se como um dos objetivos que norteavam a expedição, como notamos em um trecho do projeto apresentado por Henrique de Carvalho às instituições que apoiariam a missão:

Tratei de fixar, por isso, as principaes questões a que deveríamos attender como mais instantes, a saber: restabelecer a nossa antiga influencia com os povos do Estado do Muatiânvua, estreitar mais as nossas relações commerciaes com esses povos, chamando de novo para a provincia as correntes mercantis que se procurava desviar para o norte; garantir communicações seguras ao nosso commercio entre elles, por meio de Estações civilisadoras, commerciaes e hospitaleiras; e ainda crear-lhes necessidades pelo contacto comnosco, ao mesmo tempo que, por uma influencia pacifica e benévola, os fossemos preparando a recorrerem a nós, que retribuindo-lhes o trabalho lhes proporcionáramos meios de as satisfazerem.⁷⁹

Sublinhada pelo chefe da expedição, a questão do comércio no interior centro-africano é apontada como assunto de fundamental importância em diversos ofícios emitidos pela Secretaria de Negócios da Marinha e Ultramar, pela Sociedade de Geografia de Lisboa, pela Comissão Africana, pela Associação Comercial de Lisboa e do Porto e pela Sociedade de Geografia Comercial do Porto, documentos reproduzidos no primeiro livro da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*.⁸⁰ Nesse sentido, para além das especificidades presentes nas orientações de viagem fornecidas por cada instituição, as recomendações não preconizavam a descoberta de novas rotas do comércio, antes reforçavam a necessidade de assegurar os fluxos comerciais no interior, em parte já conhecidos pela coroa portuguesa, evitando a aproximação, cada vez mais frequente, de estrangeiros na região.⁸¹ Assim, amparando-se, em grande medida, no trajeto percorrido durante a década de 1840 pelo comerciante Joaquim Rodrigues Graça⁸² até a Lunda, a expedição liderada por Henrique de Carvalho deveria, pela via comercial e política, reestabelecer os contatos com o soberano Muatiânvua,

⁷⁹ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, pp. 05-06.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 06-42.

⁸¹ De acordo com o parecer emitido pela Comissão Africana em 03 de fevereiro de 1884 sobre o percurso da viagem: “Não se tratando rigorosamente de uma Expedição de descoberta de novos caminhos e regiões, e sendo o principal objectivo o restabelecimento das relações com o Muata-Yanvo [Muatiânvua], parece-nos conveniente adoptar como ponto de partida no sertão angolense, Malanje, ponto que os exploradores alemães teem escolhido como base habitual das suas expedições naquella mesma direcção”. “Parecer da Comissão Africana”. *Ibidem*, pp. 07-14, p. 13.

⁸² GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário”. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 9ª série, nº 8-9, 1890, pp. 367-467.

também lançando mão de estudos científicos sobre as regiões atravessadas.⁸³ Atingir a capital do império lunda portando esses objetivos não se traduziria como tarefa fácil. Para além das dificuldades habitualmente impostas a uma expedição de grande porte que visava percorrer territórios de difícil acesso aos europeus, era preciso compreender a participação das sociedades locais no conjunto de transformações que operavam nos territórios que ligavam o litoral à região da Lunda.

Vale lembrar que desde o século XVIII as relações entre a costa litorânea de Angola e os territórios situados além da fronteira do rio Cuango contavam com a mediação dos povos bangalas do reino de Cassanje⁸⁴ que, ao controlar a circulação de pessoas e mercadorias nessas zonas, exerciam uma poderosa barreira às intervenções políticas e comerciais exteriores. Tal controle prolongou-se até meados do século XIX, impondo grandes dificuldades ao acesso direto europeu a regiões localizadas entre as porções centrais e orientais do continente africano. Diante desse cenário em que os bangalas agiam, segundo Henrique de Carvalho, como os “senhores da barreira natural que separa a província portuguesa das terras da Lunda”⁸⁵ ao longo de décadas, os contatos entre Portugal e o império da Lunda se deram de maneira indireta. Apenas no início do século XIX, com a sucessão de eventos políticos que culminaram no enfraquecimento do poder do reino de Cassanje no que diz respeito ao monopólio do comércio com o interior centro-africano, as comunicações entre a costa atlântica e o império da Lunda começaram a ser dinamizadas por meio de embaixadas diplomáticas enviadas pelo Muatiânvua à Luanda.⁸⁶

Na década de 1880, momento em que a expedição foi organizada, além das ações dos bangalas - que continuavam dificultando a penetração europeia para além dos

⁸³ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 14.

⁸⁴ Sobre a conformação do império de Cassanje em Angola, conferir, entre outros: MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995, pp. 149-219 e HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op.cit., pp.189-238.

⁸⁵ “Devemos dizer já que os Bângalas que marginam o Cuango, eram senhores da barreira natural que separa a província portuguesa das terras da Lunda, e que tendo ciúmes do commercio d'essas terras, se tornaram naturalmente os intermediários d'elle para os estabelecimentos europeus, e estes só de accordo com elles puderam conseguir que os seus pombeiros ou caravanas com os seus créditos passassem o Cuango, nos portos de que estes gentios eram senhores”. CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op.cit., pp.698-699.

⁸⁶ Embora haja registros de caravanas lundas que se dirigiam para a costa angolana desde o século XVIII, foi ao longo do século XIX que essas iniciativas de contato passaram a ser mais frequentes. Uma das primeiras e mais conhecidas missões diplomáticas ocorreu no ano de 1808, quando o soberano da Lunda enviou uma caravana sinalizando o interesse em estreitar relações em resposta ao convite do governo luandense. DIAS, Jill. “Angola”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova história da expansão...*, op. cit., p. 338.

limites do rio Cuango - os quiocos também se consolidavam como força social significativa no contexto da África Centro-Occidental. Desde a década de 1840 esse grupo que habitava as porções leste do rio Cuanza e mantinha seculares laços de parentesco com os lundas⁸⁷ interagiu de forma incisiva nos trânsitos comerciais realizados no interior. Durante a segunda metade do XIX, por meio de fluxos migratórios, da inserção nas redes do comércio de produtos legítimos, do acúmulo de escravizados, da abertura e do controle de novas rotas comerciais, os quiocos alcançaram grande projeção entre os núcleos políticos centro-ocidentais africanos.⁸⁸ A convergência desses fatores culminaria em um acelerado processo de expansão demográfica, territorial e militar que, entre outros eventos, permitiu que esse grupo se desvencilhasse dos tributos exigidos pelo Muatiânvua e subjugasse o império lunda em 1887.

Foco de interesse da expedição, as participações de distintos grupos nas dinâmicas comerciais no interior da África Centro-Occidental apresentam-se constantemente mencionadas ao longo das narrativas da viagem à Mussumba do Muatiânvua. Produzidas tanto por meio do contato direto com as comitivas de comércio quanto por meio da coleta de informações adquiridas em diferentes fontes, as descrições de Henrique de Carvalho nos dão conta de uma série de práticas e estratégias⁸⁹ adotadas pelos povos centro-africanos na tentativa de assegurarem o controle das vias comerciais entre o litoral e os sertões de Angola. Ainda que discorra sobre o papel das diversas populações que integravam o império da Lunda - como os xinjes, pendes e songos, por exemplo - notamos que grande parte das considerações de Henrique de Carvalho acerca das dinâmicas mercantis observadas ao longo da expedição recai sobre as sociedades

⁸⁷ MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco...*, op. cit., pp. 136-140 e HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op. cit., pp. 155-159.

⁸⁸ Para compilação de textos sobre a dinâmica histórico-social desse grupo e de suas relações com os bangalas, lundas e portugueses, ver, entre outros: *A antropologia dos Tshokwe e povos aparentados: colóquio em homenagem a Marie-Louise Bastin* (Porto, 1999). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

⁸⁹ Podemos citar, entre as estratégias, a difusão de boatos pelas populações bangalas que, diante dos avanços da expedição, não desejavam perder a hegemonia nas relações comerciais do interior. Sobre este artifício, Henrique de Carvalho afirma: “Os Bângalas sabendo que a primeira parte da Expedição havia passado o Cuango, e que fabricara uma casa em Mona Mahango [potentado xinje que se estendia da margem direita do Cuango à margem esquerda do rio Cuango] para a Estação Portuguesa Costa e Silva, espalharam boatos [...]. Sempre a mesma historia! Os Bângalas procuravam intrigar-nos com todos os povos, tendo porém sempre em vista estar bem connosco. Queriam affastar-nos da concorrência no commercio do interior, mas de modo a não deixarem de ser os nossos agentes. E na verdade, com o fim commercial, ha toda a vantagem em aproveitá-los. Dizemos mesmo, o nosso commercio mantendo estes medianeiros, tira o máximo partido do que lhe oferece o interior, sem risco nas transacções”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, pp. 5-6.

bangalas e quiocas que, na ótica do militar português, eram as mais “ativas” e rivalizavam no controle do comércio na África Central.⁹⁰ Ciente da relevância destas populações para a manutenção das redes mercantis do interior, a expedição buscou se distanciar de uma postura conflitiva, optando por tentar se aproximar das configurações comerciais impostas por estes povos por meio de constantes negociações, tratados e da oferta de artigos que despertassem o interesse destes agentes comerciais.

Assim, com o intuito de atingir os objetivos previstos para a viagem no plano das relações políticas e mercantis frente à complexidade imposta pelas movimentações das sociedades autônomas africanas, Henrique de Carvalho elencou uma extensa e diversificada lista dirigida a diferentes associações comerciais portuguesas, especialmente das cidades do Porto e de Lisboa, contendo descrições sobre os produtos que deveriam ser mobilizados pela expedição. Vale lembrar que, para além dos objetos originários dos núcleos comerciais portugueses, a expedição à Mussumba do Muatiânvua também recorreu a produtos obtidos em casas comerciais estabelecidas em Angola desde meados do século XIX, especialmente nas regiões de Luanda, Dondo e Malanje⁹¹, como as casas Bensaude⁹² e Custódio José de Sousa Machado⁹³, por exemplo. Dentre a miríade de objetos solicitados ainda em Lisboa pelo militar português na tarefa de avançar pelo interior africano, destacam-se os seguintes artigos:

Espingardas diversas; espadas, idem; pólvora; bacias de arame; panellas de ferro; espelhos de diversas qualidades e tamanhos; barretes de lã, cores diversas; camisolas de lã; facas de diferentes qualidades; missanga de bordar, cores sortidas; contaria; almandrilha, etc. coral fino e grosso; louças (faiança e outros gêneros, das nossas

⁹⁰ *Ibidem*, p. 842.

⁹¹ Após sucessivos conflitos travados entre bangalas e portugueses ao longo das décadas de 1850 e 1860, a feira de Cassanje foi transferida para Malanje em 1867, a fim de eliminar a dependência das regras comerciais impostas pelos bangalas. Nesse período, atraindo grande fluxo de ambaquistas, Malanje assumiu a posição de um dos principais entrepostos do comércio e do poder militar português na porção leste de Angola. HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, *op. cit.*, p. 516.

⁹² Para mais dados sobre a firma Bensaude e a participação de judeus na composição de casas comerciais no território no final dos oitocentos, conferir: FREUDENTHAL, Aida. “Judeus em Angola, séculos XIX-XX”. In: *Cadernos de estudos sefarditas*, n. 4, 2004, pp. 243-268.

⁹³ Além do fornecimento de artigos para serem transacionados nos sertões angolanos, os irmãos Custódio de Sousa Machado e Saturnino Machado, estabelecidos em Malanje há mais de duas décadas, eram profundos conhecedores dos percursos no interior africano e atuaram como uns dos muitos informantes que Henrique de Carvalho mobilizou nos preparativos para a viagem e ao longo da expedição: “era sabido que o negociante sertanejo Saturnino Machado havia partido, em dezembro do anno ultimo, com uma grande expedição para o nordeste de Malanje – Expedição mercantil de Machado Irmãos e Antonio Lopes de Carvalho – que acompanhara aquelle. É, pois, em vista d’isto, que escrevi ao negociante Custodio José de Sousa Machado, em Malanje, não só lembrando-lhe a conveniencia de ir angariando carregadores, em circumstancias não menos vantajosas do que pudera obter para as expedições estrangeiras, mas ainda pedindo-lhe diversos esclarecimentos e informações.” CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. I, p. 31.

fabricas), como canecas, tijellas, pratos, etc.; vidros differentes (industria portugueza); machetes; algodões crus differentes; baeta amarella, vermelha e azul, diversos tons; pannos diversos; chitas, idem; fardas, idem; velludos, idem; zuartes; tapessarias de differentes qualidades e tamanhos; lenços estampados; sedas differentes; louça de folha; relógios; copos bronzeados; pannos da costa; galões dourados; fio de ferro, de cobre e de latão; vários utensílios do ferro; chapéus de palha e outros; chapéus do sol, de côres; caixas de musica com harmónios; realejos; bonés bordados, de borla; fechos de porta com varias outras ferragens, incluindo pregaria; miudezas e todos os mais artigos de facil consumo e permutação nos sertões de Africa.⁹⁴

Composta por diferentes tipos de tecidos, lenços, veludos, utensílios de ferro, chapéus, louças, miçangas, caixas de música, relógios, entre tantos outros objetos, a seleção dos variados itens⁹⁵ que tinham o potencial para serem transacionados no interior africano deveria ser criteriosa a fim de que os produtos obtivessem uma aceitação satisfatória entre as sociedades locais. Somado a esse fator, a leitura das cartas trocadas entre o chefe da expedição e os representantes de diferentes agremiações mercantis portuguesas nos permite compreender que a viagem representava uma oportunidade de avaliar as preferências comerciais das populações centro-africanas, viabilizando, assim, o escoamento de determinados produtos da indústria nacional.

Sobre esse último aspecto, é interessante notar como a tentativa de identificar as predileções por certos artigos manifestadas pelas sociedades locais que habitavam territórios sob a influência portuguesa situava-se como tema de debates travados no âmbito de instituições dedicadas a discutir os rumos da política colonial lusa, como Sociedade de Geografia de Lisboa, por exemplo. Dentre os diversos assuntos abordados em reunião realizada pela Sociedade em 20 de janeiro de 1883, a proposta apresentada por Francisco de Oliveira Chamiço, fundador do Banco Nacional Ultramarino e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, a respeito da elaboração de estudos sobre o comércio africano que servissem como guias para as indústrias portuguesas foi amplamente debatida. Na ocasião, José Vicente Barbosa Du Bocage, então presidente da Sociedade, afirmava:

⁹⁴ *Ibidem*, pp. 20-21.

⁹⁵ As faturas contendo informações sobre os estabelecimentos comerciais em que foram feitas as encomendas dos produtos levados pela expedição para diferentes finalidades, bem como as descrições pormenorizadas dos artigos, quantidades e preços dos produtos, encontram-se disponíveis para consulta no conjunto documental referente à expedição à Lunda, localizado no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)*. AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1091. As imagens de algumas faturas foram reproduzidas e publicadas no catálogo: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS, Luís. (coord.), *Memórias de um explorador...*, op. cit., p. 137.

Que este assumpto era não só muito importante, mas oportuno, pois já algumas nações se esforçam por adaptar os seus productos ás necessidades do commercio africano, sendo a Belgica uma das que mais têm progredido n'este sentido [...].

Quaesquer esclarecimentos n'este sentido são de grande alcance comercial, porque, como se vê dos interessantes livros de Capello, Ivens e Serpa Pinto, os diversos productos da industria têxtil têm variados valores, conforme a região onde são consumidos, e um estudo pratico sobre este assumpto pôde ser muito vantajoso para o nosso commercio e para a nossa industria.

Como complemento, disse que a idéa assentada pelo sr. Chamiço, de formar uma especie de museu de productos de melhor consumo na Africa, era muito útil, pois daria aos nossos industriaes um meio fácil e seguro de dirigir a sua atividade do modo mais bem remunerado.⁹⁶

Ao frisar a relevância da pauta mercantil para a condução das diretrizes coloniais e atentar para o movimento de adequação que alguns países europeus demonstravam na tentativa de “adaptar os seus productos ás necessidades do commercio africano”, o discurso de Barbosa Du Bocage nos fornece elementos para entender como o reconhecimento das especificidades provenientes das demandas centro-africanas atuou como fator decisivo na composição da lista de mercadorias europeias voltadas para comércio travado na África Centro-Occidental no final do século XIX. Nesse sentido, as considerações expostas no seio da Sociedade de Geografia de Lisboa evidenciam como as informações coletadas por expedicionários em viagens ao interior do continente se apresentavam, entre outros objetivos, atrelados aos interesses da indústria e do comércio nacional. Partindo dessa perspectiva, a proposta de se formar “uma especie de museu de productos de melhor consumo na Africa”, ou seja, criar um espaço voltado para a organização e exibição dos artigos mais aceitos entre as populações africanas com a intenção de instruir os comerciantes portugueses - ideia que também seria reforçada anos mais tarde por Henrique de Carvalho⁹⁷ - nos confere a dimensão que a temática

⁹⁶ “Sessão em 20 de janeiro de 1883”. In: *Actas das sessoes da Sociedade de Geographia de Lisboa, vol.III*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, p. 66.

⁹⁷ É pertinente salientarmos que as propostas de criação de museus dedicados à exposição de artigos europeus mais bem aceitos pelas sociedades centro-africanas revelaram-se como tópicos levantados com relativa frequência em diversas reuniões promovidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa entre as décadas de 1880 e 1890. Em sessão datada de 24 de janeiro de 1894, uma década após o início da expedição à Lunda, Henrique de Carvalho chama a atenção para o projeto de “creação de um museu de artigos que se mandem para a Africa para permuta com os productos africanos, e acrescentou que o commercio de exportação de Angola se estava fazendo de modo a favorecer o contrabando, pois os productos estrangeiros vinham ao Tejo para se nacionalizar e serem reexportados para Angola, com prejuizo da industria portuguesa”. “Sessão em 24 de janeiro de 1894”. In: *Actas das sessoes da Sociedade de Geographia de Lisboa, vol.XIV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, pp. 19-20.

assumia naquele momento e nos possibilita compreender as estreitas imbricações mantidas entre a construção de um saber colonial e os seu laços com o comércio.

Voltando nossas atenções para a expedição à Mussumba realizada entre 1884 e 1888, a preocupação em tentar captar o interesse das populações locais por meio dos produtos fabricados pela indústria portuguesa não deixava de se fazer presente.⁹⁸ Em diversas passagens das narrativas, Henrique de Carvalho faz registro da introdução de artigos provenientes de indústrias estrangeiras, como podemos notar no seguinte trecho: “as fabricas de Manchester, prejudicando as nossas, lá vão espalhando os seus artefactos até aos pontos mais longínquos; os belgas, prejudicando a industria das nossas lazarinas [espingardas], mandam-nos por anno milhares de espingardas”.⁹⁹ Longe de ser desprezada pelo militar português, a concorrência provocada pela penetração de objetos fabricados principalmente por países como Inglaterra, Bélgica e Alemanha, revelava-se como um fator de preocupação esboçado na escrita do chefe da expedição, o qual estabelecia comparações com associações comerciais estrangeiras, atribuindo um peso significativo à qualidade do repertório material mobilizado por viajantes de outras nacionalidades na condução das expedições.¹⁰⁰

Como já mencionamos, diversos territórios do interior da África Centro-Ocidental assistiam, desde os anos 1870, à significativa presença de viajantes oriundos da Alemanha nesses espaços. Embora a criação das primeiras instituições comerciais e científicas de caráter colonial datasse da primeira metade dos oitocentos, o

⁹⁸ A significativa penetração de produtos oriundos de indústrias não portuguesas em variados pontos do território centro-africano e a urgência de Portugal reverter esse quadro apresentavam-se como problemáticas constantemente apontadas pelo major português em suas narrativas: “Deixámo-nos atrasar pela falta de iniciativa, e encantados pelas maravilhas da industria estrangeira, tudo importando d'ella e pouco produzindo, temos concorrido para o alargamento dos seus mercados, dando ensejo á creação de outros novos, pois além da nossa metrópole e colónias, já os seus agentes os procuram estabelecer nas terras do centro da Africa, por nós constantemente devassadas, e aplanámos-lhe o caminho, porque fomos nós os primeiros a lá levar os produtos estrangeiros que obtinhamos. Animámos as outras nações a produzir especialmente para Africa, e não tratámos nós de fabricar; e com o progressivo caminhar na senda da producção, a necessidade obrigando a achar consumidores, ei-los em campo dispendo de toda a sua influencia para com segurança se internarem nas regiões do continente que mais se prestem á exploração”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 243.

⁹⁹ *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 80.

¹⁰⁰ Perante a concorrência oferecida por artigos provenientes de associações comerciais que apoiavam expedições alemãs na região da Lunda, Henrique de Carvalho pontua em ofício datado de 29 de março de 1884 dirigido às associações comerciais de Lisboa e do Porto, Banco Nacional Ultramarino e Sociedade de Geografia Comercial do Porto: “o nosso paiz não está, como a Allemanha, acostumado a esta especie de associações, que teem sido ultimamente o alimento das explorações alemãs ao centro da Africa, e que tão bons resultados práticos teem dado. Agora mesmo segue o tenente Wissman, a reforçar a estação Luquengo, onde está o seu companheiro Dr. Pogge, com uma grande expedição de fazendas e artigos diversos, obtidos por subscrição em Berlim, entre os seus capitalistas, comerciantes e industriaes”. *Ibidem*, p. 19.

envolvimento mais efetivo da Alemanha na disputa pelo domínio de territórios ultramarinos se deu nas últimas décadas do século XIX, impulsionada pelo processo de unificação dos estados germânicos em 1871. De maneira muito sintética, o posicionamento favorável do chanceler Otto Von Bismarck no que se refere à aquisição de colônias na África (iniciada pelo território da Namíbia, em 1884), somado à participação da Alemanha na Conferência de Berlim entre 1884 e 1885, configuraram-se como os principais eventos que cristalizaram o lugar da Alemanha no conjunto dos países imperialistas que voltavam suas atenções para o continente africano.¹⁰¹

Vale lembrar que em muitos casos as incursões lideradas por alemães nesses territórios serviam igualmente aos interesses do rei belga Leopoldo II que, desde 1876, com a criação da Associação Internacional Africana no âmbito da Conferência da Sociedade de Geografia de Bruxelas, agia na defesa de interesses vinculados à formação do Estado Independente do Congo. Mencionada com frequência nos relatos de Henrique de Carvalho, a expedição chefiada por Herman Von Wissman, que havia partido de Luanda e Malanje em 1884 alcançando Kinshasa em 1885, pode ser apontada como um destes exemplos. Embora a justificativa para viagem se alicerçasse publicamente em razões científicas, isto é, a realização de estudos sobre o rio Cassai, a expedição almejava avaliar o território e as populações que habitavam esta área da África Central a fim de facilitar as ações de dominação colonial empreendidas pelo Estado belga.¹⁰²

Como podemos depreender, a intensa circulação de expedições gerou impactos em vários aspectos do cotidiano das populações locais. Sob o ponto de vista da cultura material enquanto fonte para compreendermos fenômenos sociais¹⁰³, as expedições inundaram os sertões centro-africanos com objetos que, por sua vez, foram agenciados pelas populações africanas e europeias de distintas maneiras. Partindo dessa perspectiva, ao mesmo tempo em que a circulação destes objetos acentuava a concorrência entre os países envolvidos na exploração colonial e deixavam latente a fragilidade da indústria

¹⁰¹ Para a participação da Alemanha nas discussões sobre o imperialismo no continente africano no final do XIX, ver: WESSELING, Henk L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008, pp. 120-128.

¹⁰² HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 400.

¹⁰³ Para implicações teórico-metodológicas envolvidas na utilização da cultura material como fonte histórica para o entendimento de processos sociais e culturais, indicamos as abordagens desenvolvidas por: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998 e REDE, Marcelo. “História e cultura material”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 133-150.

portuguesa na inserção de seus produtos nessas redes mercantis, a abundância e a diversidade das manufaturas estrangeiras disponível nas regiões do interior estimulavam os agentes do comércio africano a se tornarem cada vez mais exigentes e seletivos em suas escolhas.¹⁰⁴

Diante desse painel, não seria exagero afirmar que, na disputa pelo exercício de maior controle do comércio no interior, a escolha criteriosa dos produtos voltados para a permuta desempenhava um papel decisivo. Em carta destinada à Sociedade de Geografia Comercial do Porto, publicada no primeiro volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, o chefe da expedição à Lunda sugere:

Parece-me, pois, que havendo melhor qualidade de fazendas, medidas e fracções exatas, variedade e novidade de artigos e até novos padrões nas fazendas, tudo deve ser muito apreciado pelo gentio e attrahir o commercio do interior que, repito, já nos vae fugindo.¹⁰⁵

Ao aventar a possibilidade de se apresentarem produtos com melhor “qualidade”, “variedade” e “novos padrões”, a posição de Henrique de Carvalho parecia apontar para a necessidade de se oferecer artigos capazes de “atrair o comércio do interior” e satisfazer as preferências manifestadas por determinadas populações da África Centro-Occidental. Predileções estas que, como bem sintetiza Maria Emília Madeira Santos buscavam ser captadas pelos agentes externos europeus, mas que, no entanto, demonstravam-se condicionadas às peculiaridades dos gostos e padrões estéticos africanos que poderiam rejeitar ou assimilar certos artigos.¹⁰⁶ Em outras

¹⁰⁴ Importante frisar, no entanto, que não estamos com essa última afirmação, atribuindo às expedições europeias um papel promotor das exigências e predileções africanas nas negociações comerciais, visto que, em nossa interpretação, a introdução de artigos advindos desse tipo de incursão apenas acentuou determinados critérios e convenções já presentes nas formas empregadas por certas populações nas interações mercantis. Ao discorrer na obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, sobre o comércio da borracha e do marfim travado entre quiocos e negociantes europeus, Henrique de Carvalho revela: “É trabalhoso, e mesmo fatigante para o negociante europeu, fazer negocio no sertão; tem de se revestir de muita paciência, de sujeitar-se a muitas exigências e mesmo caprichos, e dispôr-se a perder um, dois e mais dias para fazer ás vezes uma transacção insignificante, mormente se for com Quiôcos. Principia isto logo nos preliminares, em que ha grande discussão, d'ahi passa-se á escolha da fazenda e avaliação d'ella em peças de lei; valor em que se faz o ajuste que corresponde a oito medidas da unidade—a qual é só a *jarda* nos estabelecimentos commerciaes dentro da província —, escolha das missangas, contagem dos fios, selecção de armas, abertura de barris de pólvora para verificar o seu estado e se estão ou não cheios, exigências para que se encham completamente sem se importarem que da sua proveniência viessem a peso. Depois de tudo remechido, rejeitam parte do que escolheram e principiam depois as trocas e nova escolha de artigos para sua substituição.” CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op.cit., pp. 695-696. Grifo do autor.

¹⁰⁵ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 331.

¹⁰⁶ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola – século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, pp. 451-452.

palavras, ao aceitarem ou rechaçarem determinados produtos, as sociedades locais não só interferiam de maneira ativa no âmbito das interações travadas entre europeus e africanos – distanciando-se, portanto, da ideia de passividade nessas relações- como também transmitiam, por meio de suas decisões de consumo e da posse dos objetos, valores e códigos culturais.

Da parte dos viajantes estrangeiros, a necessidade de satisfazer as demandas africanas refletiu-se, ao longo de séculos de contatos, na formação de “catálogos de mercadorias preferenciais”, conforme nos apontam estudiosos como Isabel Castro Henriques.¹⁰⁷ Sobre o assunto, sustentamos que a escolha dos objetos levados pela expedição ao Muatiânvua para serem transacionados ao longo da travessia até a Lunda calçou-se tanto na articulação de um conhecimento prévio (muitas vezes adquirida por meio de relatos de outros expedicionários e negociantes¹⁰⁸) do que teria boa aceitação entre as sociedades locais, quanto no conhecimento adquirido posteriormente, ao longo do percurso, a partir das solicitações e preferências mais recorrentes por determinados bens de consumo manifestadas pelas populações. Tal hipótese se fortalece na medida em que identificamos trechos com informações acerca das predileções centro-africanas por determinados itens do comércio em relatos de viajantes portugueses contemporâneos de Henrique de Carvalho que percorreram zonas da África Centro-Ocidental no final do século XIX. De acordo com os relatos de Capello e Ivens no primeiro volume da publicação *De Benguella às Terras de Iácça - Descrição de uma Viagem na África Central e Occidental* (1881):

Com relação aos artigos a transportar e preços nos sertões de oeste, podemos informar com verdadeiro conhecimento de causa, que as fazendas mais apropriadas para as terras do Bihé, Quiôco, Cassange, Peinde, etc., são: algodões, riscados, fazenda de lei, pannos

¹⁰⁷ HENRIQUES, *Percursos da modernidade em Angola...*, op. cit., p. 539.

¹⁰⁸ É oportuno reforçar que o relato legado pelo negociante Joaquim Rodrigues Graça, que havia alcançado a Mussumba em meados da década de 1840, também serviu de referência para a expedição liderada por Henrique de Carvalho. De acordo com Rodrigues Graça: “O negociante deve sortir a factura dos generos seguintes: Baeta azul clara, ferrete e meia cor, e encarnada, panno azul ferrete, ou claro, e encarnado, zuarte azul, pintado, lenços de ramagem largos, e de bom gosto, fazenda de lã a precisa para sustento, e despeza dos portos, e sortimento dos bonzos, missanga branca grossa, coral opipado não estalado, almandrilha de bom gosto, canecas de meia canada, e quartilho, copos, campainhas, guizos, tachas amarellas, buzio; estes generos são os de prompta saída em todas estas terras; armas poucas, porque não pagam, dão-lhe pouco valor, polvora igualmente: o sustento é feito com missanga e coral, porque a missanga é o seu dinheiro, e sem ella se não faz compra alguma, e com ella se compra marfim miudo de dez a vinte libras, bem como escravos”. GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário”. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 9ª série, nº 8-9, 1890, pp.367-467, p. 460.

da Costa, lenços de côres, zuarte, chitas de ramagens e contaria variada, tendo em vista que a branca tem pouco valor no sul, e só se aprecia na Lunda.

O explorador póde levar consigo missanga grossa encarnada, missanga miúda, Maria Segunda, que é indispensável, cassungo de variadas cores, almandrilha apipada e riscada.

Fios e chapas de latão, nunca de cobre, alguma pólvora se quizer, sal em abundancia, serão sempre bem recebidos; armas lazarinas no sul, raiunas para empregar no norte, caixas de musica, harmônicas devem ser preferidas para presentes aos sobas, que ainda assim não deixarão de pedir alguma fazenda, pois que julgam os outros objectos como simples mimo [...].

A fazenda passa com facilidade em todas as povoações do interior; alguns povos, porém, exigem uns certos artigos para fazer negocio. Assim, pois, o viajante que se dirigir para o Quiôco deve levar abundância de pólvora, fio de latão, tabaco indígena de que se póde fazer aquisição no Bihé; e o que for para a Lunda deverá levar muita missanga encarnada pequena, e grande da branca.¹⁰⁹

Longe de se configurarem como padrões estáticos e homogêneos, as solicitações relatadas por Capello e Ivens são um tanto reveladoras da existência de conhecimento europeu acerca das especificidades que regiam as preferências comerciais manifestadas por diferentes populações da África Centro-Occidental, como quiocos, bangalas, pendes e lundas durante as últimas décadas do XIX. Compondo uma espécie de guia de mercadorias destinado a “viajantes” e “exploradores”, as descrições tencionavam estabelecer não só uma distinção entre os itens direcionados para o comércio com as populações locais, como também nos permite notar como certos artigos eram mais indicados para serem empregados como presentes às autoridades africanas.¹¹⁰ Isto é, muito apreciados por certas sociedades ou pouco valorizados por outros grupos, os produtos mencionados no excerto integravam categoriais distintas e desempenhavam funções específicas na dinâmica das relações travadas entre agentes europeus e centro-africanos.

Identificar as particularidades que regiam as preferências materiais manifestadas por cada grupo revelava-se como tarefa indispensável frente à ampla oferta de artigos mobilizados por representantes de diversas nações que transitavam pelo território.¹¹¹ Em

¹⁰⁹ CAPELLO, Hermenegildo Brito; IVENS, Roberto. *De Benguella às Terras de Iácça - Descrição de uma Viagem na África Central e Occidental* (2 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I, 1881, pp. 6- 7.

¹¹⁰ Pretendemos nos ater melhor à questão da troca de presentes entre a expedição portuguesa à Lunda e os poderes centro-africanos no quarto capítulo da dissertação.

¹¹¹ Em carta destinada ao ministro da Marinha e Ultramar escrita em Malanje e datada de 30 de setembro de 1884, Henrique de Carvalho alertava as autoridades para a movimentação de negociantes estrangeiros que se empenhavam em obter informações sobre os meandros do comércio africano: “Na presente ocasião está aqui um negociante allemão, Bungmaster, por conta de uma casa de Manchester a estudar o modo por que se transacciona com o gentio e quaes os artigos de commercio que este mais procura, e por isso é natural que em muito pouco tempo comecem a sair dos prelos estrangeiros as diatribes contra o

muitas situações, os produtos apresentados pela expedição à Lunda sofriam comparações com os artigos introduzidos por agentes estrangeiros, como notamos no registro que Henrique de Carvalho elaborou a partir dos comentários feitos por Augusto Jayme, intérprete, e de seu contato com a povoação de Mona Mussengue quando a primeira seção da expedição, que tencionava atravessar o rio Cuango, negociava o pagamento da passagem aos sobas (autoridades locais africanas) que controlavam a circulação do porto:

Soube também Augusto, que a expedição allemã dera dez peças de fazenda e duas armas, ao Mulumbo, dono do porto e ao seu irmão Zunga, e quatro peças aos pilotos, por ajudarem a passar as cargas, porquanto elles tinham armado suas canoas e que também contemplaram Mussengue, dono d'esta povoação e o Muêto Anguimbo que se dizia o potentado principal dos Haris, a quem pertence o rio até aos Bângalas do Songo. Esta gente mente muito, sobretudo em interesse próprio, mas foram-nos dizendo que o *inguerez* passou dando pouco, e que Muene Puto que vinha atrás, é quem pagava bem. Precisávamos, pois preparar-nos para grandes exigências. Mulumbo veio procurar-nos, e arranjámos um pacote para elle e para o tal irmão, isto é, duplicámos os artigos variados que desejava, a não exceder o valor de dez peças. Pediu mais uma espingarda e um barril de pólvora, poz-se um objecto igual em cada monte, pediu uma pouca de missanga para as suas raparigas, que demos para fecho.¹¹²

Além de nos evidenciar como a penetração pelas zonas centro-africanas encontrava-se regulada por autoridades africanas que controlavam o acesso a determinadas regiões¹¹³, o excerto destacado nos permite compreender como as negociações travadas entre os membros da expedição e os poderes locais se efetivavam por meio de tributos que, por sua vez, poderiam ser mais bem atendidos quando eram comparados com os pagamentos feitos por outros viajantes. Na perspectiva apresentada pelo trecho, as distinções entre alemães que, de acordo com o relato de Henrique de Carvalho, recebiam a alcunha pejorativa de “inguerezes” pelas populações com quais teve contato, e “Muene Puto”, referência ao rei de Portugal ou aos representantes da coroa portuguesa, atuavam como espécies de artifícios retóricos que poderiam ser revertidos em benefícios aos chefes locais. Conveniente não apenas para os potentados africanos, o pagamento de tributos era medida prudente para que os viajantes evitassem

commercio dos portuguezes em Africa, e por isso me anticipo fazendo sciente a V. Ex^a. do que pode motivar taes censuras”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. I, p. 343.

¹¹² *Ibidem*, p. 416. Grifo do autor.

¹¹³ Em consonância com a perspectiva sustentada por Maria Emília Madeira Santos: “O avanço do comércio para o interior tinha as suas regras e o seu ritmo [...]. Os caminhos eram dos Africanos. Tinham os seus donos, que estipulavam os tributos de passagem ou, se assim o entendessem, podiam simplesmente fechá-los”. SANTOS, *Nos caminhos de África...*, *op. cit.*, p. 31.

desentendimentos e angariassem, de certa maneira, reconhecimento e proteção por parte destas autoridades que controlavam o trânsito de pessoas e mercadorias em seus territórios.

Nesse sentido, ainda que Henrique de Carvalho demonstrasse certa desconfiança sobre as descrições feitas pelos africanos acerca dos artigos recebidos pela expedição alemã (provavelmente a missão liderada por Wissman), não deixou de reconhecer a necessidade de se preparar para “grandes exigências” que seriam materializadas em “artigos diversos” solicitados por Mulumbo e atendidos pela expedição. Em síntese, por meio do contraste identitário estabelecido entre “inguerezes” e “Muene Puto” torna-se interessante pensarmos como as sociedades centro-africanas também se apropriaram das tensões e rivalidades provocadas pelo trânsito das expedições subvencionadas por diferentes países a fim de garantirem condições mais vantajosas para seus negócios. Desse modo, perante o empreendimento chefiado por Henrique de Carvalho, a alusão à passagem de viajantes não portugueses tinha o potencial de ser mobilizado como um mecanismo para obter artigos de melhor qualidade e em maior quantidade.

As numerosas referências que as publicações referentes à viagem à Lunda apresentam acerca das interações comerciais estabelecidas entre europeus e centro-africanos descortinam uma série de elementos que nos auxiliam a compreender mais um dos muitos registros ocupados pela cultura material nas fontes abordadas. Nessa chave analítica, a circulação de mercadorias no contexto das expedições também pode ser tomada como ponto de partida para investigarmos questões relacionadas às formas como certos artigos estrangeiros foram incorporados ao repertório material das populações locais.

3.3. A polissemia dos objetos: trajetórias, usos e significados das miçangas

Na trilha de estudos voltados para a reflexão sobre a cultura material, os objetos, compreendidos à luz de suas múltiplas apropriações, trazem à tona dimensões de práticas e estratégias sociais, culturais e políticas.¹¹⁴ Partindo dessa perspectiva, o reconhecimento das preferências comerciais africanas nos possibilita entender como tais

¹¹⁴ Conferir, entre outros: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2010; MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013 e PEARCE, Susan M. (org.). *Interpreting objects and collections*. Londres: Routledge, 1994.

predileções, manifestadas no âmbito de diferentes contextos que envolviam permutas artefatuais, apresentavam-se profundamente atreladas aos usos e significados que as sociedades da África Centro-Occidental atribuíam aos artigos estrangeiros. Sobre a importância de se examinar as “biografias das coisas” para compreendermos fenômenos sociais mais amplos, Igor Kopytoff pontua: “o que é significativo sobre a adoção de objetos estrangeiros – e idéias estrangeiras – não é a sua adoção, mas sim a maneira pela qual eles são culturalmente redefinidos e colocados em uso”.¹¹⁵ Aproximando-se dessa perspectiva, mencionamos também as reflexões elaboradas por Isabel Henriques acerca das diferentes formas de integração que as armas de fogo introduzidas pelos europeus tiveram entre diversas sociedades que habitavam o interior centro-africano durante o século XIX. De acordo com a historiadora, se para os grupos bangalas tais objetos eram acumulados como bens de prestígio destinados a autoridades locais, para os quiocos, as mesmas armas de fogo eram empregadas como ferramentas de caça voltadas para dinamizar a busca pelo marfim.¹¹⁶ Ainda que não tenhamos a pretensão de esgotarmos tal temática no âmbito desta pesquisa, já que este tipo de abordagem demandaria uma investigação com recorte distinto do que delimitamos para este trabalho, procederemos à análise de algumas passagens que nos evidenciam os inúmeros contornos que determinadas mercadorias estrangeiras, especialmente àquelas solicitadas com maior recorrência, como as miçangas, por exemplo, adquiriram no cotidiano das populações que habitavam as zonas da África Centro-Occidental percorridas pela expedição.

Muitas vezes presentes em manifestações materiais coletivas (como monumentos dedicados à caça e ao comércio) e individuais (como adornos e amuletos vinculados à proteção e as práticas mágico-religiosas) os produtos europeus, como tecidos, miçangas, fios e tachas de metal, por exemplo, integravam-se com frequência a distintos setores da vida material e simbólica das sociedades locais descritas nas obras estudadas. Referindo-se a uma grande quantidade de toras de madeiras empilhadas e dispostas em formas de retângulos e triângulos encontrados durante a travessia feita em 1885 entre a região de Camaxilo até as margens do rio Cuengo, Henrique de Carvalho discorre no segundo volume da *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatiânvua*:

¹¹⁵ KOPYTOFF, Igor. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas...*, op. cit., pp. 89-121, p. 93.

¹¹⁶ HENRIQUES, *Os pilares da diferença...*, op.cit, p. 383.

Isto para os naturaes do paiz e mesmo para os indigenas da nossa provincia de Angola, representa monumentos, logares sagrados que se conservam intactos pelo respeito que todos lhe consagram. Junto a elles collocam panellas, umas com certas drogas, e de mistura pennas de aves, chifres de diversos animaes cheios de nauseabundas mixordias, onde também prendem fios tirados de cascas de vergontas seccas, fios de metal, etc.; outras panellas conteem agua com folhas e rama de diversas plantas. Aos troncos prendem tiras de fazenda, sendo indifferente a qualidade e a cor, conhecendo-se ainda assim preferencia pelas ourelas das baetas, as quaes variam na largura. Aproveitam as formas e as saliências nos troncos para com as suas facas as affeioarem, procurando dar-lhe semelhanças de cabeças humanas, chegando mesmo a imaginar figuras completas de homens, de mulheres ou de animaes. A estes monumentos chamam uns indigenas *muxaela*, os Ambaquistas chamam-lhe *mabanda* e os Lundas *muquixi-iáquinguma*, distinguindo-se assim estes dos que se fazem nas próprias povoações e de que temos dado noticia. Estes monumentos fazem-se por causa de negocio e por causa da caça [...].

Em alguns d'elles vimos o que chamam—os agradecimentos. São lenços e retalhos de fazendas fluctuando a guiza de bandeiras, e fiadas de missangas e mesmo de contaria grossa enfeitando as toscas esculpturas.

Os monumentos dos caçadores transformam-se quando elles, regressam em tropheus, porque as queixadas, os crânios completos descarnados, e as maiores peças ósseas dos animaes que mataram são presos aos troncos, não sendo indifferentes a posição e o tronco a que se prendem.

São na verdade interessantes estes monumentos, porque mesmo os caçadores extranhos á localidade, examinando o modo por que se collocam as ossadas, o lado para que estão viradas, a disposição dos troncos, as figuras que nestas se vêem, as cores e collocação das tiras, o que contém as panellas, etc, comprehendem immediatamente onde ha caça, a sua qualidade, a distancia a percorrer para a achar, a epocha de maior abundância, os cognomes dos caçadores felizes, o tempo em que caçaram, o que caçaram, as difficuldades, se as tiveram, onde se deve procurar agua, de comer, etc.¹¹⁷

Destacando-se no conjunto da paisagem, os monumentos (fig. 28) observados pelo chefe da expedição congregavam em sua estrutura elementos de diversas procedências, como penas e chifres de animais, cascas e folhas vegetais, fios de metal, miçangas, fazendas, entre outros itens. A combinação de substâncias e materiais naturais com artigos industrializados na composição destes marcos nos evidencia uma das muitas maneiras como as sociedades centro-africanas se apropriavam e ressemantizavam os produtos advindos do comércio atlântico, revestindo tais objetos de cargas e significados simbólicos. Recebendo diferentes nomes a partir das designações atribuídas por grupos identitários específicos, estes espaços considerados sagrados dedicados às atividades comerciais e à caça revelam-se como um dos muitos “marcadores simbólicos e funcionais”¹¹⁸ que constituíam os territórios percorridos pela

¹¹⁷ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, pp. 367-368. Grifos do autor.

¹¹⁸ Isabel Castro Henriques utiliza este termo em diferentes textos para pensar as dimensões materiais do plano simbólico e desenvolver reflexões sobre os conflitos entre marcadores africanos e europeus na conformação do espaço angolano. HENRIQUES, Isabel Castro. “A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950)”. *Textos de História: Revista do*

expedição. Sob esta ótica interpretativa, a pluralidade de marcadores - naturais, religiosos/sagrados, fabricados, históricos e musicais¹¹⁹ - exerciam, em linhas gerais, funções ligadas à delimitação de fronteiras, organização da circulação de pessoas e à permanência da memória histórica destas populações. Assim, tomado apenas como um dos muitos exemplos das formas de intervenção dos espaços centro-africanos, os monumentos que despertaram a atenção de Henrique de Carvalho sinalizavam e materializavam identidades e códigos sociais e culturais aos olhos daqueles que se deparavam com estes marcadores.

Fig. 28 – “Muxaela (monumentos de caça)”

Fonte: CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. II, p. 369.

Ainda no que diz respeito às correspondências entre os produtos europeus mais apreciados pelas sociedades centro-africanas e a diversidade de usos e aplicações na vida material das referidas populações, elencamos as miçangas e as contarias como artigos privilegiados para compreendermos os múltiplos níveis de apropriação e ressignificação desses objetos no cotidiano das sociedades que travaram contato com a expedição. Cabe destacar que muitos pesquisadores, especialmente dos campos da

Programa de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília: UnB, nº. 1-2, vol. 12, 2004, pp. 9-41. *Idem*, *Território e identidade. A construção de Angola colonial (c. 1872 – c. 1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004 e *Idem*; VIEIRA, “Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas”. In: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (orgs.). *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 7-58. Elaine Ribeiro também retoma esta perspectiva em sua análise sobre as narrativas da expedição à Lunda: RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 160-201.

¹¹⁹ De acordo com as categorias definidas em: HENRIQUES, “A materialidade do simbólico...,” *op. cit.*, p. 13.

arqueologia e da antropologia, se dedicam há décadas à análise dessa tipologia de objetos. Encontradas com frequência em túmulos durante escavações arqueológicas, as contas enquadram-se entre os objetos mais antigos produzidos por grupos humanos.¹²⁰ Inspirando-nos nas reflexões desenvolvidas por estudos que tomam as miçangas como evidências materiais para investigar questões históricas mais abrangentes¹²¹, acreditamos que um olhar mais atento sobre estes artigos é capaz de nos fornecer elementos para pensarmos como um mesmo objeto pode comportar diversos significados a partir dos sentidos sociais que lhes são atribuídos.

De acordo com as categorizações que o major português propõe em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* acerca dos diferentes tipos de adornos observados durante a viagem:

Entre os objectos de adorno, ha uns considerados como distinctivos de auctoridade; outros que se usam constantemente e de necessidade, em virtude de superstições, attribuindo-se-lhes o dom de afastarem maleficios, doenças, accidentes, e que podem classificar-se como amuletos, e outros finalmente que são adornos. D'estes os que são de missangas e contaria simplesmente enfiada, e que facilmente se soltam, podem considerar-se como entre nós um pecúlio, e a que se recorre para satisfação de qualquer necessidade ou appetite inesperado, se lhes faltam outros recursos.¹²²

Assim, se pela ótica de muitos viajantes europeus as miçangas poderiam, ao mesmo tempo, serem concebidas como meras “quiquilharias” que, no entanto, configuravam-se como itens indispensáveis para serem comerciados nos sertões, para boa parte das sociedades centro-africanas descritas por Henrique de Carvalho, os mesmos objetos assumiam papel essencial na composição de espaços considerados sagrados, na produção de adornos, amuletos e insígnias de poder¹²³ e também poderiam desempenhar, em muitas situações, função monetária, como nos aponta o excerto. Desse modo, acreditamos que a diversidade de usos que as chamadas contas vítreas possuíam na região e no período abordado nos impede de adotar uma visão compartimentada sobre esses artigos, na medida em que suas utilizações não se restringiam ao plano

¹²⁰ De acordo com Lois Dubin, os primeiros registros de contas feitas de pedra e conchas datam do período Paleolítico. DUBIN, Lois Sherr. *The History of beads: from 30.000 B.C to the present*. Nova York: Harry N. Abrams, Inc., Publishers, 1987, p.19.

¹²¹ Nessa linha analítica destacamos, por exemplo: SALUM, Marta Heloísa Leuba. “Por mais que sejam belas, que dizem simples contas?” In: *Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém, 2009, pp. 69-76; GIJANTO, Liza. “Personal adornment and expressions of status: beads and the Gambia River’s atlantic trade”. *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 15, n. 4, 2011, pp. 637-668.

¹²² CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op. cit., p. 344.

¹²³ Conforme pretendemos discutir melhor no próximo capítulo da presente dissertação.

“simbólico” ou “utilitário”¹²⁴, mas sim, transitavam entre distintas esferas de valor, de acordo com as demandas impostas por variados contextos.

Produzidas desde a Antiguidade a partir de diferentes materiais (âmbar, pedras preciosas, prata, ouro, conchas e faiança, por exemplo) a intensa circulação das contas feitas de vidro por diferentes partes do globo remonta, no entanto, às primeiras tentativas de estabelecimento de transações comerciais entre europeus e africanos, ainda no século XV. Vale destacar que antes da introdução de miçangas europeias, muitas populações do continente africano já tinham acesso às contas vítreas provenientes da Ásia (especialmente da Índia) que circulavam por meio das caravanas de mercadores árabes que dominavam o comércio estabelecido entre o Índico e a costa da África Oriental. De acordo com Lois Dubin, se na Europa as miçangas ocuparam, entre os períodos da Renascença e da Revolução Industrial, um papel secundário na produção de ornamentos, foi por meio das trocas comerciais travadas em espaços não europeus que sua difusão atingiu significativas proporções.¹²⁵ Nessa época, Veneza, Boêmia e Amsterdã figuravam como os principais centros produtores de contas vítreas direcionadas para o comércio atlântico.¹²⁶ Apresentando estilos formais e cromáticos muito heterogêneos, as miçangas e contarias permaneceram, ao longo dos séculos, como um dos artigos que mais obtiveram aceitação em distintas regiões da África e da América.

Além da menção em diversas narrativas de viagem sobre o continente africano, a relevância dessas miudezas na dinâmica das negociações comerciais também pode ser atestada por meio da existência de catálogos ingleses (figs. 29, 30 e 31), elaborados no século XIX e destinados à África Ocidental, que continham uma vasta gama de contarias e indicavam as respectivas mercadorias (escravos, óleo de palma, marfim,

¹²⁴ Ainda que ressalte a importância das miçangas e das contas para as sociedades da África Centro-Ocidental, Isabel Henriques parece desconsiderar outras possibilidades de usos destes artigos, restringindo sua utilização ao universo simbólico e estético: “Vou recorrer a mais um material que tem sido encarado com alguma displicência, na medida em que não o integramos nas matérias dispondo de uma dupla dignidade: a da matéria e da função. Quero referir-me às missangas e às pérolas de vidro, que os franceses desqualificam sob o termo genérico de *verroterie*. [...]. Do ponto de vista estritamente utilitário, estes materiais não apresentam o mínimo interesse, mas, do ponto de vista simbólico, são eles indispensáveis: combinando as cores e as formas, os africanos criam o sistema decorativo, que se destina a exaltar o corpo, que permite dar provas de inventividade, operação que reforça a beleza dos corpos”. HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro do mel: estudos de História Africana*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 35-36. Grifo da autora.

¹²⁵ DUBIN, *The History of beads...*, *op. cit.*, p. 101.

¹²⁶ Segundo Dubin, embora houvesse núcleos voltados para a produção de contas vítreas em diferentes regiões da Europa, as miçangas venezianas predominaram no comércio atlântico até o início do século XX. *Ibidem*, pp. 106-107.

ouro, entre outros) que poderiam ser permutadas por miçangas específicas.¹²⁷ Perante este cenário, poderíamos afirmar que estes itens se configuravam como peças fundamentais na aquisição de mão de obra escravizada e de matérias-primas que nutriam as potências imperiais europeias, como Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, na corrida pelo progresso industrial.

Figs. 29, 30 e 31 – “Trade Beads”

Fonte: http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/search.aspx?searchText=trade+beads

No entanto, seria equivocado restringirmos o uso das miçangas apenas como moeda de troca na obtenção de mão de obra escravizada e gêneros coloniais por parte de agentes do comércio europeu. Itens essenciais para todos aqueles que se internavam em terras africanas¹²⁸, os diferentes tipos de contarias apresentaram-se muitas vezes como elementos extremamente importantes para a realização de atividades que não tinham por finalidade declarada o comércio, como as ações missionárias, por exemplo. Ao se debruçar sobre relatos de religiosos instalados na zona do Cabo, na África Austral, entre fins do século XVIII e início do XIX, o pesquisador norte-americano Roger Beck

¹²⁷ O acervo online do British Museum, em Londres, possui diversos catálogos dessa natureza contendo informações sobre o local de produção, data de fabricação e o tipo de material empregado na confecção das chamadas “trade beads”. A coleção foi adquirida pelo British Museum em 1865 por meio de Moses Lewin Levin, comerciante londrino cujas importações e exportações de miçangas operaram entre meados do XIX e início do XX. http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/search.aspx?searchText=trade+beads. Último acesso em 03/08/2015. Ver também: DUBIN, *op.cit.*, pp. 108-109 e SALUM, Marta Heloísa Leuba. “Por mais que sejam belas...”, *op.cit.*, p. 70.

¹²⁸ A historiadora Cristina Wissenbach destaca a importância das contas vítreas como itens imprescindíveis no pagamento dos acordos feitos entre europeus e os poderes africanos para a exploração das minas de Bembe na década de 1850. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840 a 1870)”. *Revista de História*, São Paulo, fev. 2015, pp. 163-195, pp. 193-194.

discute como protestantes e metodistas, diante das dificuldades enfrentadas nesses espaços, acabaram por conjugar atividades religiosas e mercantis a fim de garantirem a sobrevivência de suas famílias e o êxito das missões. Partindo desse escopo, o autor argumenta que, dentre os principais bens importados, as miçangas eram os artigos mais aceitos tanto como pagamento dos trabalhadores que serviam as missões quanto nas negociações travadas com as autoridades africanas do interior. Ao longo de seu estudo, Beck também chama a atenção para os registros que os religiosos elaboravam acerca das predileções das populações locais acerca das miçangas e de como tais preferências oscilavam constantemente.¹²⁹

Diante do que foi exposto, notamos como as miçangas assumiram um lugar de destaque na lista de produtos mobilizados por mercadores, expedicionários e missionários que almejavam adentrar o continente africano em diferentes contextos. Nesse sentido, cabe-nos indagarmos quais eram os critérios de valor atribuídos pelas sociedades centro-africanas a esses artigos específicos obtidos por meio dos contatos estabelecidos com os europeus. Partindo dessa linha de análise, torna-se também possível relativizar certas perspectivas historiográficas que, entre outras hipóteses, sustentavam a ideia de que o continente africano era um mero receptáculo das “bugigangas” do comércio europeu, discussão travada por autores como Philip Curtin¹³⁰, John Thornton¹³¹ e Stanley Alpern¹³² sobre os impactos das manufaturas europeias nos arranjos africanos.

A leitura das obras da expedição, especialmente *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, nos fornece elementos para explorarmos esta questão. Distribuídas ao longo da viagem à Lunda como pagamentos entre os carregadores ou presentes para autoridades africanas, as miçangas configuravam-se como um dos artigos mais solicitados e apreciados pelos distintos grupos sociais com que Henrique de Carvalho teceu relações.

¹²⁹ “Africans preferences for certain types, colours and sizes of beads were not as fixe or as constant as these letters might suggest. The demand for certain colours or types of beads varied tremendously (...). The missionary, and others traders, had to keep abreast of these local predilections, as well as the desires of those societies deeper in the interior to whom the beads might eventually be traded. The missionaries’s letters indicate that the tastes in beads varied from mission to mission, society to society and year to year”. BECK, Roger B. “Bibles and beads: missionaries as traders in Southern Africa in the early nineteenth century”. *The Journal of African History*, vol. 30, no. 2, 1989, pp. 211-225, p. 220.

¹³⁰ CURTIN, Philip D. *Economic change in precolonial Africa: Senegambia in the era of the slave trade*. Madison: UWP, 1975, p. 312.

¹³¹ THORNTON, A *África e os africanos...*, *op. cit.*, p. 88.

¹³² ALPERN, “What Africans Got for Their Slaves...”, *op. cit.*, pp. 5-6.

Dentre a ampla variedade de contas, as vermelhas com detalhes brancos, conhecidas como Maria II, nome da rainha que governou Portugal entre 1834 e 1853, eram muito valorizadas pela corte lunda.¹³³ Especificamente sobre este tipo de miçanga, Henrique de Carvalho pontua: “A primeira comitiva que levou á mussumba a missanga Maria II (grossa), a que elles chamavam campacala, foi a dos africanos portuguezes de que era chefe Manuel Gomes Sampaio, que elles alcunharam de Campacala”.¹³⁴ Os relatos de Henrique de Carvalho também nos dão conta que certas tonalidades de miçangas eram, muitas vezes, descritas por meio de analogias que as sociedades centro-africanas estabeleciam entre os matizes cromáticos desejados e os elementos da natureza local:

Tratando-se das côres de missangas elles dizem clara como ceu, escura como agua do Luembe, teem portanto a idea do azul claro e do azuloio; e da mesma sorte do verde, quando dizem: claro como *chiquenguele* («folha da abóbora») e escuro como *ditamba* («folha de mandioca»); do amarello: claro como *mutenganhe* («abóbora»), escuro como *chissumpe* («cabaça para agua»), etc, e para o vermelho já teem a palavra *sunza*.¹³⁵

Para além da confecção de adornos, amuletos, enfeites corporais, esculturas e insígnias de poder, isto é, em expressões identitárias permeadas por elementos simbólicos e rituais¹³⁶, as miçangas também assumiam função monetária em determinadas situações, como podemos notar no seguinte trecho:

As missangas e contaria grossa constituem a maior riqueza das mulheres, que transformam o corpo em verdadeiras montras, em que se vêem contas de todas as côres, formas e grandezas, que o commercio portuguez para lá tem levado. Algumas vi que de certo eram de facturas muito antigas, pois o nosso commercio já ahi as não leva.

Os homens também as usam numas tribus mais do que em outras, porém apenas em uma a duas fiadas, ao pescoço e nas tranças do cabello, e duas a três fiadas grossas na cintura. Também nos pulsos ou nos delgados das pernas trazem ás vezes uma até duas fiadas.

As mulheres que possuem estas riquezas e mesmo os homens recorrem a ellas muitas vezes, quando não teem outro recurso, tirando algumas missangas ou contas de que precisam para comprarem o seu pedaço de carne, peixe e mesmo malufo ou *marra* (garapa).

¹³³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, pp. 43-90, p. 78.

¹³⁴ CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, *op.cit.*, p. 569. Para além da menção de Henrique de Carvalho, não conseguimos, ao longo de nossa pesquisa, encontrar referências mais concretas sobre a comitiva liderada por Manuel Gomes Sampaio.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 713. Grifos do autor.

¹³⁶ ROSÁRIO, Maria do; MARTINS, A. Rodrigues (orgs). *Adornos africanos como entidade cultural*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos. Instituto de Antropologia, 1989, p. 13.

Tiram apenas as que são restrictamente precisas na occasião. Sei que Mucanza (o Muatiânvua interino), querendo comprar no Calânhi um pouco de sal para me mandar, tirara do cabello quatro contas grandes apipadas.

As mulheres teem a sua riqueza contada, e a falta de uma missanga ou conta é para a possuidora motivo de grande tristeza, chora muito; é uma falta irreparável, pelo que chega a chamar adivinhos a quem tem ás vezes de pagar muitas missangas, o que lhes não importa, para saberem quem lhe quer mal, se foi feiticeiro ou ladrão, inclinando-se mais para suppor que foi por artes d'aquelle que soffreu esse desgosto.¹³⁷

Acreditamos que a leitura da passagem nos fornece indícios para explorarmos as diferentes atribuições de significados sociais e econômicos às miçangas, itens que possuíam grande aceitação não só no plano das relações comerciais afro-europeias, mas que desempenhavam um papel relevante na vida cotidiana das populações locais mencionadas nas narrativas. Amplamente apreciadas como adorno por mulheres e homens, as miçangas observadas por Henrique de Carvalho também revelam, de certa maneira, a passagem do tempo e, conseqüentemente, a historicidade das interações travadas entre portugueses e das sociedades centro-africanas, na medida em que o chefe da expedição estabelece uma distinção visual entre miçangas mais recentes “que o commercio portuguez para lá tem levado” e contarias de “facturas muito antigas, pois o nosso commercio já ahi as não leva”. Como o excerto nos possibilita afirmar, exibidas como sinal de riqueza pelas mulheres, a importância das miçangas transcendia a composição de enfeites, já que, em muitas situações, eram mobilizadas como recurso monetário¹³⁸ entre as populações locais para a obtenção de gêneros alimentícios. A pluralidade de usos e sentidos sociais atrelados a estes itens nos permitem compreender, portanto, como as miçangas foram ressemantizadas por parte das sociedades da África Centro-Occidental descritas pela expedição.

Ao longo deste subcapítulo, buscamos compreender como as distintas referências acerca da cultura material existentes nas publicações da viagem à Mussumba do Muatiânvua podem nos descortinar uma série de possibilidades investigativas no que diz respeito à compreensão das relações travadas entre as expedições europeias e as

¹³⁷ CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op.cit., pp. 335-336. Grifos do autor.

¹³⁸ É relevante pontuarmos que a utilização da miçanga como moeda não se configura como peculiaridade dos grupos sociais centro-africanos descritos pelo chefe da expedição. Segundo alguns estudos empreendidos por pesquisadores dedicados ao assunto, o emprego das contas como dinheiro parece ter sido uma prática observada entre sociedades que habitavam diferentes regiões da África. Para considerações sobre este tipo de uso na costa oriental africana, conferir, respectivamente: GRAEBER, David. “Beads and money: notes toward a theory of wealthy and power”. *American Ethnologist*, vol. 3, nº 1, 1996, pp. 4-24; PALLAVER, Karin. “‘A recognized currency in beads’. Glass beads as money in 19th-Century East Africa: the central caravan road”. EAGLETON, Catherine; FULLER, Harcourt; PERKINS, John (eds.). *Money in Africa*. Londres: British Museum, 2009, pp. 20-29.

populações centro-africanas no final do século XIX. Situando-se no entrecruzamento entre olhares de cunho etnográficos e apontamentos comerciais, as diversas menções à cultura material presentes nas obras analisadas nos habilita a entender como os objetos - a partir de suas múltiplas circulações, apropriações e ressignificações que envolveram - transitaram por distintos domínios de valor e foram agenciados por europeus e africanos.

CAPÍTULO 4

Bens de prestígio e insígnias de poder

Ao longo dos capítulos anteriores, procuramos discutir como as diversas menções à cultura material presentes nas publicações da viagem à Lunda podem ser tomadas como elementos capazes de nos apresentarem leituras menos lineares sobre as dinâmicas históricas ocorridas no final dos oitocentos na África Centro-Occidental. Sob este viés, as narrativas legadas por Henrique de Carvalho revelam-se como fontes para visualizarmos como os objetos - pensados não como entidades autônomas, mas como suportes físicos que são, ao mesmo tempo, produtos e vetores de relações humanas¹ – nos descortinam múltiplos níveis de agências sociais. Avançando nessa perspectiva, as diversas experiências que envolveram trocas artefatuais - como a permuta de presentes entre os membros da expedição e as sociedades locais, e a circulação de insígnias de poder, por exemplo - nos dão vazão para debatermos como tais práticas foram relevantes para garantir a continuidade da missão portuguesa em solo africano e viabilizarem acordos e alianças comerciais e políticas.

Na primeira parte deste quarto capítulo, identificamos as trocas de presentes como eventos privilegiados para avaliarmos a existência de certos protocolos que visavam mediar as interações afro-portuguesas no final do XIX. A partir dessa temática mais ampla, pretendemos analisar como certos artigos europeus - ofertados pela expedição na condição de dádivas – foram incorporados e interpretados como bens de prestígio no seio das populações centro-ocidentais africanas descritas por Henrique de Carvalho em suas obras. Levando-se em consideração a relevância das insígnias de poder ostentadas por lundas e quiocos na conformação dos sistemas políticos centro-ocidentais africanos almejamos examinar, na última seção que compõe o presente capítulo, como os símbolos de autoridade podem ser lidos como expressões materiais dinâmicas que nos permitem acessar complexas redes de relações sociais. Por meio dos fenômenos de inserção e revalorização de objetos advindos do espaço atlântico no

¹ Na concepção do historiador Ulpiano Bezerra de Meneses: “De um lado, eles [os objetos] são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedades (e este nível de realidade está em grande parte presente, como informação, na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais”. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A cultura material no estudo das sociedades antigas”. In: *Revista de História. Nova Série*, nº 115, julho-dezembro, 1983, pp. 103 – 117, p. 113.

conjunto de emblemas das autoridades locais, buscaremos também evidenciar de que maneiras as sociedades centro-africanas responderam às transformações ocorridas no período abordado.

4.1. “Dar, receber e retribuir”: a troca de presentes como protocolo diplomático

A fim de corresponder às orientações previstas para o êxito da viagem, Henrique de Carvalho buscou se adequar às estratégias e códigos das sociedades locais, lançando mão, para isso, de uma série de dádivas trocadas durante todo o percurso à Lunda. Práticas recorrentes ao longo do trajeto, as constantes exigências por diferentes tipos de presentes por parte das lideranças africanas contatadas pela expedição e a oferta de determinados artigos e produtos específicos de origem europeia capazes de satisfazer tais solicitações nos permitem examinar algumas das muitas estratégias e mecanismos envolvidos nas interações afro-portuguesas no final dos oitocentos. Assim, partindo desse recorte temático buscamos nesta seção evidenciar tanto a existência de um conjunto de regras estabelecidas por estas populações no processo de incursão europeia pelos sertões africanos, bem como entender como certos objetos, pensados aqui como presentes, podem ser interpretados como elementos que, de certa forma, representam e materializam acordos políticos feitos entre portugueses e africanos no contexto da expedição.

Antes de enveredarmos pelas narrativas de Henrique de Carvalho com o intuito de explorarmos esta questão, ressaltamos que em diversas sociedades o ato de oferecer, aceitar e retribuir presentes e a circulação de bens materiais atrelada a esta prática configuram-se, há muitas décadas, como terreno fértil para a pesquisa de antropólogos, historiadores e cientistas sociais. De acordo com a teoria desenvolvida por Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre a dádiva* (1925), a partir de reflexões sobre o fenômeno da dádiva em sociedades da Polinésia, da Melanésia e da América do Norte, as relações de reciprocidade devem ser compreendidas, de maneira geral, como um complexo sistema alicerçado na ideia de doação e retribuição no qual se imbricam dimensões do universo social, cultural, político e econômico.² Na concepção de Mauss, as relações de reciprocidade são motores de alianças de múltiplas naturezas (matrimoniais, políticas, econômicas, religiosas, jurídicas e diplomáticas) que, por sua vez, exercem uma função

² MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

essencial na construção da vida social de distintos grupos humanos. Ainda que não tenhamos a intenção de transpor as particularidades contidas nas categorias analíticas propostas por Mauss para a condução de nosso estudo, nos inspiramos nas interpretações do teórico francês na medida em que pretendemos compreender a relevância das relações de reciprocidade enquanto geradoras e potencializadoras de agências sociais.

Longe de se configurar como um mecanismo específico das expedições empreendidas na África Centro-Occidental no final do século XIX, a compreensão desse fenômeno no âmbito da expedição à Lunda remonta a uma espécie de protocolo diplomático adotado há séculos por muitos europeus que tencionavam estabelecer contatos com populações que habitavam espaços ultramarinos. É certo que o entendimento mais pormenorizado acerca do papel que os presentes exerciam nessas aproximações interculturais demandaria uma pesquisa de maior fôlego capaz de mobilizar e confrontar relatos de distintas naturezas que se debruçaram sobre os contatos travados desde o final do século XV entre diferentes territórios europeus e os continentes asiático, americano e africano, o que transcende o escopo de nossa atual análise. No entanto, mesmo que não nos concentremos nesse amplo tema, podemos afirmar que a convenção de dar e receber presentes na dinâmica dos trânsitos europeus por espaços ultramarinos constituiu-se como prática ao longo do tempo, estendendo-se a muitas viagens e tentativas de contatos empreendidas em diferentes períodos e regiões do globo.

Particularmente no caso de incursões portuguesas em terras estrangeiras, vale pontuar que um dos primeiros registros acerca da prática de oferecer e receber presentes foi relatado por Vasco de Gama em sua viagem para Calicute (Índia) no ano de 1498. Segundo a descrição, os artigos apresentados pelo navegador português não teriam, no entanto, impressionado o soberano local que, diante de presentes mais luxuosos ofertados por viajantes de outras procedências, menosprezou os objetos levados por Vasco da Gama reclamando que “não era aquilo nada para mandar a El-rei; que o mais pobre mercador, que vinha de Meca ou das Índias, lhe dava mais que aquilo”.³ Além de explicitar a inadequação dos presentes ofertados por Vasco da Gama aos olhos do rei de Calicute, o pequeno excerto nos habilita inferir que representantes de territórios não

³ *Diário de viagem de Vasco da Gama apud* VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, descobertas e projeções portuguesas no Índico – análise de três narrativas quinhentistas*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 49.

europeus, como mercadores provenientes da Península Arábica e do Extremo Oriente, por exemplo, também recorriam aos presentes como recurso nesses contatos.

Voltando agora nossas atenções para as relações tecidas entre Portugal e determinadas regiões africanas, podemos afirmar que o ato de oferecer presentes era reconhecido, desde pelo menos o final do século XV, como prática recomendada por mercadores, oficiais e sertanejos que necessitavam obter a aprovação das lideranças locais para selar negociações econômicas e políticas. De acordo com os atuais estudos sobre os desafios da presença europeia em pontos da África Oriental, as primeiras incursões portuguesas na região de Moçambique pautaram-se em uma série de tratados e negociações com as autoridades africanas. Ao discutir o peso das embaixadas diplomáticas portuguesas nas relações travadas com o estado do Monomotapa (África Oriental) entre os séculos XVI e XVIII, Eugénia Rodrigues chama a atenção para a relevância dos presentes na construção de acordos políticos entre representantes lusos, soberanos locais e agentes africanos e no respeito aos protocolos diplomáticos que vigoravam.⁴ Mais recentemente, a pesquisa desenvolvida pela historiadora Ivana Muscalu acerca das interações traçadas entre portugueses e este mesmo reino africano ao longo do século XVI, também ressalta como certos artigos, especialmente tecidos finos, tapeçarias, contas vítreas de Veneza e bacias de latão, por exemplo, foram instrumentalizados enquanto “saguates” (presentes), atuando como importantes mecanismos para viabilização de alianças que garantissem, entre outros aspectos, a circulação portuguesa no interior do território.⁵

De maneira semelhante, deslocando nossos olhares para a região da África Centro-Occidental, notamos como os presentes ocuparam uma posição de relevo na condução das dinâmicas comerciais, políticas e religiosas entre representantes da coroa portuguesa e distintas sociedades centro-africanas. Desde os primeiros contatos

⁴ “Entre os séculos XVI e XVIII, os contatos entre portugueses e o *mutapa* [título do soberano do império do Monomotapa] foram assegurados por diversas embaixadas que deveriam firmar alianças políticas e militares, tratar de acordos territoriais e comerciais ou proceder à entrega de impostos e presentes. A recepção dessas embaixadas constituía um momento privilegiado de afirmação do poder dos *mutapa* pela ostentação de um conjunto de símbolos e de práticas rituais associadas ao poder, valorizadas pelas fontes portuguesas desde os primeiros anos de Quinhentos”. RODRIGUES, Eugénia. “Embaixadas portuguesas à corte dos *mutapa*”. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (orgs.). *D. João III e o Império. Actas do congresso internacional comemorativo de seu nascimento*. Lisboa: CEPCEP/CHAM, 2004, pp. 753-779, pp. 766-767.

⁵ MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. “*Donde o ouro vem*”: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011, p. 144 e p. 163.

realizados entre Portugal e o reino do Congo, na década de 1480, a referência entre a troca de presentes entre portugueses e africanos apresentava-se como ação recorrente para a manutenção destes vínculos, como demonstram diversas crônicas produzidas no período.⁶ No plano das atividades missionárias encabeçadas por Portugal no reino do Congo, os presentes, em muitas situações, agregavam-se ao conjunto de medidas diplomáticas, atuando como um dos artifícios aplicados em diversas negociações tecidas entre as autoridades estrangeiras, religiosos e soberanos locais ao longo dos séculos XVII e XVIII, conforme nos apontam as investigações de Rosana Gonçalves e Thiago Sapede.⁷ Como observamos nos exemplos brevemente citados, desde o início da expansão marítima portuguesa, os presentes foram mobilizados em variados contextos históricos como componente fundamental em processos que visavam a abertura de diálogo, a manutenção de acordos e a resolução de contendas entre portugueses africanos.

À luz das considerações expostas, seria equivocado interpretarmos a convenção de presentear e receber dádivas como protocolo diplomático estático, inalterado ao longo do tempo. A leitura das publicações da expedição à Mussumba do Muatiânvua nos fornecem indícios, portanto, para compreendermos certos traços de continuidade e de ruptura no emprego desse artifício inserido no bojo das movimentações lusas nas últimas décadas do XIX. Nesse sentido, torna-se interessante observarmos como o reconhecimento dessa prática parece ter sido absorvido ao vocabulário das autoridades lusitanas envolvidas com questões relativas aos territórios ultramarinos. Conforme podemos verificar nas “Instruções” para a viagem com destino à Lunda redigidas em 1884 por Manuel Pinheiro Chagas, ministro da Marinha e Ultramar:

⁶ Em capítulo dedicado à análise da presença portuguesa no reino do Congo entre o final do século XV e início do XVI, Alberto da Costa e Silva lança mão de diversos trechos de relatos europeus elaborados no período que nos permitem sustentar esta hipótese. COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, pp. 359-406. Para reunião de excertos produzidos por algumas figuras que transitaram no reino do Congo na época mencionada, consultar publicação do mesmo autor: *Idem, Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷ Embora não se proponham a debater especificamente o papel dos presentes nessas interações, a gama documental explorada pelos autores nos permite reconhecer que a oferta e a aceitação de bens materiais e gêneros alimentícios entre missionários católicos e as sociedades africanas integrava-se ao cotidiano destas populações em contato. GONÇALVES, Rosana Andréa. *África indômita: missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008 e SAPEDE, Thiago Clemêncio. *Muana Congo, Muana Nzambi a Mpungu: poder e catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1795)*. São Paulo: Alameda, 2014.

Um dos meios de captivar a *sympathia* dos régulos dos sertões por onde tem de atravessar a Missão, é o de se conformar com os usos e estylos do paiz, assignalando a sua passagem, para ser bem acolhida, com presentes e dadivas, a que se deve socorrer, não como tributo, mas como espontânea demonstração de amizade e boa disposição de manter estreitas relações com os que dispõem das populações de taes paizes. E, neste ponto, vem de molde recommendar á Missão o procedimento dos exploradores portugueses por ocasião das suas viagens pela Africa e que elles nos seus interessantes livros relataram, tratando das exigências que alguns régulos ousaram fazer-lhes, que mais poderiam denominar-se verdadeiras extorsões.⁸

De acordo com os pontos elencados na recomendação publicada no primeiro volume da *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatiânvua*, a expedição deveria se adequar aos “usos e estylos do paiz”, o que nos habilita a afirmar que este sistema de ofertas era conhecido pelas populações com as quais Henrique de Carvalho pretendia se aproximar. Nesse sentido, os presentes e dádivas deveriam ser apresentados como meios que possibilitariam atrair a “*sympathia* dos régulos dos sertões” a fim de estreitar as relações entre a expedição e os dignitários centro-africanos. Mais do que serem identificados como uma espécie de tributo ou ato obrigatório, os presentes levados pela expedição deveriam ser oferecidos em caráter de “espontânea demonstração de amizade”. No entanto, fundamentando-se em relatos transmitidos por outros viajantes portugueses que haviam circulado por territórios da África Central⁹, as instruções fornecidas por Pinheiro Chagas também alertavam para a existência de possíveis “exigências” feitas pelas autoridades locais e que se impunha aos viajantes europeus como “verdadeiras extorsões”.

⁸ CHAGAS, Manuel Pinheiro. “Instrucções. Por que se deve regular o major do exercito Henrique Augusto Dias de Carvalho na Missão ao potentado africano Muata Ianvo”. In: CARVALHO, Henrique A.D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I: “De Loanda ao Cuango”, 1890, pp. 35-42, p. 39.

⁹ Os relatos produzidos por viajantes como Hermenegildo Capello, Roberto Ivens e Alexandre de Serpa Pinto demonstram-se permeados por queixas acerca das frequentes solicitações por presentes feitas pelas populações africanas. Nessas narrativas é curioso notar a recorrência da palavra “extorsão” para definir estes pedidos. Em uma passagem do primeiro volume de *De Benguella às Terras de Iácca*, Capello e Ivens pontuam: “Conforme o fatal systema seguido em toda a Africa, de não vender cousa alguma ao europeu, mas sim presenteal-o [sic], vão-lhe *extorquindo* a fazenda, a ponto de o infeliz ser obrigado a recusar os presentes, dando isto origem a serias questões”. CAPELLO, Hermenegildo; Roberto IVENS. *De Benguella às Terras de Iácca - Descrição de uma Viagem na África Central e Occidental (vol. I)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 107. Grifo meu. Já Serpa Pinto, ao discorrer sobre as formas de contratação de carregadores na região do Bié, afirma que a obtenção de trabalhadores junto aos sobas (autoridades africanas locais) poderia ser alcançada por meio de presentes, no entanto, alerta: “além [sic] do grande dispêndio feito com os presentes que é preciso dar ás pessoas a quem se pedem os carregadores, estes sam [sic] obrigados a ir, e o que os pedio é responsável pela vida d’elles para com as familias e os senhores. Além d’isso, as pêssoas a quem se pedem, com o intuito de *extorquir* mais presentes, vam demorando quanto podem a partida, e quando se está na sua dependencia as exigências crescem”. PINTO, Alexandre Alberto da Rocha de Serpa. *Como eu atravessei Africa do Atlântico ao Mar Indico. Viagem de Benguella à Contra-Costa (1877-1879) (vol. I)*. Londres: Sampson Low; Marston, 1881, p. 139. Grifo meu.

É interessante notarmos que, ao mesmo tempo em que frisava a necessidade de demonstrar espontaneidade no ato de presentear, a recomendação atentava para os riscos de certos abusos nas solicitações africanas. A dificuldade, em muitas situações, de mensurar os limites dos presentes ofertados e recebidos dava margem para que os critérios de equivalência oscilassem significativamente, tornando muito fluidas as fronteiras entre aquilo que era considerado coerente ou arbitrário aos olhos de quem participava desse sistema de trocas. Nesse sentido, sobre as obrigações e deveres embutidos direta e indiretamente na permuta de dádivas entre europeus e africanos, Isabel Henriques sugere a existência de distinções entre presentes de cortesia e obrigatórios. Na interpretação da autora, os presentes que integravam a primeira categoria não necessitavam ser oferecidos e nem precisavam corresponder a nenhuma tabela de valores. Já no segundo caso, aproximando-se mais da ideia de pagamento, tornava-se imprescindível atender com precisão as expectativas daqueles que receberiam as dádivas.¹⁰ Em suma, ainda que se amparassem no conhecimento acumulado por figuras que anteriormente haviam relatado este tipo de prática (a qual perpassava o cotidiano das travessias pelos sertões centro-africanos), viajantes como Henrique de Carvalho estavam sujeitos a estas variações. Distanciando-se da ideia de um regime de trocas pautado por “regras fixas”¹¹, os atos de dar, receber e retribuir os presentes exigiam, nesse contexto, grande maleabilidade das partes envolvidas.

Embora a troca de presentes se revelasse como uma atividade recomendada por muitos viajantes europeus seria precipitado restringirmos essa prática apenas as tramas das relações afro-europeias. Isso porque, a leitura das publicações nos descortina um grande número de passagens que mencionam a importância do envio de presentes - que circulavam por meio de embaixadas enviadas por diferentes soberanos africanos - para o estabelecimento de acordos políticos e comerciais internos.¹² Os escritos de Henrique de

¹⁰ HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997, pp. 457-458.

¹¹ “tratava-se, na verdade, de uma espécie de imposto que não conhece nenhuma regra fixa: depende da força e da determinação do viajante, tal como depende dos bens transportados pela caravana. Esta situação põe e evidencia a falta de regras que tanto irrita os viajantes, sobretudo aqueles que não procuram fazer comércio. Os comerciantes não hesitam em englobar nos preços das mercadorias, que devem vender aos Africanos, o valor destes ‘presentes’”. *Ibidem*, p. 458.

¹² Conforme podemos verificar no trecho em que Henrique de Carvalho versa sobre a troca de presentes realizada entre o Muatiânvua e o rei do Congo anos antes da expedição: “Em 1881 o Rei do Congo mandára uma pequena comitiva ao Muatiânvua Ambumba (Xanama), com um presente de fazenda, missanga, pólvora e armas em signal de amizade, e pedia-lhe para entrarem em relações commerciaes, porque elle recebia do seu amigo Muene Puto muito negocio de que lhe mandava amostras, precisando para lhe corresponder de marfim e de escravos. Xanama retribuiu o presente com dois dentes de marfim e

Carvalho também nos dão contada existência de diversas tipologias de dádivas direcionadas para distintos fins. Assim, ao longo de todo percurso, as permutas de “musapos/mussapos” – em geral, definidos como presentes ofertados em sinal de amizade e respeito¹³ - e “milambos” – em boa parte das vezes identificados como presentes de comida e bebida¹⁴ - sedimentavam relações de reciprocidade e estendiam redes de sociabilidade no contato entre o chefe da expedição e as autoridades centro-africanas.

Ao discorrer sobre as populações da região da margem do rio Lui (afluente do Cuango) em carta de 1884 destinada ao ministro da Marinha e Ultramar, Henrique de Carvalho assinala o profundo “respeito” e “veneração” que tais grupos manifestavam por “Muene Puto” (rei de Portugal ou representantes da coroa portuguesa) e por todos os portugueses que lá pisavam. No entanto, admite: “É certo que esta influencia se mantém á custa de presentes e dadivas que se fazem, não só aos seus potentados, mas a uns e outros dos seus familiares mais considerados”.¹⁵ Em linhas gerais, os presentes apresentados em trânsito pela expedição constituíam-se de artigos diversificados, que abarcavam tecidos, macetes de miçangas, pólvora, aguardente, bandeiras portuguesas, entre outros itens. Tais objetos eram retribuídos, na maior parte das vezes, por meio do envio de carregadores arregimentados pelos sobas para trabalharem para a expedição e por alimentos ofertados por autoridades africanas.¹⁶ Os diferentes tipos de carnes, frutas, ovos e vegetais configuravam-se como presentes muito importantes, já que garantiam parte considerável do abastecimento de gêneros alimentícios consumidos pelos

doze escravos, fazendo acompanhar a sua dadiva por dois emissários especiaes (cacuatás) que disseram ao Rei que o Muatiânvua muito desejava que elle mandasse á sua Mussumba caravanas do negocio e assegurando-lhe bons interesses. O Rei achou pequeno o presente do Muatiânvua, e para lhe provar que não tratava com um potentado pobre, determinou se desse boa hospitalidade aos emissários e comitiva, e tratou de organizar uma grande expedição com duzentas cargas de fazendas, armas, pólvora, missangas, fardas e até mandava cornetas, barretinas e alguns garrações de aguardente”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, pp. 294-295.

¹³ A leitura das publicações nos revela que a definição da palavra “mussapo” (às vezes grafada como “musapo”) é um tanto quanto oscilante. Entretanto, notamos que seu uso mais recorrente relaciona-se a um conjunto de presentes ofertados em sinal de amizade e respeito. *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 455.

¹⁴ Em alguns trechos das obras analisadas, “milambo” é identificado apenas como tributo, sem especificações. Já em outras passagens o termo é associado a pagamentos em comidas e bebidas, conforme verificamos em: *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 565.

¹⁵ *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 485.

¹⁶ “Estavam feitas as visitas dos principaes potentados, e como a soberana Mahango já nos tinha mandado um presente, os filhos começaram a enviar os seus principiando pela princeza. Constavam de fubá, milho, farinha, cabras, ovelhas, etc e não houve remédio senão principiar a corresponder-lhe de modo a contentar todos proporcionalmente ao que de cada um se recebêra”. *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, pp. 35-36.

membros da expedição durante o longo trajeto.¹⁷ Embora ocorresse com menos frequência, alguns artefatos também foram ofertados a Henrique de Carvalho e direcionados para a formação da coleção remetida posteriormente ao acervo da Sociedade de Geografia de Lisboa, como mencionamos no capítulo anterior.¹⁸

Em determinadas situações, os presentes distribuídos durante a viagem ao centro do império da Lunda também serviam para acentuar ou tentar aplacar certas tensões entre as autoridades africanas contatadas ao longo do percurso. Como afirmamos há pouco, muitos sobas angariavam grupos de carregadores¹⁹ para o transporte das cargas e bagagens que compunham a expedição. Ao descrever os acontecimentos no trajeto em direção ao rio Cuango, Henrique de Carvalho narra as negociações travadas com o soba Ambango a fim de conseguir mantimentos e carregadores para prosseguir a viagem. A longa transação envolvia certas exigências do soba que, segundo as informações do intérprete Augusto Jayme, declarara rivalidade com outro potentado próximo, sob o domínio do soba Anguvo. Diante da demora e das dificuldades impostas por Ambango no recrutamento de carregadores e das possíveis vantagens que a aproximação dos representantes de Anguvo poderia render, o chefe da expedição pontua:

Os filhos do Anguvo, que estavam presentes, asseguraram-nos que seu pae nos apresentaria todos os carregadores de que precisássemos para o Cuango, e se não tinha vindo já comprimentar-nos, fôra porque o Ambango o não avisára da nossa chegada, certamente com receio de que nós dêssemos a Anguvo, melhor presente que a elle. Sendo vantajoso aproveitar a rivalidade entre estes dois potentados, demos ao mais velho dos rapazes que nos falou, uma farda encarnada do commercio e oito jardas de chita para levarem a seu pae como signal da nossa chegada e dissemos-lhe que tínhamos muito gosto em vê-lo.²⁰

Se em um primeiro momento Henrique de Carvalho alimenta as tensões entre os sobas Ambango e Anguvo, reconhecendo que seria “vantajoso aproveitar a rivalidade entre estes dois potentados”, ao final das negociações, o chefe da expedição parece

¹⁷ Como informa Henrique de Carvalho em carta enviada ao Ministro da Marinha e Ultramar em 15 de dezembro de 1884: “A Expedição tem encontrado, e certamente quem de futuro a imitar encontrará, reciprocidade nos presentes e dadas, pois que muitas vezes, mesmo antes de se terem feito, já se tem recebido alguma cabeça de gado, farinha ou outros quaesquer géneros, com que o rancho do pessoal se tem tornado muito menos dispendioso”. *Idem, Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 485.

¹⁸ Conferir o terceiro capítulo deste trabalho.

¹⁹ Para trabalhos que enfocam a participação dos carregadores africanos nesse contexto, recomendamos a leituras das obras: HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004 e RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.

²⁰ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 398.

adotar uma postura mais ponderada, igualando os presentes ofertados aos dois sobas: “Procurámos antes de tudo harmonisá-los, e demos a Anguvo um presente igual a que demos a Ambanzo [...]. Pedimos-lhes que mandasse até sessenta carregadores, durante o dia seguinte, para lhe pagarmos e sairmos no dia immediato a esse”.²¹ Os excertos selecionados nos permitem compreender como a troca de presentes era um fator de grande importância nas relações tecidas ao longo da viagem pelos sertões centro-africanos, já que poderiam ser instrumentalizada tanto para acirrar quanto para neutralizar conflitos entre os membros da expedição e as autoridades locais.

Como procuramos demonstrar até aqui, as ações em torno da prática de ofertar, receber e retribuir presentes durante a viagem à Lunda nos possibilitam visualizar um conjunto de práticas compartilhadas que interferiam no ritmo das negociações travadas entre europeus e africanos ao longo da incursão pelo território centro-africano. Em outras palavras, o avanço dos viajantes dependia, entre muitos fatores, do abastecimento de víveres, do recrutamento de carregadores e da permissão das autoridades centro-africanas para que a expedição prosseguisse e alcançasse o centro do império lunda. Assim, nesse jogo de trocas, tornava-se essencial saber presentear e ser presenteado.

Com o intuito de reestabelecer as relações comerciais e políticas com o Muatiânvua e ciente da relevância da oferta de presentes para a construção de alianças, a expedição com destino à Mussumba preocupou-se, sobretudo, com a escolha de objetos capazes de impressionar e agradar o soberano da Lunda. Tal medida parece ter se revelado como ponto pacífico em diversas orientações emitidas por instituições que apoiavam a missão. Segundo o parecer da Comissão Africana emitido em 3 de fevereiro de 1884 e publicado no primeiro volume da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*:

É claro que a Missão deve apresentar ao potentado africano, uma dadiva ou offerta do Governo Portuguez, e que na resolução d'este ponto, que aliás não foi consignado ao nosso parecer, deve haver toda a discrição e cuidado, reflectindo-se bem nas circumstancias em que se acha o poderoso regulo, frequente e generosamente presenteado pelos alemães.²²

²¹ *Ibidem*, p. 400.

²² “Parecer da Commissão Africana”. *Ibidem*, pp. 7-14, p. 14.

Levando-se em conta a recomendação expressa pela seção interna da Sociedade de Geografia de Lisboa voltada para o debate de “assuntos coloniais”²³, era preciso revestir-se de cautela na escolha dos presentes oferecidos ao soberano da Lunda, o qual era constantemente agraciado por viajantes alemães, personagens citados com frequência nas publicações analisadas, e que desde a década de 1870 transitavam pela África Centro-Occidental. Para Beatrix Heintze, ainda que muitos expedicionários alemães não declarassem abertamente serem portadores de projetos imperiais para esta região, os diversos presentes que viajantes como Max Buchner transportavam para o Muatiânvua em nome do “kaiser” não deixavam de acentuar as preocupações de Portugal com relação à defesa de seus interesses coloniais no referido território.²⁴ Nesse contexto, paralelamente à seleção adequada dos presentes, era de extrema relevância investir nas cerimônias que deveriam acompanhar a sua entrega. De acordo com o oitavo ponto das “Instruções” redigidas por Pinheiro Chagas:

A sua chegada á Mussumba deve ser precedida das formalidades e ceremonias usadas especialmente com o Muata Ianvo [Muatiânvua], e de que deverá informar-se em Malange, devendo apresentar a este potentado os presentes que lhe envia o Rei de Portugal, em demonstração do apreço em que é tido de longa data por sua Magestade, principalmente desde que ali residiu por algum tempo Joaquim Rodrigues Graça, significando-lhe quanto é agradável a Portugal a renovação das cordiaes relações iniciadas pelo dito sertanejo; inspirando no seu animo e no dos seus conselheiros a estima e respeito pelos portuguezes, que foram os primeiros a trocar com elle as valiosas mercadorias que levaram ás suas terras, engrandecendo o seu commercio com o fornecimento do que carecia para satisfazer as necessidades do seu bem-estar; e convencendo-o tambem de que são os Portuguezes que ha seculos são tratados e respeitados por todos os povos dos sertões visinhos pela sua liberalidade e actividade mercantil.²⁵

É digno de atenção que as “formalidades” e “cerimônias” que Henrique de Carvalho deveria obedecer no encontro com o Muatiânvua aludissem ao nome de Joaquim Rodrigues Graça, negociante que há quatro décadas havia atingido à Mussumba para reatar as relações comerciais com o Muatiânvua a mando de D. Ana Joaquina dos Santos, poderosa comerciante de Luanda. Nessa perspectiva, no que diz respeito aos protocolos que acompanhavam a entrega de presentes ao soberano lunda,

²³ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., pp. 160-164.

²⁴ HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 47. Para biografia resumida e excertos das narrativas de Max Buchner, viajante que alcançou a capital do império Lunda em 1879, conferir: *Ibidem*, pp. 165-188.

²⁵ CHAGAS, “Instruções...”, op. cit., pp. 37-38.

sustentamos que as orientações fornecidas pelo ministério da Marinha e Ultramar tencionavam estabelecer uma espécie de linha de continuidade dos contatos travados entre portugueses e o império da lunda desde meados do século XIX. Perante a intensa circulação de expedições na África Centro-Occidental financiadas por outros países, tal recurso, a nosso ver, operava como medida estratégica que visava imprimir legitimidade às ações lusas evocando, por sua vez, a antiguidade da presença portuguesa nesses territórios. Publicado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* em 1890, o diário de Rodrigues Graça sobre sua viagem às terras do Muatiânvua, ocorrida entre 1843 e 1848, faz menção ao momento de entrega de presentes ao dignitário lunda:

o conduzi [Muatiânvua] a uma grande sala que de proposito havia sido preparada com seus competentes assentos e distinctivos, estimando elle muito estas honras prodigalizadas á sua pessoa.

Collocada uma cadeira em um throno que mandei erigir para elle se sentar, forrado de panno encarnado e aos pés de panno azul, dando igual tratamento e distincção a sua mãe, irmão e sobrinha, e todos os mais a pé, e feito o devido comprimento, passei a obsequial-os com fazendas escolhidas, copos, facas, canecas, espelhos, almandrilhas, aneis e brincos que muito estimaram, depois do que tomei o regulo pela mão e o conduzi ao meu gabinete e lhe ofereci uma rica farda, chapéu armado e espada, igual offerta fiz a seu irmão, e logo vestindo-as e tornando elles a sentar-se fardados, os seus nobres, macotas e povo proromperam em palmas e o regulo não cabia em si de contente.²⁶

Como podemos notar, antes da apresentação dos presentes ofertados por Rodrigues Graça ao Muatiânvua Noéji, o negociante havia preparado uma sala com uma espécie de trono ao soberano centro-africano. Em nossa leitura, a ambientação do espaço e o repertório material empregado nessa cerimônia, atuavam como elementos que pretendiam conferir validade aos acordos estabelecidos. Comparativamente às menções feitas por Rodrigues Graça, a expedição chefiada por Henrique de Carvalho traçou uma descrição mais detalhada dos artigos adquiridos para presentear os altos membros da corte lunda, em especial o Muatiânvua. Conforme trecho do auto datado de 8 de janeiro de 1887, redigido por Antonio Bezerra de Lisboa (primeiro intérprete da expedição), que contempla a sessão magna para a entrega das dádivas ofertadas pela coroa portuguesa ao soberano da Lunda:

O Sr. Major [Henrique de Carvalho], dando em seguida ordem ao empregado Samuel para que apresentasse a caixa das roupas e outros volumes que tinham destino para o

²⁶ GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário”. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 9ª série, nº 8-9, 1890, pp.367-467, p. 440.

Muatiânvua, aquelle abrindo os referidos volumes, foi apresentando peça por peça o que nos mesmos se continha; e consistia: em dois uniformes completos guarnecidos de bordados a ouro fino, sendo o panno d'um delles carmesim, — duas espadas, uma de almirante e outra de general, — dois chapéus armados, — um diadema de pedrarias de côres diversas, — um colar de ouro, — uma bandeja, uma jarra e dois copos de electroplata, — duas bandas, uma carmesim outra azul com fios de ouro, — dois telins, — uma caçadeira de dois canos, — um revolver Lofaucheux, — um grande penacho carmesim e outro branco, — um par de polainas de la carmesim guarnecidas de galões dourados, — uma caixa de guerra (tambor), — uma caixa de musica com oito peças, — e finalmente dois cobertores de lã carmesim, — uma peça de chita por encetar, — quatro pannos de riscados, — dois macetes de missanga miúda, um carmesim e outro branco, — e dois ditos de tachas amarellas.

O Muatiânvua, que tudo foi vendo acompanhado dos applausos e admirações de seus quilolos, pediu depois que se suspendesse a audiência por algum tempo enquanto elle ia vestir um dos uniformes para agradecer a Muene Puto, como é da praxe; e foi vestir-se, indo Samuel dirigir os seus caxalapolis [vigilantes] e pouco depois voltou com o uniforme carmesim, trazendo espetado no cabello e bem preso o penacho da mesma côr, collocado no alto para traz.

Com entusiasmo foi recebido Mucanza [Muatiânvua interino] depois, pelos que o esperavam na audiência, quando de novo veio tomar o seu lugar. Restabelecido o silencio, continuou o Sr. Major; ainda o desempenho d'este meu encargo não está concluido, e pedi ao meu amigo Mucanza a ultima vez que o visitei, para que mandasse construir no lugar em que costuma sentar-se nas audiencias e com toda a solidez o alpendre que está feito ao nosso lado, para ahi se poder resguardar a cadeira que sua Magestade manda que eu entregue ao Estado. E em seguida José Faustino e os contractados de Loanda, rapidamente collocaram o docel com as competentes sanefas nos logares que elles já na véspera haviam marcado no alpendre e armaram a cadeira, collocando-a sobre o largo estrado, que era a própria caixa coberta com um grande tapete.

Foi então que o entusiasmo do povo recrudesciu tornando-se delirio, imponente de innocencia selvática d'um povo rude, mas de sentimentos sãos e bons, quando o Quiota, o mestre de cerimonias e Muene Dinbinga, o Muata de maior hierarchia, tomando pela mão o Muatiânvua, a um signal do sr. major o conduziram a sentar-se na cadeira.²⁷

Com relação à narrativa feita por Rodrigues Graça podemos observar, a partir do trecho que transcrevemos, que a expedição elencou não só uma quantidade maior de presentes como também incorporou certos itens que não constavam no conjunto selecionado pelo negociante luso-brasileiro – como o revólver, a caçadeira e a caixa de música, por exemplo. Entretanto, é interessante analisarmos como a viagem liderada por Henrique de Carvalho, mesmo após um intervalo de cerca de quarenta anos, recorreu a alguns artifícios aplicados por Rodrigues Graça, como a entrega de uniforme e de uma

²⁷ LISBOA, António Bezerra de. “Auto”. In: CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV, pp. 264-267, pp. 264-265. Integrante da família Bezerra, um dos mais importantes núcleos de comerciantes luso-africanos do interior de Angola no XIX, António Bezerra (irmão mais novo de Lourenço Bezerra, conhecido por “Lufuma”) dominava a língua e a escrita portuguesa e acompanhou a expedição entre 1884 e 1888. Sobre personagens da referida família e particularmente sobre António Bezerra, consultar, respectivamente: HEINTZE, *Pioneiros africanos...*, op. cit., pp. 81-115, pp. 98-103.

cadeira com aparatos para serem ofertados ao Muatiânvua em nome do rei de Portugal.

Fig.32 - “O Muatiânvua em traje de gala (chromo)”

Fonte: CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. III, p. 472.

Semelhante a um “trono real”, fabricada com tecido carmesim, seda e detalhes dourados, a cadeira de espaldar (fig. 32) e o docel haviam sido fabricados em Lisboa²⁸ e, apesar dos inúmeros contratempos²⁹ enfrentados pelos membros da expedição em seu transporte, foi apresentado sem muitos danos ao Muatiânvua.

Nesse ponto, é preciso frisar que as publicações abordadas nos dão indícios de que as cadeiras se configuravam como objetos extremamente valorizados por muitas lideranças africanas que tinham acesso a este bem de prestígio por meio das redes do comércio atlântico ou pela oferta de presentes.³⁰ O interesse despertado por esta peça foi captado por artesãos locais que já produziam diferentes tipos de bancos e assentos conhecidos por ditandas (fig. 33), conforme

descreve Henrique de Carvalho, por meio de textos e gravuras, especialmente nas páginas da obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* dedicadas ao

²⁸ PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., p. 403.

²⁹ A passagem selecionada que descreve as dificuldades no transporte da cadeira também nos expõe as tensões que envolviam os trabalhadores africanos contratados pela expedição: “Ainda a esta hora houve novas dificuldades por causa do transporte da cadeira. Os homens que a transportavam, a pretexto de que eram baixos e a carga ia molhar-se nos charcos que se encontram por caminho, tomaram cargas dos que retiraram e tivemos de pedir dois homens á povoação para os substituir [...]. Apareceram enfim, dois homens, que já estavam preparando as suas cousas para transportarem a cadeira, quando um sujeito mais bezuntão que qualquer d’elles, reclamou um como seu escravo, ameaçando-o de o castigar pelo atrevimento em se contractar para aquelle serviço sem sua autorização! [...]. Seguimos ás onze horas e meia, e ainda não tínhamos completado 1 kilometro de marcha, encontrámos a cadeira no meio do caminho! Como os carregadores não apparecessem, os das nossa rede encarregaram-se de a transportar”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 514.

³⁰ “Muatiânvua Ambumba, sabendo que alguns quilolos [chefes lundas] nos seus estados já se sentavam em bancos e mesmo em cadeiras, zangou-se e pediu às comitivas dos Bângalas que lhe trouxessem uma cadeira d’aquellas em que se sentavam os filhos de Muene Puto [rei de Portugal ou representantes da coroa portuguesa]. Mais tarde, quasi no fim do seu governo, fez sair uma expedição com marfim, e uma das cousas que pedia directamente a Muene Puto era se lhe mandava uma cadeira igual áquellas de que usava. Não queria o Muatiânvua que houvesse alguém na Lunda que se sentasse mais alto do elle”. CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., p. 273. Trecho também citado por: PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., p. 403.

estudo dos artefatos centro-africanos.³¹ Ao sublinhar o apreço manifestado por este artigo, Henrique de Carvalho observa, em algumas passagens, como certos potentados possuíam cadeiras de “fabricao indígena” feitas de madeira, com assento e encosto de couro pregados com tachas douradas.³² Nesse sentido, a cadeira transportada pela expedição que fora ofertada ao Muatiânvua e exibida em determinadas cerimônias parecia ir ao encontro de vários propósitos. Identificado como um símbolo de prestígio aos olhos das sociedades locais, o referido “trono” também revitalizava, simbolicamente, a memória do contato realizado na década de 1840 entre Rodrigues Graça e o Muatiânvua.

Fig. 33 - “Ditandas”

Fonte: CARVALHO, Henrique. *Ethnographia e Historia...*, op.cit., p. 272.

É relevante pontuar que alguns presentes inicialmente destinados ao soberano lunda não se restringiram apenas às solenidades previstas para a chegada da expedição à Mussumba. Isso porque boa parte dos objetos voltados para desempenhar esta função, como a cadeira com docel enviada ao Muatiânvua, por exemplo, foram, muitas vezes, exibidos em audiências públicas que

visavam o estabelecimento de diferentes acordos ao longo do percurso, como a assinatura de tratados. Elencado como um dos objetivos da viagem, os tratados de “amizade e comércio”³³ operavam como uma das estratégias para garantir a influência portuguesa em regiões do interior que assistiam às movimentações constantes de outras potências europeias, como a Alemanha e a Bélgica que atuavam extensivamente na delimitação de fronteiras do Estado Livre do Congo.³⁴ Em linhas gerais, o acirramento da disputa pelo domínio de regiões na África Centro-Occidental entre as décadas de 1870 e 1880 desencadeou, entre outras medidas, uma ampla corrida pela obtenção de tratados firmados entre agentes europeus e autoridades locais capazes de legitimar, perante as nações imperialistas, as ações destes países nesses territórios. Sobre o assunto, Henrique de Carvalho afirmava em tom de crítica:

³¹ CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., pp. 271-273.

³² *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. III, p.747.

³³ *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. I, p. 15.

³⁴ Para trabalhos sobre a formação do Estado Livre do Congo, conferir, entre outros: BRUNSCHWING, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2006, pp. 28-46 e WESSELING, Henk L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008, pp. 135-140.

Se na Europa se compreendesse quanto os povos gentios são desconfiados, apreciar-se-ia devidamente o que custa conseguir-se um documento verdadeiro do que realmente eles desejam. Não ha dificuldade alguma —escrevíamos nós no nosso Diário— para quem vem ao centro de Africa, o regressar á Europa com meia dúzia de folhas de papel escriptas, e dizer que são tratados que realizou com vários povos; sem que estes tenham d'isso conhecimento. Mas viver entre elles, grangear a sua confiança, chegar a convencê-los das vantagens de reformarem os seus usos e costumes pautando-os pelos nossos, sem que nisso vejam o firme propósito de os forçarmos ao trabalho sem compensações e interesse, ou de dispormos da sua vida e apossarmo-nos das suas terras, é bem difficil.³⁵

Assim, no discurso sustentado por Henrique de Carvalho, a legitimidade das assinaturas de tratados entre representantes de diferentes nações europeias e populações africanas era passível de questionamentos. Na visão do militar português, tais documentos teriam sido elaborados de maneira arbitrária, sem o devido “conhecimento” das sociedades locais sobre os termos acordados. Em contrapartida, buscando se distinguir das ações promovidas por agentes estrangeiros na África Centro-Occidental, a postura adotada pelo chefe da expedição ressaltava a necessidade de conviver com essas sociedades, conquistando sua confiança para que os acordos se viabilisassem. No entanto, reconhecia as dificuldades que se revelavam nas tentativas de “convencer” as populações centro-africanas que a assinatura de tratados poderia implicar em possíveis benefícios para as mesmas. De maneira geral, acreditamos que a retórica construída por Henrique de Carvalho sobre as formas de obtenção desses documentos visava reforçar, por meio do contraste com as maneiras empregadas por outras nações nesse processo, os antigos “direitos históricos” que Portugal alegava sobre certas zonas do continente africano. Sob o ponto de vista formal, é curioso notar como a expedição portuguesa procurou revestir os momentos de assinaturas de tratados não como hábitos corriqueiros, mas sim como celebrações imbuídas de determinados protocolos e formalidades. As descrições sobre a assinatura de tratados entre a expedição e as lideranças centro-africanas revelam-se, portanto, como situações privilegiadas para apreendermos como o repertório material mobilizado pela expedição portuguesa compunha, muitas vezes, ambientes voltados para legitimação de acordos políticos e comerciais estabelecidos ao longo da viagem.

Entre os tratados descritos nos livros que compõem a obra *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, chama-nos a atenção a cerimônia de assinatura do

³⁵ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 117-118.

tratado entre o chefe da expedição e o Caungula Xá Muteba (um dos mais importantes potentados do Estado do Muatiânvua³⁶), durante a inauguração da estação Luciano Cordeiro, situada no encontro entre os rios Lóvua e Mansai, em 1885. Narrada em um longo trecho do segundo volume *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, a cerimônia de assinatura do tratado, que contava com a presença do Muatiânvua eleito Xa Madiamba (também identificado como Chibunza Ianvo)³⁷ nos possibilitam visualizar a descrição minuciosa de parte destes objetos em seu contexto de uso:

No dia 30 de outubro armava-se a sala de entrada para as festas da inauguração da Estação e da sua aula, e aproveitava-se esse acto para a assignatura do mencionado tratado. Ao fundo sobre um estrado coberto com tapetes collocou-se a grande cadeira de espaldar com o respectivo docel. Os ângulos da casa foram adornados com bandeiras portuguezas pendentes das hastes as quaes eram enlaçadas em grinaldas de folhagem. As bancadas nos ângulos foram cobertas de baeta vermelha, as janellas adornadas com cortinas de baeta azul e na porta poz-se um reposteiro de baeta vermelha. Cobriu-se a mesa do centro com um bom panno da Costa e sobre esta poz-se uma bandeja de christofle tendo dentro dois colares de ouro baixo com cruces pendentes, alguns fios de contas de ouro com cruces de coralina e cordões dourados com crucifixos de metal. Uma outra bandeja continha um jarro de christofle cheio de vinho de Porto, duas taças, do mesmo metal e copos de vidro. Havia também sobre a mesma mesa uma pasta com papeis, tinteiro e pennas. A um lado d' esta, sobre um estrado, poz-se uma cadeira para o Muatiânvua eleito, coberta com um cobertor escarlata, ficando do lado direito o assento mais baixo para o Caungula, e á esquerda o da Muári [esposa principal]. As nossas três cadeiras ficaram do lado fronteiro cobertas com cobertores vermelhos. Sobre o estrado da cadeira e de cada lado della ficou uma grande caixa de musica, uma d'ellas tocando o hymno de Sua Magestade El-Rei D. Luiz I. O chão da casa estava juncado de folhagens e debaixo da mesa, aos pés da cadeira de Ianvo, estendeu-se uma pelle de onça. Na parede de cada lado da cadeira havia dois espelhos ovaes de moldura preta, figuravam de escudos em troféus que se arranjaram com troçados, revólveres, punhaes, etc. Era de toda a conveniência rodear o acto da assignatura do tratado com a maior pompa e apparato e de festejar o dia 31 o mais solemnemente possível.³⁸

Interpretados como bens de prestígio e símbolos de poder, a exibição pública dos objetos mobilizados pelo viajante português na ocasião citada conferiam concretude e legitimavam os acordos travados entre a expedição e a liderança lunda. Em outras

³⁶ *Ibidem*, p. 189 e p. 327. “O Caungula, grande potentado, de que já demos conhecimento, e na capital dos domínios do qual estabelecemos a Estação Luciano Cordeiro, chama-se Muteba, e quando se trata aquelle potentado pelo seu nome é este precedido de Xá, que indica grandeza, superioridade, equivalente ao nosso dom”. *Idem*, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. III, p. 107.

³⁷ Filho do Muatiânvua Noéji, Xa Madimba encontrava-se exilado da Mussumba desde a década de 1870 devido a tensões políticas da corte lunda. A instabilidade no império lunda havia provocado o assassinato dos últimos Atiânvuas (plural de Muatiânvua) que governavam a Mussumba. Em 1885, Henrique de Carvalho recebera a notícia de que Xa Madiamba, considerado o legítimo sucessor do poder lunda, organizara uma comitiva com o intuito de retornar à Mussumba que, até aquele momento, era governada por Mucanza (Muatiânvua interino). No entanto, após vários impasses, Xa Madiamba desiste de seguir até a Mussumba com a expedição não assumindo, por fim, o posto de Muatiânvua. *Ibidem*, pp. 279- 281.

³⁸ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op. cit.*, vol. II, p. 676-677.

palavras, toda essa diversidade de itens constituía um aparato cênico que visava aproximar o rei português D. Luís, daquele que até então ocuparia o trono lunda, Xa Madiamba. É interessante notar como o repertório material que compunha a ambientação da cerimônia, revestida com a maior “pompa e aparato”, como salienta Henrique de Carvalho, também nos fornece elementos para entendermos a coexistência de símbolos centro-africanos relacionados ao poder e artigos oriundos da Europa. Isso porque, para além da presença de tecidos que adornavam a sala de assinatura do tratado, bandeiras portuguesas, taças, bandejas de prata, vinhos do Porto, contas, espelhos, crucifixos e caixas de música, a detalhada descrição faz menção a uma pele de onça, estendida aos pés da cadeira da autoridade lunda durante a cerimônia. Nesse ponto, cabe realçarmos que, para grande parte das sociedades da África Central, o uso da pelagem de felinos, como leões, onças e leopardos, indicava posições hierárquicas e apresentava-se restrito apenas a determinadas autoridades políticas³⁹, como evidenciaremos nas páginas seguintes. Partindo dessa perspectiva, torna-se curioso observar como a expressão material do poder político das lideranças centro-africanas envolvidas nessa cerimônia parecia se amparar na convivência entre símbolos advindos de suas conexões transatlânticas e as chamadas insígnias tradicionais centro-africanas.

Prosseguindo na análise acerca dos processos de apropriações e ressignificações explorados a partir dos distintos sentidos sociais que as sociedades centro-africanas atribuíram aos presentes enviados pela expedição, chama-nos ainda a atenção a descrição sobre certos artigos, classificados pelo major português como “objetos de luxo”.⁴⁰ Na obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, Henrique de Carvalho versa sobre estes itens de “moderna data” que haviam sido incorporados ao circuito de bens de prestígio das populações pertencentes ao estado do Muatiânvua, como medalhas, alfinetes, brincos, caixas de rapé e chapelinhos de sol (estes últimos, definidos pelo viajante como “traste indispensável para os grandes quando em audiências, porque estas se realizam sempre ao sol”).⁴¹

³⁹ SERRANO, Carlos Moreira Henriques. “Poder, símbolos e imaginário social”. *Angola, os símbolos do poder na sociedade tradicional*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos. Universidade de Coimbra, 1983, pp. 49-66, p. 50; MUNANGA, Kabengele; MANZOCHI, Helmy Mansur. “Símbolos, poder e autoridade nas sociedades negro-africanas”. *Dédalo: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. São Paulo: MAE/USP, n. 25, 1987, pp. 23-38, p. 35.

⁴⁰ CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, *op.cit.*, pp. 361-362.

⁴¹ *Ibidem*, p. 362.

Fig. 34 – “Muteba”

Fonte: CARVALHO, Henrique A.D. de. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887, Est. Nº 51, nº4, s/p.

No conjunto de objetos pertencentes a esta categoria, destaca-se também o Chibele chia zâmbi⁴², espécie de paramento que se utilizava entre o pescoço e o peito, feito com tiras de tecidos e crucifixos dourados. Vale ressaltar, segundo as observações feitas pelo major português, que este último artigo levado pelas caravanas de comércio aos sertões centro-africanos recebeu o nome de zâmbi por parte das populações bangalas, quiocas e lundas.⁴³ Recuperando a historicidade da circulação desse objeto na África Central, a difusão dos crucifixos entre as sociedades locais estaria relacionada ao processo de conversão do reino do Congo ao catolicismo no final do século XV. A partir da fusão das linguagens formais europeias e africanas, este símbolo, introduzido pelos missionários cristãos, assumiu contornos específicos na produção centro-africana, mantendo-se associado à ideia de objeto que representava poder.⁴⁴ Destinado como presente apenas àqueles que detinham elevado estatuto político e social, o *Chibele chia zâmbi* situava-se entre um artigo de prestígio e proteção.⁴⁵ A carga mágico-religiosa atribuída a este objeto foi registrada por Henrique de Carvalho ao

⁴² “*Chibele chia zâmbi (cibele cia zabi)*.— É uma tira de baeta encarnada da largura de 0m,03 a 0m,04, ornada com um estreito vivo de algodão branco, e tem o comprimento suficiente para, dobrada e posta ao pescoço, cair sobre o peito um pouco acima da cintura. As extremidades acabam em ponta e os vivos seguindo essa ponta vêm a terminar depois numa tira. Cosem as tiras da baeta uma á outra da altura dos peitos até ás extremidades, e é sobre essa parte mais larga e ao meio que prendem um crucifixo de metal amarelo. Também ha quem use dois, e então na mesma altura são presos um a cada tira. Geralmente [Muatianvua] Muteba dava-os já completos aos seus tucuatás [chefes de diligências], quando iam por mandado d'elle ao Cuango, para serem felizes na viagem e no negocio. Foi depois de Muteba que se tornaram frequentes”. *Ibidem*, p. 361. Grifos do autor.

⁴³ Na visão de Henrique de Carvalho: “Apezar de serem muito supersticiosos, attribuindo tudo que é fora do ordinário á feitiçaria ou á malquerença de Ídolos, elles acreditam num poder sobrehumano, que nesta região chamam zâmbi, e que os interpretes teem tomado por Deus, sendo certo que aos crucifixos que o commercio lá tem levado deram o nome de Zâmbi; e teem uma tal ou qual idea do seu poder”. *Ibidem*, p. 517.

⁴⁴ PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. “Arte Angolana e Lusofonia”. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, ACLUS, 2005, p. 2. Disponível em: <http://www.iict.pt/dociict/HL07010301.pdf>. Último acesso em: 11/09/2015 e SOUZA, Marina de Mello. “Evangelização e poder na região do Congo e Angola: a incorporação dos crucifixos por alguns chefes centro-africanos, séculos XVI e XVII”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005, pp. 1-17.

⁴⁵ *Idem*, *O museu etnográfico...*, op. cit., p. 406.

descrever aspectos das vestimentas trajadas por Muteba (fig. 34), irmão e sobrinho de Xa Madiamba, o Muatiânvua eleito:

Sobre a camisa trazia o seu chibele-ciá-anzambi, feito de uma tira de baeta encarnada guarnecida de um vivo de algodão branco, tendo cosido inferiormente á abertura um crucifixo de metal amarello, que elle e em geral todos os indígenas fazem muito gosto em possuir porque confiam mais nelle que em todos os medicamentos que conhecem contra doenças, quer estas sejam determinadas pelos Ídolos quer sejam lançados pelos feiticeiros.⁴⁶

Outro “objeto de luxo” mencionado por Henrique de Carvalho que havia sido integrado aos bens de prestígio ostentados pela corte da Lunda referia-se ao sombreiro (“umbella”) chamado de *Dítu diá ubo*, presente que o comerciante Joaquim Rodrigues Graça havia levado ao Muatiânvua em meados do século XIX.⁴⁷ Utilizado em situações que envolviam guerra ou caçadas, o sombreiro também acompanhava o soberano lunda em suas audiências compondo, assim, o repertório material que traduzia o poder do Muatiânvua.

Permeada por tensões e negociações, a travessia realizada entre 1884 e 1888 rumo ao centro do império lunda apoiou-se, entre outras coisas, em práticas de reciprocidade já há muito tempo relatadas por outros viajantes e mercadores que circularam pelo interior africano. Observada em distintas situações ao longo do trajeto narrado pelo militar português, a descrição sobre a diversidade de produtos que compunham o conjunto de presentes distribuídos entre as lideranças centro-africanas também nos oferece dados para investigarmos a existência de predileções manifestadas por tais populações no que diz respeito à aceitação de determinados artigos da indústria europeia e as múltiplas ressignificações destes objetos no universo sociocultural destes grupos. Por fim, a compreensão dos processos envolvendo a oferta e a aceitação de bens materiais na condição de dádivas iluminam tanto aspectos articulados à formação e à difusão de um saber europeu sobre as especificidades das dinâmicas locais das populações do interior da África Centro-Ocidental, quanto evidenciam os diferentes níveis de agências sociais manifestados pelas lideranças políticas centro-africanas abordadas pelos registros da expedição portuguesa à Mussumba do Muatiânvua.

⁴⁶ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 506.

⁴⁷ *Idem*, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit, p. 362.

4.1. Símbolos de autoridade: a dimensão sociopolítica dos objetos

Como pudemos acompanhar ao longo dos capítulos anteriores, os diversos livros que integram as publicações dedicadas aos eventos ocorridos durante a expedição rumo ao centro do império lunda constituem-se como materiais privilegiados para a compreensão das transformações históricas que marcaram o território centro-ocidental africano nas últimas décadas do século XIX. Dentre os múltiplos aspectos observados ao longo do percurso e registrados por Henrique de Carvalho nas obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, as considerações sobre a cultura material ocuparam um espaço de projeção nesses escritos. Sob o viés da recolha etnográfica, das interações comerciais, da troca de presentes e das imbricações existentes nessas esferas, reforçamos que uma análise sobre os objetos, a partir de seus trânsitos e circulações, é capaz de nos evidenciar aspectos da vida social das populações europeias e centro-africanas em contato ao longo da expedição.

Neste subcapítulo, elencamos como eixo de nossa análise as descrições sobre determinadas insígnias de poder que conferiam legitimidade ao exercício político das lideranças centro-africanas que estabeleceram relações com Henrique de Carvalho. Dentro desse escopo mais amplo, almejamos discutir como estes símbolos de autoridade, interpretados aqui como repositórios dinâmicos compostos por elementos de distintas procedências, podem ser lidos como vetores que comunicam identidades e hierarquias políticas e que explicitam, portanto, no plano material e simbólico, determinadas respostas africanas às intervenções europeias. É preciso ressaltar que não pretendemos elaborar um estudo exaustivo acerca do vasto conjunto de insígnias de poder ostentado pelos diferentes grupos sociais mencionados pelo chefe da expedição em seus escritos. Acreditamos que este tipo de investigação demandaria ferramentas analíticas que extrapolam as delimitações teórico-metodológicas seguidas pelo presente trabalho. Nesse sentido, interessa-nos investigar, especialmente, o papel fundamental que certos símbolos de poder desempenharam na constituição e na manutenção do império lunda, atentando, sobretudo, para os processos de incorporação de artigos estrangeiros na composição de determinados emblemas de autoridade centro-africanos.

Sabemos que a compreensão dos complexos processos de formação dos poderes políticos em vários pontos da África se ampara na articulação de fontes advindas das

narrativas orais⁴⁸, de textos e da cultura material e visual. Nesse sentido, nas últimas décadas muitos pesquisadores têm sublinhado a importância do entrecruzamento de registros de variadas naturezas produzidos por africanos e estrangeiros para se alcançar um entendimento mais aprofundado sobre as dinâmicas que marcaram o continente africano e suas conexões com a Europa, a Ásia e a América. A partir de distintos enfoques, autores como Joseph Miller⁴⁹, Beatrix Heintze⁵⁰ e Suzanne Preston Blier⁵¹ destacaram as potencialidades que a cultura material pode apresentar enquanto fonte para a investigação acerca das agências históricas das populações da África Centro-Ocidental. Diante da extensa gama de possibilidades que este tipo de abordagem nos proporciona, acreditamos que a categoria de objetos associados à distinção social e política ostentada pelas sociedades que habitavam a região da Lunda nos dá vazão para compreendermos como tais emblemas representavam e constituíam traços de permanências e mudanças no bojo destas sociedades.

Fig. 35 - “Lucano”

Fonte: CARVALHO, *Ethnographia e Historia...*, op. cit., p. 112.

Ao buscar entender a conformação histórica das sociedades com quem travou contato, Henrique de Carvalho dedicou um grande número de páginas ao tema em suas publicações. Especialmente em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, notamos como o chefe da expedição procurou reconstituir - a partir da fusão de suas observações, do conhecimento das línguas locais, da leitura de obras de outros viajantes e dos depoimentos de informantes africanos – as origens do Estado político do Muatiânvua.⁵² Revestida por um

caráter mítico, a formação do império lunda teria se dado a partir do encontro de Luéji (filha de Iala Mácu, também conhecido por Xacala, soberano de origem bungo) com o

⁴⁸ Sobre as especificidades da tradição oral para o estudo sobre a história das sociedades africanas, conferir os textos basilares sobre o assunto: VANSINA, Jan. “A tradição oral e sua metodologia”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África (vol.I). Metodologia e Pré-história de África*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 139-166 e HAMPATÉ-BÂ, Amadou. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África...*, op. cit., pp. 167-212.

⁴⁹ MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995.

⁵⁰ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudo sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007, pp. 557-627.

⁵¹ BLIER, Suzanne Preston. *Las artes de los reinos de África*. Madri: Akal, 2011.

⁵² As considerações que apresentamos constituem-se como versão reduzida das referências fornecidas por Henrique de Carvalho no capítulo intitulado “Origem dos povos da Lunda”: CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., pp. 51-112.

caçador Chibinda Ilunga (filho de Mutombo Muculo, dignitário de origem luba). A união entre estes dois representantes de linhagens distintas, concretizada pela passagem do lucano (bracelete)⁵³ para Ilunga representaria a gênese do império lunda (fig. 35). A transmissão dessa insígnia máxima de poder dos lundas para um “forasteiro” que, por sua vez, também portava sua chimbúia (machadinha)⁵⁴ como símbolo de autoridade, teria provocado a discórdia entre os sucessores naturais do trono e a expulsão de Iala e Quinguri, irmãos de Luéji, do reino. Da união entre Luéji e Ilunga, nasceria Ianvo, o primeiro Muatiânvua que daria origem aos imperadores da Lunda.⁵⁵

Apesar da existência de ligeiras variações nas versões coletadas sobre este mito fundador⁵⁶, é ponto comum que a fusão das linhagens bungo e luba teria possibilitado

⁵³ Na definição de Henrique de Carvalho: “São uns braceletes, distintivo de que só usam o Muatiânvua e Muata que teem Estado. Já o usavam os senhores dos antigos Bungos, honra que depois Luéji-iá-Cônti concedeu a todos os Bungos, logo que ella entregou o do pae a Chibinda Ilunga, progenitor do potentado que intitularam Muatiânvua. Actualmente todos os Bungos os usam, e todos aparecem com elles no acto da posse do seu Muatiânvua. O lucano [...] é feito de fios de bordão muito apertados, aos quaes se enrolam outros fazendo enchimento ao meio, de modo que adelgace para as extremidades. É coberto com veias humanas que enrolam em tripas de cabra, muito apertadas e unidas ás voltas umas com outras. As extremidades terminam por duas delgadas hastes de capim ou dois caniços, de maneira que um possa entrar no outro. Prendem-nos fazendo um furo que atravessa ambos; e com um pequeno palito que preenche esses furos fica bem seguro. Estes braceletes são untados de azeite de palma, e com o tempo e sujidade ficam escuros, fazendo-nos lembrar de longe uns pequenos chouriços de sangue”. CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., p. 350. Também podemos encontrar esta definição, com mínimas alterações, em: SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda). Catalogo original*. Lisboa: Museu Colonial e Ethnographico da Sociedade de Geographia; Imprensa Nacional, 1896, pp. 8-9.

⁵⁴ CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., p. 66. A descrição elaborada pelo major português sobre este objeto segue as seguintes características: “É uma machadinha mais delicada, pode dizer-se uma arma de luxo. O gume é em forma de meia lua na parte anterior e estreita um pouco ao meio até á entrada no cabo. Estas laminas são mais ou menos ornadas. Os cabos são de melhor madeira e um pouco mais aperfeiçoados do que os das machadinhas ordinárias; fazem-nos escuros e lustrosos, e o contrapeso é guarnecido de tachinhas amarellas”. *Ibidem*, p. 313.

⁵⁵ Segundo os apontamentos de Henrique de Carvalho, além de Ianvo, Luéji e Ilunga teriam tido mais cinco filhos: Noéji, Nama Majumba, Cassongo, Muene Pata e Muquelengue Mulanda. CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., p. 112. Por meio da recolha da tradição oral, Henrique de Carvalho procurou traçar uma espécie de genealogia dos Iatiânvua (plural de Muatiânvua). Para a sucessão dos soberanos lundas, conferir: *Ibidem*, pp. 521-665.

⁵⁶ Para verificar determinadas nuances nas versões desse mito, consultar: BASTIN, Marie-Louise. *Art décoratif Tshokwe*. Lisboa: Cia. dos Diamantes de Angola, 1961; MILLER, Joseph. C. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995 e REDINHA, José. *Etnonossociologia do nordeste de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958. Já no plano literário, o encontro de Luéji e Ilunga relatado por Henrique de Carvalho serviu como matéria-prima para os enredos de escritores como Castro Soromenho (*Lueji Ilunga na terra da Amizade*, 1945) e Pepetela (*Lueji*, 1989), como demonstram os seguintes estudos: MARCON, Frank. “Retóricas de identidade e diferenças na Lunda: narrativas coloniais e pós-coloniais na África Central”. *Afro-Ásia*, n° 39, 2010, pp. 9-33; SILVA, Raquel. *Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias*. Tese de Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (FFLCH-USP), São Paulo, 2007 e TEIXEIRA, Valéria M.B. *A recuperação da cultura tradicional angolana a partir da releitura do mito, da lenda e da história em Lueji (O nascimento dum Império)*. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada (FFLCH-USP), São Paulo, 1999. Na interface entre história e literatura, assinalamos a recente tese de doutorado: MELO, Cássio Santos. *A Lunda de Castro*

não só a incorporação de novas técnicas, práticas e rituais no império, como também demarcou a transição de um sistema matrilinear para um sistema patrilinear liderado por Chibinda Ilunga. É importante mencionar que a imagem de Ilunga foi perpetuada na produção estatutária das populações quiocas, grupo que, como afirmamos anteriormente, possuía laços de parentesco com os lundas. Concebido como uma espécie de introdutor dos conhecimentos relacionados à caça e à metalurgia, a figura do caçador luba foi representada em diversas esculturas, tema explorado pela pesquisadora belga Marie-Louise Bastin, grande especialista da arte quioca.⁵⁷

Retomando o relato elaborado por Henrique de Carvalho acerca da formação do Estado lunda, após a cerimônia de investidura do lucano, Ilunga teria passado a ter poderes:

para reunir todos os pequenos estados em um só sob o domínio de seu futuro filho, que devia engrandecer, avassalando e conquistando povos, contando para isso com a vida de todos; para mandar matar os que lhe desobedecessem, e os que fossem feiticeiros ou criminosos; para dispor da vida e haveres de todos os súbditos em favor da grandeza e bem estar de seu filho, como escravos que eram de sua mãe, a senhora das terras; e para ensinar os filhos de seu povo a serem valentes com os valentes e audazes filhos que o acompanharam.⁵⁸

Ainda que Henrique de Carvalho situe de maneira imprecisa o nascimento do império lunda no final do século XVI⁵⁹, a carência de fontes, evidências e registros nos impossibilita de estabelecer uma cronologia da conformação do poder lunda pautada em critérios históricos. Nesse sentido, o mito descrito por Henrique de Carvalho é resultado não apenas da recolha da tradição oral, mas da tentativa, sobretudo, de alocar tais narrativas em uma esfera temporal linear europeia, balizada pela própria história da presença portuguesa no continente, como defende Isabel Henriques.⁶⁰ Embora esta

Soromenho: alegorias de um império ido (1930-1968). Tese de doutorado em História Social (FFLCH-USP), Rio Branco, 2014, pp. 43-53.

⁵⁷ Lembramos que os estudos desenvolvidos por Maria-Louise Bastin conferiram grande visibilidade internacional à cultura material dos quiocos. Pesquisadora do Museu de Tervuren (Bélgica), em 1956 Bastin realizou estágio a convite do Museu do Dundo (Angola). Em sua extensa obra dedicada à etnografia da arte quioca, destacamos: BASTIN, *Art décoratif Tshokwe...*, *op. cit.*

⁵⁸ CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, *op.cit.*, p. 72.

⁵⁹ “É difícil apurar datas entre o gentio, pelo modo irregular por que dividem o espaço, e sobretudo quando os factos se referem a ephocas anteriores ao tempo da pessoa que se interroga [...]. Em qualquer um dos casos pode dizer-se que poucos anos se organizou o estado do Muatiânvua, visto que este se constituiu em fins do século XVI.” CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, *op.cit.*, p.78.

⁶⁰ “A fixação da data da fundação do Império lunda não responde a nenhum critério histórico verificável ou verificado, pois que está mais inscrita no mito colonial português, tal qual como foi interpretado por Henrique de Carvalho. Com efeito, a dedução lógica do militar português decorre das datas internas da presença portuguesa: os portugueses chegam à foz do Kongo em 1482, instalam-se no território que vai

última questão não se apresente como objeto central de nossa análise, as interpretações construídas por Henrique de Carvalho sobre este processo nos auxiliam a dimensionar o peso das insígnias de poder na constituição e manutenção do poder lunda. Em outras palavras, na aliança feita entre Luéji e Ilunga a transmissão do bracelete teria instaurado a nova ordem política nesse império centro-africano.

Os relatos da expedição nos dão conta de que a posse do lucano se mantinha como condição fundamental para que o soberano lunda exercesse com legitimidade seu poder. Nesse sentido, as cerimônias de investidura dessa insígnia descritas por Henrique de Carvalho buscavam remeter ao momento da passagem do bracelete à Ilunga. Envolvendo uma série de ritos, que incluíam o recebimento da mabela (tecido de fibras vegetais), da mola (cinto) e a reprodução oral das narrativas que evocavam a memória das figuras fundadoras do império lunda, a transmissão do lucano ao Muatiânvua era concretizada às margens do rio Calanhi, especificamente no local em que Luéji e Ilunga teriam tido seu primeiro encontro, lugar considerado sagrado pelos lundas. Somente após estes protocolos, o futuro soberano recebia das mãos da Suana Murunda (representante de Luéji-Iá-Cônti, “senhora das terras da Lunda”)⁶¹ o lucano para ser colocado em seu braço direito.⁶² Ainda no que diz respeito a relevância desse bracelete, Henrique de Carvalho ressalta que toda vez em que o Muatiânvua ia para guerra ou para a caça, a Suana Murunda o acompanhava com um caixa para que o lucano ficasse protegido, caso o soberano morresse em uma dessas circunstâncias.⁶³

Nesse ponto, é indispensável frisarmos que embora conservasse muitos aspectos que procuravam reproduzir com fidelidade a primeira cerimônia de investidura da referida insígnia de poder, os apontamentos realizados por Henrique de Carvalho nos fornecem elementos para visualizarmos a historicidade contida nesse conjunto de ritos e na própria materialidade do lucano. Longe de se configurar como prática estática, despojada de transformações ao longo do tempo, as ações que envolviam a entrega

ser mais tarde a cidade de Luanda, em 1575.” HENRIQUES, *Percursos da modernidade...*, op. cit., p. 156.

⁶¹ CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., pp. 62-63, p. 236.

⁶² *Ibidem*, pp. 351-356.

⁶³ *Ibidem*, p. 351. Sobre a posse do lucano, Henrique de Carvalho versa ainda sobre algumas particularidades relacionadas ao uso dessa insígnia: “Era da praxe que o Muatiânvua, vencedor nas guerras com povos estranhos ao Estado, mandasse fazer um lucano comemorativo das suas primeiras victorias e o usasse, mandando recolher ao deposito o que tivesse recebido no acto da sua posse [...]. Nas ceremonias de investidura do Muatiânvua, tem-se colocado sempre um, que não é do anterior, e geralmente mais tarde pode elle optar pela troca por outro, na virtude do qual tenha mais fê; e, quando assim succede, procede-se a uma cerimonia especial, e nella troca o Muatiânvua o seu nome de nascimento pelo d’aquelle antecessor que elle deseja imitar no governo”. *Ibidem*, pp. 544-545.

desse símbolo de autoridade sofreram certas alterações, como podemos apreender nas considerações tecidas pelo chefe da viagem: “Estas ceremonias ainda hoje se repetem taes quaes a tradição as transmittiu, ou com mais alguns exaggeros e ampliações, devidos a um certo grau relativo de civilização em que os Lundas se encontram”.⁶⁴ Apesar de não especificar nessa nota explicativa quais seriam os “exageros” e “ampliações” incorporados à cerimônia os quais, na percepção de Henrique de Carvalho, indicavam o estágio de “civilização” das populações lundas, a afirmação feita pelo militar português nos dá margem para deduzirmos que durante os anos algumas práticas foram possivelmente adotadas ou abolidas no conjunto de rituais que celebravam a transmissão desse símbolo de poder.

A descrição sobre as características físicas do lucano também nos possibilita entender como a própria materialidade dessa insígnia, convencionalmente feita com tendões e veias humanas, parece ter sofrido algumas alterações ao longo do tempo. Sobre a composição do bracelete, o chefe da expedição observa que sua estrutura “presentemente faz-se de nervos de bufalo, cabra ou de outros animaes, não obstante ainda dizerem que é de veias humanas”.⁶⁵ Desse modo, como podemos notar, ainda que aludissem à tradição do mito de origem do império lunda, os escritos de Henrique de Carvalho nos habilitam a afirmar que a cerimônia e a insígnia de poder em questão não permaneceram imutáveis. Ou seja, tratando-se de sociedades dinâmicas, tais fenômenos – constituídos por formalidades e objetos - foram gradualmente reelaborados.

Sobre a importância dos suportes materiais na configuração das estruturas políticas das sociedades centro-africanas, o antropólogo angolano Carlos Serrano afirma: “No rito que ‘reatualiza’ o mito no tempo histórico, ele [soberano] se apropria de símbolos, insígnias, bens de prestígio e outros privilégios que legitimam num ‘espetáculo’ a sua diferença dos homens comuns, pela sua origem”.⁶⁶ Sob este ângulo interpretativo, podemos afirmar que as descrições sobre esta insígnia nos descortinam diferentes temporalidades, na medida em que o lucano atuava como espécie de elo material que procurava conectar simbolicamente distintos eventos históricos, conferindo organicidade a estes processos. A cerimônia de passagem do bracelete ao Muatiânvua imprimia, portanto, legitimidade àquele que seria designado a dar continuidade ao império iniciado pela união entre Luéji e Ilunga.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 72.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 59.

⁶⁶ SERRANO, “Poder, símbolos e imaginário social”..., *op. cit.*, p. 49.

Além das diversas menções ao lucano, os trabalhos da expedição nos descortinam um rico panorama de objetos vinculados ao poder. Dentre as peças que sinalizavam distinções e hierarquias políticas, podemos citar armas, instrumentos musicais, utensílios, tecidos e adornos.⁶⁷ É indispensável pontuar que a autorização ou interdição relacionada à posse de certas insígnias - como o uso da pelagem de felinos ou esteiras, por exemplo, enquanto assentos em determinadas situações – correspondia intimamente à posição política de cada liderança que compunha o Estado lunda. Conforme assinalamos no início deste trabalho, a estrutura do império governado pelo Muatiânvua se baseava em uma extensa e complexa rede de outros poderes que pagavam tributos e possuíam laços de dependência e obediência com o soberano lunda. Nessa dinâmica, a existência de diferentes posições titulares voltadas para garantir a manutenção do referido sistema político tornava-se essencial para assegurar a coesão do império centro-africano. Exercendo distintas funções na configuração política do Estado lunda, os indivíduos que ostentavam certos títulos, como Muatas e Muenes, por exemplo, não só ocupavam áreas específicas na Mussumba⁶⁸, como também portavam determinados emblemas que sinalizavam seus lugares políticos e sociais.

Fig. 36 – “Miluínas”

Fonte: CARVALHO, *Ethnographia e História..., op. cit.*, p. 338.

Assim, como informou Angunza Muquínji, dignitário lunda, a Henrique de Carvalho, apenas àqueles que tinham honras de Muatiânvua e detinham o título de Muata, podiam usar o lucano e as miluínas⁶⁹ - adornos para a cabeça – (fig. 36), sentar-se sobre pele de onça e serem transportados de palanquim. Já aos descendentes de tio de Muatiânvua,

⁶⁷ Como enfatizamos em diversos momentos, o exame e a categorização da vida material das sociedades centro-ocidentais africanas configuravam-se com uma das vias fundamentais para a realização de estudos capazes de avaliar o nível de desenvolvimento das populações contatadas pela expedição: “Usam estes povos de trajos, adornos, objectos de luxo, insignias, amuletos, tatuagens e outras mutilações para enfeite, de que dou agora noticia, bem como dos seus instrumentos de musica, o que tudo contribuirá para se formar uma idea geral do desenvolvimento das suas faculdades inventivas e artisticas e das suas aptidões”. CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional..., op.cit.*, p. 322.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 223-238.

⁶⁹ Na detalhada descrição que o militar português faz sobre esta insígnia de poder e suas variações, selecionamos: “É o distintivo de honra de Muatiânvua, e consiste numas pontas que partem de sobre as orelhas, curvando-se um pouco para a cara, e terminando cada uma por um búzio. São revestidas de missangas miúdas de diversas cores, dispostas symetricamente em feitiços diversos e ao capricho de quem as usa”. CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional..., op.cit.*, p. 338. Para definição com ligeiras alterações: SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda). Catalogo original*. Lisboa: Museu Colonial e Ethnographico da Sociedade de Geographia;

que possuíam o título de Muene, era permitido que usassem apenas o lucano, se sentassem em peles de animais considerados inferiores e andassem sobre os ombros de um serviçal. Na base desse arranjo hierárquico, Angunza menciona ainda os senhores de povoação que detinham títulos políticos, mas que, diferentemente dos Muatas e dos Muenes, não podiam portar o lucano, sentavam-se em esteiras ou mabelas, andavam a pé e não podiam usar baeta (tecido grosso de lã ou algodão) para vestuário.⁷⁰ Como podemos notar, nesse sistema marcado por rígidas divisões, os símbolos de autoridade sintetizavam e transmitiam no plano material e visual a complexidade existente na organização e na hierarquização política destas populações, além de desempenhar papel fundamental na conformação de identidades políticas. Recorrendo, mais uma vez, às reflexões de Serrano: “O poder não se caracteriza apenas pela apropriação do espaço, a sujeição de pessoas ou grupo de pessoas mas, também, pela manipulação de signos e símbolos [...]. O soberano apresenta-se sempre diferente de todos os homens”.⁷¹

Paralelamente aos registros textuais e iconográficos, o interesse de Henrique de Carvalho por artefatos que integravam o universo político refletiu-se também nos critérios aplicados em sua recolha etnográfica. De acordo com os levantamentos realizados por Manuela Cantinho Pereira e revisitados por Lia Santos Jorge, entre os 58 objetos que atualmente integram a Coleção Henrique de Carvalho do Museu

Figs. 37, 38 e 39 – “Tubare”, “Muquiqui” e “Ibeinhe”

Fonte: *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op. cit., pp. 339-340.

Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, é notável a preponderância de peças relacionadas à esfera do poder. De acordo com o quadro de incidências de recolha da coleção Henrique de Carvalho, entre os objetos coletados destacam-se 18 peças referentes às insígnias de

Imprensa Nacional, 1896, pp. 15-16.

⁷⁰ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. II, p. 331.

⁷¹ SERRANO, “Poder, símbolos e imaginário social”..., op. cit., p. 49.

poder, adornos e vestuário, e 16 itens relacionados a utensílios domésticos.⁷² Sobre alguns exemplares de insígnias que figuram nessa coleção - recentemente submetida a um trabalho de conservação e restauro⁷³ - chama-nos a atenção os adornos para a cabeça como as milúinas, tubare (fig. 37)⁷⁴, muquíqui (fig. 38)⁷⁵ e o ibeinhe (fig. 39).⁷⁶ Apresentando formato cilíndrico, confeccionadas com fibras vegetais, miçangas miúdas, contas vítreas, búzios e tecidos, as três primeiras insígnias eram muitas vezes usadas em conjunto pelos dignitários lundas que ostentavam o título de Muata. Já o ibeinhe, espécie de aro feito de latão com tachas, assemelhava-se a uma coroa e era utilizado tanto por homens quanto por mulheres que ocupavam elevado status social na configuração do império lunda.⁷⁷

Em boa parte destes objetos é possível verificarmos a existência de diferentes artigos advindos das indústrias europeias, adquiridos muitas vezes por meio das transações mercantis mantidas entre as sociedades africanas e os agentes estrangeiros.⁷⁸ A respeito desse fenômeno, vale pontuar que a mobilização de produtos europeus na composição de insígnias de poder revelou-se como mecanismo relativamente comum entre diferentes conformações políticas do continente africano, como demonstra

⁷² PEREIRA, *O museu etnográfico...*, op. cit., pp. 395-400 e JORGE, Lia Santos. *A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*. Dissertação (Mestrado em Museologia). Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/ Instituto Universitário de Lisboa (IUL), 2008, pp. 45-47.

⁷³ JORGE, op. cit.

⁷⁴ “*Tubare*. - Substitue o muquíqui, mas tem forma diversa. Supponha-se um cylindro ôco de 0^m, 07 de diâmetro e com a altura de 0^m,08 a 0^m,09 com rebordos salientes nos planos das bases, e sobre uma d'estas, colloque-se um disco como tampa, que excede essa borda em 0^m,01 em todos os sentidos. A fôrma é feita de cabama ou de lutombe, devidamente encanastrada como a miluína. Reveste -se depois com qualquer pedaço de fazenda, e sobre esta se applicam a capricho as fiadas de missanga. Produzem bom effeito as missangas dispostas a partir do centro das tampas em pequenos círculos de cores diversas ou em bicos, fazendo lembrar raios de estrellas que se pintam a cores; mas o que mais agrada são as estrellas de duas cores preta e branca”. CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., pp. 339-340 e SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Collecção Henrique de Carvalho...*, op. cit., pp. 20-21.

⁷⁵ “*Muquíqui (mukiki)*.— É também um distinctivo que pode usar-se com ou sem milúinas. Geralmente teem também a forma de pyramide conica, ôca interiormente, sendo o diâmetro inferior da base de 0^m,02. Tem de comprimento 0^m,10 a 0^m,15,terminando também em um búzio. Revestem-se de missangas miúdas como as milúinas. Usam-se no alto da cabeça com a ponta para trás e um pouco inclinada para baixo, presa como aquellas por um estilete ou cravo de madeira que a atravessa assim como ao cabello, que foi entranchado de modo a entrar no vazio”. *Ibidem*, p. 339 e *Ibidem*, p.17.

⁷⁶ “*Ibeínhe (ibeíne)*.—É um aro de latão amarello de 0^m,020 a 0^m,035 de largo com que tanto os homens como as mulheres de elevada posição ornem a cabeça, cinjindo-a acima da testa ou no alto da cabeça, de modo a fazer rebaixar o cabello na frente, e elevando muito a ganforina para trás, ou então collocando-o no mesmo lugar, tendo-se previamente rapado o cabello adeante a fim de augmentar a testa, o que é de luxo para elles”. *Ibidem*, p. 340 e *Ibidem*, p.6.

⁷⁷ Para reproduções fotográficas das insígnias mencionadas e suas respectivas definições, conferir as imagens publicadas em: PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. “Catálogo”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 161-190.

⁷⁸ JORGE, op. cit., pp. 49-53.

Suzanne Preston Blier.⁷⁹ Ao atentar para a importância de se reconhecer as representações materiais e simbólicas no processo de construção de identidades políticas em distintas sociedades da África Ocidental e Central, a pesquisadora chama a atenção para a adoção de elementos estrangeiros na composição de objetos vinculados ao poder em diversos grupos. Segundo Blier, a incorporação de materiais oriundos do exterior estava relacionada ao interesse que os soberanos africanos manifestavam em acessar e, de certo modo, se apropriar, de conhecimentos e técnicas provenientes de terras distantes.⁸⁰

O acesso a outros relatos produzidos sobre o Estado do Muatiânvua nos habilita a afirmar que o uso de artigos externos na confecção de certas insígnias de poder dos lundas remonta a décadas anteriores à viagem chefiada por Henrique de Carvalho. Ainda que não tivesse a intenção de traçar um exame detalhado da cultura material e das estruturas de poder do império lunda, o relatório legado pelo negociante Rodrigues Graça cerca de quarenta anos antes da chegada de Henrique de Carvalho à Mussumba faz algumas menções a incorporação destes artigos em certas insígnias de poder ostentadas pelos membros da corte lunda. Ao descrever o encontro com o Muatiânvua e os altos dignitários do império que, segundo a descrição, exibiam vestuário composto por veludos e penas de aves raras⁸¹, Rodrigues Graça destaca que a mãe do soberano lunda portava na cabeça uma “mitra de missanga mui miuda feita com toda delicadeza e primor”.⁸²

A presença de miçangas de diferentes tamanhos, modelos e cores (com predominância para as cores vermelha, branca e azul) (fig.40) tecidos, tachas e aros de latão (fig. 41), por exemplo, que integram certas peças vinculadas ao exercício político de autoridades lundas, nos descortina uma das muitas facetas das apropriações e

⁷⁹ BLIER, *op.cit.*

⁸⁰ *Ibidem*, p. 30.

⁸¹ Mencionado por Rodrigues Graça na década de 1840, o apreço por penas de aves na composição de ornamentos relacionados à hierarquia política entre os lundas parece ter permanecido como uma constante até o final do XIX, conforme Henrique de Carvalho sinaliza: “os papagaios de pennas carmezins ou rosadas, que muitos suppoem oriundos de Malanje e Cassanje, quando elles a final nem da Lunda são. Os que apparecem vem do norte, trazidos pelas comitivas de commercio que lá vão; e os Lundas, se os tivessem, não os cediam, porque as penas da cauda d 'estas aves são muito apreciadas pela nobreza, constituem um dos ornamentos de distincção entre os potentados e pessoas da sua corte. Para o potentado lunda, hoje, um papagaio d'estes é um presente de valor, porque ha grande falta das taes pennas e já recorrem ás de aves menos raras”. CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, *op.cit.*, vol. I, pp. 150-151. Para considerações sobre a plumária como item de distinção social entre as sociedades africanas, ver: ROSÁRIO, Maria do; MARTINS, A. Rodrigues (orgs). *Adornos africanos como entidade cultural*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos. Instituto de Antropologia, 1989, pp. 30-31.

⁸² GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário”. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 9ª série, nº 8-9, 1890, pp.367-467, p. 440.

ressignificações destes artigos importados no seio das populações centro-ocidentais africanas. Extremamente valorizados, estes itens estrangeiros eram identificados como bens de prestígio aos olhos daqueles que ocupavam elevada posição social e política. De acordo com Henrique de Carvalho, muitas das insígnias que possuíam contarias em sua composição eram confeccionadas pelos próprios dignitários lundas, especialmente àqueles que detinham o título de Muatiânvua e Muatas que “mesmo em audiências ordinárias, entretêm-se em fazer alguns trabalhos de mãos, como esteiras, cestas, chapéus, e também obras de missangas, como *miluína*, *muquíxi*, faxas, etc.”⁸³

Fig. 40 – “Miluína”

Fonte: JORGE, *op. cit.*, p. 54

Fig. 41 – “Ibeinhe após trabalho de restauração”

Fonte: JORGE, *op. cit.*, p. 104.

Enfatizamos que embora os olhares lançados por Henrique de Carvalho sobre a cultura material centro-africana procurassem corresponder aos objetivos científicos da viagem, restringir tais apontamentos apenas ao campo dos interesses etnográficos seria perder de vista os nexos que estas mesmas observações possuíam com os intuitos comerciais e políticos apregoados pela expedição. Nesse sentido, ao elaborar descrições detalhadas sobre os artigos mais empregados na feitura de certos objetos, como as insígnias de poder que aqui mencionamos, as obras de Henrique de Carvalho forneciam não só elementos para que a indústria e os prolongamentos das redes do comércio português contemplassem a demanda por estes tipos de produtos, como também

⁸³ CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, *op.cit.*, p. 61. Grifos do autor. Cabe ainda reforçar que o processo de confecção de determinadas insígnias de poder envolvia não só materiais importados, como também o domínio de técnicas europeias, como o uso de linha e agulha. Segundo Henrique de Carvalho: “A agulha é instrumento que os Portuguezes lhes levaram, e pode dizer-se que ainda no principio do século actual não a conheciam”. *Ibidem*, p. 324.

serviam de referência a outros futuros viajantes na escolha de presentes que seriam mais bem aceitos pelas lideranças locais no estabelecimento de acordos políticos.

Podemos inferir que ao elegerem como símbolos de distinção política e social objetos de natureza compósita⁸⁴ - que congregavam tantos elementos locais (fibras vegetais) quanto itens importados (miçangas, tecidos e taxas de latão) - as autoridades que integravam o império lunda comunicavam, perante outros grupos culturais centro-africanos e representantes estrangeiros, que seu poder político emanava, entre outros fatores, das relações estabelecidas entre o império e as redes do comércio europeu. Em contrapartida, nesse vasto conjunto de símbolos de poder é sintomático percebermos como o lucano não continha, em sua estrutura, nenhum elemento que remetesse aos contatos travados entre o estado governado pelo Muatiânvua e o espaço atlântico. A partir das impressões que o olhar sobre estes objetos nos suscita, acreditamos que as expressões materiais do poder político lunda se assentavam na coexistência entre emblemas que remetiam a uma tradição (lucano) constituída pela integração entre distintas linhagens centro-africanas (Luéji/bungo e Ilunga/luba), e na apropriação de elementos exteriores que sinalizavam as conexões do império da Lunda com o cenário do comércio internacional.

Seguindo ainda a perspectiva de que as insígnias de poder se apresentam como fonte para analisarmos os processos históricos vivenciados por estas populações, cabe-nos questionar de que forma as profundas transformações que impactaram as sociedades centro-ocidentais africanas no último quartel do XIX podem ser também visualizadas nas representações materiais que constituíam a autoridade política lunda. Conforme buscamos elucidar até aqui, no período em que a expedição encontrava-se em curso, o império da Lunda atravessava uma fase de grande instabilidade marcada por acentuadas dissensões políticas alimentadas por fatores externos e internos. Tal fragilidade culminaria na queda do poder lunda provocada pela ascensão dos quiocos que, em 1887, dominariam a Mussumba por cerca de uma década e provocariam a dispersão de seus habitantes, como relata Henrique de Carvalho:

muito pobre de recursos este Estado, foi esphacelando-se pela gente que delle se expatria ou morre constantemente por doença e modos diversos; e, quanto a mim, o resto que conheço do [rio] Lulua até aqui, não terá mais vida do que um a dois annos.

⁸⁴ JORGE, *op. cit.*, p. 49.

Mais uma vez fugiu desordenadamente a corte do Muatiânvua, para leste da sua primitiva e agora única Mussumba, abandonando-a, debellada pelas chammas, aos Quiocos que consideram seus inimigos. Como de costume, decerto, se dividira: e ou se esconderam nos matos onde teem de lutar pela vida mas d'um modo cruel, onde teem de recorrer á protecção de povos que, com os tempos, se tornaram independentes e o admittem sob condições onerosas.⁸⁵

É certo que desde meados do século XIX, com as transformações impulsionadas pela reconfiguração das relações comerciais entre grupos africanos e agentes europeus, o império da Lunda passou a ocupar um espaço cada vez menos proeminente no quadro político da África Centro-Occidental. Nesse período, o crescente deslocamento das populações quiocas para zonas mais ao norte do território em busca de elefantes para a extração do marfim - matéria-prima valiosa no mercado internacional - enfraqueceu paulatinamente o papel dos povos bangalas como reconhecidos intermediários comerciais da região. Adquirindo projeção nesse cenário, os quiocos passaram a se inserir cada vez mais nas tramas políticas do poder lunda por meio de alianças estabelecidas entre as elites a fim de atenuar conflitos entre estes grupos. Entretanto, nas últimas décadas do XIX, as tensões entre lundas e quiocos tornaram-se cada vez mais agudas. Os quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* traçam um painel detalhado dos inúmeros eventos e personagens envolvidos nesse processo permeado por turbulências políticas e sociais. As incertezas que rondavam o futuro daqueles que ocupavam o posto de Muatiânvua haviam motivado o exílio de Xa Madiamba, considerado herdeiro legítimo do trono lunda:

Confirmaram que Ianvo tinha os seus sessenta annos e que era filho do Muatiânvua Noéji, o qual Rodrigues Graça visitara em 1848, e que fora Suana Mulopo [herdeiro] de seu primo, o falecido Muatiânvua Muteba com quem vivera Lourenço Bezerra, negociante sertanejo filho do Golungo Alto, descendente de Europeu. Que por receio de intrigas da corte Ianvo se expatriara em 1870 ou 1871, conservando-se exilado, não obstante os recados de Muteba para ir retomar o seu logar garantindo-lhe a successão no Estado.⁸⁶

Por meio de informações colhidas entre as populações locais, Henrique de Carvalho demonstrava-se atento aos acontecimentos que sinalizavam o progressivo desmantelamento do império lunda, evidenciado, entre outros fatores, pela sequência de assassinatos dos últimos Atiânvua (plural de Muatiânvua), denominados Ditenda (vulgo

⁸⁵ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. IV, p. 316.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 231.

Chibinda), Noéji Cangápu e Quimbamba (vulgo Muriba).⁸⁷ Em 1885, Henrique de Carvalho soubera da disposição de Xa Madiamba em assumir o comando da Mussumba que, após o assassinato de Xanama (Muatiânvua Noéji Ambumba que havia governado a Lunda entre 1873 e 1883)⁸⁸, estava sob o controle de Mucanza (Muatiânvua interino).⁸⁹ Nesse sentido, após encontros e negociações entre o militar português e o sucessor do império lunda, a expedição optou por acompanhar Xa Madiamba e sua comitiva, até a capital do império lunda. Se para Xa Madiamba a presença da expedição representava proteção e segurança em seu retorno à Lunda, para Henrique de Carvalho, o apoio do futuro Muatiânvua abria possibilidade para que o militar tentasse aplacar os conflitos instaurados entre lundas e quiocos, já que tal situação de vulnerabilidade também punha em risco os objetivos previstos pela expedição.

Fig. 42 - “Mucuáli”

Fonte: CARVALHO, *Descrição da Viagem ...*, op. cit., vol. III, p. 14.

É fundamental frisar que nesse contexto envolto por uma atmosfera de instabilidade, a posse das insígnias de poder atuava como suporte para garantir a legitimidade dos grupos que disputavam a hegemonia política na condução do império lunda. Entre as situações que ilustram os impasses que inviabilizavam o diálogo entre as lideranças lundas e quiocas, podemos apontar a posse do mucuáli (faca)⁹⁰ (fig. 42) que estava sob o poder dos quiocos desde a década de 1870. Em troca de apoio para conquistar o posto de Muatiânvua, Xanama havia enviado este símbolo de autoridade lunda aos quiocos. De acordo com as narrativas de Henrique

de Carvalho, a prática de enviar esta faca em troca de apoio político demonstrava-se antiga:

⁸⁷ No capítulo intitulado “Sucessão dos Muatiânvuas”, Henrique de Carvalho narra as principais características do reinado de cada Muatiânvua empossado desde a morte de Ilunga até o ano de 1887. Para a descrição sobre os Atiânvua supracitados, ver, respectivamente: *Ibidem*, pp. 634-637, pp. 637-642 e pp. 642 – 661.

⁸⁸ *Ibidem*, pp. 600-634.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 661-665.

⁹⁰ “Mucuáli (*mukáli*).—É uma arma composta de uma folha de ferro e de um cabo. A folha tem de comprimento 0^m,40 a 0^m,50 e de largura 0^m,04 a 0^m,08 tendo de um e outro lado recortes mais ou menos salientes ou bicos mais ou menos agudos. A sua extremidade termina em ponta aguda. É afiada dos dois lados tendo a lamina um engrossamento ou veio na linha central”. CARVALHO, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., p. 303.

Entre os Lundas, desde os tempos primitivos, enviar um potentado a outro a sua ampaca [faca], correspondia a sollicitar sua aliança, para levar a guerra a um seu inimigo e contra o qual se não encontrava com a força precisa para o fazer.

O que recebia a ampaca, recebia acto continuo um bom presente, e contrahia por esse facto o compromisso de obedecer religiosamente ás ordens do doador, tendo este de o remunerar sempre que essas ordens fossem executadas, sem o que a ampaca não se considerava resgatada e dava direito a quem a possuía de se ir pagando pelas suas mãos, como entendesse, e sempre que encontrasse oportunidade, enquanto a ampaca estivesse em seu poder.⁹¹

Assim, pelas regras envolvidas na criação dessa aliança entre Xanama e Mona Quissengue (líder máximo quioco), a devolução do mucuáli só poderia se concretizar a partir de um elevado pagamento. No entanto, com o assassinato de Xanama, Mona Quissengue mantinha-se detentor da referida insígnia de poder lunda, fato que acirrava ainda mais as divergências entre estes grupos centro-africanos.⁹² Ao notar que o diálogo entre lundas e quiocos só poderia ser retomado a partir da resolução dessa contenda, ou seja, a partir do retorno do mucuáli ao domínio lunda, o militar português optou por mediar a situação e pagar o resgate do objeto distintivo do Estado do Muatiânvua. Para satisfazer as exigências da liderança quioca em troca do mucuáli, Henrique de Carvalho reuniu extensa lista de artigos:

Apuramos pois, para levar a Quissengue, um uniforme completo de capitão d'artilheria, mas em vez da barretina, um capacete branco das tropas ultramarinas, com os competentes cordoes dourados d'aquella, seis fios de coraes e uma cruz de prata dourado, três macetes de grossas contas roxas, quatro lenços grandes, Luiz I, encarnados, e de barras brancas, três camisas finas brancas, com as competentes abotoaduras de phantasia, quatro maços de agulhas finas, uma peça de galão dourada, uma caixa de pólvora fina, uma dita de chumbo de caça, uma caçadeira de 2 canos, de fulminante e doze caixas d'estes, polvorim e chumbeiro, 1 revolver de seis tiros, com a respectiva bolsa e quinhentas cargas, uma faca de mato, um punhal, duas peças de lenços, uma de chita fina, outra de zuarte, canana, cinto, espada e telim, um lenço de seda, vinte barras de arame fino, cincoenta guisos, e dois copos de vidro, e tudo isto ia dentro d'uma grande mala.⁹³

⁹¹ *Idem, Descrição da Viagem..., op. cit.*, vol. III, p. 12.

⁹² Na leitura do chefe da expedição: “Foi por esta forma que os três Quissengues que se hão succedido, conseguiram sujeitar alguns Muatas a pagar-lhes tributos, que antes preferiam isto a tirar-lhes a vida, que lhes pertencia pela cedência dos poderes que tinham do Muatiânvua Xanâma. Também esses Muatas acceitaram esta imposição de preferencia a viverem desassocegados e sempre em questões e guerras com os Quiocos, e para não deixarem de ser Lundas, isto é, para não contribuirem pela sua parte para o desmembramento da federação dos Estados do Muatiânvua, também continuaram a enviar tributos á Mussumba. Humilharam-se aos Quiocos por falta de recursos para os repellar e conservaram-se vassallos submissos do Muatiânvua por convicções ou pela educação tradicional”. *Ibidem*, pp. 13-14.

⁹³ *Ibidem*, p. 767.

Centro de conflito que se arrastava há anos entre as autoridades lundas e quiocos, a posse e a recuperação do mucuáli pode ser interpretada como um episódio significativo, na medida em que nos possibilita visualizar não só o lugar de relevo ocupado por esta insígnia de poder na manutenção do equilíbrio político estabelecido entre as sociedades centro-africanas citadas, como também refletir acerca dos desdobramentos gerados pela circulação desse emblema. Isto é, a movimentação do mucuáli desencadeou uma série de ações e reações que impactaram os contatos entre lundas e quiocos e que acabaram por reverberar nos planos da expedição. Longe de desprezar a importância da posse dessa insígnia, a intervenção de Henrique de Carvalho nesse contexto também elucida como o chefe da expedição buscou se moldar a estes códigos sociais lançando mão, para isso, de artigos variados que abarcavam vestimentas militares, macetes de contas, lenços, pólvora, armas, copos de vidro entre outros itens, para garantir o resgate do mucuáli. No âmbito da circulação de objetos, os artigos ofertados à Mona Quissengue foram, por sua vez, ostentados como bens de prestígio pela autoridade quioca que só após conferir, exhibir e usar alguns dos objetos que integravam o pagamento demonstrou-se disponível para iniciar a negociação.⁹⁴ Partindo desse viés interpretativo, em que os objetos devem ser compreendidos à luz de seus efeitos sociais, o trânsito do mucuáli – mesmo não sendo capaz de solucionar os conflitos existentes e impedir a queda do império provocada pelos quiocos no final da década de 1880 - nos permite acessar alguns dos mecanismos presentes na atividade política destas populações.

Diante do que foi exposto, podemos depreender que as insígnias de poder desempenhavam função estratégica para a sustentação das dinâmicas sociais e políticas vivenciadas pelas sociedades da África Centro-Occidental descritas por Henrique de Carvalho. Para além dos símbolos tradicionais que mencionamos, as publicações analisadas também nos fornecem indícios para debatermos como certos objetos

⁹⁴ “O que estava na mala foi por todos visto e bem examinado, principiando por elle [Mona Quissengue], que, foi passando tudo, de mão em mão, sendo elle que explicava aos outros, o que por nós era dito com respeito á serventia de cada objecto, como se fazia etc, tendo-se iniciado a inspecção logo pela mala, que quiz saber como se abria e como se fechava, não desistindo enquanto o não soube fazer, de ficar bem orientado naquelle serviço. Quiz tirar e pôr os cordões no capacete, que lhe ensinássemos a embainhar e desembainhar a espada e fazer uso d'esta em defesa do corpo, etc [...]. Com o revólver quiz fazer alguns tiros, tendo nós improvisado um alvo, com um pedaço de papel, no tronco duma arvore, ficando elle muito satisfeito, depois de inutilizadas mais de dez cargas, ter furado o papel; e lá ficou com o revólver na bolsa, á cintura, pois, apesar dos velhos terem receio que fosse victima d'algum descuido, não annuiu a que lho tirassem. Estava o homem radiante de alegria, e elle mesmo é que dobrou e arrumou todas as suas cousas, fechou a mala, pendurou a chave ao pescoço, e sentou-se sobre ella dizendo a rir, podemos agora começar a conversa”. *Ibidem*, p. 769.

introduzidos pelas movimentações europeias também passaram a integrar o conjunto de distintivos centro-africanos, delimitando novas identidades e hierarquias. Podemos avançar nessa discussão a partir das comparações entre alguns emblemas exibidos pelas autoridades políticas lundas e quiocos que foram alvo da atenção de Henrique de Carvalho. Vimos que em determinadas insígnias de poder dos lundas, como as milúinas, tubares, muquíqui e ibeinhe, certos artigos como miçangas, tecidos e tachas de latão mesclavam-se a elementos locais. Para além da utilização destas miudezas na confecção dos referidos distintivos de autoridade, os relatos explorados também nos dão conta de que outros objetos não pertencentes a esta tipologia de produtos convencionalmente relacionados ao comércio travado entre a costa litorânea e o interior africano, foram integrados ao repertório de símbolos de autoridade. Ao discorrer sobre os diferentes tipos de toucados (adornos de cabeça) como um dos elementos que compunham as insígnias de poder ostentadas por lideranças pertencentes a outros grupos centro-africanos, como os quiocos, Henrique de Carvalho afirma:

Mona Cangolo principiou uma [mútue uá caianda], diante de mim, mas ia já feita com luxo, porque lhe forneci galões dourados e prateados e missangas miúdas, com que ia revestindo os frisos e matizando-os a seu gosto. Quando a acabou dizia elle:—Com este não me apresento eu ao Quissengue, que trata logo de lhe chamar seu. Este capacete, chapeleta ou como lhe queiram chamar é muito pesado, e disse-me Mona Quissengue que preferia usar um capacete de metal do exercito allemão com que o vi, a primeira vez que o visitei, a usar o seu *mútue uá caianda*. Trazia-o consigo, mas só o punha nas ceremonias em que não podia apparecer sem elle, porque tinha de ser o primeiro a observar as praxes da etiqueta. A maior parte das vezes o seu mutue figurava como insignia na cabeça do seu representante.⁹⁵

O contato com tal excerto nos fornece valiosas informações para investigarmos mais uma das formas de inserção de certos objetos europeus no universo sociopolítico das populações centro-africanas descritas nas narrativas de viagem. Figura experiente no conhecimento dos caminhos do interior, antes de prestar serviços como guia para a expedição liderada por Henrique de Carvalho, Mona Congolo⁹⁶ havia, em ocasiões passadas, auxiliado o sertanejo Silvia Porto e os viajantes alemães Paul Pogge e Hermann von Wissman. Esses dois últimos haviam sido acompanhados, a pedido do

⁹⁵ *Idem, Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., p. 346. Grifo do autor.

⁹⁶ Embora a citação transcrita apresente o nome grafado como Mona Cangolo, optamos por empregar em nosso texto Mona Congolo, já que é esta forma que se revela mais frequente nos demais trechos em que este personagem é citado. Possivelmente, a primeira forma foi um erro gráfico da publicação.

negociante Saturnino Machado, na travessia para a região do Lubuco.⁹⁷ Na situação narrada pelo chefe da expedição, Mona Congolo dedicava-se a confecção de um mútue uá caianda (fig. 43). Segundo a definição dada por Henrique de Carvalho em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, o objeto em questão tratava-se de:

uma espécie de capacete de forma caprichosa, que demanda muita paciência para engenhar, e só os grandes potentados Quiôcos os usam, ou os seus representantes durante o tempo que são encarregados de qualquer missão fora do seu sítio.⁹⁸

Fig. 43 - “Mútue uá caianda”

Fonte: CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op. cit., p. 345.

Como podemos notar, a utilização dessa insígnia que, aos olhos do chefe da expedição, assemelhava-se a um capacete, encontrava-se reservada apenas às elevadas autoridades quiocas ou aos seus representantes, especialmente em situações que previam o deslocamento destas lideranças para além de seus territórios. A partir dessa informação, podemos supor que a exibição do mútue uá caianda sinalizava – material e visualmente – uma identidade atrelada ao poder quioco perante outros grupos centro-africanos e agentes europeus. Paralelamente à menção acerca da referida insígnia, a passagem transcrita também nos dá conta de um capacete de metal do exército alemão (fig.44), artigo possivelmente ofertado por alguma das expedições que desde os anos 1870 eram subvencionadas por este país ao interior do continente africano.⁹⁹

Segundo Henrique de Carvalho, em relação ao mútue uá caianda, o objeto europeu era preferido por Mona Quissengue, autoridade política máxima entre os quiocos.¹⁰⁰ Ainda de acordo com os apontamentos feitos pelo militar, embora

⁹⁷ CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. III, p. 396.

⁹⁸ *Idem*, *Ethnographia e História Tradicional...*, op.cit., p. 344.

⁹⁹ HEINTZE, *Exploradores alemães em Angola...*, op. cit.

¹⁰⁰ Entremeando impressões acerca de aspectos físicos e comportamentais, Henrique de Carvalho elabora, no terceiro livro da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, uma extensa descrição sobre a figura da liderança quioca: “[Mona Quissengue] Estava sentado numa cadeira, de fabrico indígena, de madeira, assento e costas de couro pregado com taxas douradas, envolvido completamente do pescoço aos pés num amplo e bom panno de lenços, sendo o desenho, cartas de jogar, e tinha na cabeça um

manifestasse predileção pelo uso do capacete alemão, Quissengue reconhecia que era necessário portar o *mútue uá caianda* em determinadas cerimônias, já que deveria ser o primeiro a seguir as “praxes da etiqueta”. É oportuno destacarmos que o interesse pelo referido objeto também estaria relacionado ao grande apreço que as populações quiocas possuíam por peças feitas em metal. A habilidade na fabricação de diversas peças produzidas com este tipo de material foi descrita com frequência por Henrique de Carvalho ao longo de suas publicações. De acordo com o militar português, para elaboração de ornamentos feitos em metal “os melhores artistas para seu fabrico são os Quiôcos”.¹⁰¹

Fig. 44 – “Mona Quissengue”

Fonte: CARVALHO, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. III, p. 775.

A transposição de parte de uma indumentária militar de origem europeia para o contexto político centro-africano nos habilita, mais uma vez, a refletir sobre os fenômenos de apropriação e atribuições de significados sociais aos objetos: uma vez legitimado e reconhecido por Mona Quissengue como um objeto de distinção e prestígio, o capacete do exército alemão passava a figurar, ao lado do *mútue uá caianda* e de outras insígnias, como um emblema de autoridade quioca no contexto descrito. Desse modo, tanto a opção por empregar os galões dourados e prateados e miçangas fornecidas pela expedição portuguesa na composição da insígnia elaborada por Mona Cangolo, quanto à preferência anunciada por Mona Quissengue em usar o capacete do exército alemão em determinadas situações, nos revelam o processo de seleção e instrumentalização dos artigos de origem europeia na vida material e social das sociedades africanas. Recorrendo a outras palavras, o

processo de conversão de objetos estrangeiros em insígnias que compunham o

capacete de metal do exercito allemão. Usava o cabello em tranças delgadas, até aos hombros, apertadas nas extremidades com contaria grossa e tubos de metal amarello. Era bastante alto, pé grande e chato, mãos compridas, pescoço alto, a sua pelle aceiada de cor bem negra, olhos vivos, beiços grossos, modos agradáveis, fallava compassadamente, indicava uma idade de 25 a 28 annos, e ser esperto. Quando se libertou do panno para nos estender a mão, e indicar-nos que nos sentássemos a seu lado via-se então uma farda do exercito prussiano e os grossos bracelletes de metal nos pulsos, distinctivo de grandeza”. *Idem*, *Descrição da Viagem...*, op. cit., vol. III, p.747.

¹⁰¹ CARVALHO, *Ethnographia e Historia Tradicional...*, op. cit., p. 341.

vocabulário político das populações que habitavam a região da Lunda nos é indicativa das respostas e ações das sociedades locais frente às intensas transformações que estavam em curso nas últimas décadas do oitocentos na África Centro-Occidental.

Encaminhando-nos para as considerações finais, por meio das citações mobilizadas tornou-se possível percebermos como a cultura material voltada para expressar identidades culturais, sociais e políticas por parte das sociedades que estabeleceram contatos com a expedição configurou-se como tema de interesse nos escritos de Henrique de Carvalho. Abarcando dados sobre a produção, as funções, circulações e as formas de uso de variadas insígnias de poder, as detalhadas descrições feitas pelo major português sobre esta categoria de objetos denotavam o esforço de tentar inventariar e decodificar, aos olhares europeus, processos e linguagens políticas que se materializavam nesses artefatos.

Assim, em um cenário atravessado tanto por intensas disputas entre lundas e quiocos na condução do império do Muatiânvua, quanto pelo avanço das potências europeias rumo aos sertões da África Centro-Occidental, mapear os meandros da política e reconhecer os atores sociais envolvidos nesse processo, revelava-se como tarefa urgente para que a expedição chefiada por Henrique de Carvalho obtivesse êxito no desafio de garantir a influência portuguesa no interior de Angola. Identificar os símbolos de poder ostentados pelas lideranças centro-ocidentais africanas relacionadas a estas movimentações apresentava-se, nesse sentido, como um dos canais de compreensão das estruturas que compunham os sistemas políticos centro-ocidentais africanos.

De outra parte, a vasta descrição que as publicações revelam acerca desse conjunto de objetos nos ilumina uma série de questões atreladas à configuração dos poderes políticos existentes na região da Lunda no final do século XIX. Fonte para o estudo das sociedades que habitavam o interior da África Centro-Occidental, as múltiplas descrições sobre as insígnias de poder apresentam-se como materiais de grande relevância para o entendimento de hierarquias e identidades políticas. Partindo dessa perspectiva, percorrer os espaços de circulação e os fenômenos de ressignificação desses emblemas nos ajuda a tornar mais nítidas certas especificidades presentes na trajetória histórica dos grupos africanos e de suas interações com os europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada entre 1884 e 1888, a expedição chefiada pelo militar Henrique de Carvalho com destino ao centro do chamado império da Lunda revela-se como evento privilegiado para a compreensão dos contatos estabelecidos entre europeus e as sociedades da África Centro-Ocidental. Portando objetivos comerciais, políticos e científicos, a viagem promovida pela coroa portuguesa e apoiada por diversas instituições interessadas nos rumos da política colonial se deu em um período em que o continente africano figurava como um dos espaços centrais na disputa imperialista que começava a se delinear entre diversas nações europeias durante o último quartel do século XIX.

Objeto de nosso estudo, a missão que pretendia alcançar a capital Mussumba a fim de reestabelecer as relações políticas e comerciais com o Muatiânvua, soberano da Lunda, insere-se em um painel mais amplo de expedições empreendidas pelo governo português na época mencionada. Em resposta ao crescente avanço de países como Alemanha, Bélgica e Inglaterra em zonas situadas mais ao interior da África Centro-Ocidental, Portugal mobilizou esforços a fim de sustentar a legitimidade de seus “direitos históricos” nos domínios ultramarinos sob a sua influência. Intensificadas a partir da década de 1870, as viagens a pontos mais longínquos do litoral africano adquiriram um lugar de projeção no conjunto de medidas e estratégias que tencionavam assegurar a presença portuguesa especialmente nos territórios situados entre Angola e Moçambique.

Conforme buscamos demonstrar ao longo deste trabalho, no bojo destas dinâmicas históricas, os relatos produzidos por viajantes europeus atuaram como um dos principais meios de difusão das movimentações expedicionárias na África. Desempenhando papel fundamental como provas das ações europeias nesses territórios, a circulação dessas narrativas contribuiu para propagar determinadas percepções e estereótipos calcados em concepções eurocêntricas sobre o continente africano e suas sociedades. Sem perder de vista estes aspectos, esta dissertação almejou compreender as narrativas da viagem à Lunda como fontes históricas que nos fornecem elementos para entendermos não só certos traços da política colonial portuguesa aplicados nos domínios da África Centro-Ocidental como também evidenciar as agências sociais dos diversos grupos centro-africanos envolvidos nesse processo.

Destacando-se entre os relatos produzidos por viajantes contemporâneos que transitaram pela África pelo nível de detalhes das descrições e pela considerável extensão das obras, o vasto repertório textual, visual e material derivado da incursão liderada por Henrique de Carvalho apresentou-se, portanto, como ponto de partida para as reflexões que desenvolvemos ao longo desta dissertação. Para tanto, selecionamos as publicações *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda* e, de maneira complementar, o *Album da Expedição ao Muatianvua* e o catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (Expedição à Lunda)* como eixos de nosso percurso interpretativo. As obras que compõem o conjunto de publicações referentes à viagem rumo à Mussumba do Muatiânvua constituem material de grande riqueza para investigarmos questões que permitem trazer à tona a historicidade das movimentações que permearam a África Centro-Occidental no final do século XIX.

Frente ao desafio de dimensionarmos as participações das populações envolvidas na expedição, buscamos, ao longo deste trabalho, problematizar a própria natureza das fontes pesquisadas. Reunindo elementos que conjugavam impressões subjetivas, informações recolhidas durante o percurso, anotações feitas em campo, acréscimos e recortes efetuados durante o processo de edição das publicações, os relatos de viagem abordados nos expõem uma série de etapas que revelam os meandros de registros elaborados a partir de distintas vozes. Assim, longe de serem interpretados como um espelho do real, os escritos legados por Henrique de Carvalho procuraram ser reconhecidos como um complexo mosaico composto por diversas escolhas e operações que moldaram a produção das obras estudadas. Sob um ponto de vista mais ampliado, as narrativas da expedição nos permitem pensar como estas obras se configuraram como suportes para a construção de saberes sobre a África Centro-Occidental. Saberes estes que, como buscamos evidenciar, se alicerçaram nos conhecimentos das sociedades locais.

Ainda no que diz respeito ao tratamento das fontes, também procuramos chamar a atenção para a significativa presença de recursos imagéticos que constituem os materiais pesquisados. Observando os registros fotográficos da expedição e as centenas de gravuras que ilustram as obras contempladas por esta pesquisa, a composição das narrativas visuais que integram as publicações se impôs como tema e problemática indispensável ao longo de nossa análise. Exercendo a função de complementar as

informações textuais, as gravuras existentes nas obras também nos deslindam uma cadeia de relações mais densas relacionadas à formação do regime visual no final do século XIX na medida em que apontam para a compreensão das tensões existentes entre fotografia e ilustração enquanto ferramentas voltadas para a tradução da realidade observada. Mobilizando diversos autores que empregaram variadas técnicas, as representações visuais da viagem à Lunda nos possibilitaram visualizar certos aspectos relacionados às etapas de produção, circulação e apropriação de determinada iconografia das expedições europeias à África em uma escala mais ampla. Como demonstramos, o emprego de recursos imagéticos não se manteve restrito apenas as obras de viajantes que circularam por terras africanas, como Henrique de Carvalho, mas sim, transitou por distintos veículos literários e foi consumida por diferentes leitores.

Diante de diversos horizontes interpretativos que os relatos da expedição nos descortinam, vale ressaltar a análise sobre os múltiplos lugares ocupados pela cultura material nas publicações abordadas despontou como um dos muitos atalhos possíveis para compreendermos as interações sociais mantidas entre as populações africanas e os europeus nas últimas décadas dos oitocentos. Como vimos nas páginas anteriores, o período abarcado assistiu ao acentuado deslocamento de exemplares da cultura material advindos não só da África, mas da Ásia, da Oceania e das Américas para abastecer acervos e museus da Europa. Fontes para o estudo de disciplinas nascentes naquele momento, como antropologia e a etnologia, tais objetos também foram exibidos em Feiras Universais e Exposições Coloniais como provas e evidências das ações europeias nesses espaços.

Conforme buscamos realçar, alinhando-se a este panorama, as detalhadas descrições sobre o repertório material das populações que habitavam o império da Lunda correspondiam aos anseios científicos manifestados pelo chefe da viagem em tentar apreender os diversos setores e aspectos da vida social dos povos com quem a expedição travou contatos. Acompanhada da atividade de recolha etnográfica de variadas peças para a formação de uma coleção, as observações de Henrique de Carvalho sobre os diversos artefatos produzidos especialmente por grupos lundas, quiocos e congos, nos permitem compreender como os objetos provenientes de espaços não europeus foram instrumentalizados como evidências dos “estágios de civilização” dessas populações. Por meio das considerações elaboradas por Henrique de Carvalho, pudemos notar como os apontamentos sobre a cultura material se deram a partir das

interpenetrações entre os objetivos científicos, comerciais e políticos sustentados pela expedição.

No entanto, na perspectiva adotada por este trabalho, para além de reconhecermos os objetos como fontes para a construção de um “saber colonial”, acreditamos que os olhares do militar português sobre a cultura material descrita nas obras da incursão à Lunda também nos dá vazão para pensarmos como a interpretação sobre estes mesmos objetos podem abrir caminhos para outras leituras. Fundamentando-se nas apropriações feitas por Henrique de Carvalho sobre o repertório material africano, foi intenção desta pesquisa investigar como os grupos locais incorporaram e ressignificaram determinados artigos estrangeiros em seus universos sociais. Das predileções por certos produtos advindos das relações atlânticas em pagamentos de tributos ou ofertas de presentes, às distintas formas de inserção de artigos europeus no cotidiano das sociedades locais notamos como certos objetos, vistos sob uma ótica polissêmica, foram ressemantizados e, muitas vezes, integrados ao circuito de bens de prestígio e insígnias de poder.

É nesse sentido que a questão da materialidade dos símbolos de autoridade dentro do vocabulário de poder africano se imbrica às dimensões políticas e comerciais das expedições indicando, portanto, de maneira evidente as transformações geradas por estes contatos. Ao nos concentrarmos nesses fenômenos, procuramos compreender as descrições sobre a cultura material enquanto dados reveladores de códigos sociais, identidades culturais e hierarquias políticas existentes entre as populações que compunham o império da Lunda. Assim, sob este eixo analítico no qual os objetos acumulam distintas “biografias sociais” procuramos discutir como o estudo sobre os objetos, a partir de seus múltiplos níveis de circulação e atribuições de significados, nos possibilita entender as agências históricas das populações centro-ocidentais africanas descritas pelas obras da expedição à Mussumba do Muatiânvua.

FONTES

1. Fontes principais

CARVALHO, Henrique A. D. de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. I: “De Loanda ao Cuango”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. II: “Do Cuango ao Chicapa”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. III: “Do Chicapa ao Luembe”. Lisboa: Typographia do Jornal *As Colónias Portuguezas*, 1893.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, vol. IV: “Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”. Lisboa: Typographia do Jornal *As Colónias Portuguezas*, 1894.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

_____. (texto); AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida (fotos). *Album da Expedição ao Muatianvua*. [Lisboa]: [s.e.], 1887.

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA. *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda). Catalogo original*. Lisboa: Museu Colonial e Ethnographico da Sociedade de Geographia; Imprensa Nacional, 1896.

2. Fontes auxiliares

Actas das sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876-1896.

BUEL, James W. *Heroes of the Dark Continent and How Stanley found Emin Pasha*. Guelph Ontario, 1890.

- CAPELLO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Benguella às Terras de Iácca: Descrição de uma Viagem na África Central e Occidental* (2 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- _____. *De Angola à Contra-Costa* (2 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- CARVALHO, Henrique A. D. de. *A Lunda ou os Estados do Muatiânvua: Domínios da Soberania de Portugal*. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia., 1890.
- _____. *A África Illustrada: Archivo de Conhecimentos Uteis*. Lisboa: Typographia, 1892-1893.
- _____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Meteorologia, Climalogia e Colonisação. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola*. Lisboa: Typographia do jornal *As Colónias Portuguezas*, 1892.
- _____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Método práctico para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- CHAILLÉ-LONG, Charles. *L'Afrique Centrale: Expéditions au Lac Victoria-Nyanza*. Paris: E. Plon et Cie, Imprimeurs-Éditeurs, 1877.
- GRAÇA, Joaquim Rodrigues. "Expedição ao Muatiânvua – diário". *Boletim da Sociedade Geographia de Lisboa*, 9ª série, nº 8-9, 1890, pp. 367-467.
- LEITÃO, Manuel Correia. "Viagem que eu, sargento mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 56ª série, nº 1-2, 1938, pp.3-30.
- LIVINGSTONE, David. *Missionary Travels and Researches of South Africa*. Nova York: Harper; Brothers Publishers, 1857.
- NOGUEIRA, António Francisco. *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da Africa: usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colónias portuguesas*. Lisboa: Typographia Nova Minerva, 1880.
- PINTO, Alexandre Alberto da Rocha de Serpa. *Como eu atravessei Africa do Atlântico ao Mar Indico. Viagem de Benguella à Contra-Costa (1877-1879)* (2 vols.). Londres: Sampson Low; Marston, 1881.

SCHWEINFURTH, Georg. *Artes Africanae: Abbildungen und Beschreibungen von Erzeugnissen des Kunstfleisses Centralafrikanischer Völker/ Artes Africanae: Illustration and Descriptions of Productions of the Industrial Arts of Central African Tribes*. Leipzig: F.A. Brockhaus; Londres: Sampson Low, Marston, Low, and Searle, 1875.

_____. *The Heart of Africa*. Nova York: Harper; Brothers, 1874, 2 vols.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888). AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1091.

CARVALHO, Henrique A.D. de. “Ofício direcionado ao secretário geral do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, 3 de maio de 1890, Lisboa”.

Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888). AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1092.

AGUIAR, Manuel Sertório de Almeida. “Secção Photographica. Relatório dirigido ao chefe da Expedição a partir da Estação Costa e Silva e datado de 14 de fevereiro de 1885”.

CARVALHO, Henrique A.D. de. “Catálogo dos productos coloniaes remmetidos pela expedição ao Muata Ianvo ao Museu Colonial”. Catálogo datado de 06 de outubro de 1884.

_____. “Carta enviada ao Ministro e Secretário de Estados e Negócios da Marinha e do Ultramar em 30 de maio de 1887 do Luambata”.

Diários manuscritos da expedição

CARVALHO, Henrique A.D. de. “Expedição Portugueza ao Muatiânvua: Diario do Anno de 1884”, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1150.

_____. “Expedição Portugueza ao Muatiânvua: Diario do Anno de 1885 (2 vols.)”, AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1151 -1152.

_____. “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Diario do Anno de 1886 (4 vols.)”,
AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1145-1146, 1156 e 1153.

_____. “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Diario do Anno de 1887”,
AHU_SEMU_DGU_ANG_NO 1154.

Arquivo Histórico da Imprensa Nacional Casa da Moeda

“Álbum de provas”

BIBLIOGRAFIA

- ACHEBE, Chinua. “O nome difamado da África”. In: *A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 82-99.
- AFONSO, Graça. *O ‘Archivo Pittoresco’ e a evolução da gravura de madeira em Portugal*. Comunicação apresentada no ciclo de conferências “Arquivo Pitoresco, 150 Anos Depois (1857-2007)”. Lisboa: s/e, 2007. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/ArchivoPGravura.pdf>.
- AFRICANA STUDIA: Revista Internacional de Estudos Africanos. *Exploração científica em África na época colonial*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, 2º sem./2011.
- AGOSTINI, Camilla (org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012.
- _____. “Henrique de Carvalho: explorador e etnógrafo”. In: AIRES-BARROS (coord.), *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 244-249.
- _____; GREGO, Helena; MATIAS, Cristina. “A Sociedade de Geografia de Lisboa e as edições próprias de cartografia ultramarina oitocentista”. *Africana Studia*, nº 9, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006, pp. 9-16.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ALEXANDRE, Valentim. “O império português (1825-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*, vol. XXXVIII, nº 169, 2004, pp. 959-979.
- _____. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

- _____. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs.). *Nova História da expansão portuguesa, vol. X: O império africano, 1825-1890*. Lisboa: Estampa Editorial, 1998.
- ALPERN, Stanley B. "What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods". *History in Africa*, vol. 22, 1995, pp. 5-43.
- APARÍCIO, Maria Alexandra. "Um húngaro entre bienos em meados do século XIX: interpretação e análise das suas relações". In: *Actas do I seminário encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1995, pp. 390-403.
- APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2010.
- AREIA, M.L. Rodrigues de (org.). *Angola, os símbolos do poder tradicional*. Coimbra: Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1983.
- BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (orgs.). *Colonialism and the object: empire, material culture and museum*. Nova York/Londres: Routledge, 1998.
- BASTIN, Marie-Louise. *Art décoratif Tshokwe*. Lisboa: Cia. dos Diamantes de Angola, 1961.
- BECK, Roger B. "Bibles and beads: missionaries as traders in Southern Africa in the early nineteenth century". *The Journal of African History*, vol. 30, nº. 2, 1989, pp. 211-225.
- BEVILACQUA, Juliana R. da Silva. "Sobas e Museu do Dundo: relações de poder em Angola no período colonial". In: *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP SANTOS-2014*. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406681354_ARQ_UIVO_textoJulianaRibeirodaSilvaBevilacquaparaAnpuh2014.pdf. Último acesso em: 30/04/2015.
- BIRMINGHAM, David. *Trade and empire in the Atlantic, 1400-1600*. Londres: Routledge, 2000.
- BLIER, Suzanne Preston. *Las artes de los reinos de África*. Madri: Akal, 2011.
- BOUQUET, Mary. *Museums: a visual anthropology*. Londres: Berg, 2012.
- BRANTLINGER, Patrick. "Victorians and africans: the genealogy of the myth of the Dark Continent". *Critical Inquiry*, vol. 12, nº 1, 1985, pp. 166-203.

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)*, vol. II: *Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRUNSCHWING, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. “Cultura Material”. In: *Enciclopédia Einaudi. Homo – Domesticação - Cultura Material*, vol.16. Lisboa, 1989, pp.11-47.
- CANDIDO, Mariana P. “Os agentes não europeus na comunidade mercantil de Benguela, c. 1760-1820”. *Saeculum – Revista de História*, nº 29, João Pessoa, jul./dez. 2013, pp. 97-124.
- CANNIZZO, Jeanne. “Gathering souls and objects: missionary collections”. In: BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (orgs.). *Colonialism and the object: empire, material culture and museum*. Nova York/Londres: Routledge, 1998, pp. 153-166.
- _____. *Into the heart of Africa*. Ontario: Royal Ontario Museum, 1989.
- CAPELA, José. *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura, 1810-1842*. Porto: Afrontamento, 1979.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARRILHO, Fernanda. “Como eu atravesssei a África: um texto de literatura de viagens”. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos. Exploração científica em África na época colonial*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, 2º sem./2011, pp.65-77.
- CARVALHO, Rita. “Fotografia e ilustração na literatura colonial do Estado Novo”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Editora Almedina, 2014, pp. 305-317.
- CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- COOMBES, Annie E. *Reinventing Africa: museums, material culture, and popular imagination in late Victorian and Edwardian England*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1994.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra”. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 748-787.

- CORREIA, Fernando Jorge; FERNANDES, Ana Silva. “Desenhar para (re)conhecer: o papel da ilustração científica nas missões científicas do espaço lusófono”. In: *Actas do Congresso Internacional “Saber tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência”*. Lisboa, 2012, pp. 1-25.
- CORREIA, Rita. “Ficha Histórica: *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*”. Lisboa: s/e, 2012, pp. 1-4, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ocidente.pdf>. Último acesso em: 13/03/2014.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- _____. (org.). *Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DIAS, Jill. “Caçadores, artesãos, comerciantes, guerreiros: os cokwe em perspectiva histórica”. In: *A Antropologia dos Tshokwe e povos aparentados*. Porto: FLUP, 2003, pp. 17-47.
- _____. “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico”. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 315-343.
- _____. “Photographic sources for the History of portuguese-speaking Africa, 1870-1914”. *History in Africa*, vol. 18, 1991, pp. 67-82.
- _____. “Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX”. In: ALEXANDRE, Valentim (org.). *O império africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, pp. 69-93.
- DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (orgs.). *Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- DÖPCKE, Wolfgang. “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra.” *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol.1, nº 42, 1999, pp. 77-109.
- DUBIN, Lois Sherr. *The History of beads: from 30.000 B.C to the present*. Nova York: Harry N. Abrams, Inc., Publishers, 1987.
- EDWARDS, Elizabeth. “Material beings: objecthood and ethnographic photographs”. *Visual Studies*, vol. 17, nº. 1, 2002, pp. 67-75.

- _____. *Raw Histories: photographs, anthropology and museums*. Nova York: Berg, 2001.
- _____; GOSDEN, Chris; PHILLIPS, Ruth B. (orgs.). *Sensible objects: colonialism, museums and material culture* (Wenner-Gren International Symposium Series). Oxford; Nova York: Berg, 2006.
- EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice (orgs.). *Photographs, objects, histories: on the materiality of images*. Londres: Routledge, 2004.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008.
- FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. “Sahel: a outra costa da África”. Palestra realizada no Departamento de História da Universidade de São Paulo em 29/07/2004. Transcrição de Daniela Baudouin.
- FERREIRA, Roquinaldo A. “Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 339-378.
- FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.
- FLORES, Teresa Mendes. “A preto e branco: folheandoos relatórios médicos da DIAMANG”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Editora Almedina, 2014, pp. 223-242.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. “Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa, vol.II*. São Paulo: USP/FFLCH-Editora Humanitas, 2011, pp. 62-86.
- FRANÇOZO, Mariana Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- FREUDENTHAL, Aida. “Voz de Angola em tempo de Ultimato”. *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: Candido Mendes, vol. 23, nº 1, 2001. Disponível em:

- <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a06v23n1.pdf>. Último acesso em: fevereiro de 2014.
- GEARY, Christraud M. *In and out of focus: images from Central Africa, 1885-1960*. Washington, DC: National Museum of African Arts, Smithsonian Institution, 2002.
- _____; WEBB, Virginia-Lee (orgs.). *Delivering views: distant cultures in early postcards*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1998.
- _____. “Nineteenth-century images of the Mangbetu”. KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 133-168.
- GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda, 2010.
- GIJANTO, Liza. “Personal adornment and expressions of status: beads and the Gambia River’s atlantic trade”. *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 15, nº. 4, 2011, pp. 637-668.
- GONÇALVES, Rosana Andréa. *África indômita: missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.
- GRAEBER, David. “Beads and money: notes toward a theory of wealthy and power”. *American Ethnologist*, vol. 3, nº 1, 1996, pp. 4-24.
- GUEYE, M’ Baye; BOAHEN, Albert Adu. “Iniciativas e resistências africanas na África ocidental, 1880-1914”. BOAHEN, Albert Adu (org.). *História geral da África, vol. VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 129-166.
- GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Horizonte, 1984.
- GULYÁS, Zsófia Vajkai. “Um húngaro em Angola. Viagens de Ladislau Magyar (1818-1864) através dos documentos do AHU”. In: *Actas do I seminário encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1995, pp. 361-374.

- HAMPATÉ-BÂ, Amadou. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África, vol. I. Metodologia e Pré-história de África*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 167-212.
- HAVIK, Philip J. “Na terra do novo Deus: Henrique Dias de Carvalho na Guiné (1898-1899)”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 271-280.
- HEINTZE, Beatrix. *A África Centro-Occidental no século XIX (c. 1850-1890). Intercâmbio com o mundo exterior: apropriação, exploração e documentação*. Luanda: Kilombelombe, 2013.
- _____. “A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial: um contributo para a sua história e compreensão na actualidade”. *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 7-8, jul. de 2004 a jul. de 2005, pp.179-207. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2666> Último acesso em: fevereiro de 2014.
- _____. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudo sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- _____. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010.
- _____. ““In pursuit of a chameleon”: early ethnographic photography from Angola in context”. *History in Africa*, vol. 17, pp. 131-156, 1990.
- _____. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.
- _____; JONES, Adam (orgs.) “European sources for sub-saharan african before 1900. Uses and abuses”. *Paideuma*. Stuttgart: Frobenius-Institut, nº 33, 1987.
- _____; OPPEN, Achim von (eds). *Angola em movimento: vias de transporte, comunicação e História*. Frankfurt: Lembeck, 2008.
- HENARE, Amiria. *Museums, anthropology and imperial exchange*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- HENRIQUES, Isabel Castro. “A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950)”. *Textos de História: Revista*

- do Programa de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília: UnB, vol. 12, nº 1-2, 2004, pp. 9-41.
- _____. *O pássaro do mel: estudos de História Africana*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- _____. *Os pilares da diferença: relações Portugal – África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
- _____. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.
- _____. “Presenças angolanas nos documentos escritos portugueses”. In: *Actas do II seminário Encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997, pp. 25-62.
- _____. *Território e identidade. A construção de Angola colonial (c. 1872 – c. 1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- JORGE, Lia Santos. *A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*. Dissertação (Mestrado em Museologia). Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/ Instituto Universitário de Lisboa (IUL), 2008.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa, vol.II*. São Paulo: USP/FFLCH-Editora Humanitas, 2011, pp. 44-61.
- KEIM, Curtis. “*Artes Africanae*: The Western Discovery of ‘Art’ in northeastern Congo”. In: KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 109-132.

- KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid. "Objects and agendas: re-collecting the Congo". In: KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 1-36.
- KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (orgs.). *The scramble for art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- KLIEMAN, Kairn A. "*The pygmies were our compass*". *Bantu and Batwa in the history of west central Africa, early times to c. 1900 c.e.* Porstmouth: Heinemann, 2003.
- KOIVUNEN, Leila. "Visualizing Africa – complexities of illustrating David Livingstone's Missionary Travels". *The Papers of the Nordic Conference on the History of Ideas, vol. I*. Helsinki: University of Helsinki, 2001, pp.1-12.
- _____. *Visualizing Africa in nineteenth-century british travel accounts*. Nova York: Routledge, 2009.
- KOLOSS, Hans-Joachim. *Art of Central Africa: masterpieces from the Berlin Museum für Völkerkunde*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1990.
- KOPYTOFF, Igor. "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2010, pp. 89-121.
- LANDAU, Paul S.; KASPIN, Deborah D. (orgs.). *Images and empire: visuality in colonial and postcolonial Africa*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- MARCON, Frank. "Retóricas de identidade e diferenças na Lunda: narrativas coloniais e pós-coloniais na África Central". *Afro-Ásia*, nº 39, 2010, pp. 9-33.
- MARQUES, A.H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2012.
- _____. *História de Portugal, vol.III*. Lisboa: Palas Editores, 1986.
- _____. "Organização geral". In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs.). *Nova história da expansão portuguesa, vol. X: O império africano, 1825-1890*. Lisboa: Estampa Editorial, 1998.
- MARQUES, João Pedro. "Quiméricos e reservados: imagens de África no Portugal de oitocentos". In: HAVIK, Philip J.; SARAIVA, Clara; TAVIM, José Alberto (orgs.). *Caminhos cruzados em História e Antropologia. Ensaio de*

- homenagem a Jill Dias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 93-107.
- _____. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- _____. ALEXANDRE, Valentim. “Debate Abolicionismo”. *Penélope*, nº 14, 15 e 17, 1994-1997.
- MARTINS, Ana Cristina. “Política colonial, produção científica, construção da identidade portuguesa e o contributo de Henrique de Carvalho (1843-1909)”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 193-206.
- MARTINS, Leonor Pires. “‘Para depois mostrar aos brancos na sua terra’: construindo o império (também) através da literatura”. GOMES, Luís; SEIXAS, Susana (orgs.). *Exposição bibliográfica. Outras terras outros livros: 1884-1974. Brevíssima achega bibliográfica à produção de conhecimento etnográfico no contexto colonial português*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2013, pp. 17-27.
- _____. *Um império de papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- MARY, Cristina Pessanha. *Geografias pátrias: Brasil e Portugal (1875-1889)*. Niterói: EdUFF, 2010.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império: Representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MELO, Cássio Santos. *A Lunda de Castro Soromenho: alegorias de um império ido (1930-1968)*. Tese de doutorado em História Social (FFLCH-USP). São Paulo, 2014.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A cultura material no estudo das sociedades antigas”. *Revista de História. Nova Série*, nº 115, julho-dezembro, 1983, pp. 103 – 117.
- _____. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, nº 45, 2003, pp. 11-36.

- _____. “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, pp. 89-103.
- MILLER, Daniel (org.) *Materiality: politics, history and culture*. Durham: Duke University Press, 2005.
- _____. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013.
- MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995.
- _____. *Way of Death: merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MUDIMBE, V.Y. *A ideia de África*. Luanda/Mangualde: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2014.
- _____. *A Invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2013.
- MUNANGA, Kabengele; MANZOCHI, Helmy Mansur. “Símbolos, poder e autoridade nas sociedades negro-africanas”. *Dédalo: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. São Paulo: MAE/USP, nº. 25, 1987, pp. 23-38.
- MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. “*Donde o ouro vem*”: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- M’BOKOLO, Elikia (org.). *África negra. História e civilizações. Tomo II – Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- NASCIMENTO, Augusto. “Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: sujeição e ética laboral”. *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, nº 7, 2004, pp. 183-217.
- OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques. *Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola*. Coimbra: Editora Coimbra, 1999.
- PALLAVER, Karin. “‘A recognized currency in beads’. Glass beads as money in 19th-Century East Africa: the central caravan road”. EAGLETON, Catherine;

- FULLER, Harcourt; PERKINS, John (eds.). *Money in Africa*. Londres: British Museum, 2009, pp. 20-29.
- PALMEIRIM, Manuela. *Of alien kings and perpetual kin: contradiction and ambiguity in Ruwund (Lunda) symbolic thought*. Wantage (Oxon): Sean Kingston Publishing, 2006.
- PANTOJA, Selma. “Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola”. *Travessias - Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Lisboa, nº 4/5, 2004, pp. 79-97.
- PEARCE, Susan M. (org.). *Interpreting objects and collections*. Londres: Routledge, 1994.
- PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola, vol. I: resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2013.
- PEPETELA. *Lueji: o nascimento dum império*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. “Arte Angolana e Lusofonia”. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, ACLUS, 2005. Disponível em: <http://www.iict.pt/dociict/HL07010301.pdf>. Último acesso em: agosto de 2013.
- _____. “Catálogo”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 161-190.
- _____. “Estações e acampamentos”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 59-72.
- _____. “Introdução”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 21-27.
- _____. “Levantamento científico”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp.107-155.
- _____. “Nota biográfica”. In: AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 16-19.

- _____. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- PEREIRA, Teresa Matos. “Desenhos de África, desígnios coloniais, desejos suspensos: artes plásticas e colonialidade”. *7º Congresso ibérico de estudos africanos*. Lisboa, 2010, pp. 1-22.
- PERPÉTUO, Natacha Catarina; GONÇALVES, M. Teresa; SALES, Fátima. “Sisenando Marques e Júlio Henriques: a colecção de plantas angolanas no Herbário da Universidade de Coimbra”. In: AIRES-BARROS, Luis (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, pp. 221-233.
- PIMENTA, José Ramiro; AZEVEDO, Ana Francisca de. “Escalas e identidades na obra *Como eu atravesssei a África* de Serpa Pinto”. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos. Exploração científica em África na época colonial*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, 2º sem./2011, pp. 53-64.
- POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris-Venise XVI-XVIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 1987.
- PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. *Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Introdução e notas de Maria Emília Madeira Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1986.
- PORTO, Nuno (org.). *Angola a preto e branco: fotografia e ciência no museu do Dundo, 1940-1970*. Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1999.
- _____. *Modos de objectivação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- _____. “O museu e o arquivo do império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia de Diamantes de Angola)”. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 125-142.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

- REDE, Marcelo. “Estudos de cultura material: uma vertente francesa”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.8-9, 2000-2001, editado em 2003, pp. 281-291.
- _____. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.4, jan./dez. 1996, pp. 265-282.
- _____. “História e cultura material”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 133-150.
- REDINHA, José. *Etnonossociologia do nordeste de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958.
- RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- RODRIGUES, Eugénia. “Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe”. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos. Exploração científica em África na época colonial*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, 2º sem./2011, pp. 81-102.
- _____. “Embaixadas portuguesas à corte dos *mutapa*”. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (orgs.). *D. João III e o Império*. In: *Actas do congresso internacional comemorativo de seu nascimento*. Lisboa: CEPCEP/CHAM, 2004, pp. 753-779.
- ROQUE, Ricardo. “A circulação de histórias e coleções nos impérios coloniais”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 455-481.
- _____. *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- _____. *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2010.
- ROSÁRIO, Maria do; MARTINS, A. Rodrigues (orgs.). *Adornos africanos como entidade cultural*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos. Instituto de Antropologia, 1989.

- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SALUM, Marta Heloísa Leuba. “África: culturas e sociedades”. *Formas de Humanidade*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 1999 (material revisto e adaptado em 2005). Disponível em: http://www.arteafricana.usp.br/codigos/textos_didaticos/002/africa_culturas_e_sociedades.html. Último acesso em: 18/03/2014.
- _____. “Por mais que sejam belas, que dizem simples contas?”. *Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém, 2009, pp. 69-76.
- SAMAIN, Etienne Ghislain. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem. O Jornal *La Lumière* (1851-1860)”. *Revista de Antropologia* (USP). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, vol. 44, nº 2, pp. 89-126.
- SÁNCHEZ, Albert. “Los pigmeo: un mito de Occidente”. In: GILI, Alicia (ed.). *Más allá del estado: pueblos al margen del poder*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2002, pp. 13-28.
- SANTOS, Alda Cristina Baptista Rendilho dos. *Occidente: imagens e representações da Europa*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009.
- SANTOS, Eduardo dos. *A questão da Lunda: 1885-1894*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. “Abolição do tráfico de escravos e reconversão da economia de Angola – um confronto participado por brasileiros”. *Studia*. Lisboa, nº 52, 1994, pp. 221-244.
- _____. *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola – século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- _____. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: CEHCA; IICT, 1988.
- SAPEDE, Thiago Clemêncio. *Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu: poder e catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1795)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. “A era dos museus de etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX”. In:

- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005, pp. 113-136.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Vanessa R.; PRZYBLYSKI, Jeannene M. (eds.). *The nineteenth century visual culture reader*. Londres/Nova York: Routledge, 2004, pp. 239-261.
- SEBESTYÉN, Éva. “A sociedade ovimbundu nos relatórios de viagens do húngaro László Magyar: sul de Angola, meados do século XIX”. *História: Debates e Tendências. Brasil e Angola: redes de poder e governança*, vol. 15, nº. 1, jan./jun. 2015, pp. 83-100.
- SERRANO, Carlos Moreira Henriques. “Poder, símbolos e imaginário social”. In: *Angola, os símbolos do poder na sociedade tradicional*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos. Universidade de Coimbra, 1983, pp. 49-66.
- SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de Ferro. Os ferreiros na África Central no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- SILVA, Raquel. *Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias*. Tese de doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (FFLCH-USP), São Paulo, 2007.
- SOROMENHO, F. M de Castro. “Lueji e Ilunga na terra da amizade”. In: *Calenga: contos*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1945.
- SOUTO, Maria Helena. *Portugal nas Exposições Universais (1851-1900)*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- SOUZA, Marina de Mello. “Evangelização e poder na região do Congo e Angola: a incorporação dos crucifixos por alguns chefes centro-africanos, séculos XVI e XVII”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005, pp. 1-17.
- STEPAN, Nancy. *The idea of race in science: Great Britain, 1800-1960*. Londres: Macmillan; Hamden, Connecticut: Archon Books, 1982.
- STOCKING, George W. Jr (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Wisconsin: The university of Wisconsin Press, 1985.

- TAQUELIM, Mara. *Desenhando em viagem: os cadernos de África de Roberto Ivens*. Dissertação de mestrado em desenho apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2008.
- TAVARES, Ana Paula. *Na mussumba do Muatiânvua quando a Lunda não era leste. Estudo sobre a Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua de Henrique de Carvalho*. Lisboa, [s/n], 1995. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- _____. *História, memória e identidade: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Tese de doutorado em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- TEIXEIRA, Valéria M.B. *A recuperação da cultura tradicional angolana a partir da releitura do mito, da lenda e da História em Lueji (O nascimento dum Império)*. Dissertação de mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada (FFLCH-USP), São Paulo, 1999.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fapesp, 2002.
- THOMPSON, T. Jack. *Light on darkness? Missionary photography of Africa in the nineteenth and early twentieth centuries*. Michigan: Eerdmans, 2012.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- UZOIGWE, Godfrey N. “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História Geral da África, vol.VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 21-50.
- VAN DER LINDER, Sophie. *Para ler o livro ilustrado*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- VANSINA, Jan. “A tradição oral e sua metodologia”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África, vol. I: Metodologia e Pré-história de África*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 139-166.
- _____. *Art history in Africa: an introduction to method*. Londres/Nova York: Longman, 1984.
- _____. “Government in Kasai before the Lunda”. *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 31, nº 1, 1998, pp. 1-22.

- _____. *How societies are born: governance in west Central Africa before 1600*. Charlottesville; Londres: University of Virginia Press, 2004.
- _____.; SEBESTYÉN, Evá. “Angola’s earstern hinterland in the 1750s: a text edition and translation of Manoel Correia Leitão’s ‘Voyage’”. *History in Africa*, vol. 26, 1999, pp. 299-364.
- VELLUT, Jean-Luc. “A bacia do Congo e Angola”. In: *História Geral da África, vol. VI: África do século XIX à década de 1880*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- _____. “L’économie internationale des côtes de Guinée Inférieure au XIXème siècle”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). In: *Actas da I Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: IICT, 1989.
- VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Editora Almedina, 2014.
- VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, descobertas e projeções portuguesas no Índico – análise de três narrativas quinhentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.
- WESSELING, Henk L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008.
- WHEELER, Douglas. *Angolan woman of means: Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, mid-19th century luso-african merchant capitalist of Luanda*. Santa Barbara Portuguese Studies, nº 3, 1996.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos luso-afro-brasileiros”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs.). *O Império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Editora Alameda, 2009, pp. 389-406.
- _____. “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, pp. 43-90.
- _____. “Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos”. In: MELLO E SOUZA, Laura de; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 281-300.

_____. “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840 a 1870)”. *Revista de História*, São Paulo, fev. 2015, pp. 163-195.

Sites

Banco de Teses da Universidade de São Paulo

<http://www.teses.usp.br/>

Biblioteca Nacional de Portugal

<http://www.bnportugal.pt/>

<http://henriquedecarvalho.bnportugal.pt/album.htm#>

<http://purl.pt/6440>

British Museum

<http://www.britishmuseum.org/>

Edgar Rice Burroughs (ERBzine)

<http://www.erbzine.com/mag18/buel.htm>

Enciclopédia de Artes Visuais do Itaú Cultural

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/

Conhecimento e Visão: fotografia no arquivo e no museu colonial português (1850-1950)

<http://www.fotografiacolonial.ics.ulisboa.pt/index.html#1>

Hemeroteca digital de Lisboa

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm>

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

www.ieb.usp.br

Instituto de Investigação Científica Tropical

<http://www2.iict.pt/>

Internet Archive

www.archive.org

Memórias da África e do Oriente

<http://memoria-africa.ua.pt/introduction/tabid/83/language/pt-PT/Default.aspx>

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

http://www.arteafricana.usp.br/codigos/textos_didaticos/002/africa_culturas_e_sociedades.html

Museu Real da África Central (Tervuren, Bélgica)

<http://www.africamuseum.be/home>

Palácio Nacional da Ajuda (Portugal)

<http://www.palacioajuda.pt/pt-PT/Default.aspx>

Romano Torres: um arquivo histórico representativo da edição contemporânea

<http://fcsb.unl.pt/chc/romanotorres/>

Ross Archive of African Images

<http://raai.library.yale.edu/site/index.php>

Sociedade de Geografia de Lisboa

<http://www.socgeografialisboa.pt/>

GLOSSÁRIO ¹

Ambaquistas: Provenientes da região de Ambaca. Figuras relacionadas às atividades comerciais que usavam trajes europeus e, de maneira geral, dominavam atividades de leitura e escrita.

Atiânvua: Plural de Muatiânvua.

Cacuata: Emissário real da corte lunda.

Caxalapóli: Função de vigilante, sentinela da corte lunda.

Chibinda Ilunga: Caçador de origem luba, considerado o “fundador” do império lunda.

Fazenda: Tecidos variados.

Ibeinhe: Insígnia de poder lunda. Espécie de aro feito de latão com tachas, semelhante a uma coroa.

Lazarina: Espingarda.

Libata: Moradia.

Lucano: Insígnia de poder lunda. Bracelete confeccionado com tendões de humanos e tripas de cabras.

Lucuoquéxe: Figura feminina que ostentava elevado título político na corte real lunda, representante da mãe do primeiro Muatiânvua.

Luéji: Considerada a “fundadora” do império lunda e mãe do primeiro Muatiânvua.

¹ Esta lista reúne alguns termos e expressões citados ao longo da dissertação referentes tanto ao vocabulário centro-africano (com enfoque para títulos políticos e insígnias de poder) registrado por Henrique de Carvalho, quanto palavras relacionadas às dinâmicas comerciais estabelecidas entre portugueses e africanos. O material foi elaborado a partir das publicações de Henrique de Carvalho e das referências contidas nas obras: HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997, pp. 753-768; HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, pp. 441-450 e TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História, memória e identidade: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Tese de doutorado em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 294-325.

Mabela: Tecidos feitos de fibra de palma.

Malufo: Vinho de palma.

Maria II (D. Maria II): Miçangas grandes de coloração avermelhada com pintas brancas.

Milambo: Tributos, presentes de comida e bebida.

Miluína: Insígnia de poder lunda. Espécie de adorno para cabeça, em formato de chifres, confeccionado com miçangas miúdas.

Muari: Esposa principal.

Muata: Título político.

Muene: Título político.

Muene Puto: rei de Portugal ou representantes da coroa portuguesa.

Mucuáli: Insígnia de poder (faca).

Muquíqui: Insígnia de poder com formato cilíndrico, confeccionada com fibras vegetais, miçangas miúdas, contas vítreas, búzios e tecidos. Utilizada geralmente na parte posterior da cabeça.

Mussumba: Capital política do império lunda.

Muatiânvua/Muata-Ianvo/Mwata-Yanvo: Título do soberano lunda.

Mussapo: Presentes de boas-vindas, em sinal de amizade e respeito.

Mussumba: Capital política do império lunda.

Pombeiro: Agentes comerciais brancos, negros e pardos que circulavam pelo interior.

Potentado: Definição dada pelos portugueses às autoridades africanas consideradas mais relevantes.

Quilolo (plural Ilo): Espécie de administradores que, em nome do Muatiânvua, coletavam impostos e exerciam o controle do território que compunha o império da Lunda.

Raiuna: Espingarda.

Régulo: Rei.

Riscado: Tecido de algodão com riscas.

Soba: Autoridade africana local.

Sertanejo: Negociante que atuava nos sertões.

Suana Mulopo: Herdeiro do cargo de Muatiânvua.

Suana Murunda: Representante de Luéji-Iá-Cônti, “senhora das terras da Lunda”.

Tubare: Insígnia de poder com formato cilíndrico, confeccionada com fibras vegetais, miçangas miúdas e tecidos. Utilizada geralmente na parte posterior da cabeça.

Tucuatas: Chefes de diligências.

Zuarte: Tecido de coloração azulada.